

Aníbal Cavaco Silva

ROTEIROS

..... III



2008 | 2009

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

Aníbal Cavaco Silva
ROTEIROS

..... III

Índice

- 13 **Prefácio**
- 29 **I. Portugal Inteiro**
- 33 **Sessão Solene Comemorativa do XXV Aniversário do Tribunal Constitucional**
Centro Cultural de Belém, 9 de Abril de 2008
- 37 **Jantar Oferecido pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma da Madeira**
Funchal, 14 de Abril de 2008
- 41 **Sessão Solene Comemorativa do XXXIV Aniversário do 25 de Abril**
Assembleia da República, 25 de Abril de 2008
- 47 **Cerimónia Comemorativa dos 200 Anos da Ordem Militar da Torre e Espada**
Liga dos Combatentes, 13 de Maio de 2008
- 51 **Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas por Ocasão do Dia de Portugal**
Viana do Castelo, 9 de Junho de 2008
- 53 **Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho**
Viana do Castelo, 10 de Junho de 2008
- 57 **Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas**
Viana do Castelo, 10 de Junho de 2008
- 65 **Tomada de Posse da Comissão Organizadora das Comemorações do Centenário da República**
Lisboa, 12 de Junho de 2008
- 67 **Sessão Solene Comemorativa dos 175 Anos do Supremo Tribunal de Justiça**
Lisboa, 16 de Setembro de 2008
- 71 **Cerimónia Evocativa dos 98 Anos da Proclamação da República**
Lisboa, 5 de Outubro de 2008
- 77 **Mensagem de Ano Novo**
Palácio de Belém, 1 de Janeiro de 2009
- 81 **Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial**
Supremo Tribunal de Justiça, 27 de Janeiro de 2009

87 II. Economia e Crescimento Sustentável

- 91 Sessão Comemorativa dos 25 Anos da OVIBEJA
Beja, 26 de Abril de 2008
- 95 Sessão de Encerramento do V Encontro Nacional de Inovação COTEC
Porto, 2 de Junho de 2008
- 99 IV Encontro COTEC Europa
Nápoles, 27 de Junho de 2008
- 103 Sessão de Abertura do Congresso das Comunicações APDC
Lisboa, 11 de Novembro de 2008
- 107 Mensagem por Ocasão da Semana Global do Empreendedorismo 2008
Lisboa, 17 de Novembro de 2008
- 109 Cerimónia de Encerramento do II Encontro da Rede PME Inovação
Museu do Oriente, 20 de Novembro de 2008

113 III. Desenvolvimento e Coesão Social

- 117 Sessão de Abertura do I Congresso Internacional de Inovação Social
Fundação Calouste Gulbenkian, 30 de Maio de 2008
- 121 Cerimónia Comemorativa do 40º Aniversário da Comunidade Islâmica de Lisboa
Lisboa, 22 de Junho de 2008
- 123 Sessão Solene de Encerramento do Congresso Nacional da Liga dos Bombeiros Portugueses
Pombal, 26 de Outubro de 2008
- 129 Conferência Internacional “Os Desafios do Movimento Sindical”
Lisboa, 27 de Outubro de 2008
- 133 Mensagem por Ocasão do Dia Mundial do Migrante
Palácio de Belém, 18 de Dezembro de 2008
- 135 Visita à Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Lisboa, 19 de Dezembro de 2008
- 139 Sessão Solene de Abertura do IV Congresso da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
Fátima, 30 de Janeiro de 2009

143 IV. Saúde, Educação, Ciência e Cultura

- 147 Sessão de Abertura do Fórum Gulbenkian de Saúde
Lisboa, 8 de Abril de 2008
- 153 Sessão Solene Comemorativa dos 500 Anos da Cidade do Funchal
Câmara Municipal do Funchal, 15 de Abril de 2008
- 157 Inauguração do Museu do Oriente
Lisboa, 8 de Maio de 2008

- 159 Cerimónia de Homenagem ao Doutor Francisco Lucas Pires
Coimbra, 31 de Maio de 2008
- 163 Sessão Solene de Boas-Vindas por Ocasão das Comemorações do Dia de Portugal
Câmara Municipal de Viana do Castelo, 9 de Junho de 2008
- 167 Cerimónia de Entrega do Prémio Camões
Mosteiro dos Jerónimos, 25 de Julho de 2008
- 171 Cerimónia de Entrega do Prémio de Visão da Fundação Champalimaud
Mosteiro dos Jerónimos, 9 de Setembro de 2008
- 175 Cerimónia de Atribuição do Prémio Literário D. Dinis
Casa de Mateus, 12 de Setembro de 2008
- 177 Encontro de Alto Nível sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
Sede das Nações Unidas, 25 de Setembro de 2008
- 179 Inauguração do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota
São Jorge, 11 de Outubro de 2008
- 181 Inauguração da Biblioteca José Cardoso Pires
Vila de Rei, 26 de Outubro de 2008
- 185 Homenagem aos Pioneiros da Bioética em Portugal
Palácio de Belém, 4 de Novembro de 2008
- 189 Sessão Solene Comemorativa do Dia da Cidade da Guarda
Guarda, 27 de Novembro de 2008
- 193 Cerimónia de Atribuição dos Prémios Literários do PEN Clube Português
Lisboa, 15 de Dezembro de 2008
- 195 Cerimónia de Atribuição do Prémio Fernando Namora
Casino do Estoril, 2 de Fevereiro de 2009
- 197 Cerimónia de Homenagem ao Almirante Gago Coutinho
Sociedade de Geografia de Lisboa, 17 de Fevereiro de 2009
- 201 Sessão de Abertura do III Congresso da Comunidade Médica de Língua Portuguesa
Lisboa, 19 de Fevereiro de 2009
- 205 V. Portugal na Europa e no Mundo
- 209 Sessão Solene do Conselho Municipal de Maputo
Maputo, 24 de Março de 2008
- 213 Seminário Económico e Encontro Empresarial Moçambique-Portugal
Maputo, 24 de Março de 2008
- 217 Banquete Oferecido pelo Presidente da República de Moçambique
Maputo, 24 de Março de 2008
- 223 Sessão Solene da Assembleia da República de Moçambique
Maputo, 25 de Março de 2008
- 229 Sessão de Abertura do Colóquio “Português, Língua Global”
Maputo, 25 de Março de 2008
- 233 Cerimónia de Atribuição do Prémio Norte-Sul 2008 do Conselho da Europa
Assembleia da República, 1 de Abril de 2008

- 237 **Banquete Oficial em Honra de Suas Majestades os Reis da Suécia**
Palácio da Ajuda, 5 de Maio de 2008
- 241 **Banquete Oficial em Honra de Suas Majestades os Reis da Noruega**
Palácio da Ajuda, 27 de Maio de 2008
- 245 **Banquete Oficial em Honra do Presidente da República da Ucrânia**
Palácio da Ajuda, 23 de Junho de 2008
- 249 **Banquete Oficial em Honra do Presidente da República de Cabo Verde**
Palácio de Queluz, 21 de Julho de 2008
- 253 **Seminário “Relações Económicas Polónia-Portugal”**
Varsóvia, 2 de Setembro de 2008
- 257 **Banquete Oferecido pelo Presidente da República da Polónia**
Varsóvia, 2 de Setembro de 2008
- 261 **Seminário Diplomático “Europa Central e de Leste”**
Varsóvia, 3 de Setembro de 2008
- 265 **Banquete Oferecido pelo Presidente da República Eslovaca**
Bratislava, 4 de Setembro de 2008
- 269 **63ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas**
“Responsabilidade Partilhada, Destino Comum”
Nova Iorque, 24 de Setembro de 2008
- 275 **Banquete Oficial em Honra do Presidente de Malta**
Palácio da Ajuda, 12 de Novembro de 2008
- 279 **Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático**
Palácio de Queluz, 12 de Janeiro de 2009
- 285 **Cerimónia de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Berlim**
Berlim, 3 de Março de 2009
- 287 **Banquete Oferecido pelo Presidente da República Federal da Alemanha**
Berlim, 3 de Março de 2009
- 291 **Seminário Económico e Encontros Empresariais Alemanha-Portugal**
Berlim, 4 de Março de 2009
- 295 **Encontro com a Comunidade Portuguesa Residente na Alemanha**
Osnabrück, 6 de Março de 2009
- 301 **Anexos**
- 303 **Declaração por Ocasão da Ratificação do Tratado de Lisboa**
Palácio de Belém, 9 de Maio de 2008
- 305 **Artigo de Opinião “Nelson Mandela, Um Gigante do Nosso Tempo”**
Revista VISÃO, 3 de Julho de 2008
- 309 **Comunicação ao País sobre o Estatuto Político-Administrativo dos Açores**
Palácio de Belém, 31 de Julho de 2008
- 313 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da devolução do diploma que altera o Regime Jurídico do Divórcio**
20 de Agosto de 2008

- 319 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da promulgação do diploma que altera o Regime Jurídico do Divórcio**
21 de Outubro de 2008
- 323 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da devolução do diploma que aprova a revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores**
27 de Outubro de 2008
- 327 **Mensagem dirigida ao XI Congresso Nacional de Radiodifusão**
Palácio de Belém, 14 de Novembro de 2008
- 329 **Mensagem dirigida aos Militares e Agentes de Segurança em Missão no Estrangeiro**
Palácio de Belém, 5 de Dezembro de 2008
- 331 **Declaração relativa à promulgação do Estatuto Político-Administrativo dos Açores**
Palácio de Belém, 29 de Dezembro de 2008
- 335 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da devolução do diploma que altera a Lei Eleitoral para a Assembleia da República**
3 de Fevereiro de 2009
- 339 **Mensagem à Assembleia da República a propósito da devolução do diploma que aprova a Lei do pluralismo e da não concentração dos meios de comunicação social**
2 de Março de 2009
- 345 **Passos da Agenda**





Prefácio

A crise económica e financeira

13

Os efeitos da crise financeira internacional sobre a economia portuguesa, em particular sobre o desemprego e sobre o risco de pobreza e exclusão social, dominaram as minhas preocupações no terceiro ano de mandato como Presidente da República, período a que se refere o conjunto das intervenções reunidas neste livro.

No quadro das minhas competências e no respeito pela acção de quem detém a responsabilidade de governar, definindo e executando as políticas públicas, procurei contribuir para minorar os custos económicos e sociais da crise e para que o País trilhe um caminho que permita vencer os desafios com que está confrontado.

O abrandamento da economia portuguesa que se tem vindo a verificar não me surpreendeu excessivamente.

Primeiro, porque se tornou claro, desde o segundo semestre de 2007, que se estava perante uma deterioração acentuada do sistema financeiro internacional, a qual, apesar da sua origem localizada, teria consequências inevitáveis sobre a economia global.

No Verão de 2007, começaram a ser conhecidos os elevadíssimos prejuízos registados por grandes bancos internacionais, sediados em países desenvolvidos, resultantes, sobretudo, de erros de avaliação do risco de aplicações financeiras relacionadas, em particular, com produtos do mercado norte-americano de crédito hipotecário à habitação (o chamado *subprime*).

A perda de confiança dos investidores que se seguiu levou a uma quebra acentuada da liquidez dos mercados financeiros e dos mercados monetários interbancários, a uma forte turbulência nas bolsas de valores, ao agravamento da crise do mercado imobiliário e, conseqüentemente, à redução do crédito e deterioração das condições de financiamento das economias.

Daí às intervenções de emergência das autoridades monetárias e dos governos em instituições bancárias com graves problemas de liquidez e solvabilidade, e à falência de outras, foi um passo relativamente curto. A intervenção do Banco de Inglaterra no banco *Northern Rock* ocorreu em Setembro de 2007 e a falência do banco *Lehman Brothers*, em Setembro de 2008, provocou o colapso, à escala global, da confiança no sector bancário.

Desde muito cedo que se tornou óbvio para mim que uma crise do sistema financeiro internacional de tal dimensão não poderia deixar de vir a ter consequências muito negativas sobre os níveis de produção, o emprego e as condições de vida das famílias.

Bastava ter presente a função vital que, numa economia de mercado, cabe ao sistema financeiro: facilitar os pagamentos e intermediar a utilização da poupança, captando-a junto dos aforradores, sob a forma de depósitos e outros instrumentos, e canalizando-a para os investidores, sob a forma de empréstimos. É por isso que uma perturbação grave no funcionamento do sistema financeiro dificulta, ou impede mesmo, o crescimento da economia.

A segunda razão por que não me surpreenderam excessivamente os efeitos da crise financeira internacional em Portugal reside no facto de a mesma ter chegado quando a economia portuguesa ainda apresentava vulnerabilidades estruturais sérias, conhecidas, de resto, da generalidade dos economistas atentos da realidade do País.

Se dúvidas houvesse, bastaria ler os primeiros parágrafos das Conclusões Preliminares da Missão do Fundo Monetário Internacional, de 14 de Julho de 2008 (disponível em [www.bportugal.pt]): «*A deterioração da conjuntura económica mundial está a prejudicar a recuperação de Portugal, mas os problemas fundamentais que condicionam a economia portuguesa são de raiz interna: amplos défices da balança corrente e orçamental; nível elevado da dívida das famílias, das empresas e do sector público; e um significativo hiato em matéria de competitividade. Portugal tem estado a viver acima das suas possibilidades desde há muitos anos, obtendo financiamento do resto do mundo através do sistema bancário, aumentando o endividamento externo. Porém, embora a participação na União Económica e Monetária altere a*

natureza da restrição externa, não a elimina: a acumulação de um passivo externo líquido não pode continuar indefinidamente.»

O meu empenho em ajudar o País e os Portugueses a enfrentar as dificuldades tem-se processado de múltiplas formas.

Entendi que é importante falar verdade aos Portugueses, de modo a induzir comportamentos que permitam atenuar os efeitos da crise e preparar um futuro colectivo mais próspero e mais justo. Só conhecendo a verdade da situação económica do País e dispondo de informação correcta podem as pessoas tomar decisões certas e ponderadas, que protejam o seu futuro e o dos seus filhos. Como disse na cerimónia de Comemoração dos 98 Anos da Proclamação da República, «a verdade gera confiança, a ilusão é fonte de descrença».

Ao mesmo tempo, tenho procurado inculcar nos Portugueses ânimo e vontade de vencer as dificuldades, apelando ao trabalho, ao sentido de responsabilidade, ao empreendedorismo, à criatividade, à união de esforços.

Aos jovens, tenho dirigido palavras de estímulo à aquisição das competências e qualificações exigidas pelos tempos em que vivemos e apelado a que, perante a dificuldade em conseguir o primeiro emprego, não se deixem vencer pela descrença e acreditem nas suas capacidades.

Tenho chamado a atenção dos empresários para a necessidade de aproveitarem as oportunidades que sempre existem em tempo de crise, para não adiarem os projectos de investimento que são claramente rentáveis, principalmente nos sectores vocacionados para a exportação, para que apostem na qualidade, na inovação, no desenvolvimento tecnológico e na qualificação dos recursos humanos, por forma a melhor enfrentarem a concorrência na economia global. É na produção de bens e serviços que concorrem com a produção estrangeira que se joga a capacidade competitiva do País e, conseqüentemente, a contenção do endividamento externo.

Junto de responsáveis políticos e agentes económicos estrangeiros, tenho procurado evidenciar as potencialidades do País e contribuir para a melhoria da sua imagem no exterior.

Aos Portugueses que se encontram em situações particularmente difíceis, tenho expressado a minha solidariedade, defendendo, ao mesmo tempo,

uma atenção particular, por parte dos poderes públicos, para com as regiões do País mais atingidas pela crise e a constituição de uma reserva para fazer face a eventuais situações de emergência social.

Tenho manifestado o meu apoio às organizações e instituições de solidariedade social, que trabalham afincadamente para responder ao acréscimo de solicitações de pessoas em situação de pobreza e de pedidos de ajuda para satisfação de necessidades básicas.

Na situação que o País atravessa, o Presidente da República não pode limitar-se ao diagnóstico, havendo que ter presente, no entanto, que não lhe cabe legislar ou governar. Nesse sentido, tenho procurado apontar o caminho que Portugal deve seguir para ultrapassar a quase estagnação em que tem vivido e voltar a aproximar-se, de forma sustentável, do nível de desenvolvimento médio dos nossos parceiros europeus. Tenho sublinhado, em múltiplas ocasiões, as prioridades estratégicas da política nacional que, em meu entender, nos permitem construir um futuro mais promissor.

Como Presidente da República de todos os Portugueses, entendo que devo defender também os interesses das gerações mais novas, daqueles que ainda não têm idade de votar. As decisões que se tomam no presente não podem ignorar os seus efeitos no futuro. Não temos o direito de deixar aos nossos filhos – e aos filhos dos nossos filhos – um passivo que tenham dificuldade em suportar, condenando-os a um nível de vida inferior àquele que os nossos pais nos proporcionaram.

É importante que os poderes públicos tenham presente a situação em que se pretende que o País se encontre quando a crise financeira internacional estiver ultrapassada, de modo a que as possibilidades de desenvolvimento futuro não fiquem comprometidas. Se, em comparação com os países concorrentes, a capacidade competitiva das empresas portuguesas não tiver melhorado e o sector exportador estiver mais fraco, tudo será ainda mais difícil.

Por outro lado, tenho reforçado o meu apelo para que os agentes políticos, no respeito pelas diferenças e pelo debate de ideias, deixem de lado querelas e divisões estéreis e procurem cooperar e juntar esforços para que o País vença as dificuldades e possam ser dadas perspectivas mais promissoras aos Portugueses.

Quando todos os esforços devem estar centrados na recuperação do atraso económico, no combate ao desemprego e ao risco de pobreza e de exclusão social e na redução das disparidades de rendimento, quando é necessário mobilizar e unir o País para vencer as dificuldades, é de todo incompreensível que a agenda política seja desviada para temas que provocam fracturas na sociedade portuguesa, que dividem os Portugueses e distraem a sua atenção da resolução dos problemas nacionais.

O Presidente da República e as Regiões Autónomas

Portugal é um Estado unitário, que «respeita na sua organização e funcionamento o regime autónómico insular», nos termos do artigo 6º da Constituição.

Esta solução constitucional, pela qual já por diversas vezes manifestei o meu apreço, é, sem dúvida, a que melhor corresponde à natureza do Estado português, à configuração do nosso território e aos legítimos direitos e interesses das populações insulares. Ao fim de trinta anos, o regime autónómico afirmou-se como uma das mais frutuosas realizações da nossa democracia, tendo contribuído decisivamente para o progresso económico e social dos Açores e da Madeira.

As competências que a Lei Fundamental atribui ao Presidente da República no que se refere às Regiões Autónomas correspondem à marcação das eleições dos deputados às Assembleias Legislativas, ao envio de mensagens a tais Assembleias e, bem assim, à sua dissolução, a qual, nos termos da Constituição, é feita após audição do Conselho de Estado e dos partidos com representação parlamentar regional.

Compete ainda ao Presidente da República, ouvido o Governo, nomear e exonerar os Representantes da República para as Regiões Autónomas, cabendo a estes a representação da República em cada uma das regiões insulares, não sendo por acaso que a Constituição lhes atribui o poder de assinar e mandar publicar os decretos legislativos regionais e os decretos regulamentares regionais. Relativamente a estes diplomas, é ao Representante da República que compete a respectiva assinatura, o envio para fisca-

lização preventiva por parte do Tribunal Constitucional ou o exercício do veto político.

A Constituição determina ainda que os órgãos de soberania cooperem com os órgãos de governo próprio, designadamente em domínios que se inscrevem, por natureza, na esfera de competência do Governo, enquanto órgão responsável pela condução da política geral do País. Esse dever de cooperação recíproca, nos termos constitucionais, incide particularmente no desenvolvimento económico e social das Regiões Autónomas e visa, em especial, a correcção das desigualdades resultantes da insularidade. A Lei Fundamental impõe, por conseguinte, que, entre os órgãos de soberania e os órgãos de governo próprio, existam, mais do que meras relações institucionais, relações de cooperação com vista a um objectivo específico: o desenvolvimento económico e social dos Açores e da Madeira.

Neste contexto, cabe sobretudo ao Presidente da República exercer a sua magistratura de influência para que se estabeleça um clima propício à cooperação entre os executivos da República e das Regiões.

Ao longo do meu mandato, tenho procurado que entre os órgãos da República e os órgãos regionais exista um diálogo leal e construtivo e um ambiente favorável a um salutar relacionamento institucional, e que as especificidades das Regiões sejam devidamente tidas em conta. Desloquei-me aos Açores e à Madeira, onde tive oportunidade de contactar com as populações insulares, e, por diversas ocasiões, procurei que melhorasse o diálogo entre o poder central e as Regiões. Estas devem ser respeitadas na sua autonomia político-administrativa, tal como devem saber respeitar o princípio fundamental da unidade do Estado. Todos têm a perder com a existência de conflitos entre soberania e autonomia.

Entendo, por outro lado, que o dever de isenção e imparcialidade no tratamento das diversas forças partidárias, que assumo no plano nacional, se estende também aos partidos representados nas Assembleias dos Açores e da Madeira. Neste pressuposto, deve o Presidente da República abster-se de alimentar polémicas ou comentar declarações de agentes políticos proferidas no âmbito do combate partidário próprio da democracia.

Considero ainda que o Presidente da República, do mesmo modo que não

deve interferir na organização e funcionamento interno dos demais órgãos de soberania, não pode imiscuir-se na organização e no funcionamento interno dos órgãos regionais. Compete-lhe, no uso da sua magistratura de influência, contribuir para atenuar crispações excessivas ou para ultrapassar situações anómalas, devendo, em princípio, fazê-lo com discrição e, em primeiro lugar, por intermédio dos Representantes da República, a quem cabe o acompanhamento da situação política em cada uma das Regiões, mantendo devidamente informado o Presidente da República.

No ano de 2008, um acontecimento marcou, de forma profunda, o futuro das Regiões Autónomas, bem como a configuração do Estado português como Estado unitário parcialmente regionalizado. Refiro-me, naturalmente, à aprovação da revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. Estou convicto de que, no processo conducente à aprovação daquele diploma, o que esteve em causa possui um alcance que, muito provavelmente, só o futuro permitirá descortinar em todas as suas implicações. Entendi, por isso, que a questão justificava que os Portugueses dela tivessem o mais amplo conhecimento.

Foi nesse contexto que decidi fazer, no dia 31 de Julho, uma comunicação ao País sobre a revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores. Desde o início, foi para mim muito claro o que estava em causa. Não era uma questão de maior ou menor apreço pela autonomia das regiões insulares. E não era, também, uma questão que se relacionasse directamente com o titular do cargo de Presidente da República. O que estava em causa, como disse aos Portugueses, era o princípio de confiança e de lealdade política e institucional que deve reger as relações entre os órgãos de soberania. Esta é uma questão que se situa num plano muito distinto do plano da apreciação da constitucionalidade das normas estatutárias.

Refiro-me, muito concretamente, à regra que impõe ao Presidente da República que, para dissolver a Assembleia Legislativa dos Açores, proceda à audição de um conjunto de entidades mais vasto do que aquele que tem de ouvir quando decide dissolver a Assembleia da República, solução que se me afigura absurda. Independentemente de saber se essa solução, além de absurda, é também inconstitucional, existe um elemento anterior que, em

meu entender, não é politicamente admissível: um órgão de soberania não deve, através de uma lei ordinária, limitar ou condicionar o exercício dos poderes de outro órgão de soberania, nem deve, tão-pouco, interpretar a Constituição no que se refere ao exercício dos poderes de outro órgão de soberania.

Esta é, como já referi, uma questão de confiança e de lealdade institucional, sem a qual o normal funcionamento das regras básicas do jogo democrático é comprometido e pervertido. Trata-se de um princípio essencial, válido quer no que se refere às competências do Presidente, quer às de qualquer outro órgão de soberania, sem prejuízo das particularidades constitucionais de cada um.

No caso em apreço, não estava em causa, repito, uma defesa dos poderes do Presidente da República, tanto mais que a norma em questão, relativa à dissolução da Assembleia Legislativa da Região, é de aplicabilidade muito remota. Em trinta anos de autonomia regional, jamais a Assembleia dos Açores foi dissolvida e não existem motivos para supor que tal aconteça no futuro próximo.

Antes de se configurar como uma questão jurídico-constitucional, trata-se de uma questão de respeito pelos valores fundamentais da República, que são válidos para todos e quaisquer órgãos do Estado. Se a Assembleia da República, por exemplo, decidisse limitar ou condicionar o modo como o Governo exercesse os seus poderes constitucionais, tal princípio seria igualmente posto em causa. E, mesmo que tal solução normativa não fosse necessariamente inconstitucional, sempre seria atentatória daquilo que, em meu entender, corresponde a um dos fundamentos basilares da nossa democracia: a lealdade institucional no contexto do equilíbrio entre poderes soberanos do Estado.

Uma outra norma do Estatuto dos Açores mereceu a minha oposição. Refere-se ela à autolimitação de poderes que os actuais Deputados introduziram naquele diploma. Decidiram os Deputados, mesmo depois de o Presidente da República ter vetado politicamente o diploma que revia o Estatuto, que, doravante, em futuras alterações do Estatuto, apenas poderão modificar os preceitos que a Assembleia Regional entender deverem ser modificados. Num processo de revisão estatutária, cuja abertura com-

pete ao parlamento regional, ficam, pois, os Deputados claramente limitados no exercício de um poder que a Constituição lhes atribui: o poder de aprovar as leis da República. Não é, para mim, compreensível que os Deputados hajam decidido hipotecar desta forma tão drástica a liberdade de acção dos seus sucessores.

A questão, uma vez mais, é essencialmente uma questão de princípio. Neste caso, o que se me afigura inadmissível, tal como encaro a estrutura do Estado português e o funcionamento dos seus órgãos soberanos, é a possibilidade de, por lei ordinária, os membros de um Parlamento limitarem os poderes dos Deputados vindouros. Na verdade, como a iniciativa de revisão estatutária cabe às Assembleias Regionais, e como os Deputados passaram agora a poder intervir apenas nas matérias que essas Assembleias decidirem que sejam revistas, o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores passou a adquirir um elevadíssimo grau de rigidez, quicá, até, superior ao da própria Constituição da República, algo que se me afigura um manifesto absurdo. De futuro, a margem de actuação dos Deputados de legislaturas subsequentes fica comprometida – porventura, definitivamente comprometida – por uma opção conjuntural dos Deputados da actual legislatura, opção que, para mais, ficou a dever-se a razões de natureza puramente partidária.

Ao contrário do que se pretendeu fazer crer, entendo que o que esteve em causa foi muito mais importante do que uma questão de relacionamento entre os Deputados à Assembleia da República e o Presidente da República. Os titulares dos cargos são efémeros e transitórios. O mesmo se não dirá dos valores basilares que fundaram a nossa democracia e sustentam o seu funcionamento. Esses, não tenho dúvidas, foram claramente postos em causa, independentemente de qualquer juízo que se faça sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade das normas do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Em todo este processo, procurei pautar o meu comportamento por duas regras: colocar o superior interesse nacional acima de tudo e falar verdade aos Portugueses, fazendo-os compreender o alcance e a gravidade desta questão política e institucional.

Ouvir os jovens

Os problemas dos jovens têm merecido uma atenção constante ao longo do meu mandato. Tenho procurado ouvir a sua voz e várias vezes me dirigi directamente às novas gerações, apelando a que não se resignem perante as dificuldades.

A qualidade da educação, o combate ao insucesso e ao abandono escolares, a violência nas escolas, o acesso dos jovens ao mercado de trabalho e a instabilidade do emprego, o acesso à habitação, o empreendedorismo económico, social, cultural e ambiental dos jovens são matérias a que tenho prestado a minha melhor atenção.

Os sinais de alheamento dos jovens em relação à vida política – colhidos, desde logo, nos contactos durante a minha vida universitária – constituem, desde há muito, uma das minhas preocupações.

O interesse dos jovens pela participação cívica e política é uma questão da maior relevância para o futuro do País, porque serão eles os governantes, os deputados, os autarcas, os dirigentes partidários que terão de assegurar a continuidade e qualidade da nossa democracia. Deles dependerá a vitalidade do nosso sistema político e a consciência cívica da sociedade portuguesa. Daí a importância de entender porque é que a política não motiva o interesse dos jovens.

Foi por isso que solicitei à Universidade Católica a realização de um estudo sobre as atitudes e comportamentos políticos dos jovens, com o objectivo de trazer o tema à discussão pública e convidar os agentes políticos a sobre ele reflectirem.

O estudo, efectuado de acordo com os métodos mais fiáveis de recolha de informação, confirmou um baixíssimo interesse dos jovens pela política. Disponibilizei-o aos grupos parlamentares e decidi fazer dele o tema central do meu discurso na 34ª Sessão Comemorativa do 25 de Abril, na Assembleia da República.

Promovi, depois, um encontro com líderes das organizações juvenis, com o objectivo de colher a sua opinião sobre o distanciamento dos jovens em relação à política e sobre as medidas que podem contribuir para minorar ou

inverter esta situação. Jovens com experiência na direcção de associações de diferente natureza – partidárias, académicas, sindicais, empresariais, culturais e de voluntariado – puderam, assim, dar contributos úteis para a compreensão do fenómeno.

O Encontro, que contou, na sua primeira parte, com a participação de quatro especialistas da área da ciência política, revelou-se bastante estimulante, não apenas no debate que teve lugar, mas também pelas Conclusões a que chegaram os três grupos de trabalho, constituídos exclusivamente por jovens, dedicados, respectivamente, à Política Local, à Política Nacional e à Participação Europeia e Internacional. Os grupos de trabalho foram dinamizados por jovens «facilitadores» que demonstraram, na prática, a eficácia do método de educação não formal seguido nas associações juvenis. Face à pertinência da maioria das recomendações, decidi enviar as Conclusões aos outros órgãos de soberania, assim como à Associação Nacional de Municípios e à Associação Nacional de Freguesias.

Uma das recomendações dirigidas ao Presidente da República foi a da realização de um «Roteiro para a Juventude», desafio que aceitei de imediato.

A primeira Jornada deste Roteiro, subordinada ao tema «Autonomia dos Jovens e Associativismo», incluiu visitas a empresas de jovens agricultores, a iniciativas de jovens empresários empreendedores, a uma organização cultural liderada por jovens e à Federação Académica do Porto. A finalizar esta Jornada, tive oportunidade de assistir a um desfile de moda de jovens criadores nacionais.

Os objectivos visados foram a valorização do associativismo jovem no âmbito empresarial como forma de promover a autonomia e de potenciar capacidades e competências, a divulgação de bons exemplos de capacidade inovadora e de iniciativa de jovens empreendedores, e o reconhecimento da acção cívica e social das associações e do voluntariado de jovens através das organizações estudantis.

Na intervenção que então produzi na Associação Nacional dos Jovens Empresários, sublinhei a importância, para as empresas e para a economia nacional, da autonomia empresarial em relação ao poder político e apelei aos jovens para que a assumissem sem receio e dessem o exemplo.

A tendência de algumas empresas para procurarem a protecção ou favor do Estado na realização dos seus negócios é nociva para o progresso do País e, a médio prazo, para os próprios empresários. Distorce a concorrência, favorece a produção de bens não transaccionáveis internacionalmente – acentuando o nosso desequilíbrio externo – e não estimula a inovação, a modernização tecnológica nem a preparação para a concorrência no mercado global. O poder político deve, portanto, actuar de forma a contrariar essa tendência e favorecer a autonomia dos empresários portugueses.

A segunda Jornada do Roteiro para a Juventude foi dedicada ao associativismo juvenil de cariz cultural e artístico como instrumento de emancipação económica e social dos jovens.

Procurei evidenciar bons exemplos de associativismo juvenil que trabalha e utiliza a arte como veículo de integração comunitária e de inclusão social, através da dinamização da vida das comunidades locais e oferecendo aos jovens oportunidades a que, de outro modo, não teriam acesso. Bons exemplos, também, de associações juvenis de cariz artístico que promovem a cidadania e o voluntariado como instrumentos de integração social e realização individual, e que estimulam a criação artística, a mobilidade internacional e o intercâmbio entre jovens artistas de diferentes países.

Nessa segunda Jornada do Roteiro para a Juventude, destacaram-se ainda projectos e iniciativas de jovens que são exemplos de partilha e aprendizagem intergeracional, constituindo espaços de liberdade criativa e de responsabilidade cívica de grande mérito.

Ao lançar o Roteiro para a Juventude, pretendi também dar oportunidade aos jovens para fazerem ouvir a sua voz, sublinhar as suas potencialidades individuais e as das suas organizações, e, muito especialmente, valorizar e reconhecer a valia da sua intervenção e da sua capacidade empreendedora para o progresso do País.

O Comandante Supremo das Forças Armadas

De acordo com a Constituição, o Presidente da República é o garante da independência nacional e da unidade do Estado e, por inerência, o Comandante Supremo das Forças Armadas.

O estatuto constitucional do Presidente da República, como Comandante Supremo das Forças Armadas, tem uma especificidade própria, sem paralelo em quaisquer das outras áreas da sua acção política, na medida em que pressupõe o exercício de competências explícitas e implícitas, com uma margem significativa de concretização na lei ordinária, como acontece na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

A associação constitucional do Presidente da República às Forças Armadas sublinha e acentua o seu carácter eminentemente nacional e suprapartidário, contribuindo, dessa forma, para o reforço da sua isenção política e para garantir a continuidade das políticas de Estado no âmbito da instituição militar e, num contexto mais alargado, no sector da defesa nacional.

A importância que atribuo às minhas funções como Comandante Supremo das Forças Armadas decorre não apenas das responsabilidades constitucionais e legais que me estão explicitamente atribuídas, mas também da interpretação atenta que faço dos conteúdos que, no exercício daquelas funções, podem ser identificados.

Constituindo-se como uma área de importância vital para a Nação e possuindo um carácter permanente e transversal, tenho-me empenhado em fazer com que a defesa nacional continue a merecer um amplo consenso dos diversos agentes políticos e órgãos de soberania.

Esta cultura de Estado tem constituído a referência determinante da minha acção em prol da convergência de esforços, das Instituições e dos Portugueses, em torno dos objectivos de defesa nacional. Daí que venha procurando acentuar, junto da opinião pública, a importância do papel das Forças Armadas na salvaguarda da defesa nacional e do bem-estar dos Portugueses e a sua crescente relevância como instrumento da política externa do Estado.

Durante algum tempo, deixámo-nos iludir com a esperança de que estaríamos a entrar numa nova ordem, sem razões para guerras, e em que

o desenvolvimento e os direitos humanos seriam as bases de um novo paradigma das relações internacionais. Podemos, hoje, constatar que a necessidade e a relevância das Forças Armadas não são menores do que no passado.

No desempenho das minhas funções como Comandante Supremo das Forças Armadas, tenho procurado dar particular ênfase ao acompanhamento dos assuntos de defesa nacional e ao desenvolvimento, na sociedade portuguesa, de uma cultura de segurança e de defesa. Tenho, igualmente, procurado contribuir para o reforço da coesão e do prestígio das Forças Armadas e para sensibilizar os Portugueses para as suas especificidades e o seu papel como instituição estruturante do Estado, assim como incentivar o processo de reestruturação e o desenvolvimento do trabalho e das capacidades conjuntas e combinadas das Forças Armadas.

Como Comandante Supremo, tenho exercido as minhas competências de aconselhamento do Governo acerca da condução da política de defesa nacional, em particular em relação às Forças Armadas, e mantido uma relação estreita com as chefias militares, de forma a recolher informação actualizada sobre as condições existentes para o cumprimento das suas missões.

Desde que tomei posse, realizei mais de vinte visitas e participações em actividades militares, tenho conferido prioridade ao contacto directo com os nossos militares, em especial com os que se encontram a cumprir missões no exterior do território nacional. Considero marcantes as visitas que efectuei ao Kosovo, à Bósnia-Herzegovina e ao Líbano, bem como às actividades de preparação para a missão de policiamento aéreo nos países bálticos, em que Portugal participou no âmbito da NATO.

Procurei, assim, levar ao conhecimento dos Portugueses o relevante papel que as Forças Armadas assumem na defesa dos interesses de Portugal e a imagem de prestígio, sentido do dever e competência evidenciada pelos nossos militares perante os aliados e entre as populações dos países onde se encontram destacados.

O reconhecimento dos sacrifícios suportados por estes militares e suas famílias levou-me, no período do Natal de 2008, a convidar os familiares dos militares e elementos das forças de segurança que estiveram em missão

no estrangeiro durante o último ano a partilharem, comigo e com a minha mulher, a abertura dessa época festiva no Palácio de Belém.

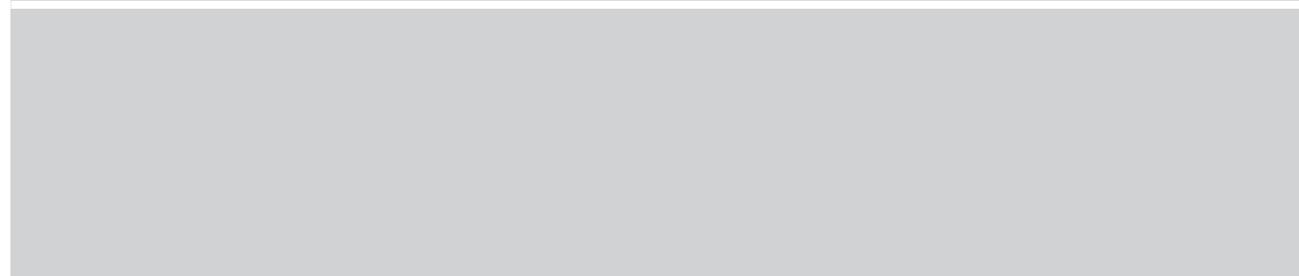
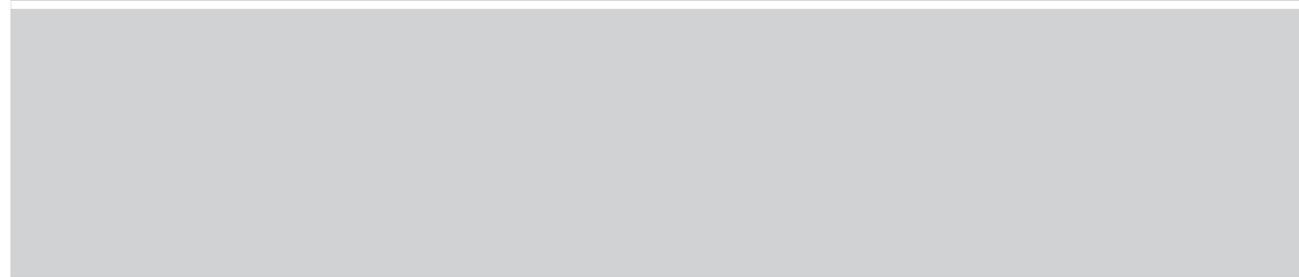
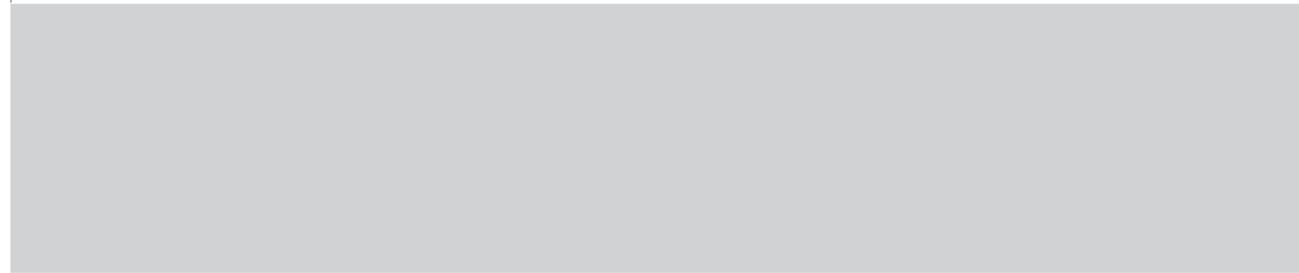
Desde o início do meu mandato, quis associar as Forças Armadas às cerimónias de celebração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, dando-lhes um merecido destaque como instituição fundamental do Estado, estruturante da nossa identidade e indissociável da história de Portugal como Nação livre e soberana. É nessa ocasião que me dirijo especialmente às Forças Armadas e procuro dar particular visibilidade e público testemunho das suas capacidades e da excelência do seu desempenho no cumprimento das missões em prol de Portugal e dos Portugueses.

Em suma, tenho procurado trilhar o caminho a que me propus no discurso de tomada de posse, em que assumi o propósito de reforçar a coesão e o prestígio da Instituição Militar, de acompanhar de perto, em articulação com os demais órgãos de soberania, o processo de reestruturação e modernização das Forças Armadas, e de estimular o trabalho conjunto dos ramos, de forma a reforçar a operacionalidade das forças e a promover uma adequada racionalização dos meios.

Aníbal Cavaco Silva

Março, 2009

Portugal Inteiro I





Sessão Solene Comemorativa do XXV Aniversário do Tribunal Constitucional

Centro Cultural de Belém, 9 de Abril de 2008

No dia 9 de Março de 2006, assumi no meu acto de posse como Presidente da República o compromisso de cumprir e fazer cumprir a Constituição.

Esta declaração de juramento, proferida nos termos previstos pela própria Lei Fundamental, faz nascer um vínculo especial entre o Chefe do Estado e um sistema de defesa da Constituição que tem no Tribunal Constitucional o seu órgão central de garantia. É, pois, com júbilo que tenho a honra de presidir às comemorações do 25º aniversário do Tribunal Constitucional da República Portuguesa.

Júbilo, dado que a revisão constitucional de 1982, ao criar neste Alto Tribunal um privilegiado guardião da Constituição e da democracia, culminou o processo de afirmação de Portugal como um Estado de direito democrático.

Júbilo, também, porque o quarto de século de vida do Tribunal Constitucional, como tribunal das leis e como tribunal dos direitos fundamentais, representa um referencial de estabilidade, quer na consolidação dos valores que estruturam a nossa ordem jurídica, quer no amadurecimento das relações institucionais de um Estado de direito que faz assentar a sua legitimidade na dignidade da pessoa humana e na soberania do povo.

Júbilo, finalmente, porque, tratando-se de um órgão judicial dotado de uma legítima e natural componente política, tanto em razão do processo de designação dos seus membros como do conteúdo da própria Constituição, nunca o Tribunal Constitucional se deixou envolver na espuma conjuntural da conflitualidade político-partidária.

A história de um Tribunal Constitucional é também a dos Juízes Conselheiros que marcaram a sua actividade. Neste caminho de 25 anos, e para citar apenas os nomes dos seus Presidentes, poderemos distinguir um tempo de implantação, sob a direcção de Armando Marques Guedes; um tempo de consolidação, apuramento jurisprudencial e exercício de novas competências, sob as presi-

dências de José Manuel Cardoso da Costa, de Luís Nunes de Almeida e de Artur Maurício; e agora, sob a presidência de Rui Moura Ramos, um tempo marcado por novos desafios.

De entre estes desafios, poder-se-á referir, desde logo, os que se colocam a propósito das relações entre o direito da União Europeia e a Constituição da República. Mas também a necessidade de garantir com maior eficácia o princípio da segurança jurídica, em face de um ordenamento jurídico integrado por leis que nem sempre se distinguem pela qualidade, pela objectividade ou pela previsibilidade na sua aplicação.

Poder-se-á assinalar, ainda, a necessidade de conservação da celeridade na realização da justiça, em face de uma maior procura da mesma e do exercício das novas e diversificadas competências que foram sendo atribuídas ao Tribunal Constitucional. Ou, por último, salientar o desafio que decorre da necessidade de clarificação do regime jurídico dos direitos sociais, em tempo de debate doutrinal.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Comemorar 25 anos de história do Tribunal Constitucional é celebrar, também, o desempenho do modelo português de fiscalização da constitucionalidade. Trata-se de um sistema com características próprias, que, tendo como órgão de cúpula o Tribunal Constitucional, combina uma fiscalização concreta cometida a todos os tribunais – a qual tem raízes na tradição jurídica portuguesa – com uma fiscalização abstracta concentrada no órgão máximo de justiça constitucional, própria do modelo dominante na Europa continental.

A prática demonstrou que o modelo português conseguiu ser equilibrado, ágil e eficaz na articulação de diferentes tipos de processos, reagindo à ocorrência de todas as espécies de inconstitucionalidades que afectam as normas jurídicas, mediante iniciativa de um conjunto alargado de órgãos constitucionais, bem como dos cidadãos. Trata-se, igualmente, de um dos modelos que, através do recurso de constitucionalidade, mais aproxima a Constituição do cidadão.

Tal opção permite que a Constituição da República não se resuma a uma norma isolada da vida colectiva, apenas interpretada e concretizada por um núcleo restrito e fechado de operadores jurídicos, mas sim a uma Lei que qualquer cidadão

pode invocar na defesa dos seus direitos e que qualquer juiz deve tomar como padrão das decisões que profere.

Trata-se, ainda, de um modelo que tem propiciado um elevado número de decisões de mérito na defesa dos direitos fundamentais, resultado que retira, por ora, oportunidade à discussão sobre a sua reforma através da ponderação de soluções alternativas.

Trata-se, finalmente, de um modelo que se consolidou no universo de língua portuguesa, sendo particularmente relevantes os pontos comuns entre os sistemas português e brasileiro e entre o nosso modelo e o de países africanos de expressão portuguesa, como o angolano, o cabo-verdiano e o são-tomense.

Senhoras e Senhores

Reservo uma palavra final de apreço para o estatuto de independência dos Juízes Conselheiros e para a qualidade das decisões do Tribunal Constitucional.

Sendo os membros que compõem este Tribunal oriundos de fontes de legitimidade com origens diversas quanto ao respectivo processo de designação, demonstra a prática institucional que sempre imperou uma regra de efectiva independência dos juízes constitucionais no exercício das suas funções, assim se assegurando a imparcialidade e o rigor na garantia da constitucionalidade do Direito.

Por outro lado, sendo a Constituição uma lei cujos princípios e normas devem conservar uma necessária maleabilidade e abertura para a regulação de novos factos e de novas situações, sempre o Tribunal Constitucional conseguiu imprimir uma leitura actualista e evolutiva no processo de interpretação da nossa Lei Fundamental.

De facto, este Tribunal é uma jurisdição do seu tempo, agregando a tradicional função de «legislador negativo», que elimina as normas inconstitucionais do ordenamento jurídico, a uma função reparadora do tecido normativo, através de acórdãos que modelam os efeitos das normas ou da própria decisão de inconstitucionalidade.

Importa sublinhar, e neste ponto termino, que essa interpretação evolutiva e essa jurisprudência reparadora do Tribunal se afirmaram tranquilamente na nossa ordem jurídica, no respeito dos restantes poderes do Estado, sem tenta-

ções activistas e com uma assinalável capacidade de autocontenção, discrição e prudência.

São todas estas razões que nos permitem celebrar, com júbilo, os 25 anos de vida de uma Instituição que tem constituído, para a República Portuguesa, um referencial de estabilidade e progresso.

Jantar Oferecido pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma da Madeira

Funchal, 14 de Abril de 2008

Nos Senhores Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira aqui presentes, quero começar por saudar o povo desta Região. A autonomia regional, tal como concebida na Constituição da República, só faz sentido na medida em que servir os interesses dos cidadãos da Madeira e de Porto Santo.

A autonomia, naquilo que tem de essencial, naquilo que tem de mais profundo, não foi desenhada artificialmente na letra da nossa Lei Fundamental. Foi construída todos os dias pelos madeirenses, conquistada palmo a palmo, com esforço e muito trabalho. O sucesso desta experiência política, um sucesso indiscutível, deve-se, pois, antes de mais, aos Portugueses da Região Autónoma da Madeira.

Saúdo também, naturalmente, os Senhores Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, agradecendo, em particular, ao Presidente desta Câmara o convite que me dirigiu para estar convosco nesta ocasião. Uma ocasião solene, decerto, mas também uma ocasião de festa e de são convívio, como é timbre das populações madeirenses. Esta é uma terra que os estrangeiros buscam pelas suas belezas naturais, pela qualidade da sua oferta turística, e, talvez acima de tudo, pela hospitalidade, pela abertura de espírito e pelo cosmopolitismo das suas gentes.

Mas, como é evidente, não vim à Madeira como estrangeiro. Visito esta Região Autónoma, que sempre admirei, como Presidente da República Portuguesa, garante da unidade do Estado que jurou fazer cumprir um texto constitucional que reconhece as particularidades das regiões insulares. A Madeira, fazendo parte integrante do território nacional, possui uma identidade própria, que deve ser conhecida, apreciada, respeitada e dignificada.

Não é apenas porque a Constituição de 1976 assim o quis que estas ilhas são autónomas. São autónomas, desde logo, porque a Natureza assim as fez. Os desígnios

eternos da geografia são tão importantes quanto a vontade efémera dos seres humanos. A insularidade não é uma ficção jurídica. É uma realidade natural que, ao longo dos séculos, os madeirenses converteram em realidade histórica e cultural. Os deputados constituintes de 1976 reconheceram, em larga medida, aquilo que a geografia física e humana já havia criado. Situada no Atlântico, mas não afastada de Portugal, a Madeira singulariza-se por si própria.

No entanto, a autonomia da Madeira não é apenas uma imposição geográfica. É também uma afirmação de vontade das gentes que aqui nasceram e que aqui habitam. E uma afirmação de vontade, ainda, das comunidades madeirenses na diáspora, com que tenho contactado em várias partes do mundo. Graças ao esforço de todos os madeirenses, a autonomia tornou-se uma realidade indiscutível, que ninguém contesta, que ninguém pretende pôr em causa. Repito: a autonomia insular é um princípio adquirido, que nenhum português questiona.

É esse o espírito que tem de nortear o relacionamento entre os poderes regionais e os centrais. Estes devem respeito à autonomia, no justo reconhecimento de que existe uma especificidade que reclama uma dignidade própria. Da parte dos poderes regionais, por seu turno, deve ser cultivada a dignidade que justamente reclamam para si próprios. O respeito mútuo é algo que só se firma, naturalmente, com o contributo de ambas as partes.

Verifico com alegria que, ao longo das últimas décadas, esta terra se converteu num caso de sucesso económico e social, e que o desenvolvimento aqui registado, além de orgulhar todos os Portugueses, deve servir de estímulo para Portugal inteiro. A Madeira mostra-nos que é possível fazer melhor e chegar onde queremos, lá onde a vontade alcança.

Verifico, igualmente, com muita satisfação, a normalidade do relacionamento entre as autoridades regionais e as autoridades da República. Orgulho-me de ter defendido, logo na tomada de posse como Presidente da República, a formação desse clima de confiança e de respeito mútuo.

Não tenhamos dúvidas: todos teriam a perder com a persistência de conflitos mais ou menos artificiais. Os madeirenses, porque veriam prejudicado o laço de solidariedade que a República lhes deve. Os poderes centrais, porque perderiam a oportunidade de escutar os legítimos anseios de uma parcela da população portuguesa, com a qual devem dialogar num ambiente de harmonia e de tranquilidade.

Sei que há muito a fazer em comum. Não ignoro que a Madeira tem problemas próprios, que devem ser acompanhados atentamente. Ao vir aqui, pretendo conhecer melhor não só o progresso que esta Região evidencia, mas também os desafios que se propõe enfrentar no futuro. Registo com grande apreço a circunstância de a autonomia regional ter atingido uma fase de maturidade e um nível de consolidação perfeitamente sedimentado.

Todos sabemos que a existência de tensões é uma realidade natural e incontornável na afirmação das autonomias regionais. Estranho seria se não existissem tensões. Seria sinal de imobilismo das populações insulares, seria um indício de que os madeirenses se tinham resignado. Ora, não é isso que aqui se encontra. Por toda a parte, deparamos com exemplos de dinamismo, nos planos empresarial, social e cultural. Os órgãos de governo próprio da Região têm de dar expressão a esse espírito das populações que representam. E, por isso, é natural que também dêem mostras de inconformismo. É legítimo que exijam mais e melhor da parte das autoridades da República, pois, no fundo, querem mais e melhor para os habitantes da Região. Servir os madeirenses passa também por exigir da República aquilo que a República lhes deve e pode dar.

Estou certo de que a cultura política da Região Autónoma da Madeira, ao entrar na sua fase de maturidade plena, também sabe que a solidariedade da República depende dos recursos disponíveis, e que estes são, necessariamente, limitados. Tenho a profunda convicção de que os madeirenses não quererão reclamar para si aquilo que não pode ser dado aos outros portugueses. Conheço o patriotismo das gentes desta Região Autónoma e o sentimento profundo e inquebrável que as une a Portugal. Penso, pois, que, em nome desse patriotismo, os madeirenses não se escusam a partilhar sacrifícios, quando estes são devidamente explicados e impostos com justiça e sem discriminações injustificadas.

Regozijo-me com o espírito que encontro na Região Autónoma da Madeira. Um espírito dinâmico, mas sereno, uma atitude inconformista, mas tranquila. Sobretudo, o desejo de cooperar, com lealdade e dignidade, com os órgãos da República. Estou seguro de que, por parte destes últimos, há também a vontade de colaborar em benefício de todos, porque todos somos Portugueses.

Como Portugueses, somos iguais nos deveres como nos direitos. Respeitar a autonomia e as suas exigências legítimas é respeitar a igualdade entre todos os

que querem continuar este destino colectivo que se chama Portugal. Em nome de Portugal, agradeço a vossa coragem, a vossa força, a vossa tenacidade.

A todos os madeirenses e aos seus legítimos representantes, presentes nesta Casa, muito obrigado.

Sessão Solene Comemorativa do XXXIV Aniversário do 25 de Abril

Assembleia da República, 25 de Abril de 2008

Celebramos hoje, uma vez mais, o aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Não vou repetir o que aqui afirmei o ano passado. Apenas direi que me impressiona que muitos jovens não saibam sequer o que foi o 25 de Abril, nem o que significou para Portugal. Os mais novos, sobretudo, quando interrogados sobre o que sucedeu em 25 de Abril de 1974, produzem afirmações que surpreendem pela ignorância de quem foram os principais protagonistas, pelo total alheamento relativamente ao que era viver num regime autoritário.

Não posso deixar de recordar, Senhores Deputados, que, quando o 25 de Abril ocorreu, uma parcela substancial da nossa população nem sequer era nascida. Quem viveu a Revolução, tem a tendência para não se lembrar disso, julgando que essa data, fixada no tempo, possui uma perenidade eterna.

Não é justo para aqueles que se bateram pela liberdade, tantas vezes arriscando a própria vida, que a geração responsável por manter viva a memória de Abril persista em esquecer que a Revolução foi um projecto de futuro e que, por ter sido um projecto de futuro, deve continuar a ser um sonho inspirador e um ideal para as gerações vindouras.

Um regime político não pode esquecer as suas origens. Não é saudável que a nossa democracia despreze o seu código genético e as promessas que nele estiveram inscritas. Num certo sentido, o 25 de Abril continua por realizar. Naquilo que continha em termos de ambição de uma sociedade mais justa, naquilo que exigia de um maior empenhamento cívico dos cidadãos, naquilo que implicava de uma nova atitude da classe política, há ainda um longo caminho a percorrer.

Foi justamente a pensar na importância do 25 de Abril para a juventude dos nossos dias que, no ano passado, procurei suscitar a reflexão dos Senhores Deputados sobre o sentido a dar a esta efeméride.

Eu próprio reflecti sobre que sentido faz hoje evocar o 25 de Abril. E, como sempre defendi que os agentes políticos devem prestar contas do que fazem, aqui me encontro para dizer aos Portugueses que continuo convencido de que a juventude é o horizonte de qualquer comemoração do 25 de Abril verdadeiramente digna desse nome.

O 25 de Abril, disse-o há um ano e digo-o de novo, não é monopólio de uma geração nem de uma força política. O pluralismo que inaugurou leva a comemorá-lo pensando na salutar diversidade de opiniões, no confronto de tendências e de visões do mundo, na livre expressão das ideias, no legítimo exercício do direito de criticar e discordar. Acima de tudo, leva a comemorá-lo pensando que o 25 de Abril é, cada vez mais, daqueles que nem sequer o viveram.

Ora, aquilo que encontrei ao longo deste ano faz-me ter esperança na juventude, mas também alguma preocupação quanto aos seus destinos. Ao percorrer o País, nomeadamente nos «Roteiros» que tenho lançado, deparei de Norte a Sul com jovens empreendedores e dinâmicos que ousam projectos de risco, conheci o trabalho de investigadores de excelência à altura dos melhores do mundo, contactei uma nova geração que se dedica a acções de voluntariado e que demonstra um comovente espírito de entrega ao serviço dos outros.

Mas, à semelhança do que aqui disse o ano passado, se por toda a parte encontrei sinais promissores, também sinto que não temos conseguido mobilizar os jovens para um envolvimento mais activo e participante na vida política. Como esta é uma questão que considero demasiado séria, entendi que não poderia limitar-me a falar com base em meras suposições. E, como considero que devo prestar contas do que fiz, gostaria de partilhar com os presentes nesta sala e com todos os Portugueses os resultados de um Estudo* sobre as atitudes e comportamentos políticos dos jovens em Portugal, que, por minha iniciativa, a Universidade Católica realizou e que irei em breve facultar aos grupos parlamentares. Verifica-se que os jovens se distinguem dos outros grupos etários em relação a alguns tipos de comportamento, mas não em relação a todos eles.

Nesse Estudo, que me foi apresentado em Janeiro deste ano, concluiu-se, e passo a enunciar:

* «Os Jovens e a Política» – UCP/CESOP, Janeiro de 2008.

– em primeiro lugar, que é notória a insatisfação dos Portugueses com o funcionamento da democracia, assim como a existência de atitudes favoráveis a reformas profundas na sociedade portuguesa;

– os mais jovens, entre os 15 e os 17 anos, e os jovens adultos, entre os 18 e os 29 anos – ou seja, os que nasceram após o 25 de Abril – são a camada etária que se mostra mais favorável à introdução de reformas incrementais e limitadas no sistema. De realçar, contudo, que os jovens revelam menor pessimismo quanto ao futuro do que os outros grupos etários;

– os jovens estão menos expostos à informação política pelos meios convencionais de comunicação do que os restantes segmentos da população e mostram, também, mais baixos níveis de conhecimentos políticos;

– exceptuando o exercício do direito de voto, a população portuguesa tende a ser céptica em relação à eficácia da participação política tradicional, isto é, aquela que é feita através dos partidos;

– no que respeita a um conjunto genérico de medidas destinadas a melhorar a qualidade do sistema democrático, os Portugueses são particularmente favoráveis à presença das mulheres na vida política, à criação de novos mecanismos de participação e à maior personalização do sistema eleitoral.

Trata-se de um Estudo efectuado de acordo com os métodos mais adequados e fiáveis de recolha de informação, podendo considerar-se que os elementos que contém são fidedignos e correspondem à realidade. Foi esta realidade que o Presidente da República quis conhecer. E é esta realidade que aqui trago ao conhecimento dos Senhores Deputados, na convicção de que os agentes políticos não podem alhear-se do pulsar da sociedade e daquilo que os cidadãos pensam daqueles que os governam.

O Estudo mostra ainda outros dados que merecem uma análise séria e uma ponderação profunda:

– já em 2004, os Portugueses contavam-se entre os europeus e os cidadãos de países desenvolvidos com uma pior avaliação do funcionamento da democracia; de 2004 para cá, a insatisfação e o pessimismo cresceram de forma sensível;

– do ponto de vista do chamado «interesse pela política», os resultados demonstram, e cito textualmente o Estudo, um «baixíssimo interesse dos inquiridos entre os 15 e os 17 anos»;

– em termos comparativos, além da Hungria e da Eslováquia, Portugal é o país europeu em que os cidadãos dão menos importância à política nas suas vidas;

– os cidadãos, em geral, mostram maiores níveis de interesse pela política a nível local do que a nível nacional e internacional.

O Estudo colocou aos inquiridos três perguntas muito simples: qual o número de Estados da União Europeia, quem foi o primeiro Presidente eleito após o 25 de Abril e se o Partido Socialista dispunha ou não de uma maioria absoluta no Parlamento. Pois, Senhores Deputados, metade dos jovens entre os 15 e os 19 anos e um terço dos jovens entre os 18 e os 29 anos não foi sequer capaz de responder correctamente a uma única das três perguntas colocadas. Repito: metade dos jovens entre os 15 e os 19 anos não foi capaz de responder a uma única de três perguntas simples que lhes foram colocadas. No dia em que comemoramos solenemente o 34º aniversário do 25 de Abril, numa cerimónia todos os anos repetida, somos obrigados a pensar se foi este o futuro que sonhámos.

Justamente por isso, é meu propósito promover em breve um encontro com representantes de organizações de juventude, tendo por objectivo colher a sua opinião sobre o distanciamento dos jovens em relação à política e sobre as medidas que possam contribuir para minorar ou inverter esta situação.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Se estes são os resultados, será mais difícil diagnosticar as causas. Sei que a actividade política, sobretudo nas democracias consolidadas e nas sociedades desenvolvidas, não ocupa um lugar cimeiro nas preocupações quotidianas dos cidadãos. Simplesmente, mesmo em comparação com os demais países da Europa, os resultados obtidos em Portugal não são animadores.

É natural, é saudável, até, que os cidadãos em geral e os jovens em particular tenham centros de interesse para além da vida política. Tal significa que têm a democracia como um dado adquirido, que interiorizaram o facto de viverem num regime democrático e agora dedicam a sua atenção a outras realidades.

Em todo o caso, o nível de informação dos jovens relativamente à política é de tal forma baixo que ultrapassa os limites daquilo que é natural e salutar numa democracia amadurecida. O alheamento da juventude não pode deixar de nos preocupar a todos, a começar pelos agentes políticos. A começar por vós, Senhores Deputados. Se os jovens não se interessam pela política é porque a política não é capaz de motivar o interesse dos jovens. Interrogome que efeitos daqui resultarão para o governo de Portugal num futuro não muito distante.

Impõe-se, por isso, que diminua aquilo a que os especialistas chamam a «distância ao poder». Não por acaso, a política local, segundo os elementos daquele Estudo, é aquela que mais motiva os cidadãos. Quanto mais próximos estiverem os cidadãos dos centros de decisão, maior será o seu interesse em participar e intervir. Daí que os centros de decisão tenham de procurar uma «política de proximidade» relativamente aos Portugueses.

É isso que tenho feito através dos «Roteiros» e de outras iniciativas que me têm levado a contactar directamente as populações, a conhecer de perto os seus anseios, os seus problemas, a sua insatisfação, mas também as suas esperanças, a sua crença num País melhor, os inúmeros exemplos de sucesso e de boas práticas que encontrei na vida empresarial ou académica, ou nos domínios da cultura, da inclusão social, do ambiente e da investigação científica.

Os partidos políticos possuem responsabilidades muito claras no combate ao alheamento dos jovens pela vida pública. No fundo, no combate à indiferença que muitos jovens têm pelo futuro do seu País. Tal deve-se, em boa medida, ao facto de não ter havido o necessário esforço para a credibilização da vida política. Esse esforço não dispensa algo de muito simples: ouvir o Povo e falar-lhe com verdade. Vender ilusões não é, seguramente, a melhor forma de fortalecer o imprescindível clima de confiança que deve existir entre os cidadãos e a classe política.

Do mesmo modo que seria bom acabar com um certo autismo de alguma classe política, levando-a a conhecer melhor a realidade do País, deveríamos pôr cobro ao pessimismo que muitos dizem ser uma característica singular do povo português, desde tempos imemoriais.

Na sua vida de todos os dias, os Portugueses interrogam-se sobre o que lhes reservará o futuro. Existirão sinais para sermos optimistas? Ou, pelo contrário,

os indícios apontam para um futuro sombrio? Esta é a atitude típica daqueles que preferem aguardar pelo futuro ou que persistem em tentar adivinhar como será o futuro, em vez de pensar o que devem fazer no presente.

Em vez de nos interrogarmos tanto sobre o que o futuro nos trará, seria melhor que nos concentrássemos sobre o que poderemos trazer ao presente. O futuro começa agora. O futuro será o que dele fizermos hoje, nas nossas vidas profissionais e pessoais, nos nossos comportamentos cívicos, nas nossas atitudes perante os outros. Ao invés de imaginar o dia de amanhã, em lugar de procurarmos sinais nas estrelas de um futuro incerto, construamos hoje mesmo o que queremos para um Portugal melhor. É esse o espírito com que exerço as funções em que fui investido, precisamente neste hemisfério, onde jurei cumprir e fazer cumprir a Constituição Portuguesa.

Sou Presidente da República porque não me resignei. Porque quis dar o meu contributo presente para o futuro das gerações que nos seguem. Não me resigno, acima de tudo, porque acredito no meu País e nos seus cidadãos. E, por isso, renovo o apelo de há um ano, dirigido a todos os Portugueses, sobretudo aos mais jovens – não se resignem! Só assim sereis dignos da memória do 25 de Abril.

Muito obrigado.

Cerimónia Comemorativa dos 200 Anos da Ordem Militar da Torre e Espada

Liga dos Combatentes, 13 de Maio de 2008

Criada no século XV por D. Afonso V, como Ordem da Espada, e restabelecida, faz hoje precisamente 200 anos, pelo Príncipe Regente D. João, futuro Rei D. João VI, a actual Ordem Militar da Torre e Espada é a mais importante das Ordens Honoríficas Portuguesas e aquela em cujo nome figura a própria divisa «do Valor, Lealdade e Mérito». A sua atribuição, que visa distinguir méritos excepcionalmente relevantes demonstrados no exercício de funções ou de cargos associados à actividade dos órgãos de soberania ou ao comando de tropas em campanha, estende-se, também, a feitos de heroísmo militar e cívico e a actos excepcionais de abnegação e sacrifício pela Pátria e pela Humanidade.

No decurso do seu já longo período de existência, a Ordem da Torre e Espada serviu para homenagear os méritos dos Portugueses, dos nossos melhores, daqueles que de forma decisiva contribuíram para a nossa afirmação como País livre, soberano e independente. E é possível identificar como linha caracterizadora da obra, dos feitos e da postura daqueles que a receberam nestes 200 anos, o fio condutor expresso nas três palavras da sua divisa – o Valor, a Lealdade e o Mérito.

Desde que iniciei funções como Presidente da República, nas iniciativas que tenho lançado, em especial nos diversos «Roteiros» que me têm levado a percorrer o País, é também este tipo de qualidades – o Valor, a Lealdade e o Mérito – que procuro, de algum modo, salientar quando apelo à ambição dos Portugueses e ao seu trabalho em comum com vista a alcançarmos um melhor futuro para um País que é de todos, um País que é também das gerações que nos precederam e das gerações que nos vão suceder.

A Ordem Militar da Torre e Espada é, verdadeiramente, a mais excepcional expressão de reconhecimento que Portugal tem dado àqueles que, pelo seu esforço e pelo seu sacrifício, enriqueceram de forma notável a sua Pátria e a Humanidade.

Hoje, encontramos aqui, na Liga dos Combatentes, ostentando as insígnias que os identificam como cidadãos merecedores de tão notável homenagem, alguns dos portugueses de que tenho vindo a falar. São dignos descendentes daqueles que, há muitos séculos atrás, protagonizaram o começo da aventura que lançou os alicerces de um mundo novo.

É este mundo globalizado, interdependente e competitivo dos nossos dias que coloca, de novo, exigentes desafios aos Portugueses. Talvez mais do que nunca, a capacidade de realização dos Portugueses será posta à prova em múltiplas áreas. Na ciência, na inovação, na competitividade, na inclusão social, na defesa do património, somos chamados a continuar a História de Portugal, rica em exemplos de querer e de ambição. Uma História feita de trabalho, de sacrifícios, de determinação e coragem. Uma História enobrecida por grandes e pequenos gestos de Valor, Lealdade e Mérito.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Ao longo dos tempos, as Ordens Honoríficas têm servido, essencialmente, para traduzir o reconhecimento da Nação e do Estado para com os cidadãos que se distinguem pela sua acção em prol da Pátria e em benefício da comunidade. Mas as Ordens Honoríficas Nacionais deverão também constituir um referencial simbólico de primeira linha para estimular o aperfeiçoamento do mérito e as virtudes que visam distinguir.

No dia de hoje, em que me associo à homenagem aos condecorados com a Ordem da Torre e Espada, faz todo o sentido chamar a atenção para as insígnias que aqueles orgulhosamente ostentam, pois elas são testemunho de altas virtudes, exemplo de trabalho e modelo de vida para os outros cidadãos.

Ao conferir prestígio e dignidade às nossas condecorações, não só se mantêm vivas as grandes tradições nacionais, como se contribui para estimular a vontade de fazer mais e melhor em prol da sociedade.

Quero, assim, saudar muito calorosamente a Liga dos Combatentes pela feliz iniciativa de comemorar os 200 anos da Ordem da Torre e Espada e, muito em especial, quero saudar todos os condecorados com esta Ordem aqui presentes, homenageando-os pelos feitos excepcionais que os distinguiram e, também, pelo exemplo que constituem. Faço votos de que todos os Portugueses saibam estar

à altura dos exemplos de cidadania que se encontram nesta sala, exemplos de Valor, de Lealdade e de Mérito.

Muito obrigado.

Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas por Ocasão do Dia de Portugal

Viana do Castelo, 9 de Junho de 2008

Nesta celebração do Dia de Portugal, mas também das Comunidades Portuguesas, quero saudar de forma muito particular todos os Portugueses da diáspora, dirigindo-lhes uma mensagem de estímulo e de reconhecimento.

Desde o início do meu mandato, tenho tido a preocupação de realçar o mérito dos Portugueses que vivem e trabalham no estrangeiro, e o importante papel que desempenham na afirmação de Portugal no mundo, que tive a oportunidade de testemunhar em diversas ocasiões.

Foi o que aconteceu, há pouco menos de um ano, quando me desloquei aos Estados Unidos da América para visitar as comunidades das áreas de Boston, Fall River, New Bedford e Newark ou, mais recentemente, quando, no Rio de Janeiro e em Maputo, contactei com portugueses que vivem e trabalham no Brasil e em Moçambique.

Sabemos que não é de hoje a aventura portuguesa no mundo. Mas, se os Portugueses que partiram da sua pátria têm uma história feita de determinação e de engenho, têm também um presente e terão, certamente, um futuro que importa valorizar.

Foi com este objectivo que decidi apoiar a criação do «Prémio Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa», que tive a oportunidade de anunciar no ano passado, durante a minha visita à comunidade portuguesa no Luxemburgo.

Este prémio pretende reconhecer cidadãos portugueses que, pela sua capacidade de empreender e de inovar, se tenham distinguido, quer pela sua acção nos seus países de acolhimento, quer pela sua relação com Portugal.

Sei que este é apenas um pequeno contributo. Sei como as gerações de portugueses espalhados por todo o mundo têm sido a expressão do espírito empreendedor português, da capacidade de assumir riscos, do esforço e da ambição de ir mais além. Mas sei, igualmente, que todos somos necessários para mobilizar esse enorme capital social que a diáspora portuguesa representa.

A facilidade de comunicação e a rapidez de transferência de conhecimento, que caracterizam a globalização, configuram um novo desafio para Portugal, e, simultaneamente, uma nova realidade para a nossa diáspora.

Se, no passado, muitos partiram sem saber se algum dia teriam a possibilidade de regressar, hoje as distâncias encurtam-se e todos os Portugueses podem estar bem mais próximos uns dos outros e do seu País.

Por isso, neste Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas, apelo à mobilização desse imenso capital social e humano que são os cinco milhões de portugueses e de luso-descendentes que vivem e trabalham no estrangeiro.

Os recursos e os conhecimentos dos Portugueses no exterior podem contribuir para uma maior afirmação de Portugal no plano internacional, apoiando, por exemplo, a entrada de produtos e de empresas nacionais em novos mercados.

Por outro lado, Portugal deve saber atrair e acarinhar os Portugueses que, estando no exterior, pretendem regressar e, desta forma, contribuir com investimentos, formação e experiência para o desenvolvimento económico e social do País.

Essa mobilização poderá ser feita com o empenhamento da sociedade civil, devendo ser complementada e consolidada através do desenvolvimento de mecanismos formais – como, por exemplo, as câmaras de comércio e as novas redes comerciais, sem esquecer as instituições tradicionais de origem portuguesa. Mas, sendo este um desígnio nacional, caberá ainda ao Estado português fomentar as relações entre Portugal e as suas Comunidades.

Neste Dia de Portugal, não poderia deixar de evocar esse extraordinário génio literário, cujo dia também hoje se celebra, Luís Vaz de Camões. A sua obra maior, *Os Lusíadas*, expressão máxima da nossa língua, nunca teria sido escrita se também ele, um dia, não tivesse partido à descoberta de «novos mundos».

Comemorar o Dia de Camões é celebrar a Língua Portuguesa. Também no domínio da valorização da nossa língua e da nossa cultura, o papel fundamental das comunidades portuguesas não pode ser esquecido.

A todos os Portugueses que residem e trabalham no estrangeiro deixo, mais uma vez, uma palavra de apreço e de reconhecimento.

Sei que podemos contar convosco. Podem e devem contar com Portugal.

Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho

Viana do Castelo, 10 de Junho de 2008

Nas comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, evocamos os grandes feitos dos que nos antecederam e as tradições de todo um Povo.

Um Povo que, demonstrando uma vontade férrea de afirmação, conquistou a pulso o seu espaço e demonstrou a tenacidade necessária para o preservar. Um Povo que provou a capacidade para transportar a sua cultura mais além, mais do que a sua própria dimensão poderia fazer crer, lançando-se numa assombrosa e admirável aventura.

É este legado, de que nos orgulhamos, que deve ser exaltado e lembrado às novas gerações como o lugar onde nos reencontramos como Nação.

A verdadeira homenagem que podemos fazer a esta herança é continuá-la, enfrentando os novos desafios, conquistando as fronteiras do desconhecido, ultrapassando uma vez mais o que parece ser intransponível.

Nos meus percursos, é esse espírito que, apesar das dificuldades, continuo a encontrar nos Portugueses, é essa determinação e esse arrojo que, em particular, tenho visto nos jovens, o que me torna confiante e seguro de que a alma e o sentir portugueses se mantêm vivos e merecedores do seu passado.

Por isto, neste dia, homenageamos os que continuam a distinguir-se e a distinguir-nos, contribuindo com a sua coragem, inteligência, mérito e esforço para a construção de um país melhor, de um mundo mais seguro, mais próspero, mais solidário.

Daí, também, que tenha pleno sentido associar as Forças Armadas a estas celebrações.

Militares

Os caminhos da Nação justapõem-se, incontornavelmente, ao percurso das Forças Armadas.

Presente nos momentos mais significativos da nossa História, torna-se difícil encontrar uma Instituição que tenha contribuído tanto, tantas vezes e com o sacrifício de tantos para a edificação e consolidação da Nação portuguesa.

Hoje, continua a ser assim, em terras longínquas do Afeganistão, onde, simultaneamente, se procura combater o terrorismo internacional e o narcotráfico, auxiliar o desenvolvimento daquele país nas suas capacidades essenciais de defesa e segurança e proporcionar mais tranquilidade às populações na sua vida diária.

É assim no Kosovo, garantindo estabilidade, segurança e bem-estar, num momento de transformação particularmente sensível, onde a oportunidade de intervenção e a forma de relacionamento com as populações locais assumem particular relevância.

Foi desta forma no Chade, facilitando a construção da capacidade militar internacional necessária para o auxílio humanitário às vítimas nas áreas de conflito, e foi-o também, nos céus dos países bálticos, cumprindo a obrigação solidária da defesa do espaço aéreo daqueles membros recentes da Aliança Atlântica.

É assim, também, no Líbano, onde tive o privilégio de estar com os nossos militares, e a satisfação de verificar, uma vez mais, o modo saudável como os soldados portugueses vão disseminando a tradicional forma de ser lusitana.

É extremamente gratificante, não só como Presidente da República e Comandante Supremo, mas também como cidadão, constatar o elevado prestígio e a consideração de que os nossos militares usufruem em qualquer das missões em que estão empenhados, em diversos pontos do globo.

A participação nacional nestas missões, que traduz o natural cumprimento do compromisso de solidariedade, concorre directamente para a afirmação de Portugal no mundo e, mais do que isso, concorre para a segurança do espaço em que vivemos e para a salvaguarda dos valores em que acreditamos.

A defesa nacional, actualmente, conhece fronteiras difusas, envolvendo o empenhamento das nossas Forças Armadas fora do território nacional, partilhando o esforço de contenção dos conflitos para que também as nossas populações sejam protegidas dos seus efeitos.

Infelizmente, hoje em dia, a abrangência e o carácter multifacetado das ameaças e a incerteza quanto à sua localização tornam necessárias uma maior vigilância

e uma acrescida capacidade de intervenção, razão pela qual o carácter expedicionário das forças, sendo embora decisivo, não dispensa a vertente da dissuasão do poder militar. Ao Estado, a quem incumbe a responsabilidade pelas questões de soberania, cabe assegurar condições para a manutenção das capacidades nacionais de defesa.

Uma política de Defesa Nacional adequada, moderna e eficiente implica organizar melhor as diferentes responsabilidades, clarificando e ordenando competências, evitando duplicações e buscando eficácia, racionalidade e economia de meios.

As importantes reformas que têm vindo a ser conduzidas no âmbito da Defesa Nacional e das Forças Armadas devem prosseguir o rumo já enunciado, no sentido da criação de estruturas mais ágeis e eficazes, adequadas às exigências do ambiente de segurança, ao cumprimento das missões militares e à satisfação dos compromissos do País, enquanto membro de várias organizações internacionais de segurança e defesa.

Para a manutenção de um instrumento militar credível, actual e de elevada prontidão e capacidade, torna-se fundamental a valorização da profissão militar, e o respeito pela sua especificidade. As Forças Armadas necessitam de elementos altamente preparados e motivados, assim como permanentemente disponíveis para o cumprimento do juramento a que se obrigam quando nelas ingressam. Neste âmbito, a reestruturação em curso das carreiras militares deve ser suficientemente apelativa para garantir a permanência de quadros altamente especializados na Instituição e a captação de novos voluntários para preenchimento das necessidades do Sistema de Forças.

Igualmente importante é a disponibilização do investimento necessário para assegurar a operacionalidade da força militar. No cenário de contenção orçamental em que vivemos, o melhor aproveitamento das valências e capacidades existentes nas Forças Armadas, ao evitar a duplicação de estruturas e meios, permitirá libertar recursos indispensáveis à defesa nacional.

Necessário será, de resto, dar continuidade aos esforços de reequipamento, melhorando o nível de realização dos planos de aquisição e manutenção de equipamentos previstos na Lei de Programação Militar.

Cumpridas estas condições, as Forças Armadas estarão mais aptas a fazer face aos exigentes desafios que actualmente lhe são colocados, e também aos que o futuro lhes reserva. Refiro-me, em particular, aos decorrentes do Tratado de Lisboa, que traz a política comum de segurança e defesa da União Europeia para um novo patamar de cooperação.

Os mecanismos de participação previstos nesta dimensão da construção europeia, designadamente a Cooperação Estruturada Permanente, implicam padrões de esforço elevados em matéria de desenvolvimento de capacidades militares e de contributos de forças e meios, e também no que toca ao desenvolvimento de programas comuns sob a égide da Agência Europeia de Defesa.

Militares

Ao longo da sua história, independentemente das dificuldades e dos riscos que cada missão encerra, as Forças Armadas têm sabido sempre cumprir com honra e brio o que a Nação lhes confia, correspondendo de forma exemplar ao que os Portugueses delas esperam.

A Instituição Militar, fiel depositária de nobres tradições, tem constituído uma notável escola de cidadania, transmitindo à juventude valores fundamentais como a abnegação e o sacrifício, a coesão, a disciplina e o profissionalismo, mas também a coragem, a ousadia e o amor à Pátria.

As Forças Armadas foram, são e serão sempre uma componente estruturante da identidade nacional, valor permanente com a qual a Nação conta e de que o Comandante Supremo se orgulha.

Exorto-vos, assim, a continuar Portugal.

Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

Viana do Castelo, 10 de Junho de 2008

Celebramos, este ano, o 10 de Junho nesta bela cidade de Viana do Castelo, a que Frei Luís de Sousa chamava a Viana de Portugal.

O 10 de Junho é o dia em que Portugal comemora a sua identidade e se revê naquilo que tem de melhor: no seu poeta, Luís de Camões, e na língua em que desde há séculos pensamos e comunicamos; nos seus heróis e naqueles que todos os dias, com mais ou menos notoriedade, fazem com que sintamos orgulho em continuar a ser uma nação independente.

Há poucos lugares onde a nossa identidade colectiva se imponha com tanta nitidez como aqui, nesta região em que Viana do Castelo está situada.

Aqui se forjou o galaico-português, matriz da língua-mãe, que hoje partilhamos com mais sete Estados lusófonos.

Aqui teve origem a ideia e a vontade de tomarmos o nosso destino nas nossas mãos e sermos independentes.

Aqui, sentimos todos que regressamos às nossas raízes.

Mas o 10 de Junho, conforme já afirmei em anos anteriores, não pode nem deve reduzir-se a um ritual nostálgico e passadista.

O 10 de Junho deve antes ser uma ocasião para colher da história a inspiração e a confiança de que precisamos para enfrentar o futuro. O 10 de Junho é o momento mais apropriado para afirmar o que podemos e queremos fazer, com base naquilo que fizeram e nos legaram os que vieram antes de nós.

Somos um povo que soube erguer-se como Estado independente, afirmar a sua vontade no concerto internacional, criar instituições eficazes e duradoiras, as quais garantiram a sobrevivência da Nação, apesar de todas as vicissitudes por que ela passou. Somos, além disso, um povo que se fez ao mar, andou pelas sete partidas do mundo e por lá deixou uma obra universalmente reconhecida.

Estaremos nós, hoje em dia, à altura desse passado?

Estarão as nossas instituições, as nossas empresas, a nossa sociedade, a responder aos desafios do presente?

Estaremos nós a aproveitar cabalmente as potencialidades que os antepassados nos legaram, de modo a podermos transmitir às gerações vindouras essa realidade e essa promessa, essa vontade e esse destino?

É sabido que a escassez de recursos naturais nos acompanhou desde o princípio, determinando, inclusive, sucessivos fluxos migratórios. Há, no entanto, outro tipo de recursos que, porventura, não estaremos a utilizar tão bem como deveríamos.

No decorrer das viagens que fiz como Presidente da República e dos contactos internacionais que venho mantendo com quem nos visita, tenho verificado que a ideia de um Portugal que foi à aventura e se cruzou com gentes e culturas as mais diversas, longe de ser uma lembrança que já se esfumou no tempo, é, pelo contrário, uma imagem constante, que permanece viva.

Da Europa aos Estados Unidos, da Índia ao Brasil, de Moçambique aos vários Estados do Médio Oriente, perduram não apenas vestígios materiais e espirituais da nossa presença nessas terras, mas, acima de tudo, um reconhecimento generalizado pela capacidade que temos de nos integrar e, ao mesmo tempo, de nos abrir aos outros. Esse universalismo, que se tornou a nossa verdadeira imagem de marca, encontra-se alicerçado na História.

Portugal não se limitou a andar pelo mundo e a conhecer vagamente outros povos com quem se defrontou ou negociou.

Portugal entendeu-se e misturou-se realmente com os outros, criou raízes fora de casa, lançou as bases para novas nações e pontes para o diálogo internacional que hoje tanto reivindicamos.

Mas o universalismo português é ainda, na actualidade, um facto bem visível. Um universalismo como aquele de que fala Eduardo Lourenço, quando nos diz «*O Universal não é um espaço, é a universalidade do olhar que o pensa*». Aliás, seria estranho que uma experiência tão vasta e tão prolongada de vivência universalista não tivesse deixado marcas na nossa maneira de ser, de estar e de ver o mundo.

Senhoras e Senhores

Prova cabal da actualidade do nosso universalismo dão-nos as comunidades de

emigrantes portugueses, ou de origem portuguesa, frequentemente apresentadas como exemplo de seriedade por aqueles mesmos com quem trabalham e em toda a parte elogiadas pela sua capacidade empreendedora. A facilidade com que se adaptam a meios por vezes bem diferentes, mantendo ao mesmo tempo uma forte ligação às suas origens, não é, por certo, indiferente ao sucesso de muitos emigrantes.

Se o dia de hoje, Dia de Portugal e de Camões, se chama também o Dia das Comunidades, é porque se reconhece que elas são, de pleno direito, parte integrante da Pátria comum.

As comunidades portuguesas de emigrantes são a mais estável representação da nossa gente e da nossa cultura além fronteiras, uma cultura que se distingue e afirma a sua identidade dialogando com a diferença.

Os nossos militares e as forças de segurança que têm sido chamados a desempenhar missões de paz e de interposição em zonas de crise constituem, pela sua actuação, um outro exemplo vivo da facilidade que os Portugueses possuem de se integrar. Os muitos elogios que têm recebido são unânimes em registar o profissionalismo, a disciplina e a bravura desses soldados, mas também a forma singular como eles se relacionam com as populações locais e que os toma particularmente dotados para servir de mediadores em zonas de conflito.

Existem, além disso, sinais de que uma nova geração de empresários começa a moldar-se ao mercado global e a criar de raiz, ou a reformular, empresas capazes de competir onde quer que se lhes deparem oportunidades nas respectivas áreas de negócio.

Portugal tem contribuído activamente para a consolidação do projecto europeu, um projecto que é decisivo, não apenas para o desenvolvimento e a concórdia no Velho Continente, mas também para o desanuviamento internacional e a afirmação dos valores da paz e do diálogo entre todos os povos.

Das três vezes que exerceu a Presidência da União, Portugal manifestou sempre a competência, a diplomacia e o engenho bastantes para que se encontrassem acordos e decisões assinaláveis.

O Tratado de Lisboa representa uma inequívoca vitória da diplomacia e é um instrumento decisivo para a saída do relativo impasse que ameaçava a construção europeia, após a rejeição do anterior tratado por parte de alguns países.

A par da vertente institucional, a última Presidência portuguesa saldou-se igualmente por importantes avanços no relacionamento externo da União. E esses avanços, em particular as cimeiras com o Brasil, Índia, China, Rússia, Ucrânia e com a África e a ASEAN, levam todos, bem nítidas, as impressões digitais portuguesas.

Atrevo-me a pensar que um tal sucesso não seria possível se não fosse a nossa facilidade de interlocução e os laços especiais que nos unem a tantos povos, em particular àqueles que têm o português como língua oficial e com os quais partilhamos uma profunda afinidade.

O universalismo dos Portugueses é, certamente, um privilégio que herdámos, mas é também uma experiência que temos sabido cultivar e um esteio sobre o qual podemos e devemos, com realismo, projectar o nosso futuro.

Todas estas manifestações, e outras de teor idêntico, levam-me a perguntar se não estaremos a desperdiçar algumas das vantagens que esse recurso nos poderia trazer.

Senhoras e Senhores

Num mundo como aquele em que vivemos hoje, nunca será demais realçar o valor estratégico que representa, para a nossa afirmação internacional, para o futuro das nossas empresas e para o bem-estar económico e social dos nossos cidadãos, este capital de simpatia, esta receptividade com que podemos contar junto de tantos povos, independentemente das convicções políticas ou religiosas de cada um e do respectivo grau de desenvolvimento económico e social.

Os problemas com que todos os países estão hoje confrontados, pela sua própria natureza planetária, apelam a uma maior concertação internacional e a uma busca permanente de consensos aos mais diversos níveis.

Portugal tem dado sobejas provas de uma natural aptidão para promover e facilitar a negociação e aproximação entre povos, quer ao nível regional, quer ao nível global.

Sem a cooperação regional e global entre os Estados, não será possível fazer face à crescente ameaça que representam as conhecidas assimetrias económicas, sociais e demográficas, ou a desregulação nos mercados, designadamente dos combustíveis e dos produtos alimentares.

Não possuindo, embora, os meios de que outros dispõem, seria contudo um erro grave, no mundo altamente competitivo que é o nosso, ignorar ou desprezar aqueles que de facto temos e que todos nos reconhecem. Urge, pois, investir na nossa rede diplomática e consular, dotando-a de capacidades que lhe permitam corresponder cabalmente ao que dela se espera, enquanto activo fundamental para a promoção e defesa dos nossos interesses políticos, económicos e culturais, no apoio às nossas empresas e aos nossos cidadãos, designadamente às comunidades portuguesas e luso-descendentes.

É necessário aproveitar a influência, apoiar a inserção política e valorizar a capacidade empreendedora dos cinco milhões de compatriotas que residem fora do País.

É necessário continuar a apoiar a internacionalização das nossas empresas, não só a partir de Portugal, mas também nos países que elas escolhem como destino, e em simultâneo reforçar decisivamente a nossa capacidade de captação de investimentos estrangeiros.

Temos, imperativamente, de prosseguir a inserção das nossas universidades e centros de investigação nas redes internacionais em que hoje se produz o conhecimento e a tecnologia.

Há que fortalecer e estreitar, ainda mais, as relações privilegiadas que nos ligam aos restantes Estados de língua oficial portuguesa, tirando partido não só dos conhecidos laços de amizade, mas também da coincidência de interesses e de pontos de vista sobre muitos aspectos de política internacional.

A promoção da língua portuguesa é, de resto, o tema central da próxima cimeira da CPLP, a ter lugar em Lisboa, já no próximo mês. Será importante que aí se definam estratégias de actuação conjunta. Os mais de 200 milhões de falantes do português, dispersos um pouco por todo o mundo, já seriam suficientes para justificar uma acção concertada dos oito Estados lusófonos, tendo em vista a valorização, no quadro internacional, desse património que é a língua comum. Acresce, no entanto, que, no mundo globalizado em que vivemos, a afirmação internacional de uma língua contribui de forma decisiva para a defesa dos interesses e valores de quem nela se exprime.

Torna-se igualmente imprescindível que Portugal aprofunde a relação bilateral que mantém com cada um dos Estados lusófonos. Nas recentes visitas que fiz ao

Brasil e a Moçambique, pude uma vez mais testemunhar a vontade e o interesse que esses países manifestam no reforço das parcerias já existentes, tanto ao nível político, como económico, ou cultural.

O facto de nos entendermos na mesma língua e de partilharmos uma História que foi comum durante alguns séculos não é irrelevante. Nem faria sentido os Portugueses menosprezarem esse facto, quando por toda a parte ele é sublinhado, com enorme admiração e aplauso.

Em política internacional, as amizades contam. No entanto, as relações entre Estados não se constroem, nem consolidam exclusivamente na base da amizade. Esta pode facilitá-las, mas não se substitui ao trabalho necessário à identificação de oportunidades de cooperação e ao esforço empenhado e persistente que a prática dessa cooperação exige.

Portugueses

Não ignoro – e tenho-o dito algumas vezes – que o valor atribuído, no plano internacional, ao universalismo português depende em muito do crédito que tiver a nossa política interna.

Um país onde as instituições não sejam fiáveis; um país que não cresça e não inove, criando riqueza e oportunidades para todos; um país sem uma escola de onde saiam elites capazes de integrar a sociedade do conhecimento e lidar com as tecnologias mais avançadas; um país que não confia no seu próprio futuro, por muito que possa orgulhar-se do seu passado, dificilmente pode aspirar a uma intervenção relevante no plano externo.

Temos de começar por ser exigentes e rigorosos connosco, se queremos que o imenso património que herdámos e de que justificadamente nos orgulhamos se transforme num verdadeiro instrumento ao serviço do progresso e da prosperidade do nosso povo.

Como sabemos, comemora-se este ano o centenário do nascimento do Padre António Vieira. Poucos, melhor do que ele, incarnaram o universalismo português.

Missionário e político, fiel aos valores universais e patriota de gema, pensador visionário e hábil diplomata, homem de acção e prosador sublime, Vieira é a prova insofismável de que é possível pensar e fazer um Portugal maior. Ninguém, melhor do que ele, poderá inspirar-nos uma política de horizontes rasga-

dos, uma política que tire realmente partido de tudo quanto fomos ao longo dos tempos.

Na sua *História do Futuro*, Vieira clamava pelas «*cousas grandes e raras que haverá que ver nesse novo descobrimento*». Assim nós sabemos, os Portugueses de hoje, honrar a sua memória e acreditar, como ele acreditou, nessa História do Futuro, a História que desejamos para os nossos filhos.

Tomada de Posse da Comissão Organizadora das Comemorações do Centenário da República

Lisboa, 12 de Junho de 2008

As Comemorações do Centenário da República irão ser uma das mais importantes realizações cívicas e culturais que Portugal levará a cabo no futuro próximo.

O ano de 2010 avizinha-se e, por isso, há que avançar com rapidez e dinamismo. Mas também com serenidade e, sobretudo, com a elevação que a República de todos nós exige.

A Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República tem à sua frente uma tarefa de grande relevância e responsabilidade: conceber e concretizar um Programa que mobilize todos os Portugueses. O Centenário da República deve ser uma celebração de alegria e de festa, sem criar fracturas artificiais ou divisões que não se inscrevem no âmbito específico das Comemorações da República.

Os méritos de jurista e de gestor do Dr. Artur Santos Silva, a sua cultura humanista, as capacidades que demonstrou na coordenação de projectos culturais de grande envergadura, as suas qualidades cívicas e morais asseguram que, sob a sua presidência, a Comissão desempenhará com sucesso a missão que lhe foi confiada.

Dos vogais da Comissão, personalidades de reconhecidos méritos, todos confiam que irão exercer as suas honrosas funções com independência e espírito de equipa, trabalhando apenas com um objectivo: contribuir para que o Centenário da República seja celebrado com dignidade, unindo os Portugueses em torno de um ideal colectivo que agora celebra 100 anos.

Antes de ser uma forma de governo, a República é um projecto de cidadania. É este o sentido com que deve ser celebrada a República: como ideal ético, como modelo das virtudes cívicas de dedicação leal ao País e do governo pelo mérito. É importante que todos os Portugueses se revejam nestas comemorações. Os 100 anos da República devem, de resto, ser um motivo para que nos mobilizemos em torno de desígnios que são da colectividade como um todo.

O pluralismo é um ideal republicano e, por isso, também aqui o pluralismo deve ser respeitado. A República não representa o triunfo de um grupo sobre outro. O espírito republicano, porque nasceu justamente para acabar com privilégios, não tem proprietários exclusivos nem protagonistas privilegiados.

As Comemorações da República possuem, naturalmente, uma componente histórica, de evocação do passado, de revisitação de uma memória. Mas devem ter, essencialmente, uma dimensão prospectiva, vocacionada para o futuro. Para além do conhecimento objectivo e desapassionado de um facto tão marcante da nossa História Contemporânea, existe um labor a realizar na aproximação da sociedade civil às instituições políticas da República, tal como, de resto, é enunciado no diploma que criou a estrutura organizativa destas comemorações.

Em articulação com a Comissão Consultiva, estou certo de que a Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República saberá encontrar um justo equilíbrio entre a vertente histórica e a projecção do futuro, entre a componente científica e a componente cívica do Programa das Comemorações.

Mais do que em torno de ideologias ou formas de ver o mundo, é no universo dos valores e das virtudes éticas que a República deve ser celebrada, porque é aí que reside a sua essência, a sua perenidade.

Na qualidade de Presidente da República e de Presidente da Comissão de Honra das Comemorações do Centenário, saúdo a Comissão que acaba de ser empossada e desejo-lhe os maiores sucessos na execução das tarefas que lhe foram confiadas.

Muito obrigado.

Sessão Solene Comemorativa dos 175 Anos do Supremo Tribunal de Justiça

Lisboa, 16 de Setembro de 2008

Quando uma instituição comemora 175 anos de existência, é usual saudar a sua história, o seu passado ilustre, os seus pergaminhos de antiguidade. E, de facto, o Supremo Tribunal de Justiça percorreu um longo caminho. Fê-lo com a dignidade que nos permite hoje, neste belo Salão Nobre, saudar todos os que o serviram.

Mas, além de evocar a memória ímpar do Supremo Tribunal de Justiça, quero aproveitar esta ocasião solene para, de uma forma muito vincada, manifestar o meu respeito e o meu apreço pela Magistratura portuguesa.

O Supremo Tribunal de Justiça reúne o escol dessa Magistratura, tal como fica patente na qualidade da sua jurisprudência. Mais do que isso, os seus Juizes Conselheiros possuem diferentes visões do mundo, distintas concepções da vida e da sociedade, o que representa um elemento altamente enriquecedor do trabalho aqui produzido, o qual, não por acaso, é acompanhado atentamente por toda a comunidade jurídica, começando pelos outros Tribunais.

Como referi nesta mesma sala, na cerimónia de abertura do ano judicial, devemos ter presente que os Tribunais são um pilar essencial do Estado de direito democrático e que qualquer ofensa à dignidade e ao prestígio do poder judicial constitui uma ameaça grave para a democracia de qualidade a que aspiramos. Daí, também, a necessidade de escutar atentamente o que dizem aqueles que aplicam as leis e vivem a difícil realidade do quotidiano judiciário.

A experiência e a maturidade são, naturalmente, duas qualidades por excelência dos magistrados do Supremo Tribunal de Justiça. Alcançar o título de Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça é sinal de méritos excepcionais ou de uma longa carreira de relevantes serviços prestados ao exercício da função jurisdicional.

Sendo o Supremo Tribunal de Justiça, nos termos da Constituição, o órgão de cúpula do sistema judiciário, permito-me, Senhor Conselheiro Noronha Nas-

cimento, saudar na pessoa de Vossa Excelência todos os magistrados do País. Estou certo de que hoje é um dia de festa não apenas para o Supremo Tribunal de Justiça, mas para todos os tribunais e para todos os magistrados.

Na verdade, uma instituição que comemora 175 anos de existência dá à sociedade portuguesa um sinal importante, o sinal da garantia da estabilidade. As leis e os códigos estão em constante transformação, mas, por isso mesmo, são necessárias instituições que permaneçam. No Supremo Tribunal de Justiça, a memória não é um ornamento do passado, mas um factor de segurança – da segurança jurídica que é essencial para a previsibilidade da actuação dos operadores judiciais e para um relacionamento saudável entre a justiça e os cidadãos.

Senhoras e Senhores

Vivemos num regime republicano, em que, por força da própria Constituição, os titulares dos órgãos de soberania são temporários. Vivemos também numa sociedade em constante mudança, que sofre transformações profundas a um ritmo muito intenso, até por força de fenómenos que nos ultrapassam, como a globalização ou a integração europeia.

No nosso tempo, precisamos, pois, de referências, de instituições sedimentadas e socialmente reconhecidas como modelos. Não tenhamos ilusões: jamais conseguiremos avançar nas mudanças que consideramos necessárias se dispensarmos o saber feito de experiência e o enraizamento na realidade da vida. Todas as reformas que emprendermos têm de ser compreendidas pelos cidadãos. Muitas vezes, compete ao poder judicial ser o mediador entre essas reformas e a sociedade. São os juizes que aplicam aos casos concretos, às situações reais da vida, aquilo que foi concebido noutros lugares.

Por isso, dos juizes se exige um alto sentido de responsabilidade. Os magistrados dispõem de um imenso poder sobre a vida dos cidadãos e, além disso, gozam de um prestígio social que os torna modelos de comportamento para todos nós. Apelo, pois, aos magistrados para que continuem a estar à altura do seu estatuto, como apelo a todos, começando pelos agentes políticos, para que tudo façam para garantir a dignidade do exercício da função judicial.

Ao longo de 175 anos, os Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça foram e são magistrados exemplares, que aliam o seu profundo conhecimento da ordem

jurídica ao sentido de independência e à discrição e reserva que se exigem daqueles que administram a justiça em nome do povo.

Saúdo, assim, o Supremo Tribunal de Justiça, com o respeito e a veneração que os seus 175 anos de vida impõem.

Cerimónia Evocativa dos 98 Anos da Proclamação da República

Lisboa, 5 de Outubro de 2008

Nesta praça, há precisamente 98 anos, foi proclamada a instauração da República. Da varanda do edifício da Câmara Municipal, José Relvas anunciou que Portugal mudara de regime. Vivia-se um tempo de esperança. A República representava o sonho de um Portugal melhor e mais justo.

Nos nossos dias, é também com esperança, com sonho e com ambição que devemos assinalar o aniversário da República. O 5 de Outubro tem de ser uma fonte de inspiração e de mobilização para todos os Portugueses.

Precisamos de nos mobilizar. Precisamos de despertar as ambições colectivas que fizeram de Portugal uma nação livre e soberana.

Não escondo que vivemos tempos difíceis. Os Portugueses sabem-no, porque vivem essas dificuldades no seu dia-a-dia.

Muitas famílias têm dificuldade em pagar os empréstimos que contraíram para comprar as suas casas.

Há idosos para quem a reforma mal chega para as despesas essenciais.

Há jovens que buscam ansiosamente o seu primeiro emprego.

Há homens e mulheres que perderam os seus postos de trabalho.

Nascem novas formas de pobreza e exclusão social e, em paralelo, emergem chocantes disparidades de rendimentos.

O que é vivido pelos cidadãos não pode ser iludido pelos agentes políticos.

Quando a realidade se impõe como uma evidência, não há forma de a contornar.

Portugal tem registado fracos índices de crescimento económico. Afastámo-nos dos níveis de prosperidade e de bem-estar dos nossos parceiros europeus. Ainda não invertemos a insustentável tendência do endividamento externo. Persistem profundas disparidades entre as diferentes regiões.

A situação internacional, por outro lado, não é favorável. Ao elevado preço do petróleo e dos produtos alimentares, alia-se o aumento das taxas de juro. A ineficiência da regulação e da supervisão dos mercados financeiros, que recentemente

emergiu nos Estados Unidos, e a dimensão da crise que lhe está associada são fonte de grandes preocupações à escala global. As economias dos países europeus, nossos principais parceiros comerciais, registam um claro abrandamento.

Portugueses

É nestas alturas que se vê a fibra de um povo.

Este é o tempo em que aqueles que servem as instituições da República devem fazer prova do seu real valor e da sua visão de futuro.

Os tempos são difíceis, mas a vontade e o querer dos Portugueses terão de ser mais fortes. Temos capacidade para isso – e já o mostrámos ao longo da nossa História multissecular, de que legitimamente nos orgulhamos.

No passado, acreditámos em nós próprios, não nos resignámos e chegámos longe. Mais recentemente, a forma como soubemos instaurar a democracia e construir uma sociedade civil de pessoas livres é algo que tem de nos motivar. Como tem de nos motivar a capacidade empreendedora das comunidades portuguesas e luso-descendentes no estrangeiro.

Todos temos responsabilidades. Responsabilidades cívicas, deveres republicanos.

Responsabilidades para com as gerações que nos precederam – e que temos a tendência para apenas recordar como heróis do passado, sem nelas pensarmos como exemplos de presente.

Temos deveres para com as gerações vindouras. Os nossos filhos, os nossos netos, não nos perdoarão se baixarmos os braços, se não formos capazes de fazer as escolhas certas e ultrapassar as dificuldades que Portugal enfrenta.

É também a pensar neles, no País do futuro, que devemos ver na República um modelo inspirador e um estímulo para agir. Portugal pode ser o que quisermos.

Possuímos condições geográficas privilegiadas para servir de plataforma entre a Europa e o Atlântico.

A História legou-nos um capital de simpatia e de conhecimento nos cinco continentes, que temos de saber cultivar.

A nossa língua é falada por milhões de seres humanos.

Temos um vasto património cultural, que devemos preservar e proteger. Somos uma nação coesa e um Estado uno.

O regime político português encontra-se perfeitamente estabilizado e sedimentado, as instituições fundamentais do Estado funcionam, o sistema de governo não difere dos que existem nas democracias europeias mais antigas do que a nossa. Vivemos um período de estabilidade política e existem condições de governabilidade.

É certo que podem e devem ser introduzidas alterações pontuais para melhorar a qualidade da democracia e para aproximar o poder dos cidadãos. É certo que há muito a fazer pela qualidade dos serviços públicos. Mas não é menos certo de que temos legítimos motivos de orgulho no caminho que percorremos após o 25 de Abril.

As potencialidades existem. Temos que saber aproveitá-las.

A nossa ambição de regressar ao caminho da convergência real com o desenvolvimento médio da União Europeia e reduzir o desemprego deve permanecer viva. É aqui que devem centrar-se o debate e a agenda política.

O reforço da capacidade competitiva das nossas empresas está ao nosso alcance. Há hoje uma nova geração de empresários conhecedores das exigências da globalização, imbuídos de uma cultura de inovação e de excelência. Temos empreendedores que se assumem como agentes de mudança, que sabem que o sucesso das suas empresas não está dependente da protecção do Estado nem pode construir-se com base na permuta de favores ou copiando modelos obsoletos. Os novos empresários já se aperceberam de que o êxito dos seus projectos depende da sua capacidade para enfrentar a concorrência na economia global.

A nossa ambição de melhoria do poder de compra de quem vive do seu trabalho e de redução dos níveis de pobreza tem, igualmente, de continuar viva. É aqui, também, que deve estar a prioridade da agenda política.

A aposta na educação e na qualificação dos recursos humanos é consensual entre os agentes políticos, económicos e sociais. À luz de uma cultura de exigência, não cedendo ao facilitismo, iremos certamente aumentar as competências dos nossos jovens. No futuro, a produtividade da força de trabalho irá crescer. Havemos de reforçar o conteúdo tecnológico da produção nacional.

Sejamos realistas: ainda há muito por fazer, mas com esforço e trabalho seremos capazes.

Tenho encontrado por todo o país exemplos que me fazem ter confiança no futuro: investigadores que ombreiam com os melhores do mundo, universidades e empresas que cooperam com sucesso, jovens que se dedicam ao voluntariado de uma forma admirável, empresários que apenas esperam que o Estado não coloque entraves ao seu dinamismo.

Os trabalhadores portugueses estão determinados em contribuir para o aumento da riqueza nacional. O clima das relações laborais é mais favorável do que na maioria dos países da União Europeia. Na concertação social, predomina o sentido de responsabilidade dos diversos parceiros.

Portugueses

Vivemos tempos difíceis, sem dúvida. O futuro é incerto e, em muitos casos, preocupante.

Porque falo sempre verdade aos Portugueses e porque tenho como princípio conhecer a realidade do País, escutar os meus concidadãos e ouvir as suas preocupações, sei bem que muitos atravessam momentos de incerteza perante o futuro.

Quando o presente é difícil, somos sempre tentados a pensar que o futuro também o será. Mas, na realidade, o futuro será o que dele fizerem os cidadãos da nossa República.

Os Portugueses já perceberam que não será o Estado a resolver todos os seus problemas. Têm direito a esperar do Estado que faça bem o que lhe compete fazer. Que seja rigoroso e ponderado no uso dos dinheiros públicos e que os impostos sejam justos e razoáveis.

O Estado tem de garantir dois valores essenciais, a justiça e a segurança. Deve promover o acesso de todos aos cuidados de saúde, como deve oferecer um ensino de qualidade e uma rede de protecção social que proteja os cidadãos nos momentos difíceis da vida. O Estado nunca pode esquecer aqueles que têm muito pouco, os mais frágeis e desprotegidos, os que se encontram em situação de pobreza.

Portugueses

A República é um modelo de virtudes cívicas e éticas.

De todos a República exige uma nova atitude, feita de inconformismo e de

esperança. Porque há motivos de esperança, há razões para o inconformismo.

Falo à luz do compromisso de verdade que assumi desde o primeiro dia do meu mandato. Do mesmo modo que não escondo a verdade dos tempos difíceis que vivemos, não escondo a verdade da minha confiança num Portugal melhor.

A verdade gera confiança, a ilusão é fonte de descrença.

Sei que somos capazes. Somos capazes de vencer quando os desafios são maiores.

Em nome da República, peço aos Portugueses que acreditem em si próprios, nas suas capacidades. Não se deixem vencer pelo pessimismo ou pelo desânimo. No dia-a-dia, na família, nos vossos empregos, nos vossos comportamentos cívicos, saibam aproveitar as potencialidades que têm e tirem partido dos recursos naturais e humanos de que o País dispõe.

O tempo é de decisão, de decisão ponderada. E a decisão quanto ao futuro cabe ao comum dos Portugueses. É, pois, no comum dos Portugueses que deposito a minha maior esperança, uma esperança que se alimenta do sonho de uma República melhor.

Acredito numa República melhor, porque acredito no nosso Povo.

Acredito na República Portuguesa e orgulho-me de ser Presidente dos cidadãos desta República.

Obrigado.

Mensagem de Ano Novo

Palácio de Belém, 1 de Janeiro de 2009

No início deste novo ano, dirijo a todos os Portugueses, onde quer que estejam, uma saudação calorosa e os melhores votos para 2009.

Quero começar por dirigir uma palavra especial de solidariedade a todos os que se encontram em situações particularmente difíceis, porque sofreram uma redução inesperada dos seus rendimentos.

A estes homens e a estas mulheres, que sofrem em silêncio, e que até há pouco tempo nem sequer imaginavam poder vir a encontrar-se na situação que agora atravessam, quero dizer-lhes, muito simplesmente: não se deixem abater pelo desânimo.

O mesmo digo aos jovens que, tendo terminado os seus estudos, vivem a angústia de não conseguirem um primeiro emprego: acreditem nas vossas capacidades, não percam a vontade de vencer.

Quero também lembrar dois outros grupos da nossa sociedade que são frequentemente esquecidos e que vivem tempos difíceis.

Os pequenos comerciantes, que travam uma luta diária pela sobrevivência. O pequeno comércio deve merecer uma atenção especial, porque constitui a única base de rendimento de muitas famílias.

Os agricultores, aqueles que trabalham a terra, que enfrentam a subida do preço dos adubos, das rações e de outros factores de produção. Sentem-se penalizados face aos outros agricultores europeus por não beneficiarem da totalidade dos apoios disponibilizados pela União Europeia. O mundo rural faz parte das raízes da nossa identidade colectiva. A sua preservação é fundamental para travar o despovoamento do interior e para garantir a coesão territorial do País.

Portugueses

Não devo esconder que 2009 vai ser um ano muito difícil. Receio o agravamento do desemprego e o aumento do risco de pobreza e exclusão social.

Devo falar verdade.

A verdade é essencial para a existência de um clima de confiança entre os cidadãos e os governantes. É sabendo a verdade, e não com ilusões, que os Portugueses podem ser mobilizados para enfrentar as exigências que o futuro lhes coloca.

A crise financeira internacional apanhou a economia portuguesa com algumas vulnerabilidades sérias. A crise chegou quando Portugal regista oito anos consecutivos de afastamento em relação ao desenvolvimento médio dos seus parceiros europeus.

Há uma verdade que deve ser dita: Portugal gasta em cada ano muito mais do que aquilo que produz.

Portugal não pode continuar, durante muito mais tempo, a endividar-se no estrangeiro ao ritmo dos últimos anos. Para quem ainda tivesse dúvidas, a crise financeira encarregou-se de desfazê-las. Como é sabido, quando a possibilidade de endividamento de um país se esgota, só resta a venda dos bens e das empresas nacionais aos estrangeiros.

Os Portugueses devem também estar conscientes de que dependemos muito das relações económicas com o exterior. Não são apenas as exportações e as importações de bens. São as remessas dos nossos emigrantes, o turismo, os apoios da União Europeia, o investimento estrangeiro, os empréstimos externos que Portugal tem de contrair anualmente.

Para tudo isto, é importante a credibilidade que merece a nossa política interna, as perspectivas futuras do País, a confiança que o exterior tem em nós. Devemos, por isso, ser exigentes e rigorosos connosco próprios, cuidar da imagem do País que projectamos no mundo. Caso contrário, tudo será mais difícil.

Não escondo a verdade da situação difícil em que o País se encontra.

Mas também não escondo a minha firme e profunda convicção de que há um caminho para Portugal sair da quase estagnação económica em que tem estado mergulhado.

O caminho é estreito, mas existe. E está ao nosso alcance. Para ele tenho, insistentemente, chamado a atenção.

O reforço da capacidade competitiva das nossas empresas a nível internacional e o investimento nos sectores vocacionados para a exportação têm de ser uma prioridade estratégica da política nacional.

Sem isso, é pura ilusão imaginar que haverá verdadeiro progresso económico e social, criação duradoura de emprego e melhoria do poder de compra dos salários. Sem isso, não conseguiremos pôr fim ao crescimento explosivo da dívida externa. As ilusões pagam-se caras.

Por outro lado, temos de reduzir a ineficiência e a dependência do exterior em matéria de energia. Assim como temos de alterar a estrutura da produção nacional, no sentido de mais qualidade, inovação e conteúdo tecnológico.

Os dinheiros públicos têm de ser utilizados com rigor e eficiência. Há que prestar uma atenção acrescida à relação custo-benefício dos serviços e investimentos públicos.

Para que o nosso futuro seja melhor, para que os nossos filhos e netos não recebam uma herança demasiado pesada, exige-se a todos trabalho e determinação, sentido de responsabilidade, ponderação nas decisões e prudência nas escolhas.

Há que enfrentar as dificuldades do presente com visão de futuro, olhando para além do ano de 2009.

Portugueses

Conheço os desafios que Portugal enfrenta e quero contribuir para a construção de um futuro melhor.

Tenho percorrido o País e contactado directamente com as pessoas.

Tenho procurado mobilizar os Portugueses, apelando à união de esforços, incutindo confiança e vontade de vencer, apontando caminhos e oportunidades que sempre existem em tempo de crise.

Tenho insistido na atenção especial que deve ser prestada aos cidadãos mais atingidos pelo abrandamento da actividade económica.

Tenho apelado ao espírito de entreatajuda em relação aos mais desfavorecidos.

Aos Portugueses, pede-se muito neste ano que agora começa.

Mas, na situação em que o País se encontra, especiais responsabilidades impendem sobre as forças políticas.

Os Portugueses gostariam de perceber que a agenda da classe política está, de facto, centrada no combate à crise. As dificuldades que o País enfrenta exigem que os agentes políticos deixem de lado as querelas que em nada contribuem para

melhorar a vida dos que perderam o emprego, dos que não conseguem suportar os encargos da prestação das suas casas ou da educação dos seus filhos, daqueles que são obrigados a pedir ajuda para as necessidades básicas da família.

Não é com conflitos desnecessários que se resolvem os problemas das pessoas. Nesta fase da vida do País, devemos evitar divisões inúteis. Vamos precisar muito uns dos outros.

Portugueses

Já passámos por outras situações bem difíceis. Não nos resignámos e fomos capazes de vencer.

O mesmo vai acontecer agora. Tenho esperança e digo-o com sinceridade.

Cada um deve confiar nas suas competências, nas suas aptidões e capacidades. Este é o tempo de resistir às dificuldades, aos obstáculos, às ameaças com que cada um pode ser confrontado.

Não tenham medo. O futuro é mais do que o ano que temos pela frente. O futuro será 2009, mas também os anos que a seguir vierem.

Acredito num futuro melhor e mais justo para Portugal, porque acredito na vontade e no querer do nosso Povo.

Para todos, Bom Ano de 2009.

Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial

Supremo Tribunal de Justiça, 27 de Janeiro de 2009

Esta sessão solene, que todos os anos tem lugar neste magnífico Salão Nobre, constitui um momento privilegiado para que os diversos protagonistas do nosso sistema judicial prestem contas aos Portugueses sobre o estado da Justiça.

Como determina a nossa Lei Fundamental, a Justiça é administrada em nome do Povo. Por isso, é natural que os cidadãos tenham o direito de, em cada ano, receber um balanço da forma como tem funcionado o sistema judicial português. Manter uma relação de verdade com os cidadãos e prestar contas do exercício de funções públicas são dois valores que considero essenciais da nossa cultura republicana e democrática.

A abertura do ano judicial é, pois, um tempo de olhar para o futuro, mas também um momento de balanço.

Neste contexto, diversas interrogações se podem colocar: no ano que passou, o nosso sistema judicial funcionou de forma mais eficaz? Foram satisfeitas as legítimas expectativas dos Portugueses quanto ao exercício atempado e ponderado da função jurisdicional? A qualidade da legislação produzida aumentou de forma visível?

Para o exercício da função judicial, a qualidade da legislação constitui, de facto, um elemento fundamental. É certo que desde há muito que se reconhece que os juízes são muito mais do que a mera «boca da Lei» de que falava Montesquieu. Mas não é menos certo que, pese o seu papel activo e criativo na interpretação e na aplicação da lei aos casos concretos, os magistrados necessitam de leis de qualidade, redigidas numa linguagem precisa e segura, dotadas de soluções normativas harmónicas e consistentes. Para uma Justiça melhor, é necessário legislar melhor.

A qualidade da legislação é ainda fundamental num outro plano. A lei deve ser compreensível pelos cidadãos e adequada à sociedade em que vivemos. Infelizmente, nem sempre isso acontece. Produz-se por vezes legislação que tem em

vista uma realidade que não é a nossa, que não tem em devida conta o País que somos, o País que queremos e, sobretudo, o País que podemos ser.

O Direito não existe para satisfazer interesses de alguns ou para construir utopias, mas para resolver os problemas dos cidadãos. O Direito existe para ultrapassar tensões, não para as aumentar. O Direito tem de resolver os problemas reais das pessoas, ao invés de se converter, ele próprio, numa fonte de conflitos.

Legislar é fazer escolhas, o que implica, não raras vezes, desagradar a alguns. Simplesmente, existe uma grande distância entre aquilo que constitui uma legítima opção política de quem está mandatado democraticamente e aquilo que representa um elemento artificial de perturbação da vida colectiva. Por isso, tenho insistido na necessidade de as leis serem produzidas em estreita articulação com aqueles que conhecem as realidades em causa, designadamente a realidade judiciária, ou seja, os operadores do Direito.

A perfeição da lei não depende apenas do seu apuro técnico-jurídico, nem legislar é um exercício académico. A qualidade das leis decorre, em boa medida, do modo como as normas se adequam à sociedade em que vivemos.

O tema da qualidade das normas jurídicas tem vindo a suscitar a minha crescente preocupação, na medida em que toda a lei que seja incerta, mal avaliada quanto aos seus efeitos ou portadora de normas de duvidosa constitucionalidade inquina o sistema de Justiça.

A legislação de qualidade aumenta a eficiência das políticas públicas, diminui a despesa, gera segurança jurídica nas empresas e nos cidadãos e reduz a litigiosidade junto dos tribunais.

A consciencialização da importância da qualidade das leis tem levado os Estados mais desenvolvidos a introduzir importantes reformas, tendo a União Europeia lançado um ambicioso plano com aquele objectivo, como ferramenta jurídica e técnica da Estratégia de Lisboa. O plano implica o desenvolvimento, em todos os Estados-membros, de uma nova cultura e de um novo modelo institucional de perfeição legislativa que, a par da simplificação e boa redacção das normas, supõe uma avaliação exigente do impacto das leis de maior relevo, nomeadamente das que envolvam grandes investimentos públicos ou que procedam a reformas administrativas e judiciárias de grande alcance.

O diagnóstico precoce, que resulta da avaliação prévia do impacto das leis na sua fase de concepção, implica uma estimativa de custos e benefícios, uma audição criteriosa dos interessados, uma avaliação de riscos e um juízo ponderado sobre a necessidade e adequação das medidas em causa. A avaliação prévia das normas permite reforçar a responsabilidade do legislador pela adequação das leis que aprova, minimiza o insucesso de muitas políticas públicas, reduz formas de contestação desnecessária a regimes jurídicos mais controversos. É também através dessa avaliação que se contabilizam os recursos necessários para a boa aplicação das leis.

Por outro lado, a avaliação sucessiva do impacto das leis mais importantes evita que o legislador, depois de aprovar um determinado regime jurídico, se desintereresse posteriormente pelos efeitos que o mesmo produz.

Portugal, tal como outros Estados-membros da União, adoptou políticas de qualidade legislativa cuja eficiência deve ser regularmente escrutinada. Tendo-se registado alguns avanços no âmbito da simplificação de procedimentos, importa verificar, no entanto, se muitas das medidas se mostraram adequadas ou se foram efectivamente adoptadas e executadas.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Se do legislador se exige um esforço acrescido no sentido de uma maior qualidade das leis, sobre os aplicadores do Direito recaem também particulares responsabilidades.

Na actual conjuntura de dificuldades colectivas que todos atravessamos, os operadores judiciários têm de se consciencializar de que o sistema judicial não vive à margem da realidade do País, que o mundo dos tribunais não é um universo próprio e fechado, situado fora do tempo que é o nosso.

Esta é, de facto, uma etapa da vida nacional em que a questão dos custos do sistema de justiça merece uma reflexão profunda e actuante. Não me refiro, obviamente, aos custos de funcionamento do aparelho judiciário, o qual, como todos os sistemas de prestação de serviços públicos, representa um elemento de despesa para os contribuintes. Refiro-me, isso sim, à necessidade de se ter em conta os custos materiais e imateriais associados às deficiências e aos atrasos na realização da Justiça.

Mesmo compreendendo que a Justiça tem ritmos próprios de concretização, é inquestionável que existem ainda entraves no funcionamento dos tribunais que constituem um dos graves problemas com que o País actualmente se defronta. Para a competitividade da nossa economia, para a dinâmica dos agentes económicos, para a credibilização de Portugal no exterior, é fundamental possuímos um ordenamento jurídico e um sistema judicial susceptíveis de merecerem a confiança dos cidadãos.

O sistema financeiro só apoiará o investimento se tiver a garantia de que a Justiça protegerá os seus créditos, caso tal seja necessário.

Os empresários têm de saber que a Justiça estará à altura da sua missão no momento em que, por qualquer motivo, necessitarem dela.

Os investidores nacionais e estrangeiros necessitam de saber que Portugal é um Estado de direito, em que o incumprimento das obrigações é sancionado atempadamente pela lei e pelos tribunais.

Os operadores judiciais são também interpelados pela actual situação económica e financeira. Muito provavelmente, essa situação acabará por se projectar no sistema judicial. A crise económica poderá trazer consigo um aumento de litigiosidade. Para o relançamento da economia, para o combate a novas e mais violentas formas de criminalidade, a Justiça tem de ser capaz de fornecer uma resposta eficaz, adequada e em tempo oportuno.

De entre as reformas da área da Justiça operadas em 2008, uma merece, neste contexto, uma especial referência, pela importância de que se reveste na melhoria do sistema geral da administração da justiça, designadamente, no julgamento mais célere e qualificado dos processos judiciais. Refiro-me à lei de organização e funcionamento da rede dos tribunais judiciais. Com a criação em vários municípios de juízos especializados nas áreas cíveis, do comércio, da execução e do trabalho, dotados de uma nova gestão administrativa e processual, embora em regime experimental, espera-se que os cidadãos e as empresas passem a obter uma mais rápida resolução dos seus conflitos e uma atempada execução das decisões proferidas.

A nova organização judiciária, que vigorará em pleno a partir de Setembro de 2010, será seguramente um momento decisivo para a Justiça portuguesa, que todos desejamos mais próxima dos cidadãos, mais qualificada e especializada,

dotada de todos os instrumentos que modernizem os métodos de acção e agilizem os procedimentos, bem como de um rigoroso sistema de avaliação e acompanhamento dos seus resultados.

O País precisa de uma Justiça que transmita confiança aos cidadãos, que resolva de vez os problemas da morosidade no julgamento dos processos e que garanta um acesso justo dos cidadãos aos tribunais.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Como já referi neste Salão Nobre, tenho consciência das dificuldades que os magistrados enfrentam todos os dias no exercício das suas funções. A eles é devida uma palavra de apreço pelo modo como, em condições tantas vezes adversas, lidam com os milhares de processos que todos os anos afluem aos nossos tribunais.

É justamente por isso que insisto na necessidade de uma cultura judiciária de responsabilidade. Se a confiança dos cidadãos nas instituições é essencial em todos os momentos, ela torna-se dramaticamente necessária quando atravessamos tempos difíceis. Como disse recentemente, na mensagem que dirigi aos Portugueses no início do ano, em 2009 vamos todos necessitar muito uns dos outros. No sector da Justiça, os diversos protagonistas irão também necessitar muito uns dos outros.

Tenho esperança de que os agentes políticos, de um lado, e os operadores judiciais, do outro, saberão estar à altura dos grandes desafios que 2009 e os anos seguintes colocam ao nosso País. Aquilo que está em causa, o futuro das gerações vindouras, é demasiado importante para nos dividirmos em torno de controvérsias que pouco dizem ao comum dos Portugueses.

Neste dia, em que solenemente se procede à abertura do ano judicial, expresso o meu apreço por todos os operadores judiciais: magistrados, advogados, funcionários, a quem desejo um frutuoso trabalho para bem do País.

Obrigado.

Economia e Crescimento Sustentável **II**





Sessão Comemorativa dos 25 Anos da OVIBEJA

Beja, 26 de Abril de 2008

Ao aceitar o convite que me foi dirigido para visitar a OVIBEJA, fi-lo, este ano, com uma razão suplementar: o prazer de comemorar convosco as bodas de prata deste certame e compartilhar da vossa alegria por terdes conseguido, nestes 25 anos, transformar uma pequena feira local num grande acontecimento agro-rural de âmbito nacional, centrado nos valores, na cultura e nos produtos do Alentejo.

Tenho acompanhado, desde há muito, a evolução da OVIBEJA e posso bem apreciar a importância que esta iniciativa tem tido para a afirmação do Alentejo, para o Desenvolvimento Rural e para a Agricultura em geral. Gostaria, portanto, de começar por felicitar todos aqueles que, ao longo dos anos, contribuíram para manter e desenvolver a OVIBEJA, transformando-a num grande espaço de encontro, de reflexão, de cultura e de entretenimento.

Para avaliar as enormes transformações que este sector de actividade sofreu num quarto de século, é necessário recordar o estado da nossa agricultura há 25 anos atrás.

Em 1983, quando a OVIBEJA se iniciou, apenas começava a ser superada uma fase particularmente agitada da história da nossa agricultura e já Portugal se preparava para fazer parte da Comunidade Económica Europeia. A Adesão colocou os agricultores portugueses perante desafios de enorme dimensão. Podemos hoje dizer que a nossa agricultura, contrariando os prognósticos mais pessimistas que muitos então formularam, se mostrou à altura das mudanças que a colocaram em concorrência com o resto da Europa e do mundo. De tal modo que o sector agrícola, agro-industrial e florestal de que hoje dispomos, muito mais eficiente e modernizado, continua a dar um contributo importante para a nossa economia.

Como se explica que, apesar das nossas limitações naturais e estruturais, o tenhamos conseguido? Temos muitos exemplos que nos mostram que a explicação

reside na capacidade dos agricultores portugueses, no seu esforço e na sua tenacidade. São esses os grandes factores que têm permitido ultrapassar as dificuldades. O mérito deve-se, portanto, antes de mais, aos nossos agricultores.

Os agricultores portugueses têm demonstrado ser tão bons como quaisquer outros agricultores europeus. É, pois, altura de mudar de atitude. É altura de afirmar o nosso orgulho pelo muito que temos conseguido. Sublinho, apenas a título de exemplo, a evolução dos sectores do vinho, do tomate, do arroz, do azeite, do leite, da avicultura, da cortiça, de vários segmentos da fruticultura, da horticultura e da floricultura, da preservação de raças autóctones e da nossa pecuária extensiva, sectores em que conseguimos alcançar sucesso, afirmar e distinguir os nossos produtos.

Sei que as condições em que se trabalha na agricultura são duras, incertas e, por vezes, decepcionantes. Sei que é difícil suportar um olhar muitas vezes desconfiado, outras vezes injusto e até hostil, de uma sociedade urbana que nem sempre entende todo o contributo daqueles que têm a missão e a responsabilidade de exercer a actividade agrícola, florestal e agro-industrial.

Não podemos nunca esquecer que nos campos nasceu grande parte daquilo que somos e daquilo que queremos continuar a ser. A agricultura, afinal, é mais do que economia, é cultura. A OVIBEJA, ano após ano, bem o tem demonstrado.

Mas a agricultura também é economia e, cada vez mais, economia internacional. Ora, neste momento, os mercados dos produtos de base estão em alta acentuada e dão sinais de manter a tendência. Esta situação tem provocado, de resto, uma forte agitação e, até, algum aproveitamento especulativo a nível internacional.

Vários factores explicam o que está a suceder: desde logo, as quebras de produção por razões climáticas, o incentivo à produção de biocombustíveis e o crescente acesso a novos patamares de rendimento e a novos padrões de consumo em largas regiões do mundo. Contudo, poucos parecem lembrados de que os preços agrícolas desceram sistematicamente durante muitos anos, e sobem agora, em parte, porque estavam baixos, ao ponto de desencorajarem a produção e, conseqüentemente, a oferta no mercado mundial. Essa fase não só já terminou, como se inverteu, o que, não deixando de suscitar graves preocupações a vários níveis, abre, em todo o caso, novas perspectivas aos produtores agrícolas. Tenho

fundada esperança de que os nossos agricultores possam estar em condições de aproveitar esta oportunidade.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A União Europeia está de novo a rever a Política Agrícola Comum. Admite-se que o processo de revisão venha a ser concluído no segundo semestre deste ano, sob a Presidência francesa, mas os seus efeitos mais profundos só ocorrerão depois de 2013.

Pela minha parte, apenas exprimo um desejo: que esta questão seja vista como prioritária e que seja discutida, entre nós, com tempo e com profundidade. E, também, com a participação activa dos interessados, de todos os interessados, de modo a que as opiniões das organizações representativas dos produtores possam ser devidamente tidas em conta.

Uma das características do nosso sector agrícola é a sua extrema fragmentação. Temos, a par de uma agricultura camponesa minifundiária de autoconsumo, uma agricultura familiar de complemento de rendimento, parcialmente virada para o mercado, uma agricultura empresarial de mercado e, agora, temos também uma agricultura gerida por grandes companhias, algumas delas internacionais. Todos estes modos de exploração agrícola possuem virtualidades próprias e devem ser tidos em conta na definição e execução das políticas.

Temos de encarar de frente um dos nossos maiores problemas, o da ocupação do território, para reconhecer que o grau desejável de equilíbrio territorial só pode ser alcançado se mantivermos os diferentes modos de exploração da terra. Sem actividades produtivas e sem qualidade de vida, muitos agricultores deixarão o sector e boa parte do interior do País poderá ver-se condenada ao abandono.

Daí que se torne imperativo apostar na sustentabilidade dos vários tipos de agricultura, na recuperação do património e na valorização das paisagens rurais. Daí, também, que não possamos olhar apenas com simpatia para a agricultura de regadio ou para aqueles segmentos de produção de maiores vantagens comparativas no contexto do mercado mundial. Ainda que da maior importância, nem sempre a competitividade pode ser o único aferidor do interesse nacional, quando se trata de agricultura.

Compreendo a particular incerteza com que os agricultores encaram o futuro. O Presidente da República, podem estar certos, dedica grande atenção aos seus problemas.

Preocupam-me as alterações climáticas e o impacto que as mesmas poderão ter, em particular na Europa do Sul. A crescente perda de biodiversidade tem de ser travada e devemos fazer o que for possível para não só conservá-la, como, em muitos casos, restaurá-la e melhorá-la.

No domínio das questões energéticas, tenho esperança no contributo que o sector agro-florestal pode oferecer para encontrar soluções verdadeiramente alternativas.

Devem ser criados mecanismos europeus suficientemente eficazes de gestão de crises, sejam estas determinadas por fenómenos naturais ou por doenças e pragas que rapidamente se globalizam, com graves consequências económicas e sociais. Temos de garantir a segurança alimentar em geral e a qualidade e genuinidade dos produtos específicos das nossas regiões, cujo desaparecimento pode ser um dano irreparável para o nosso património.

Sei que estas prioridades e estas preocupações são compreendidas e partilhadas por muitos portugueses, sejam ou não agricultores. Mas sei, também, que só com diálogo e pedagogia, com espírito de abertura e de cooperação, saberemos criar em Portugal uma visão comum e mobilizadora, evitando os antagonismos sem sentido que nos roubam a energia de que precisamos para enfrentar da melhor maneira os problemas da agricultura portuguesa.

Depois de ter acompanhado de perto as transformações que ocorreram nestes 25 anos, estou certo de que a OVIBEJA será, nesta Cidade de Paz, um espaço de reflexão serena onde os agricultores portugueses poderão preparar o seu futuro.

Sessão de Encerramento do V Encontro Nacional de Inovação COTEC

Porto, 2 de Junho de 2008

É com muita satisfação que estou presente neste V Encontro COTEC, que este ano tem por tema de reflexão a problemática do reforço da inovação empresarial. Estou certo de que o encontro de hoje proporcionará um excelente contributo para a abordagem desta questão e um estímulo aos empresários e gestores aqui presentes.

O reforço da inovação empresarial continua a ser um tema central a nível europeu e um objectivo comum a todos os países. De facto, no próprio centro da estratégia renovada de Lisboa, coloca-se a questão de saber que medidas podem promover o aumento da eficiência do processo de inovação, de modo a conseguir resultados concretos e palpáveis em termos de novos produtos e serviços, menores custos operativos e mais emprego nos sectores de elevada intensidade tecnológica.

Trata-se, reconhecidamente, de uma questão determinante para o posicionamento das empresas e das economias europeias no contexto competitivo global do presente e, sobretudo, do futuro.

Em Portugal, e apesar dos progressos observados nos últimos anos, em alguns sectores, o desempenho da inovação empresarial continua a situar-se bastante aquém da média europeia. Esta constatação é manifestamente preocupante e contrasta, de resto, com o progresso do investimento público em actividades de investigação.

Senhores Empresários e Gestores

O desempenho recente da nossa economia e os acrescidos desafios que o futuro deixa antever não nos permitem outra alternativa que não seja a de aprofundar a transição para um novo modelo de crescimento económico, baseado na utilização do conhecimento e na inovação. Ora, isso exige, e com sentido de urgência, o reforço do investimento nestas áreas.

É sabido que a situação conjuntural da economia portuguesa, assim como as limitações da procura, tendem a condicionar os níveis de investimento em inovação. Mas é também sabido que a melhor forma de suavizar o impacto de flutuações conjunturais e de assegurar o potencial de crescimento económico passa por uma aposta forte na resolução das debilidades estruturais das empresas e da economia portuguesas.

As dificuldades associadas à dimensão das empresas, especialmente no caso das PME, assim como as restrições no acesso ao conhecimento, às novas tecnologias, aos mercados, aos recursos qualificados e aos parceiros certos, para além da insuficiente capacidade de financiamento, têm sido apontadas como as principais justificações para as nossas empresas não abraçarem com maior entusiasmo e profundidade os processos de inovação.

Nas últimas duas décadas, tem-se registado uma profunda evolução na maioria das instituições do sistema científico nacional, cujos resultados tenho acompanhado através dos «Roteiros para a Ciência».

A par do desenvolvimento e do reforço das capacidades e competências dos centros de investigação, verifica-se um aumento significativo quer do número de investigadores qualificados, quer da produção de conhecimento científico dirigido aos sectores produtivos.

As instituições científicas portuguesas passaram a dar resposta a muitos dos problemas que lhes são colocados pelas empresas. Assiste-se, de resto, à progressiva internacionalização da investigação nacional, como reflexo da integração crescente dos nossos investigadores em redes científicas internacionais.

Considero que o sistema científico nacional tem vindo, de facto, a evoluir no sentido de abrir as suas portas ao mercado. E é de notar que esta maior convergência dos interesses de investigadores e das suas instituições com as necessidades do mercado e das empresas está já a ser traduzida em benefícios reais. O resultado desta aproximação tem sido a criação de tecnologias portuguesas que hoje são referências mundiais de valor incontestável e, não menos importante, a criação de relações estáveis e profícuas com as empresas suas parceiras.

Parece, por isso, paradoxal que, apesar dos exemplos positivos, a cooperação entre as instituições do sistema científico nacional e as empresas se tenha mantido, no geral, em níveis limitados, sobretudo tendo em conta o potencial

de oferta de conhecimento do sistema científico hoje disponível e a necessidade de as empresas se manterem competitivas.

Convido, por isso, os senhores empresários e gestores a tomar a iniciativa e a conhecer mais de perto o dinamismo e as capacidades das nossas instituições científicas.

É hoje cada vez mais evidente que a inovação constitui um processo que se desenvolve a partir de redes de conhecimento e de competências, muitas delas situadas no exterior das próprias empresas. Tenho tido a oportunidade de conhecer exemplos de empresas portuguesas que já se integram, ou são elas próprias orquestradoras, em redes de inovação com sucesso, demonstrado, na prática, pela criação de valor accionista.

Tenho constatado, igualmente, que as novas empresas de base tecnológica e forte vocação inovadora nascem já com uma dinâmica internacional, e que ambicionam estar, sem receios nem complexos, entre as melhores do mundo nos seus mercados.

As grandes empresas portuguesas envolvidas em processos de internacionalização poderão ter aqui um papel relevante, ao facilitar o caminho aos jovens empreendedores, tal como acontece noutras economias europeias. Encontrarão certamente um retorno positivo adicional nesse apoio à internacionalização do capital tecnológico e do capital do conhecimento.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Tenho sublinhado a importância de distinguir os bons exemplos e premiar o mérito.

Nos últimos dois Encontros, tive a oportunidade de entregar o Prémio COTEC PME Inovação. Um prémio que distingue a ambição e a coragem. Que premeia a capacidade de ver diferente, fazer diferente e fazer melhor, de identificar oportunidades e de enfrentar riscos para as conquistar. Que valoriza aqueles que atingem resultados que muitos afirmavam impossíveis ou inalcançáveis em Portugal. A este propósito, confidencio-vos o sentimento de orgulho com que os premiados me têm falado desta distinção, em boa hora promovida pela COTEC. Este ano, foi com muita satisfação que entreguei um novo Prémio, dedicado à melhor inovação de produto. Felicito, vivamente, os galardoados.

Aproveito esta oportunidade para anunciar que os vencedores do Prémio Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa, escolhidos entre várias dezenas de candidatos, são Carlos de Mattos, dos Estados Unidos da América, e Fernando Ferreira, da Austrália, em *ex aequo*, a quem, desde já, saúdo e a quem irei entregar os respectivos prémios no próximo dia 9 de Junho, nas cerimónias oficiais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Senhores Empresários e Gestores

Atravessamos actualmente um período de particular incerteza, decorrente, em larga medida, de choques económicos e financeiros externos.

Sei que as dificuldades e os factores de incerteza que rodeiam a presente fase do desenvolvimento da nossa economia podem levar a algum desânimo, mas é importante que se reconheça que há soluções e que essas soluções estão ao nosso alcance.

E a verdade é que muitos dos problemas que hoje se colocam a nível global trazem consigo novas oportunidades em matéria de investigação e inovação.

Acredito nas vossas potencialidades e nas vossas organizações empresariais. Tenho, por isso, confiança no futuro. Mas sei que esse futuro só será sustentável se hoje assumirmos, com atitude de ambição, a nossa responsabilidade conjunta na solução dos problemas económicos e sociais que Portugal enfrenta.

Por isso, saliento, uma vez mais, a importância do esforço de cooperação entre as empresas, os cidadãos e o Estado. Neste fórum de inovação da COTEC, esta é uma interpelação urgente que se coloca à vossa experiência e às vossas competências específicas. Portugal necessita, mais do que nunca, de novas abordagens empresariais para resolver as persistentes fragilidades com que ainda se defronta. Portugal precisa de vós.

IV Encontro COTEC Europa

Nápoles, 27 de Junho de 2008

Quero começar por saudar o Presidente Giorgio Napolitano e agradecer-lhe o convite para participar nesta sessão de mais um Encontro COTEC Europa, bem como o excelente acolhimento nesta bela cidade de Nápoles. Quero também dirigir uma saudação amigável a Sua Majestade o Rei de Espanha, D. Juan Carlos.

Felicito a Fundação COTEC Itália pelo sucesso deste Encontro, sem esquecer as contribuições das suas congéneres espanhola e portuguesa. Em primeiro lugar, pela ampla participação das empresas associadas. Em segundo lugar, pela oportuna escolha do papel da inovação no desenvolvimento dos países designados por «BRIC» como um dos temas de reflexão. Conhecer em maior profundidade as trajetórias e as estratégias de desenvolvimento destes países é, certamente, uma útil base analítica e, até, uma fonte inspiradora para vencer os desafios que hoje enfrentamos.

Pese embora os progressos registados, a Europa continua a apresentar dificuldades na utilização do conhecimento e da inovação no âmbito da chamada Estratégia Renovada de Lisboa.

Os nossos três países, com uma história e uma cultura de muitos séculos, enfrentam hoje grandes desafios comuns, associados, designadamente, à utilização eficiente da energia, ao cumprimento das metas ambientais, ao envelhecimento da população e à garantia da coesão social e da sustentabilidade.

Apesar dos passos que têm vindo a ser dados para redefinir as políticas energéticas, subsistem, nesta área, muitos problemas. Portugal, por exemplo, continua a apresentar uma forte dependência energética do exterior e uma elevada intensidade da energia e dos transportes no Produto Interno Bruto. Sendo a energia um factor essencial na produtividade e na competitividade das nossas economias, a melhoria da sua utilização não pode deixar de ser uma prioridade.

No sector das energias renováveis, o negócio do equipamento eólico tem crescido mundialmente à taxa de 30 por cento ao ano e estima-se que venha a criar, até 2010, um milhão de novos postos de trabalho. A União Europeia é líder mundial

no sector das energias renováveis. No sector da energia eólica, as empresas europeias têm uma quota de 60 por cento do mercado mundial.

Mas o problema que se coloca não é apenas o da utilização de tecnologias limpas que permitam o cumprimento eficiente dos novos objectivos ambientais. É fundamental apostar, também, nas actividades de I&D que permitam o desenvolvimento de novas tecnologias limpas. Este é um grande desafio colocado ao sector empresarial e ao sistema científico.

O novo Programa-Quadro da União Europeia para a investigação constitui uma oportunidade única para intensificar a produção de conhecimento em áreas como as novas fontes de energia, a nanotecnologia e a biotecnologia, privilegiando os projectos que envolvam três ou mais países e estabeleçam ligações entre os centros de conhecimento e o mercado.

Desafio, por isso, as empresas portuguesas, espanholas e italianas, assim como os centros de investigação dos três países, a integrarem, com o apoio da COTEC Europa, consórcios em projectos de investigação nestas e noutras áreas do conhecimento.

A cooperação entre os nossos países na criação de novo conhecimento em áreas científicas e tecnológicas de vanguarda é uma prioridade que devemos assumir. Existem, já, bons exemplos. É o caso da criação recente do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia. Trata-se de um centro de investigação criado no Norte de Portugal, com um investimento anual previsto de 30 milhões de euros, resultante de um acordo entre Portugal e Espanha para uma iniciativa estratégica no domínio da investigação na área das nanotecnologias.

Sectores tradicionais, como o do têxtil, vestuário e calçado, detêm na economia portuguesa, tal como nas economias espanhola e italiana, um peso significativo. Nas últimas décadas, face à concorrência global, passaram por profundas reestruturações, envolvendo novas estratégias de mercado assentes no *design*, na criação de marcas de prestígio, em novos produtos de intensidade tecnológica superior, assim como em novas redes de distribuição.

Urge intensificar o grau de ligação entre os *clusters* produtivos tradicionais dos três países da COTEC, criando mais organização em rede, mais troca de ideias e mais integração de conhecimento.

Muitas são hoje as empresas portuguesas que procuram, logo à nascença, a via da inovação e internacionalização como forma de rápido crescimento. A COTEC Portugal oferece um bom exemplo de apoio a estas iniciativas através da sua rede de pequenas e médias empresas. Deveremos criar condições para uma troca regular de experiências entre as pequenas e médias empresas inovadoras da COTEC Europa.

Senhoras e Senhores

No nosso último Encontro, em Lisboa, foi adoptado um documento conjunto que tinha como propósito apresentar à Comissão Europeia a disponibilidade da COTEC Europa para colaborar no aprofundamento das políticas de inovação para os países da Europa do Sul. Temos, com justificado sentimento de urgência, bons motivos de interesse comum para exigir a aplicação de novas medidas de reforço da eficiência dos nossos sistemas nacionais de inovação.

Se é importante preservar a memória do passado multissecular que nos une, não é menos importante antecipar, no presente, a chegada do futuro. É este o significado da prioridade conferida ao investimento na inovação.

A globalização irá, cada vez mais, exigir às sociedades e às economias um esforço de adaptação constante para aproveitar oportunidades, mas também para enfrentar novos riscos. Confio na capacidade e no talento dos nossos empresários. Trabalhando em conjunto, saberemos estar à altura dos desafios do futuro. Este IV Encontro COTEC Europa reforça esta minha convicção.

Muito obrigado.

Sessão de Abertura do Congresso das Comunicações APDC

Lisboa, 11 de Novembro de 2008

Na abertura de mais um Congresso das Comunicações, saúdo todos os participantes. Cumprindo a sua décima oitava edição, este fórum de discussão tem acompanhado as profundas transformações vividas pelo sector das comunicações e o seu impacto na Europa e no Mundo.

Congratulo-me com o tema escolhido para este Congresso: «As Tecnologias de Informação e Comunicação e as Alterações Climáticas». O aquecimento global é, na verdade, uma questão central dos nossos dias. As decisões do presente – ou a ausência delas – terão repercussões profundíssimas sobre o futuro das próximas gerações.

Temos de ser capazes – Estado, empresas e cidadãos – de estar à altura do desafio que representa a descarbonização do nosso modelo de desenvolvimento, apostando nas tecnologias limpas, nas energias renováveis e na eficiência energética.

Nesta perspectiva, as tecnologias de informação e comunicação constituem, simultaneamente, parte do problema e parte da solução. Por um lado, é fundamental melhorar o comportamento, em matéria de energia e CO₂, dos equipamentos que integram tecnologias de informação e comunicação. Por outro lado, um maior recurso às tecnologias de informação e comunicação poderá conduzir a uma redução significativa das emissões de gases com efeito de estufa em múltiplos sectores de actividade, tanto do lado do consumo de energia como, a montante, na gestão mais inteligente da produção, abrindo caminho às energias renováveis.

O sector das telecomunicações atravessa, por seu turno, um momento de viragem, face aos novos desafios e oportunidades associados à progressiva convergência tecnológica e industrial dos sectores de comunicações e de conteúdos. A abertura deste sector à concorrência, realizada na última década, trouxe consigo um forte impulso em matéria de inovação tecnológica, de criação de externalidades

positivas nos sectores adjacentes, e de criação de emprego de elevado conteúdo tecnológico. Incentivou o investimento em novas infra-estruturas, em novas tecnologias e em novos produtos e serviços. Para o consumidor, a liberalização do mercado traduziu-se em ofertas alargadas e inovadoras, maior qualidade de serviço e preços mais baixos.

Há que reconhecer, contudo, que nem todas as metas foram atingidas e que nem todos os consumidores e empresas, especialmente os localizados fora dos grandes centros populacionais ou pólos industriais, têm beneficiado dos efeitos da modernização tecnológica, da inovação e da concorrência.

Se, nas regiões de maior densidade populacional, o ambiente concorrencial se traduziu na disponibilização de diversas plataformas tecnológicas de acesso, o mesmo não se tem verificado nas regiões de menor densidade. Nestas, constata-se que a oferta é mais limitada e a concorrência muito reduzida ou mesmo inexistente. Mais grave do que isso, há uma tendência de exclusão digital das zonas de menor poder de compra, estejam elas localizadas em áreas urbanas ou rurais.

A importância social das novas vias digitais para que os cidadãos e as empresas entrem plenamente na sociedade de informação e do conhecimento exige que os poderes públicos garantam condições de igualdade de acesso às novas plataformas tecnológicas. E o caminho não pode deixar de ser o estímulo à concorrência.

A discriminação negativa no acesso às comunicações constitui uma falha de mercado que põe em causa a coesão nacional. Se não for combatida, agravará os já de si severos problemas sócio-económicos e demográficos com que algumas regiões se defrontam, originando, a médio prazo, novos focos de exclusão social.

Tenho defendido ser necessária uma atenção acrescida dos poderes públicos ao grave problema do despovoamento do interior do País. O processo de difusão do acesso às tecnologias digitais não pode, ele próprio, contribuir para perpetuar ou agravar assimetrias de desenvolvimento, exacerbando, paradoxalmente, a desigualdade e a exclusão social.

Importa, por isso, mobilizar os instrumentos das políticas públicas para uma intervenção eficaz no sentido de reduzir as assimetrias nas condições de acesso, velocidade, qualidade de serviço e preço das comunicações.

As políticas públicas e a regulação devem actuar especialmente em áreas onde a concorrência é limitada, ou simplesmente não existe, garantindo a cobertura do território nacional em condições de equidade, por forma a salvaguardar o princípio da universalidade.

Actualmente, as redes de comunicações digitais, do mesmo modo que as redes viárias, condicionam a localização das actividades económicas e a distribuição de empregos, e constituem um importante factor de desenvolvimento regional. As novas redes de alta velocidade tenderão, naturalmente, a assumir um papel determinante neste processo.

Sem estas novas redes, será prejudicada a rentabilidade dos investimentos das autarquias em inovação e conhecimento, e será significativo o risco de acréscimo de novas desigualdades territoriais. Não basta reforçar as acessibilidades físicas já existentes. É preciso constituir novas alternativas de ligação das populações e empresas aos mercados.

A aposta de alguns municípios na construção de infra-estruturas de comunicação de alto débito irá permitir dotar algumas regiões de redes de utilização comum e abertas a todos os operadores que aí pretendam desenvolver a sua actividade. Importa, nestes casos, que os mecanismos de regulação garantam a todos os operadores condições de verdadeira e sã concorrência, através do cumprimento de regras de equidade no acesso ao consumidor.

Atravessamos, como antes afirmei, um período de grandes mudanças neste sector, com reflexos profundos nos operadores e nos investidores, tal como nos trabalhadores e consumidores.

É conhecida a forte incerteza associada aos investimentos em novas infra-estruturas, quer pelo rápido progresso tecnológico, quer pelos longos períodos de maturação, quer, ainda, pela sua natureza virtualmente irreversível.

Tenho a certeza de que este Congresso dará, mais uma vez, um importante contributo para o progresso do sector das comunicações, num quadro de sã concorrência de mercado, e para o reforço do papel das tecnologias de informação e comunicação na superação dos grandes desafios que enfrentamos, quer no plano nacional e europeu, quer a uma escala global. Desejo a todos um óptimo trabalho.

Mensagem por Ocasão da Semana Global do Empreendedorismo 2008

Lisboa, 17 de Novembro de 2008

É com o maior gosto e com um vivo interesse que me associo a este movimento, um movimento que visa despertar, estimular e mobilizar, em especial junto das novas gerações, o espírito empreendedor, a criatividade e a iniciativa. No reconhecimento, aliás cada vez mais amplo, de que são peças-chave do progresso dos países, e não apenas no domínio económico.

Num tempo em que o conceito de emprego para a vida se torna cada vez mais obsoleto e em que o funcionamento dos mercados e das relações de trabalho se altera profundamente, o empreendedorismo ganha novas razões para se desenvolver e frutificar.

Assistimos, em Portugal, a uma vontade crescente de assumir riscos e encetar projectos empresariais próprios, também como forma de atingir um maior grau de autonomia e de realização pessoal. E reflectindo, de resto, uma melhoria das condições de contexto para as iniciativas e actividades empreendedoras.

Temos, no entanto, vários desafios para vencer.

Primeiro, combater a nossa tendência psicológica para o conformismo e a resignação. Ainda poucos trocam a previsível estabilidade de um emprego, ainda que mal remunerado, pela iniciativa própria com hipótese de maiores compensações. Há, por isso, que estimular a ousadia e a ambição, assim como as capacidades de compreensão e controlo dos riscos.

Segundo, é preciso aliviar a pressão social que recai sobre os empreendedores. Refiro-me, especialmente, ao estigma do insucesso. Precisamos de aceitar que o fracasso é, muitas vezes, parte integrante do processo de aprendizagem necessário para chegar ao sucesso.

Finalmente, e porque, em geral, não se nasce empreendedor, há que despertar essa atitude nos mais jovens e, mais do que isso, dar-lhes formação para desenvolver, desde cedo, e também ao longo da vida, as necessárias competências. Esta Semana Global do Empreendedorismo que agora se inicia é uma iniciativa

que abrange milhões de jovens e que decorre, em simultâneo, em mais de cinquenta países. Todos eles cientes, cada vez mais, do poder transformador das ideias inovadoras e da sua aplicação em modelos de negócio e criação de valor. Trata-se de uma excelente oportunidade para enaltecer valores tão importantes como a autoconfiança, a perseverança e a vontade de construir e de vencer, valores esses que, também pela minha parte, tenho procurado promover junto dos jovens portugueses.

Felicito as entidades organizadoras pelo conjunto das actividades do Programa que terá lugar entre nós. Desejo que tenham o maior sucesso. Estou certo de que contribuirão para um Portugal mais confiante e mais empreendedor.

Cerimónia de Encerramento do II Encontro da Rede PME Inovação

Museu do Oriente, 20 de Novembro de 2008

Começo por saudar, naturalmente, os participantes neste Encontro da Rede PME Inovação, permitindo-me deixar uma palavra de especial apreço para os convidados vindos de Espanha, cuja presença é um sinal da importância de um melhor conhecimento recíproco entre os agentes económicos da Península Ibérica. Quero ainda felicitar a COTEC Portugal pela organização deste segundo Encontro ibérico, o qual acontece na sequência do que teve lugar em 2006, por ocasião da minha visita de Estado a Espanha.

Agora, dá-se novamente oportunidade às pequenas e médias empresas portuguesas e espanholas para estabelecer contactos entre si, aprofundando a frutuosa troca de experiências que a COTEC tem favorecido.

Nos nossos dias, como repetidamente tenho sublinhado, o empreendedorismo e a inovação desempenham um papel essencial no crescimento económico da Europa. Para tal, é necessário fortalecer uma cultura empreendedora e reduzir o impacto das barreiras que ainda se colocam à inovação. Existem entraves burocráticos, por certo, mas também há ainda muitas barreiras que se situam ao nível dos investigadores e da mentalidade e do espírito dos empresários.

Os nossos agentes económicos têm de recusar a tendência para o conformismo e a resignação. É nas alturas difíceis, como aquela que atravessamos, que se vê a fibra de um empreendedor.

Neste contexto, instituições como a COTEC têm um papel essencial, ao estimular e premiar os valores do trabalho e do mérito, ao promover a criatividade, a ousadia, a capacidade de controlo dos riscos e a iniciativa dos indivíduos e das organizações empresariais.

As nossas sociedades vivem ainda sob o estigma do insucesso, o que é um elemento de paralisação do empreendedorismo. Temos de aceitar que os revezes são parte integrante do processo de aprendizagem necessário para chegar ao sucesso. Temos de perceber que o êxito representa, como diria o poeta espa-

nhol Antonio Machado, «*um caminho que se faz caminhando*». As dificuldades que encontramos nesse caminho não nos devem fazer desistir. Quem procura o sucesso não desiste à primeira.

Além do trabalho e da capacidade de acreditar em nós próprios, a cooperação é um factor-chave para vencer na sociedade do conhecimento. Nos nossos dias, ninguém vence sozinho. O sucesso depende sempre de uma conjugação de esforços e de vontades. Daí o mérito desta Rede de PME Inovadoras da COTEC. O seu alargamento a mais de cem membros é um indicador de que se está no rumo certo.

Estiveram também no rumo certo as empresas premiadas pela COTEC, as quais, pelo seu exemplo, são fonte de inspiração para todos aqueles que, em tempos de incerteza, pretendem alcançar o sucesso e não se deixam abater pelas dificuldades.

O êxito destas empresas demonstra que é possível vencer e atingir os objectivos. Ao invés de se lamentarem, de se limitarem a falar das crises e dos obstáculos, foram capazes de saber correr riscos, de identificar oportunidades e de definir estratégias, confiando nas suas capacidades.

É, pois, com satisfação que anuncio o lançamento da segunda edição do Prémio Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa, galardão que pretende, uma vez mais, distinguir a capacidade empreendedora dos Portugueses no mundo.

Senhores Empresários e Gestores

Apesar da recuperação verificada ao longo da última década nos domínios da Investigação, Desenvolvimento e Inovação, Portugal ainda está muito longe das metas da União Europeia, e mesmo das metas que colocámos a nós próprios. Sabemos que ainda há fragilidades na eficiência com que os investimentos em inovação são convertidos em novos bens e serviços.

A promoção da cultura de inovação e, não menos decisivo, a potenciação da sua prática no seio das empresas, têm sido temas centrais assumidos pela COTEC desde a primeira hora. Após cinco anos de existência, as razões que presidiram à sua criação mantêm-se válidas e o caminho percorrido é altamente positivo. Porém, novos e talvez maiores desafios se colocam. É necessário aproveitar

melhor o potencial de conhecimento gerado, nos últimos anos, em Portugal. Além de criar novo conhecimento, importa sobretudo apoiar os empreendedores a transformar esse capital de saber em produtos e serviços de valor, com vista a mercados cada vez mais globais.

O trabalho realizado pela COTEC é de verdadeiro interesse nacional. Na qualidade de Presidente da Assembleia-Geral, tenho-lhe dado todo o meu apoio e seguido com atenção as suas iniciativas, as quais têm contribuído positivamente para sensibilizar as empresas portuguesas para a inovação como factor central da competitividade. Sabemos bem que este é um processo muito complexo, com condicionalismos de ordem económica, educacional e cultural.

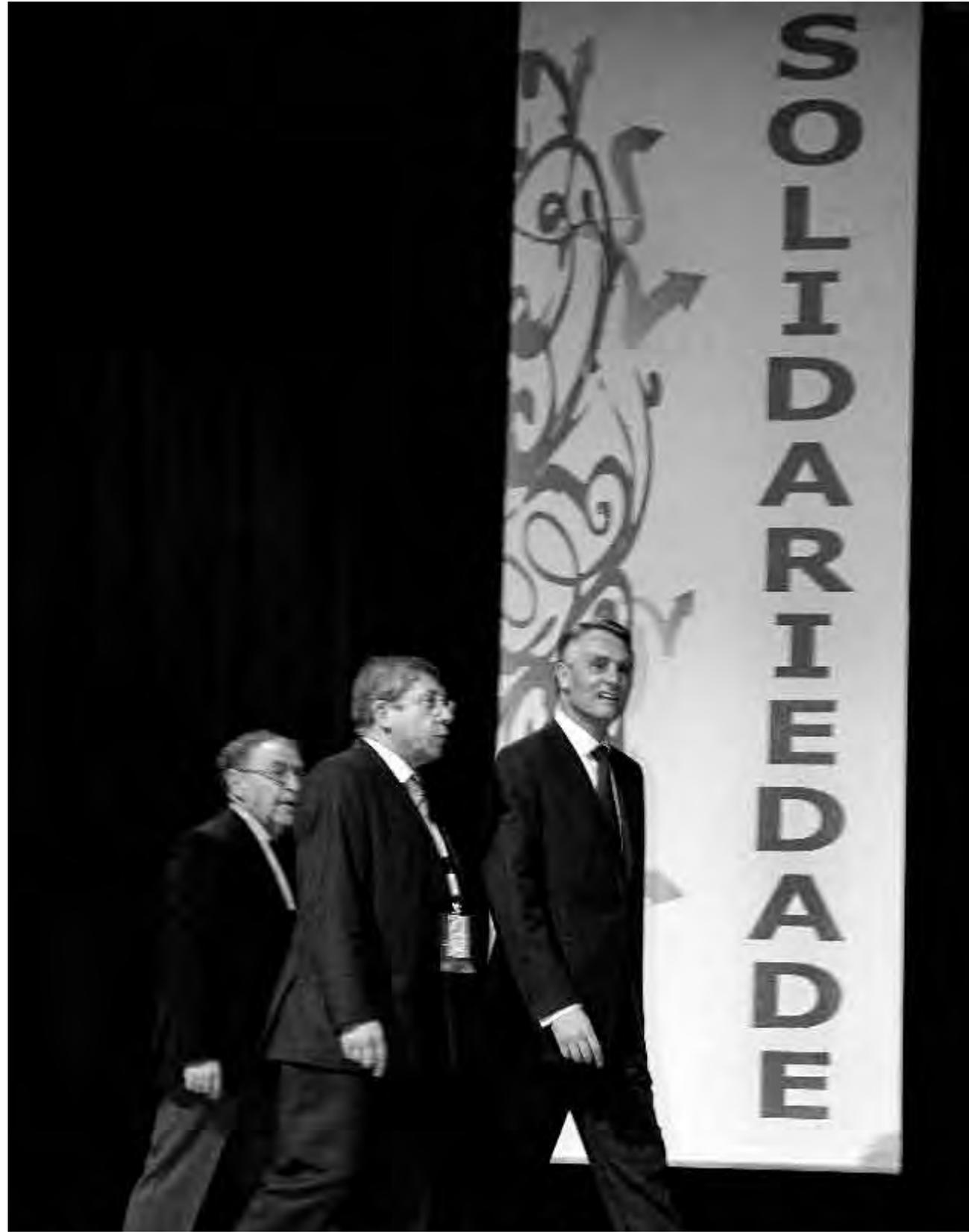
Mas importa hoje, mais que nunca, não abrandar e dar continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos cinco anos. A intensificação deste esforço será um precioso contributo para a competitividade da economia portuguesa. Confio na COTEC e nos seus associados para atingirmos este desígnio fundamental para o País.

A criação de condições para que cada vez mais empresas apostem na inovação como instrumento de competitividade e de crescimento é uma missão prioritária da COTEC. Estou certo de que, com o capital de informação e conhecimento que também já possui, a COTEC saberá desempenhar essa missão com a excelência que caracteriza todas as suas iniciativas.

Muito obrigado.

Desenvolvimento e Coesão Social **III**





Sessão de Abertura do I Congresso Internacional de Inovação Social

Fundação Calouste Gulbenkian, 30 de Maio de 2008

É com particular satisfação que abro oficialmente este I Congresso Internacional de Inovação Social. Trata-se de uma área a que tenho dado especial destaque desde o início do meu mandato como Presidente da República.

Quando, na sequência do desafio que lancei para um compromisso cívico para a inclusão social, realizei as jornadas do «Roteiro» dedicado a este tema, assumi como preocupação central a identificação e a difusão das boas práticas no que hoje se designa por terceiro sector, o da economia social.

Um dos objectivos foi avaliar o modo como as instituições de solidariedade, as associações cívicas e os cidadãos em geral estavam a responder aos desafios colocados pelas novas formas de exclusão social e as várias expressões da pobreza associadas aos factores que identificam Portugal como uma sociedade de profundas desigualdades sociais.

Devo confessar que me impressionaram algumas das boas práticas que tive oportunidade de observar, especialmente pelo carácter inovador que evidenciavam.

Lembro uma pequena comunidade, esquecida nos confins do Alentejo, que conseguiu inverter o processo de desertificação e envelhecimento de que estava a ser alvo.

Lembro, também, o que então designei por «organizações empreendedoras», instituições que promovem o combate à exclusão social de pessoas com deficiência através da produção e comercialização de produtos, criando riqueza e gerando receitas próprias adicionais.

Privei com organizações de voluntários que se dedicam a desenvolver novas competências de gestão nas instituições particulares de solidariedade social ou a promover redes de entajuda e cooperação com vista a partilhar bens doados ou produtos alimentares diariamente recolhidos.

Foi uma experiência inesquecível, que contribuiu, estou convencido, para alertar a sociedade portuguesa para as situações de pobreza e exclusão social que ainda abundam no nosso país e que a todos devem envergonhar.

Mas foi, também, uma experiência que ajudou a perceber o extraordinário impacto que a inovação social poderá ter na resposta a necessidades sociais identificadas, e a compreender como se está a desenvolver uma nova geração de respostas sociais que rompe com as formas tradicionais de intervenção.

É urgente, no entanto, que essa nova geração de respostas sociais se alargue a problemas que tardam em ser superados. Aponto, como exemplo, o problema do envelhecimento associado à pressão para a inactividade precoce, em especial a resultante do recurso a reformas antecipadas ou do desemprego de milhares de trabalhadores que são muito novos para serem aposentados, mas já demasiado idosos para retomarem uma actividade profissional. O desperdício de capital humano que este fenómeno representa é manifesto, mas a indignidade e a falta de respeito pela pessoa humana que ele revela torna-se intolerável.

Não há muito tempo, e nesta mesma sala, defendi a promoção do princípio do envelhecimento activo, recorrendo a soluções inovadoras que flexibilizem o processo de transição dos indivíduos da vida activa para a aposentação. Valorizar-se-ia, assim, com benefício para a sociedade e para os próprios, os conhecimentos e a experiência acumulados ao longo das suas carreiras profissionais.

Eis um claro exemplo de inovação social, que urge concretizar.

É tempo de nos libertarmos da velha dicotomia entre o assistencialismo e as políticas redistributivas do rendimento centradas, quase exclusivamente, na acção do Estado. Para novos problemas e novos desafios, precisamos de novas soluções. Daí a necessidade de incentivarmos o aparecimento de novas formas de empreendedorismo e de intervenção social, bem como de devolvermos à sociedade e aos cidadãos a responsabilidade cívica e solidária que lhes cabe na construção de um futuro de maior justiça e maior coesão.

Os estudos das instituições europeias, recentemente divulgados, colocam Portugal entre os Estados-membros onde as desigualdades de distribuição de rendimento e o risco de pobreza são mais elevados. Esta é a realidade, uma realidade persistente que nos obriga a ser mais responsáveis para podermos ser mais solidários.

Nesta perspectiva, é especialmente compensador ver surgirem iniciativas de grupos de cidadãos visando concretizar o princípio da responsabilidade social. A criação do Fórum de Inovação Social, que decorrerá deste I Congresso Internacional, é mais um contributo que me é grato assinalar. Tenho esperança de que, através da convergência de esforços dos diversos agentes sociais, possamos vir a difundir e promover, de forma mais eficiente e sustentada, a inovação social. Transformar as boas práticas já identificadas em processos generalizados a nível das diferentes instituições e comunidades sociais é uma tarefa crucial que temos pela frente.

Sabemos que a inovação tecnológica e organizacional é catalisada pelo mercado, pela competição, quantas vezes pelos desafios da sobrevivência e da adversidade, mas a inovação social não se rege pela mesma lógica nem pelos mesmos princípios.

É importante criar plataformas de avaliação, difusão e monitorização das boas práticas de inovação social e, ao mesmo tempo, desenvolver uma cultura de cooperação, estruturar redes em que actores e organizações possam partilhar e promover as novas respostas para as novas necessidades sociais.

A solução não está tanto no acto isolado, ainda que voluntarioso, mas mais na capacidade de, em conjunto, conseguirmos mobilizar as ideias e os recursos para a resolução dos problemas.

A cultura do conformismo e da resignação prejudica a inovação. Por isso quero transmitir-vos o meu apoio, o meu estímulo e a minha convicção de que a vossa capacidade de iniciativa e a vossa inquietude nos irão ajudar a construir um Portugal socialmente mais justo e solidário, com maior equidade e maior dinamismo na senda do futuro.

Cerimónia Comemorativa do 40º Aniversário da Comunidade Islâmica de Lisboa

Lisboa, 22 de Junho de 2008

Na Mesquita Central de Lisboa, em que, desde 1985, se acolhem os fiéis muçulmanos, saúdo toda a comunidade islâmica residente em Portugal.

O Estado português garante a liberdade religiosa plena e procura oferecer a todas as confissões religiosas as condições indispensáveis ao livre exercício do culto.

Os portugueses muçulmanos não têm de escolher entre serem portugueses e serem muçulmanos. Participam na vida colectiva e trabalham, como os outros portugueses, para o bem comum. Vivem a sua fé em liberdade, tal como todos os muçulmanos de outras nacionalidades que residem entre nós.

Tantos anos vivendo em comum ensinaram-nos a respeitar as crenças e as tradições que cada um abraça. Portugal pode mesmo ser apontado como um exemplo de convivência entre fiéis de várias religiões.

No entanto, estou convicto de que não basta que sejamos tolerantes. A tolerância, aliás, pode ser uma atitude que revela mera indiferença, pode significar viver na mesma terra mas de portas fechadas ao nosso vizinho. Ora, é o desconhecimento que abre portas à incompreensão mútua.

Sabemos todos que o Islão é uma religião de paz e de harmonia. Por isso, é importante sublinhar que, em Portugal, soubemos aprender a mensagem de paz do Islão. Esta é uma mensagem importante para toda a Europa, para uma Europa que queremos harmoniosa na convivência de religiões, sem renunciar à sua matriz cristã.

Há razões que explicam a circunstância de os Portugueses saberem separar o trigo e o joio. A longa história de relacionamento permanente com o Islão e o legado cultural islâmico que recebemos e que nos marcou para sempre constituem as primeiras explicações que encontro. A estas razões junta-se, inequivocamente, a actividade equilibrada e pacificadora da Comunidade Islâmica de Lisboa e dos seus dirigentes, de entre os quais me permitirão que destaque

as figuras dos presidentes Suleiman Valy Mamede, infelizmente já falecido, e Abdool Karim Vakil.

Desde o momento em que, no já distante ano de 1968, quinze muçulmanos a fundaram oficialmente, a Comunidade Islâmica de Lisboa tem, de acordo com o que avisadamente foi fixado nos seus estatutos, defendido a identidade cultural dos seus membros e promovido a sua plena integração na sociedade portuguesa. E tem ainda buscado, incessantemente, dar a conhecer os propósitos de tolerância, sabedoria e justiça do Islão.

Fica bem claro no Alcorão que, para os muçulmanos, a diversidade humana é uma bênção de Deus e que todos os homens devem ter o coração aberto para aprender a conhecer o outro. «*Ó homens! Por certo (...) vos fizemos como nações e tribos, para que vos conheçais uns aos outros.*» – diz o Alcorão.

Conheçamo-nos uns aos outros, eis o primeiro mandamento da vida em comum. Porque o conhecimento é condição de entendimento.

A celebração do 40º aniversário da Comunidade Islâmica de Lisboa oferece-nos mais uma oportunidade, que temos o dever de aproveitar, para promovermos o conhecimento mútuo.

Ainda há, com efeito, muito por fazer, muito por conhecer. Uma coisa é certa: cristãos, muçulmanos, judeus ou hindus podem usar vestes diferentes ou orar de modo diverso. Interiormente, porém, somos iguais, partilhamos as mesmas ansiedades e incertezas, aspiramos às mesmas alegrias e esperanças. Como todos os homens, afinal.

Vem no Alcorão que um dos nomes do Paraíso é «Morada da Paz». Como membro honorário da Comunidade Islâmica de Lisboa, digo-o com convicção: também aqui, nesta morada de todos os muçulmanos, me sinto em paz.

Assalamu Aleikum. Que a Paz esteja com todos vós.

Sessão Solene de Encerramento do Congresso Nacional da Liga dos Bombeiros Portugueses

Pombal, 26 de Outubro de 2008

Tenho sublinhado, em diversas ocasiões, a importância do voluntariado na sociedade portuguesa. Porque reconheço na acção voluntária organizada um factor de inovação social e porque lhe atribuo um papel inigualável na consolidação, em Portugal, de uma sociedade mais justa.

Sinto que o apelo que tenho feito não tem sido em vão. É possível constatar uma dedicação crescente dos Portugueses ao voluntariado e, em especial, ao voluntariado orientado para a solidariedade social.

São muitos milhares de pessoas, de diferentes idades e condição social, que, em múltiplas organizações e actividades, doam parte do seu tempo ao serviço dos outros e contribuem, sem preço mas com competência, para atenuar a infelicidade, o sofrimento e a debilidade dos seus concidadãos.

É um indicador muitíssimo positivo, que justifica uma renovada confiança nos valores da sociedade portuguesa e no carácter dos Portugueses. Significa que muitos de nós vêem no voluntariado um apelo de consciência e um meio especialmente eficaz de estruturar modelos inovadores de intervenção social; de promover uma sociedade inclusiva e de lutar contra as situações de exclusão social; de contribuir para a dignidade, o conforto, a cultura e a felicidade dos mais débeis e carenciados; e de assegurar o apoio, a protecção e o socorro de pessoas e bens em caso de necessidade.

É deste ânimo dos Portugueses que advém muita da força de Portugal, força que nos fez construir o que construímos e chegarmos soberanos ao século XXI, força que nos permite resistir à adversidade e lutar por um desenvolvimento mais equilibrado, pela construção da sociedade que ambicionamos para os nossos filhos.

O voluntariado, nas diferentes formas institucionais em que se concretiza – ou como atitude de vida de cada um –, contribui decisivamente para que, na socie-

dade que somos, exista mais justiça e maior apego à decisão segundo o princípio da equidade; para que se atenuem as desigualdades e se alarguem as oportunidades; e, também, para que exista um sentimento de maior segurança face à adversidade.

Os titulares dos órgãos de soberania e, em particular, os representantes políticos devem, por isso, valorizar, estimular e apoiar activamente o voluntariado, nos diversos sectores em que este se manifesta e concretiza.

Mas, ainda assim, quem exerce poderes de soberania deve ao significado do voluntariado – e a todos quantos concretamente o realizam – muito mais do que valorização, estímulo e apoio. A quem exerce cargos públicos é exigível uma postura genuinamente imbuída do espírito do voluntário, quer na assunção efectiva do objectivo de uma sociedade justa e inclusiva, segura e livre, quer pelo exemplo e pela responsabilidade que devem demonstrar no exercício do serviço público.

Exemplo de quem fala verdade e de mérito altruísta e solidário. *Responsabilidade* por um futuro colectivo sustentável, suportada em pensamento estratégico e liderança esclarecida.

Senhoras e Senhores Congressistas

Não é por mera deferência protocolar que presido a esta sessão solene de encerramento do 40º Congresso Nacional da Liga dos Bombeiros Portugueses.

E também não foram razões formais que me fizeram aceitar o convite da Liga para, neste ano de 2008, presidir à Comissão de Honra do Ano Nacional do Voluntariado nos Bombeiros.

Estou hoje convosco a encerrar os trabalhos deste Congresso porque, de entre o voluntariado no seu conjunto, merecem reconhecimento especial o espírito e a missão dos bombeiros e o modelo das suas estruturas operacionais. Trata-se de uma forma muito singular e eficaz de congregação de dedicações individuais ao serviço da colectividade.

Compete ao Presidente da República não só contribuir para a dignificação social dos bombeiros, como deixar-lhes, de viva voz, uma palavra de estímulo e de agradecimento, assim correspondendo, de resto, ao sentimento generalizado dos Portugueses.

Presto, antes de mais, uma sentida homenagem a todos os bombeiros que, no desempenho da sua missão de protecção e socorro, perderam as suas vidas ou se feriram irremediavelmente.

Na sua permanente missão de ajuda, na prevenção dos riscos e na protecção e socorro face à adversidade, os bombeiros constituem um garante da segurança de pessoas e bens e um dos esteios da dimensão ética da nossa sociedade.

Os valores do voluntariado, personalizados em cada um dos bombeiros portugueses, e o seu exemplo de esforço, de altruísmo, de coragem, de solidariedade, de perseverança e de construção de um espírito de corpo saudável e confiante constituem um sólido património colectivo de humanidade e de nobreza moral.

Sublinho publicamente a importância deste património e desafio os bombeiros a assumirem-no como algo que devem, com sentido de missão, legar às gerações mais jovens.

Este desafio de transmissão de um testemunho de valores adquire especial oportunidade no momento em que se reforça entre nós a componente profissional da protecção civil, pois parece-me essencial que se não fragilize, ainda assim, a sua componente de voluntariado.

Tenho seguido de perto a realidade dos nossos bombeiros. Tenho mantido contacto próximo com a Liga dos Bombeiros Portugueses e com a muito mais jovem Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários, que aproveito para saudar, o que faço também à Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais.

São frequentes os contactos da Presidência da República com muitas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e outras entidades titulares de corpos de bombeiros. Tenho acompanhado a preparação das suas operações, muito em particular das relativas aos incêndios florestais.

Com 78 anos de existência, é a Liga dos Bombeiros Portugueses que congrega estatutariamente as entidades que detêm os corpos de bombeiros e as respectivas federações distritais e regionais, assim englobando os bombeiros voluntários e profissionais e os corpos privativos de bombeiros.

Todas as 436 Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários portuguesas são associadas da Liga. E é importante termos presente o universo de que estamos a falar: aquelas Associações agregam, com vínculo associativo, mais de um milhão de portugueses.

Permitam-me que hoje felicite especialmente a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Lisboa, a primeira a ser instituída em Portugal, em 1868, e que no passado dia 21 comemorou solenemente o seu 140º aniversário. Felicito-a em conjunto com o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, ambos há pouco criteriosamente investidos no título de Associado Honorário da Liga dos Bombeiros Portugueses.

Todas as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários têm uma base de implantação municipal, associando-se à feliz tradição municipalista portuguesa, e são detentoras de uma experiência única de relações de proximidade. Em conjunto, estas Associações Humanitárias constituem uma rede de enorme potencial. Em articulação entre si, com os municípios, com outros serviços desconcentrados do Estado e até com entidades privadas e de solidariedade social, podem desenvolver sinergias de funcionamento e novos serviços e missões da maior utilidade colectiva, para além do papel que os seus corpos de bombeiros já desempenham como agentes de protecção civil.

São sinergias possíveis nas áreas do apoio social, da cultura, da educação e formação, do desporto, da organização de interesses colectivos, que contribuirão para atenuar as situações de pobreza e exclusão que persistem no Portugal do século XXI e para preparar o País para enfrentar com mais confiança os desafios da sociedade do conhecimento.

Peço às Direcções das Associações Humanitárias que não desperdicem este potencial e que se organizem para dar sequência a propostas, a fazer às Administrações central e locais, bem como às entidades privadas e do sector social, no sentido de viabilizar um aproveitamento mais integrado e eficaz da rede das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários. Com sentido de realismo, com persistência e com espírito construtivo, tenho a certeza de que poderemos assistir a evoluções muito positivas neste domínio.

Senhor Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses

A Liga dos Bombeiros Portugueses consagrou este ano de 2008 como o Ano Nacional do Voluntariado nos Bombeiros e são decorridos vinte anos desde a entrada em vigor, em 1987, do primeiro Estatuto Social do Bombeiro. Entendo, como Presidente da República, ter chegado o momento de, em nome dos Por-

tugueses, distinguir os serviços prestados por todos os bombeiros de Portugal. São serviços altamente relevantes, que se traduzem na defesa dos valores da civilização, em prol da dignificação do ser humano, da justiça social e da promoção da liberdade.

Não o podendo fazer na pessoa de cada um dos bombeiros, nem em cada uma das entidades em que eles se integram, distingo os serviços dos bombeiros do meu País através da Liga dos Bombeiros Portugueses, a quem concedo o título de Membro Honorário da Ordem da Liberdade.

Conferência Internacional “Os Desafios do Movimento Sindical”

Lisboa, 27 de Outubro de 2008

Quero começar por felicitar a União Geral de Trabalhadores pelo 30º aniversário da sua fundação. Felicito os seus dirigentes, as federações, as associações e os sindicatos filiados e todos aqueles que construíram estas três décadas de história. Foram trinta anos de muitas dificuldades, mas também de inegáveis sucessos e de contributos decisivos para a consolidação do regime democrático em Portugal.

Nem todos estarão lembrados de como, há mais de trinta anos, o debate nacional em torno do modelo de sociedade e do tipo de democracia que os Portugueses ambicionavam para o seu País ficou marcado pela defesa da liberdade sindical e do pluralismo na representação dos trabalhadores.

A consagração do princípio da liberdade e do pluralismo sindical na Constituição de 1976 reflectiu esse movimento de defesa da liberdade e foi um marco fundamental na história da democracia portuguesa. O movimento sindical, tal como se apresenta nos nossos dias, é o resultado das opções fundadoras do regime democrático e, por essa via, um dos pilares da organização social e política do nosso País.

A garantia de livre constituição de sindicatos e de livre associação dos trabalhadores, com vista à defesa dos seus direitos, é um princípio basilar da matriz sobre a qual se estrutura a sua actividade, dos processos reivindicativos à negociação colectiva, da concertação ao diálogo social na empresa, da interlocução com o Estado à participação nos organismos comunitários e internacionais em que têm representação.

Está, pois, reservado aos sindicatos um protagonismo institucional que vai muito para além da mera representação dos interesses dos trabalhadores.

Como Presidente da República, cumpre-me zelar pela efectiva concretização desse quadro e promover, como de há muito tenho defendido, a valorização da concertação social.

Depois de várias tentativas, sem êxito, de criação de mecanismos institucionais de concertação social, no final da década de 70, o debate sobre as suas virtualidades veio a ser relançado na década seguinte. Dei um contributo, de que me orgulho, para esse relançamento e, com a participação e o empenho dos diferentes parceiros sociais, foi possível criar, em 1986, o Conselho Permanente de Concertação Social.

A partir de então, foram alcançados objectivos de extrema relevância não só para a história do movimento sindical português, mas, acima de tudo, para se criar um ambiente social favorável ao desenvolvimento do nosso País.

À consagração no texto constitucional, operada pela revisão de 1989, de um órgão de concertação no domínio das políticas económicas e sociais, seguiu-se o Acordo Económico e Social de 1990, que ousou qualificar como um dos instrumentos de maior alcance alguma vez produzidos em sede de concertação. Esse Acordo resultou da vontade comum das confederações sindicais e patronais, bem como do Governo, que estabeleceram um compromisso no sentido de institucionalizar o diálogo entre os parceiros sociais como requisito fundamental de um modelo de governação e desenvolvimento que urgia estabilizar.

Ao longo destes vinte anos de funcionamento da Comissão Permanente de Concertação Social e do Conselho Económico e Social, foi possível construir consensos, expressos em quase duas dezenas de instrumentos de concertação, visando matérias tão vastas como as políticas de rendimentos, as condições de trabalho, o salário mínimo, a formação profissional ou as condições de higiene e segurança no trabalho.

Construiu-se um capital de confiança, de cultura de diálogo e de convergência sobre questões centrais para o progresso do nosso País, capital esse que importa não esquecer. Por isso entendo que é merecida e justa a homenagem a todos quantos contribuíram para consolidar uma política de diálogo e concertação social.

A União Geral de Trabalhadores foi um desses protagonistas, podendo os seus dirigentes orgulhar-se de tal contributo e da qualidade do seu desempenho.

A experiência portuguesa de concertação social habilita-nos, hoje em dia, a ter uma palavra reconhecida pelos nossos parceiros europeus. Eles sabem que essa experiência foi também decisiva para o sucesso da integração portuguesa na Europa Comunitária.

E nem por isso os obstáculos e as dificuldades se afiguram hoje de menor monta. A abertura das fronteiras e da economia portuguesa ao exterior, as novas dimensões da concorrência, a emergência de novas instâncias e de novas formas de regulação, e a partilha de soberania em domínios extremamente sensíveis foram desafios colocados pela integração europeia, a que se juntaram outros, tão ou mais relevantes, colocados pelo processo de globalização.

Ainda que a definição do quadro normativo das condições de trabalho se mantenha num contexto essencialmente nacional, é inquestionável que o âmbito dos problemas dos mercados de trabalho passou a assumir uma dimensão transnacional.

A par da reconhecida mobilidade dos capitais, do conhecimento, da tecnologia e das mercadorias em geral, assistimos hoje a uma crescente mobilidade do factor trabalho, expressa na densificação dos fluxos migratórios, com uma acrescida tendência para a desregulação e com um inegável aumento da incerteza nas relações laborais.

A intervenção do movimento sindical é decisiva para que estas mutações ocorram num quadro de salvaguarda da dignidade e valorização do trabalho, evitando, designadamente, que possa ser transposta para o direito e para o funcionamento das instituições uma desregulação sem ética e sem respeito pelos próprios valores da pessoa humana.

Quanto mais complexos são os desafios, mais precisamos de olhar para o que fizemos, como o fizemos, e retirar dessa experiência os ensinamentos que nos dão mais força para enfrentar o presente e maior convicção para construir o futuro.

Temos de reconhecer que não é tarefa fácil lidar com processos simultâneos de recuperação do atraso económico do País, de integração no espaço europeu, de adaptação às novas condições impostas pela progressiva globalização das economias e dos mercados, e, mais ainda, com a profunda mudança estrutural que a revolução tecnológica traz consigo. Contudo, se pensarmos que tudo isso aconteceu num período que vai pouco além das duas últimas décadas, então perceberemos que foi um passo de gigante que todos nós demos em direcção ao futuro.

É deste balanço que eu retiro a convicção de que possuímos um enorme potencial de adaptação e superação destes novos desafios. Não vale a pena iludir a rea-

lidade, nem esconder as dificuldades por que todos passamos, mas é necessário transformar cada ameaça numa oportunidade, cada obstáculo numa prova da nossa vontade colectiva de vencer.

Estou convicto de que o movimento sindical irá dar mais uma prova da sua maturidade, do seu conhecimento e da sua experiência, ao contribuir de forma responsável e construtiva para a identificação dos problemas e para a definição das soluções mais consentâneas com os objectivos de desenvolvimento que todos ambicionamos para Portugal.

A União Geral de Trabalhadores já deu provas bastantes da sua disponibilidade, do seu empenho e do sentido de responsabilidade que os tempos difíceis requerem de todos nós.

Que a celebração destes seus trinta anos de existência seja uma prova viva do compromisso dos trabalhadores portugueses para com um Portugal mais próspero, mais digno e socialmente mais justo.

Aqui deixo o meu reconhecimento e votos de um feliz aniversário.

Mensagem por Ocasão do Dia Mundial do Migrante

Palácio de Belém, 18 de Dezembro de 2008

No Dia Mundial do Migrante, que hoje se assinala, deixo uma palavra de respeito e reconhecimento a todos os imigrantes.

Oriundos ou não dos países que falam a língua portuguesa, em Portugal obtêm o seu sustento e, no respeito pela lei e pelo modo de vida portugueses, contribuem para o desenvolvimento do País. São muito bem-vindos entre nós e tudo faremos para contribuir para a sua integração plena na sociedade portuguesa, que queremos cada vez mais justa e inclusiva.

Sei que esta mensagem corresponde ao verdadeiro sentir dos Portugueses, que conhecem bem o que é buscar no estrangeiro melhores condições de vida. Os Portugueses respeitam a diversidade cultural e apoiam as políticas de acolhimento e integração dos imigrantes e das minorias étnicas. Portugal é dos países da União Europeia que abriram as portas a maior percentagem de estrangeiros de fora da própria União.

Neste final de 2008, Ano Europeu do Diálogo Intercultural, saúdo especialmente as estruturas do Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e as Associações de Imigrantes, que têm feito um trabalho notável na concretização das políticas de integração.

Importa falar claro – Portugal precisa da imigração para crescer economicamente. Para Portugal e muitos outros países europeus, a imigração legal não deve ser vista como um problema, mas como uma oportunidade de desenvolvimento – que deve ser partilhado com os países de origem dos fluxos migratórios.

É primordial a integração harmoniosa e sustentável dos imigrantes nas sociedades de acolhimento. Mas temos também de lutar para que as migrações contribuam efectivamente para o desenvolvimento económico e social dos países de origem, que não podem ficar despojados dos seus melhores recursos humanos. É decisiva a ajuda desses países para o combate à imigração ilegal, à exploração ilícita e ao tráfico de seres humanos.

Portugal sabe que a paz e a segurança no século XXI reclamam adequadas políticas de migração e integração, as quais têm de ser concebidas na colaboração entre uns e outros e nunca assumidas de uns contra os outros.

Deixo o meu agradecimento a todos os imigrantes. E deixo-o também a todos os portugueses que os acolhem, em igualdade de direitos e de deveres e sem discriminações.

Uns e outros, com o seu trabalho, contribuem diariamente para a melhoria das condições de vida de todos quantos vivem em Portugal e das suas famílias residentes no estrangeiro.

Um feliz Natal e um bom ano de 2009 – são os meus votos.

Visita à Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Lisboa, 19 de Dezembro de 2008

Longo foi o caminho percorrido pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas desde a minha última presença nesta sede, aquando da sua inauguração em Novembro de 1993.

É com muita satisfação que regresso a uma Casa que muito tem feito no apoio e na dignificação dos ex-combatentes que tanto deram ao serviço de Portugal.

A guerra, com toda a sua brutalidade, é um dos fenómenos mais presentes na história da humanidade. É certo que a democracia e a interdependência dos Estados têm vindo a promover uma tendência de redução das guerras entre países mais desenvolvidos, mas, fora destas regiões, a guerra continua frequentemente a impor-se, a despeito da boa vontade e das boas intenções daqueles que a deploram.

Neste contexto, a Instituição Militar, convenientemente adaptada às novas realidades, continua a ser essencial para garantir a segurança dos Estados, principalmente através de um maior investimento na segurança global. Paralelamente a este facto, teremos de reconhecer a importância que a segurança assume para a promoção das condições necessárias ao desenvolvimento sustentado das Nações, no respeito pelos valores e direitos humanos.

Sendo inquestionável a importância do papel dos militares para a sociedade em que se inserem, difícil seria ignorar que a guerra, a par das suas consequências políticas e sociais, também é feita de sacrifícios e dor, muitos sofrendo, no corpo e na alma, o preço pelo dever cumprido.

A dívida de gratidão e o preito de homenagem para com aqueles que ficaram deficientes ao serviço da Nação impõe prioridade no tratamento que lhes deve ser dispensado. Os que tudo deram ao serviço de todos nós têm de estar no topo das nossas preocupações. Mais do que um dever de Estado, é um imperativo de consciência reconhecer a excepcionalidade da situação que foi imposta a estes cidadãos.

O País deve um respeito especial àqueles que, na sua juventude, pela Pátria sacrificaram o melhor das suas vidas e ainda hoje suportam, com carácter e estoicismo, as agruras desse tempo. Um país sem memória é um país que não é digno da sua história nem merecedor do seu futuro.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas é fruto do empenho e da iniciativa de um conjunto de militares mutilados ao serviço do País na Guerra de África. A situação de carência em que esses portugueses viviam, militares de carreira e jovens mobilizados ao serviço da Pátria, não constituía um caso isolado, encontrando antecedentes na difícil situação social em que se encontravam, também, os deficientes sobreviventes da I Grande Guerra.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas vem assumindo um papel determinante, não só como instituição votada à reabilitação e integração social dos deficientes das Forças Armadas, mas também no apoio aos familiares dos militares falecidos em risco de pobreza e exclusão social.

Gostaria também de relevar o papel preponderante que a Associação dos Deficientes das Forças Armadas desempenhou na institucionalização do Secretariado Nacional de Reabilitação, no processo de criação da Federação de Desporto para Deficientes e no contributo para a criação do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, hoje considerado uma referência a nível europeu.

Pode afirmar-se, sem margem para dúvidas, que a Associação dos Deficientes das Forças Armadas tem sabido cumprir bem a missão que os seus fundadores lhe confiaram.

Ao Estado cabe reconhecer o serviço que os cidadãos, voluntariamente ou mobilizados, prestaram ao País, com uma entrega exemplar que, para muitos, acarretou os mais elevados custos para o resto das suas vidas. Muito tem vindo a ser concretizado ao longo do tempo. O edifício legislativo entretanto erguido materializou a vontade política da Nação de reconhecer a especificidade do deficiente das Forças Armadas, em áreas tão sensíveis quanto as da assistência médica, medicamentosa e protésica, da reabilitação e do apoio social.

São difíceis os tempos que se vivem em Portugal. Importa, contudo, assegurar o adequado apoio que os deficientes das Forças Armadas reconhecidamente merecem e impedir a degradação da sua condição social.

Conheço os principais problemas que afectam os deficientes das Forças Armadas. O apoio a uma saúde debilitada, fortemente agravada com o natural envelhecimento, constitui a principal prioridade, requerendo, a par das situações mais vulneráveis de pobreza e exclusão social, o prosseguimento de uma acção concertada dos vários departamentos do Estado.

Quero dirigir uma palavra de muito apreço e profundo reconhecimento às famílias dos deficientes das Forças Armadas. Foram elas que estiveram sempre na linha da frente no apoio à reabilitação e à inclusão social dos seus entes queridos. Foram as famílias quem, desde a primeira hora, providenciou o amparo daqueles que viram, de um momento para o outro, cair por terra os seus sonhos e projectos pessoais. São, ainda hoje, as famílias que enfrentam as maiores dificuldades e que envidam os maiores esforços para, concertadamente com a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, desenvolverem as acções necessárias à melhoria das condições de vida dos seus familiares deficientes.

A Associação acabou de completar um percurso de 34 anos, um percurso assinalável, como pioneira de algumas das mais importantes iniciativas realizadas em Portugal no campo do apoio ao cidadão com deficiência. Da sua meritória acção resultou um importante combate à exclusão social, traduzido num empenhado e desinteressado apoio à reabilitação dos Deficientes das Forças Armadas e à sua integração plena na sociedade

Entendo, como Presidente da República, ter chegado o momento de, em nome dos Portugueses, distinguir os relevantes serviços prestados pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas, traduzidos na permanente defesa dos valores da civilização, em prol da dignificação do ser humano, da justiça social e da promoção da liberdade, concedendo-lhe o título de Membro Honorário da Ordem da Liberdade.

As minhas felicitações e o meu muito obrigado.

A todos, os meus sinceros votos de um Santo Natal e de um ano de 2009 com Paz, União, e, sobretudo, com Saúde.

Sessão Solene de Abertura do IV Congresso da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

Fátima, 30 de Janeiro de 2009

Quero começar por saudar todos os representantes das instituições de solidariedade aqui presentes e expressar o meu reconhecimento pelo trabalho que têm vindo a desenvolver no sentido de contribuir para que a sociedade portuguesa seja mais coesa, mais solidária, mais justa e mais desenvolvida.

Recentemente, na minha Mensagem de Ano Novo, dirigi aos Portugueses uma palavra de solidariedade, em especial para aqueles que se encontram em situações particularmente difíceis. Homens e mulheres que sofrem em silêncio, ainda mal refeitos do choque que representa perderem um emprego ou o esboroar de um estilo de vida que se julgava conquistado. Estes são já identificados na comunicação social como os «novos pobres».

Hoje somos confrontados diariamente com dramas pessoais e familiares que dificilmente poderíamos imaginar. São dramas que as estatísticas nem sempre revelam, mas que nos vão alertando para a dimensão social que a actual crise económica e financeira tem vindo a assumir.

As cartas que diariamente chegam à Presidência da República, os testemunhos que as organizações cívicas nos vão transmitindo ou os relatos da comunicação social, dão-nos uma outra expressão da realidade que os números nem sempre conseguem traduzir.

A realidade dos «novos pobres», cuja incidência é maior nos centros urbanos, já não se alimenta de ilusões. A sua dimensão e intensidade são razões suficientes para que encaremos com verdade e firmeza os tempos difíceis que vivemos, mas também com esperança e ambição os tempos futuros que desejamos construir. Acredito que seremos capazes de ultrapassar estes tempos difíceis. O caminho é estreito, mas existe, como afirmei já noutra ocasião.

Na nossa história mais recente ou mais longínqua, os Portugueses deram sobejas provas do seu carácter, do seu querer e do sentimento solidário que nos pode

ajudar a superar as dificuldades. Por isso encaro o futuro com confiança, ainda que não deixe de acompanhar o presente com alguma apreensão.

Os estudos de organizações internacionais revelam que temos uma estrutura social muito frágil, com níveis de coesão muito baixos: desigualdades acentuadas na distribuição do rendimento, elevada taxa de risco de pobreza, baixos níveis de escolarização e um inegável défice de oportunidades que favoreçam a ascensão social dos grupos mais desfavorecidos ou, mesmo, socialmente excluídos.

Os períodos de crise económica tendem a acentuar as vulnerabilidades sociais, principalmente porque aumenta o número daqueles que, tendo usufruído de uma posição de algum desafogo económico, vêem-se, de um momento para outro, caídos numa situação de desemprego, de endividamento excessivo e, porque não dizê-lo, de fome e carência alimentar.

Tradicionalmente eram os laços familiares que contribuíam para amortecer alguns destes efeitos das crises económicas. Porém, face às dificuldades que a instituição familiar vem atravessando, esses laços ou já não existem ou revelam-se tão frágeis que dificilmente exercem essa função. Não é um sinal de modernidade a dissolução progressiva dos laços familiares. Tenho a certeza de que, neste domínio, nem sempre temos caminhado na direcção adequada.

Dos contactos que tenho mantido com dirigentes de instituições de solidariedade, recolho a informação de que a maioria dos casos de «novos pobres» está associada a situações de divórcio. Dizem-me, também, que esses casos tenderão a aumentar com a nova lei do divórcio aprovada pela Assembleia da República. Das previsíveis consequências sociais e das profundas injustiças da sua aplicação, alertei os Portugueses em devido tempo.

Há bem poucos dias, na sessão de abertura do ano judicial, afirmei que em Portugal se produz muitas vezes legislação que parte de uma realidade que não é nossa, não tendo em conta o País que somos. A nova lei do divórcio é bem o exemplo dessa incompreensão, como foi já sublinhado por inúmeros magistrados, juristas da área do direito da família e pela Associação Portuguesa de Mulheres Juristas.

A sociedade portuguesa apresenta vulnerabilidades sociais que não podem ser ignoradas ou desvalorizadas. Essas vulnerabilidades sociais afectam, em primeiro lugar, os mais frágeis: as crianças, com especial incidência as que vivem

em famílias monoparentais, os idosos, e os que, de forma prolongada, têm de suportar a doença e a deficiência.

As crianças devem merecer a nossa maior atenção. Elas são o elo mais fraco, e nelas, simultaneamente, reside o nosso maior capital de esperança. Nas creches, nos jardins-de-infância, nas escolas e nos *ateliers* de tempos livres, temos de reforçar a nossa atenção e o nosso empenho para que essas crianças possam manter as condições mínimas de bem-estar. É necessário garantir que nenhuma criança ou jovem possa ver as suas expectativas escolares ou o seu bem-estar, material e emocional, afectados por uma alteração das suas condições de vida familiar.

Este é o melhor investimento que poderemos fazer no futuro do nosso País.

Tenho a certeza que há ainda muito a fazer por estas crianças e jovens. O tempo para elas corre sempre mais depressa e por vezes de forma irrecuperável.

É urgente mobilizar a força solidária dos Portugueses. Mais do que arranjar pretextos para dividir, é urgente descobrir forças para nos unir em torno de um desígnio comum.

As organizações cívicas e as instituições de solidariedade devem ser os catalisadores dessa vontade. Só assim poderemos conferir uma dimensão mais humana à solidariedade social, mais proximidade à acção e maior eficácia na resposta aos problemas.

É importante assegurar os meios materiais indispensáveis à acção social, definir bem as prioridades, aumentar a eficiência na criação de bem-estar e contribuir para atenuar os efeitos do desemprego, da quebra dos rendimentos ou do endividamento asfixiante.

Temos de estar preparados para fazer face a situações de emergência social que possam vir a revelar-se.

É importante fazer chegar ao maior número de cidadãos em situação de carência os escassos recursos geridos pelas instituições públicas e privadas de solidariedade. Mas mais importante é que o façamos no respeito pela dignidade de cada pessoa, cada família, cada caso a que pretendemos acudir.

A solidariedade social não vive só de apoios e de dádivas. Vive também da capacidade de criarmos melhores oportunidades para que essas pessoas possam recuperar a sua auto-estima e de sentirem a confiança de que podem

Saúde, Educação, Ciência e Cultura **IV**

continuar a ser úteis às suas famílias, às suas comunidades, às suas empresas e ao seu país.

Esta é a luta pela dignidade que não poderemos perder.

Por isso conto convosco, com a vossa dedicação, a vossa competência, a vossa capacidade de mobilizar os recursos das comunidades, para que possamos mais facilmente superar as dificuldades.

Em nenhuma circunstância podemos abandonar a nossa ambição de construir um Portugal mais justo e solidário.





Sessão de Abertura do Fórum Gulbenkian de Saúde

Lisboa, 8 de Abril de 2008

Quero começar por felicitar a Fundação Calouste Gulbenkian pela iniciativa de mais uma edição do Fórum Gulbenkian de Saúde. A qualidade da reflexão e do debate desenvolvidos neste Fórum ao longo dos últimos dez anos, em torno dos problemas da saúde, em Portugal e no mundo, tem-lhe conferido um inegável prestígio. Atestam-no a valia das personalidades que nele têm participado, assim como os inestimáveis contributos que dele têm emergido para que possamos encontrar melhores soluções para os problemas que, neste particular domínio, afectam a nossa sociedade.

Congratulo-me pela escolha do tema para este ano – o envelhecimento. Para cada um de nós, trata-se da concretização da lei da vida, mas, para as sociedades em que vivemos, o envelhecimento, enquanto fenómeno estrutural, representa um desafio cujos contornos e impactos estão longe de ser devidamente identificados e avaliados. Duvido que a opinião pública e os cidadãos portugueses estejam suficientemente informados e conscientes das dimensões desse desafio, dos problemas que levanta, dos processos de mudança que exige, e também das oportunidades que nele devem ser procuradas. Nesta perspectiva, nunca é demais retomarmos o debate sobre o envelhecimento em toda a sua abrangência.

Os cenários e os números são por demais conhecidos, mas nem por isso deixam de ser merecedores de uma atenção redobrada.

No final desta década, a população portuguesa deverá atingir o seu máximo histórico: cerca de 10 milhões e 600 mil habitantes. Nessa altura, a população com 65 e mais anos representará cerca de 18 por cento do total.

Se projectarmos as actuais tendências para quarenta anos mais tarde, em meados do século XXI a população portuguesa ver-se-á reduzida em cerca de um milhão e 300 mil habitantes e os idosos representarão, nessa altura, 32 por cento do total. Em média, os Portugueses viverão mais seis anos e o actual índice de

envelhecimento será multiplicado por quase duas vezes e meia, passando dos actuais 108 para 243 idosos por cada 100 jovens. Ou seja, a manterem-se as actuais tendências, a população com 65 e mais anos representará, em 2050, cerca de um terço do total da população portuguesa.

Trata-se de uma alteração profunda da estrutura demográfica e social portuguesa, que exige das próximas gerações novas formas de encarar o envelhecimento e novas soluções na afectação dos recursos disponíveis.

Na opinião pública e nos órgãos de comunicação social, a preocupação tem-se centrado, quase exclusivamente, nos custos do envelhecimento. O impacto sobre os sistemas de pensões, a sua sustentabilidade financeira, ou a pressão sobre os sistemas nacionais de saúde decorrente dos custos acrescidos da longevidade têm sido temas abordados com alguma insistência. Compreendo essa perspectiva e reconhecimento, naturalmente, a sua importância. Mas quero propor-vos uma reflexão mais alargada.

O envelhecimento não deverá ser visto como uma ameaça ou como um fardo para o bem-estar das novas gerações.

Não é o facto de estarmos a falar de pessoas mais idosas que nos deve impedir de as considerar também como parte das soluções que nos abrem novas portas para o futuro. Não é o facto de estarmos a falar de pessoas estatisticamente inactivas que nos autoriza a ignorar ou a prescindir do seu contributo para a criação de riqueza e de bem-estar. É precisamente por se tratar de pessoas que não devemos tomá-las apenas como um número, um custo ou um encargo.

O fenómeno do envelhecimento obriga-nos, antes de mais, a repensar o nosso sistema de valores e os modelos de organização social. A forma como encaramos a juventude, a idade activa, ou a velhice resulta de uma concepção muito rígida do nosso ciclo de vida. O tempo da formação, o tempo do trabalho e, por último, o tempo do ócio inactivo sucedem-se a uma cadência tão invariável que torna difícil qualquer adaptação ou capacidade de gestão desse ciclo de vida.

E, no entanto, reconhecemos hoje que a educação e a aprendizagem não se podem confinar ao tempo do ensino formal e inicial. Hoje falamos de educação e aprendizagem ao longo da vida. Pela mesma lógica, porque não reconhecemos o princípio do envelhecimento activo? Porque não construímos soluções mais flexíveis de transição da vida activa para a velhice, soluções que permitam uma

combinação de trabalho, lazer e aprendizagem ajustada ao potencial que cada indivíduo representa?

Se pensarmos na experiência e na competência acumuladas por um cidadão ao longo da sua vida activa, facilmente concluiremos que todos os anos desperdiçamos um capital que poderia ser muito útil para as empresas, para os trabalhadores mais jovens, para as organizações da sociedade civil – como é o caso das instituições de solidariedade social –, ou mesmo para as organizações cívicas e culturais.

No caso das empresas, questiono-me sobre se a obsessão sobre o contínuo rejuvenescimento dos seus trabalhadores se traduz sempre num ganho efectivo de eficiência e se tal não poderá contribuir para um défice de identidade, de cultura organizacional e, mesmo, de rentabilidade.

No caso das organizações cívicas, tenho vindo a destacar o papel do voluntariado e como o aproveitamento da experiência de muitos quadros de empresas, entretanto passados à reforma, pode ser um contributo para que, com os mesmos recursos materiais, essas organizações prestem melhores serviços e os tornem acessíveis a um maior número de cidadãos carenciados. Confesso que sinto orgulho ao ver milhares de voluntários a trabalhar em instituições de solidariedade social, se bem que tenha de reconhecer que temos ainda uma margem de progressão muito grande, atendendo aos baixos níveis de participação cívica e de voluntariado que se verificam em Portugal, em comparação com os nossos parceiros europeus.

Tradicionalmente, assimilamos a velhice ao esgotamento do potencial da força de trabalho e entendemos que lhe corresponde um merecido descanso do esforço desenvolvido durante a vida activa. Sendo uma visão compreensível, na perspectiva do esforço físico que predomina nas sociedades industriais e agrárias, torna-se, no entanto, quase paradoxal nas sociedades em que se valoriza mais o conhecimento e a experiência.

Estabeleceu-se a ideia de que cada cidadão reformado representa mais um posto de trabalho liberto para um jovem trabalhador. Tal seria verdade, porventura, no âmbito das sociedades com fraca mobilidade profissional e de limitado dinamismo. Não é necessariamente verdade nas sociedades de hoje, nem o devendo ser no futuro. Num tempo em que se exige maior flexibilidade ocupacional, maior

adaptabilidade para enfrentar sistemas tecnológicos onde a obsolescência é acelerada, mas também em que se exige maior capacidade para entender a relevância da inovação social, aquela ideia é cada vez mais questionada. A criação de novos postos de trabalho tende a ficar menos dependente da libertação ou destruição dos existentes.

Nesta perspectiva, convém anteciparmos e compreendermos o facto de os trajectos e as carreiras profissionais se tornarem cada vez menos lineares e mais diferenciados, ao longo da vida activa. É, por isso, urgente pensarmos em envelhecimento como prolongamento da actividade, encarando a transição do mercado de trabalho para a reforma como um processo mais dilatado e mais diversificado nas possíveis combinatórias de actividade a tempo parcial, lazer e aprendizagem.

Quando hoje já se fala da 4ª idade, é urgente repensarmos a 3ª e as formas como vamos transitando e preparando cada uma delas. Estamos a falar da criação de novos estilos de vida e de não continuarmos a tentar enfrentar os problemas do século XXI com as soluções do século XX.

Estou convencido de que, se forem dados passos nesse sentido, poderemos melhorar a qualidade de vida e o bem-estar de milhares dos nossos idosos, de hoje e de amanhã.

Convém não esquecer, a propósito, que uma parte da pressão exercida pelo envelhecimento populacional sobre os sistemas de saúde resulta muito mais da inactividade e da falta de integração social do que propriamente da doença. A mudança abrupta de estilo de vida, a falta de reconhecimento pela sua utilidade, o isolamento ou o vazio dos afectos, levam milhares de idosos a conceber a sua relação com os profissionais de saúde como um refúgio onde se tenta encontrar um pouco mais de atenção e de carinho.

Precisamos, na verdade, de mais inovação social e de maior capacidade para responder aos estímulos e desafios que o futuro nos coloca. Seria bom que essa inovação resultasse da iniciativa dos cidadãos, do dinamismo das empresas e das organizações, da capacidade de concertação estratégica entre os diferentes agentes económicos, sociais e culturais, assegurando o Estado uma envolvente favorável ao seu desenvolvimento.

A ideia de envelhecimento activo pode constituir-se como um dos domínios privilegiados de inovação social, sem que para isso fiquemos eternamente dependentes da iniciativa dos organismos públicos e de decisão política. Soluções como o recurso planeado ao trabalho a tempo parcial, aos bancos de tempo, ao prolongamento da vida activa devidamente remunerado, terão de ser valorizadas.

Por mais surpreendente que possa parecer, a nossa legislação laboral já permite algumas dessas soluções, mas nem por isso os agentes e as organizações recorrem a essas modalidades. Neste, como em tantos outros domínios, não é por falta de leis que o País não avança. Talvez seja mais por falta de iniciativa, por escassez de espírito empreendedor, pela dificuldade que temos em nos libertarmos da dependência do Estado e pela claustrofobia da regulação burocrática e centralizada.

Repensar o envelhecimento em todas as suas dimensões ajudará, decerto, a prepararmo-nos para enfrentar as suas consequências e para encontrar as melhores soluções para os problemas que suscita. Coloca-se, aqui, um requisito fundamental: não basta encontrar soluções técnica e economicamente eficazes que não sejam, ao mesmo tempo, humanamente dignificantes.

Estou certo de que a reflexão e o debate que terão lugar neste Fórum Gulbenkian de Saúde darão um contributo importante para que o desafio do envelhecimento seja, em Portugal, encarado numa perspectiva mais ampla e construtiva.

Muito obrigado.

Sessão Solene Comemorativa dos 500 Anos da Cidade do Funchal

Câmara Municipal do Funchal, 15 de Abril de 2008

As Saudades da Terra – assim se chama a obra que Gaspar Frutuoso dedicou às Ilhas Atlânticas e que, em boa hora, foi reeditada no âmbito destas comemorações dos 500 anos da cidade do Funchal.

Se me é permitida uma nota pessoal, tinha saudades desta terra. Todos os que aqui vêm, com saudades partem e regressam ao Funchal e à Madeira.

Não existem muitas cidades que, como o Funchal, se possam orgulhar de cinco séculos de História. Mais do que isso, o Funchal pode orgulhar-se de ter sido a primeira cidade a ser instituída nos vastos domínios dos Descobrimentos. Ao comemorarmos a instituição do Funchal como cidade, recordamos, naturalmente, diversos momentos da sua História multissecular. Por aqui passaram grandes navegadores: Cristóvão Colombo, Luís de Cadamosto ou James Cook. Por aqui passaram personagens como Napoleão Bonaparte, o futuro imperador Maximiliano do México, e a imperatriz Isabel da Áustria, que ficou imortalizada pelo nome de Sissi.

Mas o Funchal não foi apenas uma terra de passagem. Desde os tempos de João Gonçalves Zarco, o Funchal foi um local de destino e fixação de homens e de vontades. Da vontade de ir mais longe, que levou os aviadores Sacadura Cabral, Gago Coutinho e Ortins de Bettencourt a fazerem o primeiro *raid* internacional sobre o Atlântico, que terminou no Funchal e serviu de ensaio ao voo épico que, no ano seguinte, os levaria a realizarem a primeira travessia aérea do Atlântico Sul.

É esta mesma vontade de chegar mais longe que, ao fim de cinco séculos, continuamos a encontrar no povo da Madeira. A modernização e o desenvolvimento do Funchal são um sinal de que os madeirenses querem sempre ir mais longe, mesmo quando permanecem na sua terra. O progresso que encontramos em cada paragem desta cidade, tão antiga quanto bela, mostra bem a vontade indomável dos habitantes da Região Autónoma da Madeira.

Comemorar 500 anos de História é, sem dúvida, uma ocasião de festa. Mas só faz pleno sentido celebrar o passado quando nele se inscreve uma certeza de presente e uma esperança de futuro.

O que torna o Funchal uma cidade tão singular é, precisamente, este cruzamento entre uma memória de cinco séculos e uma modernidade que é motivo de orgulho para todos os madeirenses. Sob o manto de uma Natureza que fascina pela sua exuberância, o passado e o futuro entrelaçam-se, aqui, numa combinação fascinante. A explosão de cor que, no início de cada novo ano, se reflecte nas águas da baía do Funchal tornou-se um dos mais expressivos exemplos de uma terra que deixa saudades em todos os que a conhecem.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Nesta ocasião, que é um acto de festa mas também uma cerimónia solene, quero saudar muito vivamente os cidadãos do Funchal. São eles que merecem, acima de tudo, ser homenageados. Ao longo de cinco séculos, revelaram a capacidade extraordinária de construir, no meio do imenso Atlântico, uma capital que atrai visitantes de todas as partes do globo. Dir-se-ia que há algo de enigmático neste eterno retorno da História.

O Funchal foi um ponto decisivo para que os Portugueses descobrissem o Mundo. Agora, é um ponto decisivo para que os estrangeiros descubram Portugal. Mas, se observarmos mais de perto a realidade, seremos capazes de decifrar o que torna agora o Funchal uma terra de chegada, ao invés de uma terra de partida. Basta olharmos para a vitalidade da sociedade civil madeirense, para o espírito de aventura dos seus empresários, para o empenho e a capacidade de realização das autoridades regionais para percebermos que, no fundo, nada existe de enigmático neste destino de cinco séculos. O que existe, isso sim, é vontade de vencer, trabalho, orgulho de ser maior, desejo de chegar mais além. Com estas qualidades, o Funchal soube erguer-se ao longo de 500 anos, sem se deixar aprisionar pelo lastro do seu passado, mas sem, tão-pouco, o enjeitar.

Respeitar e valorizar esse longo passado é hoje obrigação de memória. Daí a minha preocupação com a salvaguarda do nosso património, que me tem levado a diversos pontos do País. É algo que, também, hoje me traz à Madeira. Aproveito para saudar as autoridades locais pelo esforço que têm colocado na preservação

do património histórico-cultural da cidade e para fazer um apelo a que nunca percam de vista este imperativo de preservar para as próximas gerações aquilo que recebemos das gerações que nos precederam. Estou certo de que todos os madeirenses, neste ano em que comemoram o quinto centenário do Funchal, acompanham este desejo de edificar o futuro sem sacrificar o passado.

Vossa Excelência, Senhor Presidente da Câmara, bem como todos os vereadores desta edilidade, podem orgulhar-se de, com o vosso dinamismo e a vossa ambição, terem contribuído para fazer do Funchal uma cidade ainda mais atraente e acolhedora, de onde se parte sempre, de facto, com vontade de regressar.

É, pois, com a maior honra que agradeço a Medalha de Ouro da cidade do Funchal, com que quiseram distinguir-me. Interpreto esse gesto como um acto de boas-vindas e de homenagem relativamente ao Presidente da República, mas dirigido, também, a todos os Portugueses.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Ao longo dos próximos dias, irei percorrer as ilhas da Madeira e de Porto Santo. Quero conhecer de perto o muito que tem sido feito nesta Região. E é também meu propósito conhecer melhor a ambição dos madeirenses quanto ao seu futuro, bem como os desafios e problemas que enfrentam no seu presente.

Esta minha visita à Região Autónoma da Madeira teria, naturalmente, de começar pela cidade do Funchal. Não apenas porque este ano se comemoram os seus 500 anos, mas também porque aqui se iniciou um caminho. Uma jornada que nos levou às sete partidas do mundo, nessa aventura que deixou uma marca indelével nos destinos da Humanidade. O contributo que a Madeira deu aos Descobrimientos Portugueses está bem inscrito na História. O papel que a cidade do Funchal desempenhou na epopeia marítima lusitana é algo que todos conhecemos.

No entanto, é nosso dever, até perante as gerações vindouras, assinalar devidamente uma efeméride desta grandeza. Temos a obrigação patriótica de comemorar esse momento alto da nossa História que foi a instituição da cidade do Funchal. Felicito, por isso, todos os que contribuíram para o vasto e rico programa destas Comemorações, que se prolongam por todo este ano de 2008, com múltiplas e diversificadas iniciativas.

Gostaria de terminar saudando, na cidade do Funchal, todos os madeirenses. A vós pertencem estes 500 anos de vida, de trabalho e de luta em nome de um desígnio colectivo que se chama Portugal. Muito obrigado.

Inauguração do Museu do Oriente

Lisboa, 8 de Maio de 2008

Em Junho de 2007, inaugurei, em Washington, uma grande exposição dedicada à presença portuguesa no mundo nos séculos XVI e XVII e à importância dos Descobrimientos Portugueses na definição do Mundo Moderno. Tratava-se, no entender dos seus organizadores, da confirmação do papel de Portugal como veículo de ligação de inúmeras culturas, e, mais do que isso, enquanto país precursor da globalização.

Pude encontrar, naquele espaço, provas da intensa troca de culturas resultante da aventura marítima portuguesa. Oriente, Ocidente, Norte e Sul, nenhuma paragem do globo foi suficientemente remota para todos os que, como dizia Fernando Pessoa, «*passaram além do Bojador*». Disse, na altura, que «para qualquer país, a História deve ser uma fonte de inspiração para o futuro, sob pena de se reduzir a uma boa história. Os que vieram antes de nós merecem mais do que isso. E, também, os que virão depois de nós».

Foi, por isso, com grande satisfação, que aceitei o convite para estar hoje presente na inauguração do Museu do Oriente. Encontra-se aqui reunido um notável conjunto de peças de arte que testemunham aquela que foi a primeira experiência de globalização, orgulhosamente levada a cabo pelos Portugueses.

Pela mão da Fundação Oriente, que durante os seus vinte anos de existência perseguiu o sonho que hoje vemos tornado realidade, o antigo Armazém Frigorífico da doca de Alcântara renasce com uma nova função e uma nova dignidade. Já não encontraremos por aqui bacalhau, mas estou certo de que o nosso espírito sairá bem alimentado com todas as *iguarias* que será possível contemplar nas salas do Museu.

Lisboa passa a contar com um espaço que permite aos Portugueses e aos estrangeiros que nos visitam ficar a conhecer um pouco melhor a nossa História e a relevância que os Descobrimientos Portugueses tiveram para que as várias partes do mundo se encontrassem e conhecessem.

Mas a função deste espaço não se extingue na História. O Museu do Oriente permitirá um estreitamento cultural entre o Ocidente e o Oriente. Permitirá conhecer o que ainda hoje nos separa e o muito que nos une, fazendo pontes entre culturas remotas. Assistimos a uma nova vaga que vem do Oriente. A Índia e a China assumem o seu lugar no contexto internacional e têm hoje uma relevância impossível de ignorar. Este espaço cultural que é agora inaugurado será, certamente, palco de inúmeras iniciativas que nos permitirão conhecer melhor os nossos parceiros asiáticos.

Felicito a Fundação Oriente, na pessoa do seu Presidente, o Dr. Carlos Monjardino, pela perseverança com que, ao longo de vinte anos, construiu a colecção hoje reunida neste belíssimo espaço, eximamente recuperado.

O Portugal dos Descobrimentos era um Portugal empreendedor, um país de coragem, uma nação que produziu, procurou e difundiu Conhecimento. Fosse essa, apenas, a imagem recolhida pelos visitantes, portugueses e estrangeiros, aqui no Museu do Oriente, já este espaço teria dado bons frutos. Mas não se trata unicamente do passado, mas sim do presente e do futuro de um encontro de civilizações, mutuamente enriquecedor, em que Portugal teve um papel singular.

Talvez melhor do que nunca, sabemos hoje que o Conhecimento é a grande fonte do progresso e que o conhecimento do outro é, afinal, a melhor forma de derrotar os medos que nos levam, tantas vezes, a ignorar ou rejeitar os que são diferentes.

Parabéns à Fundação Oriente, e parabéns à cidade de Lisboa pela inauguração do Museu do Oriente.

Cerimónia de Homenagem ao Doutor Francisco Lucas Pires

Coimbra, 31 de Maio de 2008

Conheci bem o Doutor Francisco Lucas Pires. Com ele privei. E dele guardo a memória de um homem a quem foi concedido pouco tempo, demasiado pouco para tudo aquilo que tinha para dar.

Diz-nos a intemporal sabedoria grega que aqueles que partem cedo são amados pelos deuses. Estou certo de que concordarão comigo se vos disser que este português cosmopolita, que jamais esqueceu a sua Coimbra – a *Lusa Atenas* a que regressava, simbolicamente dir-se-ia, quando perdeu a vida –, foi, sem dúvida, amado pelos deuses do Olimpo.

Sabemos que Francisco Lucas Pires viveu intensamente e que, em todas as dimensões da sua vida e, sobretudo, como homem de família, académico e político, fruiu na plenitude o seu tempo.

Recordo que, em Francisco Lucas Pires, havia muito que nos cativava: a sua inteligência superior, a vastidão da sua cultura humanista, a sua simpatia transbordante, o seu riso espontâneo.

Quando revejo a sua imagem sorridente, não posso deixar de pensar que há uma virtude purificadora no riso. Aqueles que têm um profundo sentido de humor e possuem, por natureza, um génio pacífico, detêm, como ninguém, a chave do pensar lúcido e inteligente.

Lucas Pires foi um homem político que soube, como poucos, usar a palavra para influenciar aqueles que o ouviam. Ele conhecia bem o poder do discurso. Disse-nos mesmo que *«só por dentro de uma língua vamos directamente ao coração das coisas e das pessoas»*.

Dominava essa capacidade única de, para cada ideia, encontrar a melhor palavra e de, assim munido, alcançar a consciência dos seus ouvintes para aí, onde já não há barreiras à sedução, convencer. Tamanho poder sobre os homens seria, em muitos casos, perigoso. Não em Francisco Lucas Pires.

O verbo era-lhe fácil, mas nunca fútil, e estava sempre ao serviço das suas convic-

ções e do seu pensamento generoso, sem concessões ao populismo oportunista ou à retórica vazia. Por vezes, é certo, também o colocava ao serviço das suas paixões, como a paixão pelo seu Benfica. Chegou ao ponto de dizer, decerto exagerando, ao menos no que lhe respeitava, que *«só os golos nos tornam fluentes»*.

Na elegância do seu discurso transparecia sempre o sentimento e a verdade. Sentia-se nele uma sinceridade efusiva, algo de que hoje tanto temos falta.

Homem de convicções seguras, soube ser-lhes fiel. Escolheu a autenticidade de quem crê, mas não se encerra na sua crença. Por isso, sempre tolerante, fundou a sua compreensão pelos outros na *«fortaleza das próprias convicções»*, segundo a sua própria expressão.

Por tudo isto, continuamos a ser, dez anos depois, convocados para um encontro com a palavra de Francisco Lucas Pires. Sobretudo, com a palavra que ele dedicou à Europa.

Cada homem tem o dever de abraçar os desafios que a história do seu tempo lhe impõe. Podendo fazê-lo de dois modos: ou com a razão fria, ou com a paixão arrebatadora. Francisco Lucas Pires fê-lo, singularmente, com a razão e com a paixão.

Apaixonou-se pela ideia europeia. Mas também teve a lucidez de, tal como os pais fundadores da Europa, ser um visionário que soube combinar sabiamente utopia e pragmatismo, afinal o mote que inspirou a integração europeia. Abraçou, desde o primeiro momento, uma convicção: a de que o sentido maior de Portugal é ser europeu e de que fazemos parte por inteiro do devir colectivo da Europa. Fiel a essa convicção, Francisco Lucas Pires teve, ainda antes da adesão e, depois, como deputado e vice-presidente do Parlamento Europeu, uma acção permanente e apaixonada na defesa do nosso futuro comunitário e dos interesses do nosso país na Europa. Portugal deve-lhe muito pelo talento, pela clarividência e pela lucidez com que travou esse combate.

A sua intervenção política foi sempre reflectida, porque assentava numa vontade intensa mas nem por isso menos prática de alterar profundamente as condições reais da vida política portuguesa.

O seu pragmatismo obrigou-o, na primeira hora, cerca de dez anos antes da adesão, a alertar os Portugueses para o esforço árduo e prolongado que era necessário realizar e sem o qual nos arriscávamos, como disse então, a *«vestir o casaco de peles da Europa sem ter sequer roupa interior»*.

Por entre a roupagem tantas vezes burocrática da Europa real, Francisco Lucas Pires sempre soube vislumbrar um ideal de liberdade, de tolerância e de abertura. Sonhou, verdadeiramente, uma nova Europa.

Mais do que como uma associação de Estados com intuítos económicos, compreendeu a Europa como a realização de um projecto genuinamente humanista. Recordo uma frase sua que ilumina o pensamento europeu de Francisco Lucas Pires: *«A politização e a democratização da União só podem, de resto, impelir a uma consolidação dos direitos e suas garantias, produzindo uma comunidade mais de povos, grupos e indivíduos e não quase exclusivamente de Estados.»*

Visionário, como poucos, para Lucas Pires o século XXI só seria europeu se a União fosse um modelo de unidade aberta e solidária e se o pluralismo fosse a sua essência estrutural. Uma unidade a construir democraticamente e em paz. Para usar as suas próprias palavras, uma *«unidade política e democrática, com base no cidadão»*.

Foi, também, um grande pedagogo da ideia europeia. Procurou, incessantemente, traduzir num discurso acessível e sedutor a imagem dessa Europa, a Europa, afinal, que lhe fazia ter esperança num destino colectivo comum.

Nunca esqueceu, em qualquer caso, as suas raízes. Terá sido um português europeu ou foi, antes, um europeu português? Foi, acima de tudo, um português e um europeu de corpo e alma, sempre convicto, sempre genuíno, sempre entusiasta.

Um português que venceu a importância da cultura portuguesa – que entendia como *«uma certa ideia comum sobre o que somos»*, ou seja, aquilo *«que diz respeito à própria permanência do país»*. A cultura, disse-o no momento em que apresentava a sua visão como Ministro, é o domínio em que *«Portugal continua a ser mais vasto do que a sua geografia»* porque, afinal, *«somos o país europeu que mais cedo se fez ao largo»*, e fomos nós que *«carregámos uma cultura comum através do mundo»*. A cultura europeia, justamente. Aí, nessa singularidade que, do mesmo passo, nos faz europeus, podemos, disse-nos Francisco Lucas Pires, encontrar o sentido da nossa permanência.

Foi nesse projecto duradouro de um Portugal europeu que Francisco Lucas Pires encontrou a razão de ser da sua acção política. Porque o nosso viver comum democrático exige, de novo por palavras que nos legou, *«que o futuro valha sempre mais do que o passado»*.

A vida de Francisco Lucas Pires é, sem dúvida, uma vida plena de ensinamentos. Por isso, aqueles que o recordam com saudade têm o dever de dar um sentido existencial à rememoração.

Eis o sentido que procuramos e que Lucas Pires encontrou, seguindo a ordem inspiradora de um poeta maior:

«Põe quanto és no mínimo que fazes.» (Fernando Pessoa)

Aprendemos, assim, pelo exemplo, que temos o dever de, a cada momento, encurtar a distância entre aquilo que sabemos que devemos ser e aquilo que, não obstante, somos.

Temos, em suma, o dever de sermos dignos de nós próprios e daqueles que nos amam e nos admiram. Como Francisco Lucas Pires o foi. Brilhantemente.

Sessão Solene de Boas-Vindas por Ocasão das Comemorações do Dia de Portugal

Câmara Municipal de Viana do Castelo, 9 de Junho de 2008

Comemoramos, em 2008, os 750 anos do Foral de Viana do Castelo, outorgado por D. Afonso III. Comemoramos os 160 anos da sua elevação a cidade, por decreto de D. Maria II. E comemoramos, ainda, os 130 anos da chegada do caminho-de-ferro a Viana do Castelo.

Neste ano histórico para Viana do Castelo, julguei por bem que as celebrações do Dia de Portugal e das Comunidades tivessem lugar nesta bela cidade que desde a primeira hora é Portugal.

Agradeço a todos os vianenses e, em particular, à Câmara Municipal, na pessoa do seu presidente, toda a colaboração prestada e todo o entusiasmo que colocaram nestas comemorações.

Encontramo-nos nas margens do Lima, o curso de água que os soldados romanos encontraram no fim da sua demanda de conquista e confundiram com o lendário Rio do Esquecimento. Quem se atrevesse a passar para a outra margem, acreditavam, perderia a memória do seu passado, da sua família e da sua pátria. Nada pior lhes poderia acontecer.

O seu general, Décio Júnio Bruto, teve de cruzar ele próprio o rio, vencendo o temor que decerto sentia, para demonstrar que esta não é terra de esquecimento, mas terra de memória viva.

«Porque é instável a memória dos homens, encontrou-se o remédio da escrita para que os actos dos mortais se tornassem firmes e chegassem ao conhecimento dos vindouros.» Esta passagem notável do Foral de Viana do Castelo vinca, nas palavras de D. Afonso III, a importância da preservação da memória colectiva.

No Minho de terra eternamente vestida de verde, entre a serra e o mar, núcleo da Terra Portucalense, guarda-se a memória da cultura castreja e de uma longa tradição de resistência que sempre serviu a nossa causa nos momentos difíceis.

Nesta cidade virada ao Sul, debruçada para o mundo que descobrimos, guarda-se também a memória de um Portugal que recusou confinar-se a um canto da península europeia e aceitou o desafio da distância e do desconhecido.

Relembro a figura de Diogo Álvares, o vianense que, como tantos outros, daqui partiu, enfrentando, nas palavras de Camões,

*«(...) as várias partes que os insanos
Mares dividem, onde se apouentam
Várias nações, que mandam vários Reis,
Vários costumes seus e várias leis.»*

Vejo Diogo Álvares, que no Brasil foi mediador entre homens e culturas, como um exemplo do português do mundo, aquele português que aproximou globalmente os povos.

No Minho das devoções e invocações, das romagens e romarias, das confrarias e irmandades, guarda-se ainda a memória de Frei Bartolomeu dos Mártires, humilde mas firme arauto da verdade perante os grandes, pertinaz defensor dos interesses pátrios.

Em cumprimento de um dever nacional de reconhecimento para com este grande português, que escolheu Viana do Castelo para viver os últimos dias e que os vianenses quiseram que repousasse para sempre nestas terras, prestei hoje mesmo pública homenagem à figura singular de Frei Bartolomeu dos Mártires.

O mundo em que vivemos premeia aqueles que aceitam um destino universal sem perderem as amarras da memória. Em Viana, guardiã da memória, vencedora do Rio do Esquecimento, encontramos fios que nos ligam no tempo, fios indestrutíveis como os cordões de ouro que a mãe minhota lega a sua filha numa cadeia que é um elo vivo entre gerações.

Aqui defende-se a memória de Portugal com o mesmo vigor com que se preservam as recordações mais íntimas, nessas jóias tão próprias da ourivesaria vianense – as memórias, peças que guardam carinhosamente no seu cofre uma recordação ou uma saudade.

Eis, pois, Viana do Castelo, cidade aberta ao mar e ao mundo, acolhendo hospitaleiramente o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades.

*«Havemos de ir a Viana,
Ó meu amor de algum dia»*

Assim cantou Amália Rodrigues as palavras de Pedro Homem de Mello.

Neste Dia de Portugal, Portugal veio a Viana.

Renovámos a recordação do que somos e o desejo do que podemos ser.

Vencemos de novo o Rio do Esquecimento.

Mas a memória

*«(...) é como o vento,
Quem pára perde-lhe o jeito,
E morre a todo o momento.»*

Havemos de voltar a Viana, algum dia. Em breve, certamente.

Cerimónia de Entrega do Prémio Camões

Mosteiro dos Jerónimos, 25 de Julho de 2008

Estamos aqui, neste magnífico Mosteiro dos Jerónimos, símbolo da abertura de Portugal ao mundo e do seu encontro com outros povos, para entregar um Prémio que leva o nome de um Poeta, porventura o maior que alguma vez se exprimiu numa Língua que é hoje património de oito Estados soberanos.

Camões é, ele próprio, também um símbolo.

Difícilmente alguém incarnaria melhor o apego às raízes e, ao mesmo tempo, aos valores universais. Difícilmente uma outra personalidade evocaria melhor as potencialidades do Português enquanto língua de comunicação nos quatro cantos do mundo e, ao mesmo tempo, língua em que se forma e afirma a identidade de cada uma das nossas nações e se exprime a diversa sensibilidade de cada um dos nossos cidadãos.

Ao darem o nome de Camões a este Prémio, os seus fundadores souberam vincar a vocação universal da língua portuguesa, uma língua suficientemente amadurecida, trabalhada por séculos de História, flexível o bastante para se moldar a culturas tão diversas como aquelas em que se transmite.

A projecção internacional dos escritores distinguidos com este Prémio mostra que o português continua a ser, além de um veículo de comunicação à escala global, uma língua viva, que se renova e transforma em criações literárias de excepção.

As melhores provas da vitalidade e do dinamismo da nossa língua são, de resto, as diversas literaturas que se desenvolvem no seu interior, um espelho multifacetado da diversidade de territórios, de culturas, de modos de ver o mundo e de tonalidades que habitam o espaço da lusofonia.

É este Prémio que tenho, hoje, o grato prazer de entregar, com o Presidente Lula da Silva, ao escritor António Lobo Antunes, na sequência da decisão tomada por um júri de especialistas provenientes dos vários países lusófonos. As razões de uma tal decisão foram, em devido tempo, dadas a conhecer pelo Júri. Podemos todos imaginar que não terá sido uma tarefa difícil, de tal

maneira é vasto e internacionalmente reconhecido o *curriculum* literário de António Lobo Antunes.

Desde há quase três décadas, a sua obra tem-se avolumado e diversificado. Por toda a parte, sucedem-se as traduções e edições dos seus romances, as críticas de imprensa e os trabalhos académicos que lhes são dedicados, os prémios que, tanto a nível nacional, como, sobretudo, a nível internacional, o consagram como um autor universal.

As suas personagens retratam o comum dos portugueses e, simultaneamente, o ser humano em toda a sua complexidade. A originalidade da sua escrita e a invenção de que dá mostras a sofisticada arquitectura das suas histórias são um exemplo claro da pujança da língua portuguesa neste dealbar do século XXI.

Todos nós, os falantes do português, lhe estamos gratos pelo enorme contributo que tem dado à projecção da nossa língua. Através dos seus livros, a lusofonia demonstra que não é um espaço nostálgico de evocação do passado; é, e deve continuar a ser, sobretudo, um espaço dinâmico de criação cultural e de produção de conhecimentos, um espaço que possui uma voz própria num mundo em uniformização acelerada.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Sei que o momento é de regozijo e que celebramos o mais prestigiado prémio literário atribuído a uma obra em língua portuguesa.

Não podemos, no entanto, esquecer que a projecção do português e a sua afirmação no mundo, em termos que permitam aos nossos povos colher os benefícios inerentes, é também uma tarefa e uma responsabilidade.

As Conclusões da VII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP fixam-nos objectivos claros, que implicam o compromisso de todos no reforço dos meios ao serviço da promoção e valorização da língua portuguesa. Agora, é preciso passar das palavras aos actos.

Só uma política séria de preservação e promoção da língua portuguesa fará jus aos nossos maiores e àqueles que, como António Lobo Antunes, a quem hoje entregamos o Prémio Camões, continuam a enriquecê-la e a testemunhar a sua universalidade.

Só uma verdadeira política da língua portuguesa permitirá a cada um de nós continuar a dizer, no futuro, com as palavras e a sinceridade com que o dizia Clarice Lispector: «*Eu penso e sinto em português, e só esta língua me satisfaria.*»
Muito obrigado.

Cerimónia de Entrega do Prémio de Visão da Fundação Champalimaud

Mosteiro dos Jerónimos, 9 de Setembro de 2008

É com muito gosto que, neste magnífico cenário do Claustro do Mosteiro dos Jerónimos, me associo à entrega do Prémio Champalimaud de Visão de 2008. Quero, em primeiro lugar, felicitar os laureados, os cientistas Jeremy Nathans e King-Wai Yau, que partilham o Prémio pelo sucesso das suas investigações para o entendimento dos processos da fisiologia da visão.

Quero igualmente saudar todos aqueles que, na Universidade Johns Hopkins, contribuíram para este resultado e são parte integrante do seu êxito. Este Prémio, que é o maior galardão mundial no âmbito da oftalmologia e do combate à cegueira, será por certo um impulso determinante para o progresso da investigação científica que os premiados têm vindo a conduzir.

Saúdo, também, o Presidente e cada um dos membros do júri internacional, personalidades de merecido renome, a quem coube avaliar e seleccionar o avanço científico mais importante entre todos os que se candidataram, decidindo qual o melhor entre os melhores.

Julgo ser de elementar justiça salientar que o prestígio, já consolidado, do Prémio de Visão da Fundação Champalimaud não reside apenas no facto de se tratar do maior prémio pecuniário do mundo na área da saúde. Esse prestígio deve-se, em muito, à Presidente da Fundação, Dr^a Leonor Bezeza, que tem sabido, como seria de esperar, dar plena expressão à ambição e ao sonho do fundador.

Não seria possível, de resto, regozijarmo-nos com este brilhante êxito e as suas repercussões mundiais sem evocar a memória de António Champalimaud, fundador da instituição que atribui este Prémio. Ao doar cerca de 500 milhões de euros à causa da luta contra a cegueira, o fundador deu um exemplo de responsabilidade social que é uma referência e uma honra para Portugal.

Este Prémio pretende ser uma marca de distinção que celebre a qualidade dos premiados e o contributo dos respectivos trabalhos para a melhoria da saúde mundial no campo da visão. Em dois anos, a Fundação marcou já de forma notável o âmbito

da sua intervenção. No ano passado, o primeiro da atribuição do Prémio, distinguiu-se a obra do Sistema Aravind, cuja actuação tem um impacto social de relevância internacional. Este ano, são distinguidos trabalhos de investigação que trouxeram um melhor conhecimento sobre os mecanismos da visão e sobre as origens das doenças que a afectam. São descobertas científicas que rasgam horizontes no campo da genética e do controlo de doenças degenerativas e hereditárias, contribuindo para eliminar ou atenuar factores importantes de desigualdade e dependência.

O combate às doenças congénitas não tem unicamente uma função de bem-estar individual. Tem também implícita uma ambiciosa dimensão social de justiça e de igualdade de oportunidades logo à nascença. Os avanços científicos na área das ciências biomédicas, não só para o tratamento mas, sobretudo, para a prevenção das doenças, têm permitido uma consistente melhoria da qualidade de vida e uma crescente longevidade dos cidadãos.

A aposta na Ciência deve estar centrada na solução dos problemas reais das pessoas, como muito bem nos relembra a atribuição deste Prémio. Não há Ciência sem cientistas. E não há bem-estar social sem o contributo da Ciência. Logo, um dos deveres cimeiros do Estado e da sociedade é o de valorizar o papel dos cientistas na abertura das novas vias do conhecimento. Essa valorização é, aliás, uma forma de promover a cultura científica e de convocar as novas gerações para o sonho de descobrir, de inventar e de inovar.

As mulheres e os homens da Ciência, aqueles que enveredaram por uma vida de muito estudo e de sacrifícios diários para romper as fronteiras do conhecimento, são cruciais ao nosso futuro colectivo e merecem reconhecimento público.

Precisamos de fazer despontar novas e muitas vocações para as actividades de investigação e de desenvolvimento. Este Prémio, com o mérito adicional de ser oriundo de uma entidade privada, constitui também um estímulo à investigação científica nacional.

Todos os que trabalham na investigação científica para aliviar ou prevenir o sofrimento e a doença geram níveis de inclusão e de bem-estar que, de outro modo, não seriam possíveis.

As instituições que, como a Fundação Champalimaud e o seu Prémio de Visão, reconhecem e estimulam esse esforço são, por isso mesmo, dignas da nossa

gratidão e depositárias da nossa esperança na construção de um mundo mais feliz e mais solidário, onde cada pessoa possa fruir plenamente a dádiva da vida.

Cerimónia de Atribuição do Prémio Literário D. Dinis

Casa de Mateus, 12 de Setembro de 2008

A atribuição do Prémio D. Dinis ao poeta Manuel Alegre reveste-se de um significado muito especial, que me apraz aqui registar.

Todos nós acabámos de ouvir as palavras do representante do Júri a respeito da qualidade do livro premiado. Todos sabemos quanto a obra do poeta é de há muito apreciada e, sobretudo, o êxito que ela conheceu junto de tantos leitores, praticamente desde o aparecimento dos seus primeiros versos. Pela minha parte, gostaria ainda de sublinhar a feliz coincidência de ser um poeta, que é também um político, a receber um prémio com o nome de alguém que, além de político, foi igualmente um notável trovador: el-rei D. Dinis.

A obra de Manuel Alegre é, sem dúvida, uma das que mais se identificam com a nossa história e com alguns dos sentimentos que, ao longo dos séculos, se enraizaram profundamente na nossa maneira de ser e de sentir. Alguns dos seus versos exprimem o essencial daquilo que fomos e somos ainda hoje, daquilo que fez de nós um povo agarrado ao torrão natal e um povo que, ao mesmo tempo, é capaz de se fazer ao mais longínquo dos oceanos.

«*Da minha língua vê-se o mar*», dizia Vergílio Ferreira. Foi, de facto, no mar que se escreveram algumas das páginas mais admiráveis da história portuguesa. Não admira, por isso, que o mar continue a marcar presença e a inspirar, tal como já acontecia em outras obras de Manuel Alegre, as páginas deste seu último livro, significativamente intitulado *Doze Naus*.

De alguma forma, o mar faz parte da nossa identidade e constituiu sempre uma fonte não só de inspiração literária e artística, mas também de riqueza nacional. Conforme escreve Manuel Alegre,

*«Somos um país pequeno e pobre e que não tem
Senão o mar
Muito passado e muita história e cada vez menos
Memória».*

Temos, realmente, um passado notável, um passado de que nos podemos orgulhar e para o qual não devemos olhar de forma nostálgica, conforme já tive algumas vezes ocasião de afirmar. Não creio, no entanto – que me perdoe Manuel Alegre –, que a memória desse passado esteja em risco. Pelo contrário, estou firmemente convicto de que a memória daquilo que fomos não se há-de apagar, pelo menos enquanto houver poetas a escrevê-la e a declamá-la, em versos que o povo admira e sente realmente como seus.

Poetas como Camões, Almeida Garrett, Fernando Pessoa e o próprio Manuel Alegre, para quem Portugal sempre representou, mais do que um destino, uma verdadeira causa, por maiores que fossem as desgraças que cada um deles, a seu tempo, pôde observar e lamentar na Pátria comum.

Quero, por isso, felicitar vivamente Manuel Alegre, antes de mais, por este Prémio, e pelo muito que a sua obra tem feito em prol da língua e da cultura portuguesas.

Tanto os seus leitores, como todos aqueles que acreditamos nos valores da liberdade e da cidadania, respeitam o poeta e o cidadão empenhado na construção de um Portugal fiel à sua História.

Quero, finalmente, apresentar os meus parabéns à Fundação Casa de Mateus, na pessoa do seu presidente, o Eng.^o Fernando de Albuquerque, pelo êxito que representa o Prémio D. Dinis e por tudo quanto ela tem feito pela cultura portuguesa.

Ao longo das últimas décadas, a Casa de Mateus tem sido um bom exemplo de como a fidelidade à herança histórica se pode conjugar com o dinamismo na divulgação das artes e das letras. Oxalá os exemplos como este prevaleçam e se multipliquem, tanto a nível regional como a nível nacional.

Encontro de Alto Nível sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Sede das Nações Unidas, 25 de Setembro de 2008

Começo por felicitar o Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas por esta iniciativa de reunir líderes mundiais e representantes do sector privado e da sociedade civil, enquanto parceiros empenhados em reforçar e concretizar o compromisso essencial que representam os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Necessitamos do empenho de todos para alcançarmos as metas a que nos propusemos em prol de um mundo mais pacífico, mais próspero e mais justo.

A Educação e a Saúde, temas desta Mesa-Redonda, são dois sectores determinantes para o crescimento económico, o desenvolvimento e a redução de pobreza devendo, por isso, assumir uma posição de destaque no âmbito da prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

As doenças e as mortes prematuras devidas à má nutrição, à falta de higiene, à falta de água potável e a cuidados de saúde inadequados acarretam perdas irreparáveis em termos de capital humano. A melhoria da saúde das populações mais pobres é, assim, uma contribuição fundamental para os esforços de redução da pobreza e de promoção do desenvolvimento.

Infelizmente, temos assistido, em alguns casos, a uma regressão dos resultados positivos, em termos de saúde e de desenvolvimento, registados nas últimas décadas. Esta é uma situação de crise de saúde pública que deve ser assumida e que deve mobilizar toda a comunidade internacional para lhe fazer face.

Congratulo-me pelo facto de ter sido possível aprovar, no final de 2007, em Lisboa, a Estratégia Conjunta UE-África, que identifica a saúde como uma das acções prioritárias da Parceria entre os dois continentes.

Por outro lado, um dos principais inimigos da saúde pública é a iliteracia. Tão importante quanto aumentar a facilidade de acesso aos medicamentos é aumentar o acesso à informação sobre a doença. Ora, tal não se consegue sem uma forte aposta na educação básica e universal e este desafio terá de ser ganho, em primeiro lugar, pelos países com maiores problemas.

Os custos da educação continuam a ser uma importante barreira, sobretudo para as raparigas e as mulheres. Existe, por isso, uma urgência inadiável em aumentar os recursos canalizados para a educação. É minha convicção que esta será a aposta decisiva para inverter o ciclo vicioso da pobreza e da doença.

A educação, enquanto instrumento do desenvolvimento, promove a liberdade, e, ao reforçar a capacidade de escolha, melhora a produtividade e é um veículo em favor da paz.

Por isso, Portugal assume a educação como uma prioridade no quadro do desenvolvimento sustentável e da luta contra a pobreza. Os nossos esforços de cooperação, em particular nos parceiros africanos de língua oficial portuguesa e em Timor-Leste, têm sido direccionados prioritariamente para o apoio à educação básica, incluindo a alfabetização de adultos, sem esquecer o ensino técnico e profissional e a promoção do papel das tecnologias, por exemplo no ensino à distância.

No domínio da saúde, investimos na sustentabilidade dos sistemas de saúde dos países parceiros, quer em termos do financiamento, quer ao nível da capacidade técnica dos serviços. Contribuímos, também, para a criação de condições de acesso generalizado das populações aos cuidados básicos de saúde, tendo presentes as prioridades dos ODM.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Termino sublinhando o compromisso do meu País com o esforço a que obrigam as metas definidas, para estes domínios, no quadro dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Inauguração do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota

São Jorge, 11 de Outubro de 2008

Começo por felicitar a Fundação Batalha de Aljubarrota, responsável por este Centro de Interpretação, e todas as pessoas, empresas e instituições que lançaram esta iniciativa, que a patrocinaram e, enfim, que permitiram que ela visse a luz do dia.

Apoiei e acompanhei o desenvolvimento da ideia antes de exercer as minhas actuais funções e, por isso, é com particular satisfação que me associo à inauguração deste Centro.

Já alguém disse que todas as nações são «*comunidades imaginadas*». De facto, na História das nações, aquilo que há de reconstrução quase lendária de um passado imaginado muitas vezes não tem qualquer correspondência com a verdade dos factos pretéritos.

Não é isso que queremos para a Nação portuguesa. A História tem de ser objectiva e isenta, pois só assim será honesta consigo própria. A História não pode estar ao serviço de ideologias, de visões subjectivas do mundo, de concepções parcelares da realidade. Mais ainda, a História não deve ser objecto de qualquer tentativa de apropriação, seja pelo próprio Estado, seja por quaisquer grupos ou facções. O passado de uma nação é um bem colectivo, tão colectivo como os seus recursos naturais ou os seus monumentos. A nossa História é de todos nós.

É justamente por isso que me congratulo com esta iniciativa. O Campo de São Jorge é um dos lugares de memória mais emblemáticos da História de Portugal. Mas não é propósito da Fundação Batalha de Aljubarrota nem do Centro de Interpretação que agora abre as suas portas alimentar nacionalismos passadistas, falsear os factos ou vê-los numa perspectiva desajustada aos nossos tempos. Para mais, a batalha de Aljubarrota é um feito de tal forma importante que não carece ser mitificado.

No planalto de São Jorge, no dia 14 de Agosto de 1385, disputou-se o destino de Portugal como Nação livre e soberana. A vitória que aqui alcançámos, graças a

uma notável combinação de heroicidade e de técnica militar, consolidou a nossa identidade colectiva e abriu-nos as portas à épica aventura dos Descobrimentos. Aljubarrota culminou a *«incerta guerra»* de que falava Camões. E culminou-a da melhor forma para as aspirações dos Portugueses a serem donos e senhores do seu destino. Portugal renasceu como Nação nestes campos que nos circundam. Como tenho afirmado em várias ocasiões, o passado tem de ser celebrado com sentido de futuro. Não podemos ficar prisioneiros das glórias em que a nossa História é tão rica.

Temos de saber estar à altura da memória dos que aqui travaram e venceram uma batalha difícil, que começou com um impetuoso ataque dos exércitos castelhanos, a que soubemos responder com bravura e audácia. Aqui teve lugar a *«fera batalha»*, *«com mortes, gritos, sangue e cutiladas»*, nas palavras do poema de Camões.

Soubemos vencer. É com esse mesmo espírito que temos de enfrentar as adversidades da hora presente. É também esse o espírito que sempre caracterizou a atitude das nossas Forças Armadas, de que me orgulho ser o Comandante Supremo, e a que presto a minha homenagem.

Não poderia ser mais oportuna a abertura deste espaço. Conhecer Aljubarrota é um imperativo de cidadania, um dever de portugalidade.

Agora, será possível conhecer melhor como se desenrolou a batalha. O Centro de Interpretação soube tirar partido das novas tecnologias, desenvolvendo um projecto que foi concebido como síntese de educação e de entretenimento. Deste modo, despertar-se-á o interesse das novas gerações pela batalha de Aljubarrota, o que representa um contributo decisivo para a formação cívica dos nossos jovens.

Estou certo de que o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota que hoje inauguramos será uma iniciativa de sucesso, tal como o tiveram os nossos antepassados, num final de uma tarde de Agosto em que, numas escassas horas, se jogou o futuro de Portugal.

Muito obrigado.

Inauguração da Biblioteca José Cardoso Pires

Vila de Rei, 26 de Outubro de 2008

Em Outubro de 1925, este Concelho viu nascer José Cardoso Pires.

Em Outubro de 1998, Portugal viu, com pesar, partir o grande escritor.

Dez anos depois, encontramos-nos em Vila de Rei para lhe prestar a homenagem que todas as terras devem aos seus filhos.

Desde que Cardoso Pires o deixou, o concelho de Vila de Rei mudou muito e eu tive o privilégio de testemunhar essa mudança.

Os vilarregenses decerto se questionaram durante muitos anos: como é possível estar no centro de Portugal e, ao mesmo tempo, estar longe de tudo?

Nesses tempos, Vila de Rei, apesar da sua posição central, não era ponto de passagem para lado nenhum. Aqui poucos vinham. Que estranho e injusto isolamento esse, por ser um isolamento que atingia aqueles que se encontravam precisamente no meio do todo nacional.

A ninguém escapava a realidade: pouco podia ser feito sem primeiro quebrar o isolamento.

Anos passados, o concelho de Vila de Rei está mais bem servido de vias de comunicação. Recordo o marco que foi a inauguração da nova ponte sobre o rio Zêzere, em Março de 1995, a que, como Primeiro-Ministro, me associei. O isolamento está definitivamente quebrado.

Por isso, hoje, muito é possível. Mas o muito que é possível continua a ser difícil, como os vilarregenses e, em particular, a sua infatigável Presidente sabem.

O interior do País está, como sempre, mais longe dos investimentos e do emprego. O interior está despovoado, como nunca estive. Vila de Rei sabe o que significa a desertificação dos espaços rurais e o agravamento dos desequilíbrios regionais.

É minha convicção que o País, no seu todo, tem de assumir a responsabilidade de apostar num desenvolvimento mais humano e mais harmonioso. A coesão territorial e a defesa da nossa identidade exigem uma atenção acrescida dos poderes públicos ao grave problema do despovoamento do interior.

Mas Vila de Rei sabe que não pode esperar. E sabe o que tem a fazer.

A sabedoria popular diz que no meio está a virtude. Importa que a virtude se torne mais atractiva. Tem de se dar a conhecer todas as virtudes de Vila de Rei. Para que os seus bons ares, as águas puras e as pessoas acolhedoras sejam mais bem conhecidos e chamem até cá muitos portugueses que ainda desconhecem a beleza destas terras.

A cultura local também atrai os forasteiros. Mas a cultura é, sobretudo, um meio de desenvolvimento das potencialidades que todo o ser humano tem. Por isso, o acesso à cultura é um dos mais importantes direitos do homem.

Falar de cultura em Vila de Rei remete para as tradições mais antigas e mais vivas junto do povo desta terra. Mas falar de cultura aqui, sobretudo agora, é também falar de José Cardoso Pires, um dos grandes romancistas portugueses do século XX, cuja obra se projectou igualmente no teatro e no cinema, e está traduzida em várias línguas.

Narrador do social e do humano, rigoroso no uso da palavra e da imagem, corajoso e autêntico nas ideias que transmite, José Cardoso Pires levou a cabo, com a sua obra, uma sistemática e profunda reflexão sobre Portugal e sobre os Portugueses. Cada livro, disse ele, «*é uma busca da minha identificação com o País e comigo próprio*».

José Cardoso Pires teve uma relação difícil com o País e com as suas origens, talvez porque levou essa relação a sério. Como deve ser. Aí, no terreno único da identidade e da autenticidade, é-se tanto mais crítico quanto mais se ama o que se critica.

Nós, portugueses, sabemos como somos.

José Cardoso Pires debateu-se, ao longo da sua vida, com a falta de liberdade e com a busca de um sentido para a liberdade reencontrada. No final da vida, enfrentou mesmo o supremo drama de um comunicador: a impossibilidade de comunicar.

Temporariamente recuperado, emocionou os Portugueses com a estória de um José diferente de si. De um Cardoso Pires que, pela primeira vez, não encontrava palavras para transmitir o que pensava.

Essa capacidade nunca lhe faltara. Até escreveu, em tempos, sobre as homenagens póstumas. Homenagens que temia poderem constituir apropriação abusiva de uma existência, como foi a sua, que sempre se recusou a vénias e a submissões.

Não é o caso desta homenagem. O José Cardoso Pires que hoje recordamos foi um grande escritor e um português inteiro, na sua insubmissão, nas suas contradições, na aguda inteligência com que pretendia destruir mitos, na sensibilidade capaz de, como dizia, «*ir até ao osso*». Foi a sua forma de amar profundamente Portugal e os Portugueses.

Na Biblioteca Municipal de Vila de Rei revela-se a aposta da autarquia na cultura como fonte primordial de desenvolvimento. Aqui se acolherá, doravante, boa parte do espólio literário legado pela família de José Cardoso Pires. Aqui luzirá, para sempre, o espírito de um grande escritor português.

Homenagem aos Pioneiros da Bioética em Portugal

Palácio de Belém, 4 de Novembro de 2008

No reconhecimento dos muitos e distintos méritos das personalidades hoje homenageadas, destaca-se, antes de mais, o seu pioneirismo. Ser pioneiro é ir à frente, abrir caminhos, rasgar horizontes.

E ser pioneiro da Bioética em Portugal significa promover uma cultura científica no espírito da democratização da ciência, a par de uma reflexão acerca dos valores que devem orientar o progresso científico-tecnológico, em prol do bem da humanidade.

Enquanto ética aplicada à vida, a Bioética pressupõe a articulação entre o conhecimento científico e a ponderação ética. Hoje, como ontem, a Bioética mantém-se fiel ao seu desígnio originário, afirmando que é apenas na intersecção entre a ciência e a ética que o conhecimento progride e que o ser humano se dignifica. Desenganem-se, pois, aqueles que rezearam que o surgimento da ética aplicada à vida representasse um entrave ao progresso científico. Os homens de ciência que hoje aqui homenageamos, numa postura exemplar de humildade intelectual e de espírito humanista, reconheceram a necessidade da reflexão ética como factor não apenas de progresso do saber, mas de desenvolvimento humano.

A Bioética confirma-se cada vez mais como um factor de desenvolvimento, ao acompanhar o progresso biotecnológico, ao ponderar as suas implicações sociais e humanas e ao garantir que os novos saberes e os novos poderes contribuam para a melhoria das condições de vida do Homem. Só assim se justifica que a Bioética se tenha estendido aos diferentes domínios da vida – nos planos biomédico, animal e ambiental – e que se tenha expandido a todos os continentes, tornando-se global.

O trabalho da Bioética, cada vez mais exigente, conta hoje em Portugal com um relevante corpo de académicos e profissionais, com instituições prestigiadas, com cursos de especialização e linhas de investigação nacionais e internacionais, com inúmeras publicações.

Tudo o que foi e vem sendo realizado teve o seu início e recebeu impulso por intervenção directa das personalidades a que hoje prestamos a nossa homenagem, e que bem merecem a designação de «pioneiros»: Daniel Serrão, Jorge Biscaia, Walter Osswald, que agradecemos com a Grã-Cruz da Ordem de Sant'Iago da Espada, e Luís Archer, já anteriormente agraciado.

Daniel Serrão, no decurso da sua actividade docente, como Professor Catedrático da Faculdade de Medicina do Porto, desempenhou funções relevantes de âmbito nacional no domínio da saúde e da investigação aplicada à saúde, como a presidência do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia, a presidência da Comissão de Fomento da Investigação em Cuidados de Saúde, do Conselho de Reflexão sobre a Saúde, a vice-presidência do Conselho Nacional de Oncologia.

Foi neste contexto de profundo envolvimento em questões relativas às ciências médicas que veio a introduzir o estudo da Bioética na Universidade do Porto, e a assumir numerosas e prestigiadas funções em diversos organismos mundiais dedicados à ética das ciências da vida. Em Portugal, destaca-se a sua marcante presença em todos os mandatos do Conselho Nacional de Ética.

Jorge Biscaia, enquanto médico pediatra, exerceu ao longo da sua vida profissional uma acção preponderante no cuidado dos mais pequenos, tendo sido precursor da atenção devida aos problemas da relação mãe-filho, a detectar e tratar desde o período da gravidez.

Neste âmbito, foi Director dos Serviços de Neonatologia da Maternidade Bissaya Barreto, onde fundou e desenvolveu a Unidade de Cuidados Intensivos Neonatais, tendo também criado a Unidade de Intervenção Precoce da Relação Mãe-Filho.

Mobilizou destacadas personalidades portuguesas, em diversos domínios académicos, científicos e profissionais, para a criação da primeira instituição portuguesa dedicada à Bioética.

Walter Osswald desenvolveu a sua actividade científico-profissional sobretudo no domínio da Farmacologia, tendo sido Director do Instituto de Farmacologia e Terapêutica da Faculdade de Medicina do Porto, a mais importante e internacionalmente prestigiada escola de investigação em Farmacologia em Portugal, e assumindo também a presidência da Sociedade Portuguesa de Farmacologia.

O seu interesse e o seu empenho pelo domínio da Bioética, a que viria a dedicar-se em exclusividade, eram já manifestos quando presidiu à Comissão Nacional para a Humanização e Qualidade dos Serviços de Saúde ou à Comissão da União Europeia para a Protecção do Embrião e do Feto.

Mais tarde, criou o Gabinete de Investigação em Bioética. Hoje, testemunhando a sua actividade neste domínio, está à frente da Cátedra UNESCO de Bioética, que, com os seus colaboradores, trouxe recentemente para Portugal.

Luís Archer, que associamos às personalidades hoje agraciadas, sendo biólogo e filósofo por formação, destacou-se sobretudo no domínio da Genética. Professor Catedrático, criou e dirigiu o Laboratório de Genética Molecular do Instituto Gulbenkian de Ciência e coordenou o Centro de Investigação de Genética Molecular Humana, tendo promovido a investigação em genética molecular em Portugal.

Foi a partir deste âmbito de actividade que enveredou pelo domínio da Bioética, tornando-se um participante activo nos muitos fóruns internacionais em que representou Portugal, como o Conselho da Europa e a Fundação Europeia da Ciência.

Integrou o grupo de intelectuais que esteve na base da constituição do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, a que mais tarde veio a presidir.

Estas quatro personalidades tiveram o mérito de não só introduzirem a Bioética em Portugal, mas também de a desenvolverem, de estruturarem institucionalmente o seu futuro e de a difundirem na sociedade, para além do círculo restrito dos especialistas.

Graças a estas quatro personalidades, a Bioética é hoje um referencial comum de debate na sociedade portuguesa, que passou a interpelar e a envolver todos os cidadãos. A Bioética converteu-se numa ética cívica, numa consciência da nossa pertença à Comunidade e ao Mundo e da interdependência da vida.

Aos homenageados, dirijo um muito obrigado pelo vosso pioneirismo, pela vossa dedicação e pelo vosso magnífico exemplo de cidadania.

Sessão Solene Comemorativa do Dia da Cidade da Guarda

Guarda, 27 de Novembro de 2008

Faz hoje anos que o rei D. Sancho I, em 1199, atribuiu foral a esta cidade.

Neste dia tão cheio de significado para a Guarda, gostaria de saudar, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, todos os seus habitantes e todos aqueles que de alguma forma lhe estão associados, muito em especial o Professor Eduardo Lourenço, cujo nome foi dado à Biblioteca que acabámos de inaugurar e ao Prémio que foi entregue durante esta cerimónia.

Gostaria igualmente de saudar as autoridades regionais e académicas da vizinha Espanha, que estão de visita à cidade da Guarda nesta sua data festiva e que também se encontram ligadas ao Prémio Eduardo Lourenço.

Infelizmente, do vencedor a quem deveríamos ter entregue o prémio e homenagear durante esta cerimónia, já só está connosco a saudade e a admiração que todos sentimos pelo notável trabalho que desenvolveu em prol da aproximação entre os nossos dois povos.

Quero, por isso, em nome dos Portugueses e em meu nome pessoal, endereçar à família de Ángel Campos Pámpano os mais sentidos pêsames. Quero, sobretudo, assegurar-lhe que não o esqueceremos, nem deixaremos de honrar a dívida que contraímos para com o excelente tradutor dos nossos poetas e o incansável construtor de pontes entre as nossas culturas, que ele foi a vida inteira.

Dizem os historiadores que o objectivo do rei D. Sancho, ao fundar esta cidade, foi sobretudo criar aqui, nas alturas da serra, a principal das fortalezas para defender a então ainda recente independência nacional, perante eventuais ameaças dos reinos vizinhos de Castela e Leão. É daí, dizem ainda os mesmos historiadores, que lhe vem o nome de Guarda.

Ao longo dos séculos, o papel que a História destinou a esta terra, de onde se avista não só a Espanha mas também a importante malha de castelos erguidos, do lado português, em toda a região, foi garantir a integridade do território nacional.

A Guarda simbolizou, acima de tudo, a vontade indomável e altaneira dos Portugueses de permanecerem um povo independente.

Os tempos, no entanto, mudaram. As desconfianças, ou mesmo os combates que no passado opuseram as populações de um lado e de outro da fronteira, dão hoje lugar a um amistoso e crescente relacionamento, em que reaparecem e se consolidam seculares afinidades, tanto geográficas como culturais.

Todos sabemos que os nossos caminhos se cruzam agora num horizonte mais vasto, que é o espaço europeu. Das alturas da serra da Estrela, já não se avistam inimigos, mas sim aliados, gentes de quem as circunstâncias políticas e militares nos separaram durante séculos, mas a quem a geografia sempre nos ligou profundamente e com quem estamos apostados em dialogar, cooperar e fortalecer as relações a todos os níveis.

Desta mudança, a vários títulos histórica, a Guarda foi sem dúvida uma das primeiras cidades a dar-se conta e a perceber o alcance.

Prova disso é a forma como ela comemora hoje o seu feriado municipal, inaugurando uma biblioteca com o nome de Eduardo Lourenço e entregando um prémio, igualmente com o nome do escritor, destinado a galardoar personalidades ou instituições com intervenção relevante e inovadora no âmbito da cooperação e no domínio das culturas e das comunidades ibéricas.

Só quem conhece as dificuldades com que o interior do País ainda se defronta sabe o alcance de uma aposta, tão expressiva como esta, na valorização cultural das populações.

Só quem ainda se recorda do modo como a fronteira entre Portugal e Espanha constituía um muro entre povoados que pouco ou nada sabiam uns dos outros, por mais pequena que fosse a distância a separá-los, poderá dar o devido valor ao empenho no diálogo e na cooperação transfronteiriça que este Prémio representa.

A cidade da Guarda compreendeu perfeitamente as transformações profundas que os novos tempos exigem. Soube apostar no conhecimento. Soube cultivar amizades do outro lado da fronteira. Soube, acima de tudo, reconhecer, na figura de Eduardo Lourenço, um símbolo à altura da sua justa ambição de se modernizar e vencer o isolamento, sem no entanto abdicar da sua identidade.

Eduardo Lourenço, que nasceu nesta região e aqui passou a infância, é o exemplo acabado do homem cujos horizontes não se confinam ao torrão natal e que se projecta para lá das fronteiras, mas que nem por isso fica menos preso às raízes. Ele próprio disse, numa entrevista, referindo-se a si mesmo: *«Um português, quando sai de casa, sai mesmo para outro mundo. Mas pensa no que deixou, mais do que se estivesse em casa.»*

Professor, ensaísta, intelectual reconhecido na Europa e no Brasil, Eduardo Lourenço foi de facto alguém que saiu cedo para um outro mundo, o mundo cosmopolita da cultura e do humanismo.

Felizmente para nós, ele foi também alguém que nunca deixou de pensar naquilo que deixara para trás. Pode mesmo dizer-se que, vivendo desde então no estrangeiro, Eduardo Lourenço teve sempre em Portugal, na nossa cultura e na nossa história, o tema de eleição da sua escrita.

A ele se devem, por exemplo, algumas das melhores páginas sobre Fernando Pessoa, Antero de Quental, Luís de Camões e tantos outros autores portugueses. Da mesma forma, a ele se deve a mais profunda e insistente reflexão das últimas décadas sobre a nossa identidade, o modo de ser português, tal como este se detecta na obra dos principais escritores e artistas.

Mesmo quando Eduardo Lourenço reflecte sobre a Europa – e são muitos os seus escritos sobre a cultura e a realidade europeias – é ainda e sempre uma reflexão com Portugal em pano de fundo, tentando perceber as razões que durante séculos nos afastaram, a nós e à vizinha Espanha, do mundo de além-Pirenéus.

Não surpreende, por isso, que Eduardo Lourenço seja a personalidade em quem a Guarda se revê, no momento em que pretende reafirmar a sua singularidade, já não como vigia das fronteiras e fortaleza avançada da independência, mas como ponte estendida às regiões que com ela confinam e que enfrentam dificuldades e desafios semelhantes.

Felicito, pois, a Guarda por este reencontro com um dos seus filhos mais ilustres.

Faço votos para que a cidade consolide a renovação cultural, em boa hora iniciada, e para que os seus habitantes possam, enfim, usufruir do desenvolvimento e do bem-estar que a sua anterior condição de isolamento lhes negou por tanto tempo.

Muito obrigado.

Cerimónia de Atribuição dos Prémios Literários do PEN Clube Português

Lisboa, 15 de Dezembro de 2008

É com muita satisfação que me associo a esta cerimónia de entrega dos prémios que o PEN Clube Português decidiu atribuir aos melhores trabalhos literários publicados em 2007.

Quero, antes de mais, dirigir ao PEN Clube, na pessoa do seu actual Presidente, o poeta Casimiro de Brito, uma saudação muito especial.

Em primeiro lugar, pela importância de que se reveste hoje em dia, em todos os domínios, o papel do associativismo e da livre iniciativa dos cidadãos, conforme eu próprio, enquanto Presidente da República, tenho feito questão de sublinhar repetidas vezes.

Em segundo lugar, pela forma persistente e continuada como o PEN Clube tem contribuído para a divulgação das nossas letras, tanto a nível nacional como internacional, e para o intercâmbio entre os escritores portugueses e os seus congéneres estrangeiros.

Talvez se tenha tornado já um lugar-comum, mas nem por isso é menos verdade afirmar que, no mundo actual, as línguas, as literaturas e os povos, tal como os indivíduos, não podem sobreviver isolados. O património cultural da humanidade é hoje um espaço diversificado e aberto, onde cada cultura particular se enriquece, na exacta medida em que afirma e partilha com as outras a sua maneira específica de interpretar o mundo, a originalidade das suas obras artísticas e literárias.

É por isso que uma associação de escritores como o PEN Clube, que tem no seu código genético os valores essenciais do humanismo, em particular a defesa intransigente da liberdade de expressão e o estreitamento das relações entre todas as culturas, nos merece a maior consideração.

É por isso também que o trabalho da secção portuguesa do PEN tem sido tão relevante, reforçando a presença da nossa literatura nesse diálogo através do qual se procura promover a maior aproximação entre os povos.

Estou aqui a convite da Direcção do PEN, e vim associar-me a este acto de reconhecimento e de homenagem aos autores das obras que já foram mencionadas nesta sessão e apresentadas pelos representantes dos júris responsáveis pela atribuição dos prémios. Estas obras representam uma demonstração concreta da vitalidade e do pulsar da nossa literatura, uma literatura cuja origem se perde nos alvares da nacionalidade e que continua hoje a produzir, em todos os géneros, trabalhos da maior qualidade e de projecção por vezes internacional. Naturalmente, é aos premiados que cabem os louros, e é a eles que eu quero felicitar de modo caloroso. Aos Professores Pina Martins e António Machado Pires, aos poetas Hélder Moura Pereira e Daniel Jonas, ao romancista Jaime Rocha, assim como aos estreantes Francisco Camacho e Maria Helena Santana, apresento os meus sinceros parabéns e desejo que o seu trabalho literário continue a alcançar, no futuro, o sucesso que tiveram estes seus livros publicados em 2007.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Todos sabemos que o trabalho dos escritores é, por definição, um trabalho genuinamente individual e subjectivo, onde a principal marca de qualidade é ser original e diferente.

No entanto, a literatura constitui também uma das expressões mais antigas da identidade colectiva de cada povo.

Portugal será sempre a pátria de Camões e de Fernando Pessoa. Não apenas porque eles nasceram aqui e são dos nossos, mas, sobretudo, porque souberam traduzir na língua que nós falamos aquilo que verdadeiramente somos e a principal das formas como somos universalmente conhecidos.

Quero, por isso, neste momento em que são entregues os Prémios anualmente atribuídos pelo PEN Clube Português, deixar aqui uma palavra de público reconhecimento aos escritores e à sua arte, que continua a ser motivo de satisfação para tantos leitores e de prestígio para o nosso país.

A todos eles, e a todos os presentes, desejo umas boas festas e um feliz 2009.

Cerimónia de Atribuição do Prémio Fernando Namora

Casino do Estoril, 2 de Fevereiro de 2009

Estamos aqui, hoje, para homenagear o vencedor do Prémio Fernando Namora e para lhe entregar a merecida distinção que o júri lhe atribuiu por unanimidade. É uma homenagem a que me associo com todo o prazer, tendo em conta não só o livro premiado, mas também a já longa carreira de sucesso de Mário Cláudio. O interesse do público pela sua obra, assim como as traduções em diversas línguas, falam por si. O número e a diversidade de prémios com que foi sendo galardoado não deixam dúvidas quanto à qualidade dos romances e dos outros livros que publicou, praticamente em todos os géneros literários.

Estamos perante um escritor consagrado, um escritor cujo trabalho e cuja criatividade têm créditos firmados a nível nacional e internacional.

Mas estamos também perante um escritor que associa, ao aspecto original das suas histórias, uma enorme atenção à nossa História comum, aos nossos antepassados, em especial aqueles que melhor exprimiram artisticamente o nosso modo de ser e sentir.

Tal como acontecera em obras anteriores, é também a uma dessas figuras maiores da nossa cultura – Camilo Castelo-Branco – que o livro agora premiado vai colher inspiração. O passado e o presente ficaram, assim, associados, em mais um romance onde a literatura portuguesa demonstra toda a sua vitalidade, a sua capacidade de se renovar, através de sucessivas gerações.

Quero, por isso, dar os meus sinceros parabéns a Mário Cláudio, e desejar-lhe igual sucesso, ou ainda maior, para as obras que vai com certeza continuar a escrever.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Este Prémio tem por patrono um outro grande escritor, o romancista Fernando Namora, que nos deixou fez agora vinte anos, e a quem eu gostaria, também, de prestar aqui a minha homenagem.

Autor de uma vasta obra de ficção, Namora soube traduzir com rara sensibilidade a sua experiência de médico e a vida das nossas aldeias e cidades, em meados do século passado. Os seus contos e romances cativaram milhões de leitores. Alguns foram adaptados ao cinema e à televisão, continuando a ter êxito junto do público. Muitos foram traduzidos, um pouco por todo o mundo. E o jornal *The New York Times*, em 31 de Janeiro de 1989, dia da sua morte, deu a notícia, dizendo que tinha morrido «*um dos mais conhecidos escritores portugueses*». Não podemos votar ao esquecimento estas pessoas que, como Fernando Namora, souberam prestigiar o nosso país e enriquecer aquilo que é, porventura, o lastro mais profundo da nossa identidade: a Língua e a Cultura portuguesas. Ao reavivar a memória deste homem, atribuindo o seu nome a um prémio literário que distingue os nossos melhores escritores, o Casino Estoril está também de parabéns. Parabéns pelo Prémio Fernando Namora. Parabéns pela forma empenhada como tem sabido associar à sua dimensão empresarial uma dimensão de relevo no domínio da cultura.

Cerimónia de Homenagem ao Almirante Gago Coutinho

Sociedade de Geografia de Lisboa, 17 de Fevereiro de 2009

A Sociedade de Geografia de Lisboa tomou a louvável iniciativa de homenagear a insigne figura do Almirante Gago Coutinho no dia em que se completam 140 anos sobre o seu nascimento.

Como Presidente da República, como Presidente de Honra da Sociedade de Geografia de Lisboa e, acima de tudo, como português, associo-me com todo o gosto a esta celebração.

O Almirante Gago Coutinho foi um português de singular destino: o nosso grande sábio-marinheiro veio a alcançar a fama como navegador de avião num único voo.

É justo, no entanto, afirmar que Gago Coutinho merece ser recordado por muito mais do que a travessia do Atlântico Sul. A instituição centenária em que nos encontramos é o local privilegiado para que possamos apreciar toda a dimensão do contributo de Gago Coutinho para a Ciência e a Cultura portuguesas.

É na Sociedade de Geografia de Lisboa, de que o homenageado foi sócio durante 57 anos, que se celebra, anualmente, através da atribuição do Prémio Internacional Gago Coutinho, a memória do grande cientista.

Foi aqui recolhida a sua biblioteca e o seu espólio, os quais nos dão a imagem multifacetada de um distinto oficial que dedicou anos da sua longa vida ao estudo da história dos Descobrimentos e, em particular, da técnica náutica que os Portugueses desenvolveram.

Neste local histórico sentem-se ainda os ecos das muitas conferências científicas que Gago Coutinho aqui proferiu.

Recordo, por exemplo, aquela ocasião, em 1902, em que a Sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa assistiu à exposição de um jovem oficial de marinha sobre um tema inovador: a telegrafia sem fios. Pioneiro também nesse domínio, o orador não hesitou, decerto para espanto de muitos, ao proclamar que aí estaria o meio de comunicação do futuro.

Ainda nesta sala, em 1920, Gago Coutinho apresentou aos sócios da Sociedade de Geografia de Lisboa – instituição estatutariamente vinculada à promoção da geografia como ciência –, a proposta de criação, em Portugal, de um curso de engenharia geográfica. Gago Coutinho foi o primeiro entre nós a destacar o papel do engenheiro geógrafo, considerando ser o mesmo «*necessário à tarefa geográfica secular que temos diante de nós*». O engenheiro geógrafo é, sobretudo, um especialista no domínio do posicionamento. A sua melhor qualidade técnica é a de saber onde se está com precisão infinitesimal. Eis uma qualidade unanimemente reconhecida ao Almirante Gago Coutinho: ele sempre soube onde estava e sempre soube qual era o seu destino.

Em Timor, em Moçambique, em Angola, em São Tomé, efectuou levantamentos geodésicos e topográficos, fixou fronteiras. Com meios relativamente rudimentares, realizou prodígios de exactidão. A sua primeira obra como engenheiro geógrafo, realizada em Timor nos últimos anos do século XIX, foi recentemente utilizada, com grande proveito, na demarcação da fronteira entre a República Democrática de Timor-Leste e a República da Indonésia.

Esta profunda ligação ao espaço de língua portuguesa, que marca o seu trajecto como militar e como cientista, foi também evidenciada na travessia do Atlântico Sul. O inspirado voo, realizado no ano do centenário da independência do Brasil, avivou a fraternidade entre as pátrias irmãs, como o demonstra a triunfal recepção que os aeronautas aí tiveram. Recordar hoje o Almirante Gago Coutinho é, por isso, também homenagear a unidade do mundo que fala português.

Sendo bem verdade que, como comecei por referir, o legado do Almirante Gago Coutinho ultrapassa em muito a memória da travessia aérea do Atlântico Sul, não é menos verdade que esse voo foi a expressão culminante da sabedoria e da inventiva de um grande homem de ciência.

O empreendimento, vencendo ares nunca dantes navegados, foi arrojado. Feitos de igual valia já tinham sido completados por outros pioneiros da aviação. Mas nunca se fora tão longe no voo científico.

No seu diário de bordo, Sacadura Cabral, descrevendo o momento mais dramático da travessia, deixou claro o verdadeiro móbil dos aeronautas portugueses: se a gasolina acabasse e se vissem forçados a pousar, ao acaso,

no meio do oceano, «*ficaria por demonstrar aquilo que pretendíamos provar, isto é, que a navegação aérea é susceptível da mesma precisão que a navegação marítima*».

Foi, portanto, uma demonstração científica que os levou a arriscar tudo, incluindo a própria vida, naquele voo entre a Cidade da Praia, em Cabo Verde, e os penedos de São Pedro e São Paulo. Aí, após mais de onze horas sem beneficiar de quaisquer referências à superfície, num avião pequeno e demasiado lento, com a gasolina a esgotar-se no tanque, tiveram de descobrir, na imensidão do Atlântico, um minúsculo penedo com duzentos metros de comprimento.

Os cálculos do imperturbável Gago Coutinho não podiam falhar, sob pena de tudo terminar ingloriamente. Como de costume, não falharam. Feito extraordinário, no momento em que a aeronavegação dava os primeiros passos.

Como foi possível? «*Nós não fomos heróis*» – explicou Gago Coutinho, dando nota da sua proverbial simplicidade – «*Usámos de manhas de geógrafos, que se orientam pelo Sol e pelas estrelas*». Manhas, talvez. Mas o certo é que ninguém antes se lembrara de as usar. Tratava-se, afinal, de inovações científicas. Inovações que permitiram um passo de gigante na história da aviação.

A travessia foi realizada com certeza antecipada quanto ao rumo seguido. A navegação depende do conhecimento exacto da posição em cada momento e da direcção e distância ao ponto de destino. Pois, ao longo do caminho, Gago Coutinho e Sacadura Cabral sempre souberam exactamente onde estavam e qual o rumo e a distância até ao objectivo que tinham traçado.

Gago Coutinho serviu-se de um sistema integrado de navegação aérea que criou e aperfeiçoou. Sistema composto pelo famoso sextante de horizonte artificial, a que gostava de chamar *astrolábio de precisão*.

Sistema que também incluía métodos inéditos de cálculo e de pré-cálculo de tal forma apurados que, em três minutos – e isto sem computador e sem calculadora electrónica –, permitiam ao navegador Gago Coutinho registar no Diário de Navegação o local preciso onde se encontravam.

Assim dotados, os aviadores chegaram com absoluta precisão ao seu destino. Deste modo, para além da aventura humana, assistiu-se a um prodígio científico. O grande pioneiro da aviação, o brasileiro Santos Dumont, bem o disse: «*(...) o raid de Coutinho e Sacadura foi matematicamente realizado*».

O Almirante Gago Coutinho era um espírito positivo, racional e matemático. Acreditava no método científico que desenvolveu, a tal ponto que nele confiou serenamente a sua vida e a do seu companheiro de viagem.

O homem de ciência que homenageamos ensinou-nos que, para termos confiança em nós, precisamos de saber onde estamos e para onde vamos. Eis a mais profunda lição do eminente engenheiro geógrafo que foi o Almirante Gago Coutinho.

Presto homenagem à memória de um grande Português.

Sessão de Abertura do III Congresso da Comunidade Médica de Língua Portuguesa

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2009

Quero começar por felicitar a Ordem dos Médicos, na pessoa do seu Bastonário, pela organização do III Congresso da Comunidade Médica de Língua Portuguesa, que coincide com o XIV Congresso Nacional de Medicina e com o V Congresso Nacional do Médico Interno.

O tema deste Congresso – «Os Médicos e o Desenvolvimento Humano. O Direito à Saúde, que Futuro?» – é da maior oportunidade e desperta-me, pessoalmente, grande interesse. É conhecida a atenção que tenho dado aos problemas da exclusão social e sei bem como os profissionais da saúde estão diariamente empenhados em minorar o sofrimento e melhorar o bem-estar das pessoas. Estou consciente da interligação entre a doença e a pobreza e preocupam-me os efeitos que novas situações de pobreza irão ter no sistema de saúde.

O exercício da Medicina determina um nível de responsabilização máxima e exige conhecimentos vastos, sempre em actualização, em condições tantas vezes penosas de trabalho e cansaço físico e mental. São muitas as dificuldades que os profissionais de saúde encontram no seu esforço diário para responder aos problemas e às necessidades das populações.

O melhor da Medicina é muitas vezes praticado por aqueles que preferem a discrição e cujo labor não é conhecido da generalidade dos cidadãos. Pelo seu esforço constante, muitas vezes com riscos pessoais nem sempre devidamente valorizados, é merecida uma palavra de reconhecimento a todos os Médicos da Comunidade de Língua Portuguesa.

A universalidade da profissão médica constitui um terreno privilegiado para a cooperação entre os Estados e uma oportunidade para a troca de experiências e para a procura em conjunto de soluções para problemas comuns.

No mundo global, já não é possível falar de saúde pública numa perspectiva estritamente local ou, sequer, nacional. Os grandes riscos correspondem a ameaças de dimensão planetária. E não falo apenas das doenças infecciosas,

que tendem a propagar-se com rapidez cada vez maior. Falo também dos factores ligados ao desenvolvimento e à pressão demográfica.

Assistimos hoje, ao contrário do que teria sido desejável, a um agravamento do fosso entre regiões do mundo, ao aumento da pobreza em muitas áreas do globo e à emergência de doenças fora do contexto a que habitualmente se circunscreviam. É neste quadro de globalização das ameaças à saúde, agravado por uma crise económica também ela global, que a cooperação interdisciplinar entre profissionais de saúde assume particular importância. Caberá aos médicos um papel central na definição e concretização de estratégias de defesa e promoção da saúde, bem como de prevenção das doenças e seu tratamento.

É fundamental que a vasta comunidade que aqui se reúne, partilhando uma Língua e uma História comuns, continue a dar um exemplo de cooperação humana e técnica do mais elevado nível. A existência de uma Comunidade Médica de Língua Portuguesa, abraçando vários continentes e colectivamente responsável pela saúde de muitos milhões de pessoas, é uma resposta certa perante problemas que são de todos.

Julgo que se poderá, inclusivamente, falar de uma cultura médica lusófona, que nos pode conferir, a todos os que falamos a mesma língua, uma posição ímpar no contributo para o desenvolvimento científico e técnico da Medicina.

Estou convicto de que o prestígio desta Comunidade de Médicos que falam Português será tanto maior quanto maior for a sua capacidade para promover a inovação útil e adequada à resolução de problemas que outros terão também de enfrentar. Importa, por isso, identificar as necessidades colectivas e responder de forma prioritária ao que é, reconhecidamente, importante.

O corpo médico tem de ser continuamente renovado. Essa renovação de profissionais exige uma atenção muito cuidadosa da parte dos governantes. Necessitamos de mais médicos e de pessoas novas que venham continuar o que de melhor foi feito por quem as antecedeu.

Apelo aos jovens médicos para que saibam manter vivo o espírito da sua profissão: o interesse primordial pelo bem comum. O caminho percorrido para chegar a médico é longo e difícil. Ser um bom médico é ainda mais complexo. A partir do momento em que começam a exercer, os médicos adquirem um estatuto de referencial ético que acarreta responsabilidades cada vez maiores.

Mas é justamente esse capital moral que dá aos médicos uma força social própria e que lhes confere o respeito das populações.

As Ordens aqui reunidas têm o dever de impor os mais exigentes padrões éticos ao exercício da profissão. A defesa intransigente da vida humana e o primado de «*não fazer mal*» são princípios que garantem aos médicos e às populações a confiança que é decisiva na relação médico-doente e que nunca deverá ser colocada em causa.

A todos os participantes neste Congresso, desejo os maiores êxitos, na certeza de que jamais perderão de vista as nobres palavras do Juramento de Hipócrates que, dentro de alguns momentos, jovens médicos irão proferir. Para eles, muito em particular, os meus calorosos votos de sucesso pessoal e profissional.

Muito obrigado.

Portugal na Europa e no Mundo **V**





Sessão Solene do Conselho Municipal de Maputo

Maputo, 24 de Março de 2008

Não posso esconder a emoção com que recebo as chaves da cidade de Maputo. Trata-se de uma distinção que muito me honra e comove, como também comove a minha Mulher, porque Moçambique e, em particular, a sua capital, são lugares a que a nossa memória pessoal e familiar se encontra profundamente ligada. Maputo faz parte da nossa própria vida.

Em cumprimento do serviço militar obrigatório, permaneci em Moçambique durante dois anos. Quando chegou a notícia da minha mobilização para África, eu e a minha Mulher decidimos casar. Onze dias depois, embarcávamos no navio *Infante D. Henrique*, com destino a Moçambique. O dinheiro que a minha Mulher tinha poupado como professora de liceu permitiu-lhe comprar um bilhete na 1ª classe do navio onde eu, como alferes miliciano, tinha direito a viajar.

Aportámos a esta cidade em 16 de Novembro de 1963 e aqui passámos dois anos felizes. O nome da nossa filha surgiu da predilecção que minha Mulher e eu tínhamos por uma rua cheia de jacarandás, que descia em direcção ao mar, numa explosão floral que nos deixava extasiados. Chamava-se, então, Rua Princesa Patrícia.

Como escrevi na minha *Autobiografia*, «a descoberta da África Oriental foi fascinante». «Comprei um automóvel *Renault Dauphine*, em segunda mão, por vinte e dois contos, façanha conseguida com um empréstimo do Montepio Geral e uma certa dose de audácia económica... Mas a juventude é por natureza confiante, havia um continente novo a descobrir e a pé não podia ser...». Estas palavras, que deixei escritas, explicam, julgo, a profunda emoção com que hoje recebo as chaves da cidade de Maputo. Trata-se, naturalmente, de uma distinção conferida ao Presidente da República Portuguesa, mas há ocasiões no percurso de um homem em que a vida pública e a vida pessoal se entrelaçam e confundem. Aquele que hoje recebe a chave de Maputo é também o jovem alferes recém-casado que, há muitos anos, teve a ousadia de, com poucos recursos, comprar um automóvel para conhecer uma terra que logo o fascinou.

Moçambique é hoje uma nação livre e soberana. Maputo é uma cidade muito diferente daquela que conheci na primeira vez que aqui me desloquei. Mas a emoção com que aqui estou mantém-se intacta, nesta cidade que ocupa um lugar central na geografia dos meus afectos. Na beleza das ruas, no calor das pessoas, nos odores e nos sabores intensos, Maputo mantém-se igual a si própria.

De igual modo, África mantém o fascínio dos seus mistérios. Para se deixar descobrir, África exige, antes de mais, que a respeitemos. Aqui, a Natureza prossegue majestosamente o seu caminho, nem sempre generoso para com os homens. A vastidão dos territórios é uma lição de humildade para a ambição desmedida dos seres humanos. A cada passo, África e o seu passado milenar recordam-nos que mais não somos do que uma pequena partícula no Universo, uma poeira efémera na imensa superfície do nosso planeta. África é um ensinamento de humanidade.

Gostaria que os meus compatriotas partilhassem a experiência da descoberta destes lugares, que aqui viessem em busca da beleza e das imensas potencialidades que Moçambique encerra. Maputo representa, sem dúvida, uma das melhores portas de acesso a este país de futuro, de oportunidades imensas para os que tiveram a audácia de as descobrir. A mesma audácia com que, há algumas décadas atrás, um casal muito jovem viajou pela África Oriental, num automóvel comprado com a ajuda confiante de uma instituição bancária.

Foi, como disse, uma ousadia própria da juventude. Mas é com esse mesmo espírito de aventura e risco que Moçambique tem de ser descoberto nos nossos dias. Desenganem-se aqueles que julgam que poderão conhecer ou prosperar neste país sem audácia, nem ousadia. África é uma lição de humildade, mas também uma interpelação de coragem.

Senhor Presidente e meu caro Amigo

Não quero concluir esta intervenção sem prestar homenagem ao empenho que o executivo a que Vossa Excelência preside tem colocado na reabilitação e rejuvenescimento desta cidade, ao mesmo tempo que acarinha a sua memória, reconhecendo nela o garante da sua identidade própria.

Ao conceder-me esta distinção, a Câmara Municipal de Maputo homenageia Portugal, na pessoa do seu Chefe de Estado. Em nome de Portugal e dos Portugueses, muito obrigado.

Mas também em meu nome pessoal e, se me é permitido, no de minha Mulher, agradeço, profundamente sensibilizado, o vosso gesto. Um gesto que encerra, ainda, um significado muito particular, por envolver, na figura do Presidente do Conselho Municipal, o melhor que sempre encontrei em Moçambique – bons e leais amigos.

Seminário Económico e Encontro Empresarial Moçambique-Portugal

Maputo, 24 de Março de 2008

Permitam-me que comece por saudar a presença do Presidente Armando Guebuza na sessão de encerramento deste Seminário, num gesto que a todos nos honra e que atesta de forma eloquente a importância que atribui ao reforço das relações entre Portugal e Moçambique, designadamente no domínio económico e empresarial.

Quero, ainda, dirigir uma saudação muito particular à participação do Senhor Ministro da Indústria e Comércio de Moçambique e felicitar o CPI/Centro de Apoio ao Investimento e a AICEP, na pessoa dos seus Presidentes, pela organização desta oportuna iniciativa. Saúdo e agradeço, igualmente, a presença de todos os participantes.

Não estranharão, certamente, a enorme importância que atribuo à oportunidade, que este Seminário proporciona, de melhor dar a conhecer o que se faz actualmente em Moçambique e em Portugal, e de se estreitarem os contactos entre empresários e altos responsáveis moçambicanos e portugueses. Vejo-a como uma óptima oportunidade de nos revisitarmos mutuamente e de abriremos novos caminhos ao fortalecimento das relações empresariais e dos laços económicos entre os nossos dois países.

Existe, entre Moçambique e Portugal, um excelente relacionamento a nível político, uma intensa actividade de cooperação em múltiplos domínios e um amplo esforço de coordenação e concertação político-diplomática, desde logo no quadro da CPLP. Partilhamos de uma indelével proximidade histórica e cultural, de uma língua comum e de uma visão muito coincidente do mundo e do futuro.

No quadro europeu, como no quadro internacional, Portugal nunca deixou de suscitar as preocupações africanas. Ao institucionalizar o diálogo político Europa-África, a Cimeira do Cairo, realizada no decurso da Presidência portuguesa da União Europeia, no ano 2000, permitiu um avanço significativo no relacionamento entre as duas regiões.

A Europa, África e o mundo sofreram, entretanto, grandes alterações. Colocava-se a necessidade de ajustar os objectivos e os instrumentos do nosso relacionamento, o que ocorreu, precisamente, na II Cimeira União Europeia-África, realizada em Dezembro passado, em Lisboa, sob Presidência portuguesa. Aí se adoptou uma Estratégia Conjunta, elaborada pela primeira vez em efectiva parceria. Uma estratégia que reflecte, em pé de igualdade, as preocupações e as prioridades da Europa e de África face aos desafios que têm pela frente.

Com o propósito de assegurar um máximo de resultados palpáveis, com claro impacto positivo nos cidadãos, foi definido um Plano de Acção com medidas concretas até 2010. Plano esse que abrange matérias tão importantes quanto a promoção da paz e da segurança, a defesa dos Direitos Humanos e da boa governação, ou o apoio à agenda de integração regional e à melhoria do acesso de África aos mercados mundiais. E que contempla, ainda, a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a cooperação em matéria de energia, ciência e sociedade da informação, e o combate à imigração ilegal e às alterações climáticas.

Julgo que se tratou, de facto, de um passo histórico no relacionamento entre África e a Europa. E penso que países como Moçambique estarão em singulares condições para beneficiar deste novo quadro de relacionamento.

A estabilidade política e social de que Moçambique tem desfrutado, as reformas que tem vindo a realizar e a própria gestão macroeconómica que tem procurado imprimir são internacionalmente reconhecidas.

A economia moçambicana, que tem atraído importantes projectos de investimento estrangeiro e um fluxo substancial de ajuda externa, tem crescido, desde o início da década, a uma taxa média da ordem dos oito por cento. Trata-se de um desempenho notável, que coloca Moçambique entre os maiores casos de sucesso de transição pós-conflito. E trata-se, também, de um percurso que, sobretudo à luz do muito que ainda haverá a fazer em matéria de desenvolvimento económico e social, todos gostaríamos de ver sustentado e robustecido.

As autoridades moçambicanas têm demonstrado conhecer bem os desafios que o país enfrenta, tal como as oportunidades que se lhe proporcionam no mundo globalizado dos nossos dias. A integração de Moçambique na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a forma como tem sabido gerir

a sua participação nos organismos multilaterais e nas instituições financeiras internacionais são exemplos muito claros.

Portugal, para poder responder, justamente, aos desafios da integração e da globalização, tem vindo a experimentar grandes mudanças. A estrutura da economia portuguesa está a mudar rapidamente, o que é bem visível na composição das exportações, que se afasta cada vez mais do padrão que tradicionalmente as caracterizava. Tem surgido uma nova geração de empresas e de empresários, muitos deles com vocação global, em áreas de forte conteúdo científico e tecnológico: aplicações de *software*, tecnologias de informação e comunicação, biotecnologia, energias renováveis.

Algumas dessas empresas integram a comitiva empresarial de mais de quarenta membros que me acompanha nesta Visita de Estado a Moçambique, e que é representativa, ao mais alto nível, de vários dos sectores mais dinâmicos da economia portuguesa e de uma classe empresarial crescentemente orientada para a inovação e para a internacionalização.

Promover o conhecimento da realidade actual do tecido empresarial português, designadamente nos domínios onde é mais visível a aposta na inovação tecnológica, é o objectivo da exposição «Portugal Inovação» que inaugurarei de seguida, no Centro Cultural Português, na companhia, que tanto me honra e sensibiliza, do Presidente Armando Guebuza.

Julgo que, apesar de um crescimento apreciável, as trocas comerciais entre Portugal e Moçambique estão ainda bastante aquém do seu potencial. E, apesar de uma presença significativa de Portugal no *ranking* do investimento directo estrangeiro em Moçambique, o facto é que a tendência dos últimos anos tem sido menos positiva, quer em valores absolutos, quer no que diz respeito ao peso no total do investimento português dirigido ao conjunto dos PALOP e Timor-Leste.

Estou convencido, no entanto, de que existem condições favoráveis para que esse quadro possa voltar a inflectir-se e que, abrindo-se novos horizontes de parte a parte, poderemos estar no limiar de um novo ciclo de cooperação económica e empresarial.

Vejo, de resto, bons motivos para estar confiante de que o investimento português olha para Moçambique com renovado entusiasmo. A resposta pronta e

numerosa em que se baseou o processo de constituição da delegação empresarial que me acompanha é uma clara e promissora indicação. O mesmo sucede com os Acordos agora assinados, cuja relevância me permito sublinhar.

Senhor Presidente

Senhores Ministros

Ilustres Convidados

Minhas Senhoras e meus Senhores

Muitas das afinidades que nos unem fazem parte do nosso legado histórico. Mas nenhum país é refém da sua História. Importa, pois, que saibamos fazer do legado histórico um activo comum, valorizando-o em benefício mútuo. E é aí que julgo que ainda há muito que podemos e devemos fazer juntos, Moçambique e Portugal, as nossas empresas e os nossos cidadãos.

Quero crer que os contactos empresariais que este Seminário proporcionou e os outros que permitiu perspectivar permitirão consolidar essa nova dinâmica que todos desejamos para o relacionamento entre Portugal e Moçambique.

Muito obrigado.

Banquete Oferecido pelo Presidente da República de Moçambique

Maputo, 24 de Março de 2008

Quero começar por agradecer ao Presidente Armando Guebuza o honroso convite que me fez para efectuar a presente Visita de Estado a Moçambique.

É com uma satisfação muito especial que regresso a Moçambique, dezoito anos decorridos desde a minha última visita oficial, então na qualidade de Primeiro--Ministro.

Esta é também a primeira Visita de Estado que realizo, enquanto Presidente da República, a um país africano de expressão oficial portuguesa, o que traduz a importância que atribuo ao aprofundamento dos laços de amizade e de cooperação que unem os nossos dois países.

Permitam-me uma nota pessoal. Não escondo que é sempre com particular emoção que regresso, com a minha Mulher, à «*Pérola do Índico*», onde vivemos os primeiros anos da nossa vida de casados. Desta vez, quis fazer anteceder esta Visita de um período privado, para melhor dar a conhecer à minha família os lugares de que lhe fui falando ao longo dos anos e que marcaram um período muito intenso das nossas vidas.

A hospitalidade que Vossa Excelência, Senhor Presidente, nos tem proporcionado faz-nos sentir como eu espero que se sinta em Portugal, de cada vez que nos honrar com a sua visita: como em sua própria casa. Não posso deixar de lhe exprimir, Senhor Presidente, a nossa profunda gratidão e reconhecimento.

Senhor Presidente

Portugal e Moçambique estão ligados por laços de afecto e de uma proximidade muito particulares, cujo longo lastro histórico se consolida, a cada dia, na cooperação entre duas nações livres e orgulhosas da sua soberania. Duas nações que partilham um conjunto de valores que molda a sua identidade e a sua forma de se relacionarem com o mundo. Entre eles está o respeito pelos direitos humanos, pela liberdade e pela democracia, bem como a defesa do

princípio da igualdade entre os Estados e do direito ao progresso e ao desenvolvimento.

Ao longo de mais de década e meia, Moçambique soube consolidar a paz, a reconciliação nacional e a democracia, uma conquista cujos dividendos se reflectem no clima de estabilidade e nos progressos que alcançou no domínio sócio-económico.

A implementação de um ambicioso programa de reformas no sector público e no plano macroeconómico, conjugada com a melhoria das infra-estruturas, o estímulo à actividade empresarial e a valorização do capital humano, designadamente nos domínios da educação e da saúde, tem propiciado a Moçambique notáveis taxas de crescimento, reforçando a sua imagem como um atractivo destino de investimento.

Ao mesmo tempo, a adopção de políticas no domínio do combate à pobreza e à exclusão fazem de Moçambique um dos Estados africanos mais bem colocados para cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, em particular no que toca à redução para metade, até 2015, dos índices de pobreza.

Sem paz e sem democracia não teria sido possível a Moçambique percorrer este caminho, nem atingir resultados que fazem dele um exemplo de boa governação e de desenvolvimento sócio-económico. E isto a despeito dos flagelos que lhe vem impondo a natureza, como as recentes cheias, que desalojaram cerca de 60 mil pessoas e que Portugal – como sempre – acompanhou de muito perto e com sentida solidariedade.

A estes resultados na frente interna soma-se uma crescente afirmação no domínio externo, de que são exemplo a inserção na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a assunção de responsabilidades acrescidas no quadro da União Africana e das Nações Unidas, e o impulso que Moçambique tem procurado imprimir à Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD).

É absolutamente claro para mim, pelas conversas que já tive oportunidade de manter ao longo do dia de hoje com as autoridades moçambicanas, que, apesar do que está ainda por fazer, Moçambique está determinado a erradicar o espectro da pobreza – que Vossa Excelência sempre sublinha, de resto, como o mais importante dos objectivos do seu Governo – e a vencer os desafios da competitividade e do progresso. A seriedade dos esforços que vem desenvolvendo e os

resultados que alcançou merecem que não lhe falte o apoio de que necessita para levar a bom porto este seu propósito. Um apoio que, no que diz respeito a Portugal, tem envolvido estruturas de Estado, empresas e organizações da sociedade civil. Um apoio que avalio como globalmente positivo, mas que queremos continuar a reforçar.

Senhor Presidente

Pela sua tradição e pelas suas especiais ligações aos países africanos de expressão portuguesa, Portugal assume-se como um interlocutor privilegiado do Continente Africano no quadro Europeu e internacional.

Temos a convicção de que a dinâmica da globalização e os desafios com que todos nos confrontamos nos dias de hoje impõem a necessidade de um diálogo cada vez mais intenso e de uma parceria a cada dia mais abrangente entre os nossos dois continentes. Daí a importância que atribuímos, no exercício das duas últimas Presidências portuguesas da União Europeia, em 2000 e 2007, à realização de Cimeiras entre a Europa e África.

Congratulamo-nos, em particular, com os resultados alcançados em Dezembro passado, em Lisboa, com a adopção de uma Estratégia Conjunta que reflecte, em pé de igualdade, as preocupações e prioridades da Europa e de África face aos desafios que têm pela frente.

Senhor Presidente

O actual contexto do relacionamento entre Portugal e Moçambique não poderia ser mais propício ao fortalecimento e expansão da nossa cooperação, resolvido que foi um *dossier* de grande complexidade – o da Hidroeléctrica de Cahora Bassa –, graças ao empenho político de ambas as partes. A conclusão do processo de Cahora Bassa ilustra bem a nossa determinação comum de olhar para o futuro e conferir uma nova dinâmica ao nosso relacionamento bilateral.

A exposição «Portugal Inovação», que há pouco tive a honra de inaugurar no Centro Cultural Português, na companhia de Vossa Excelência, inscreve-se, justamente, nessa nova dinâmica de relacionamento. Pretende constituir uma mostra da actualidade empresarial portuguesa e foi pensada para ir ao

encontro do que possam ser os interesses do mercado moçambicano. De facto, há um número crescente de empresas portuguesas que, pela sua dimensão internacional, pelo seu grau de modernização e competitividade, e pelo conhecimento que possuem do mercado e da realidade africana e moçambicana, estão particularmente bem posicionadas para reforçar a sua participação na economia deste país. A natureza e o nível da delegação empresarial que me acompanha nesta Visita, representando alguns dos sectores mais dinâmicos da nossa economia, são uma clara indicação nesse sentido. Tenho a certeza de que os contactos que aqui vão manter, designadamente no quadro do Seminário Económico, promovido pelo Centro de Promoção de Investimento de Moçambique e pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, e que Vossa Excelência quis honrar com a sua presença, permitirão identificar novas e promissoras oportunidades de negócio. Isso mesmo atestam os Acordos já assinados durante esta Visita.

Quero sublinhar, ainda, a importância que tem, para Portugal, a política de cooperação com Moçambique e o apoio que nos merece a visão pluridisciplinar que está na base de projectos como o *cluster* de cooperação para a Ilha de Moçambique e a criação de uma Vila do Milénio, no Lumbo. Quis, de resto, em sinal deste mesmo apoio, que o programa da minha visita incluísse uma passagem pela Ilha de Moçambique, tanto mais quanto aí se vive um momento difícil, consequência do ciclone que assolou recentemente aquela região.

Senhor Presidente

Presto igualmente homenagem a Moçambique e ao povo moçambicano pelo muito que têm feito pela defesa e enriquecimento da língua portuguesa, esse património que partilhamos com seis outros Estados soberanos, em quatro continentes.

O Centro Cultural da Universidade Eduardo Mondlane acolhe amanhã um Colóquio subordinado ao tema «Português, Língua Global», que contará com a participação de inúmeros especialistas, escritores, músicos, professores e estudantes, que têm em comum o facto de se expressarem na língua portuguesa. É-me grato constatar a presença de nomes florescentes da cultura moçambicana, ligados aos vários ramos das artes.

Trata-se de uma iniciativa de grande valia estratégica para todos os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Os nossos interesses comuns impõem um trabalho conjunto em favor de uma maior afirmação internacional da nossa língua, mais consentânea com o seu estatuto de quinta língua mais falada no mundo. Espero que a reflexão a desenvolver no Colóquio possa dar um importante contributo para a definição de uma estratégia comum que nos permita alcançar esse propósito.

Senhor Presidente

Acredito firmemente que estão criadas as condições para que se inaugure uma nova e promissora dinâmica no relacionamento entre dois países que tanto têm para fazer juntos. Quero, aqui e agora, reiterar-lhe o meu empenho pessoal nesse sentido.

Concluo, pedindo a todos que me acompanhem num brinde à saúde do Presidente Armando Guebuza e da Senhora Dr^a Maria da Luz Dai Guebuza, à prosperidade crescente do Povo irmão de Moçambique e às relações entre Portugal e Moçambique.

Sessão Solene da Assembleia da República de Moçambique

Maputo, 25 de Março de 2008

Quero começar por agradecer ao Senhor Presidente, Dr. Eduardo Mulembwé, e aos ilustres Deputados, o honroso convite que me foi feito para me dirigir a esta Magna Assembleia, expressão, por excelência, do vigor da democracia moçambicana. Trata-se de um gesto que muito me sensibiliza e que interpreto como reflexo da natureza muito particular dos laços que unem Portugal e Moçambique.

Os desafios com que Moçambique hoje se defronta são muito diferentes daqueles a que tinha que fazer face, há dezoito anos, quando aqui estive, em Visita Oficial, na qualidade de Primeiro-Ministro. A conquista da paz e da democracia era, então, a prioridade central do país. Todas as atenções estavam concentradas, interna e externamente, na necessidade de levar a bom termo as negociações de paz, cuja génese e evolução, como é sabido, acompanhei sempre de muito perto.

A adopção da Constituição de 1990, introduzindo o Estado de direito democrático, representou um importantíssimo passo no caminho que conduziria à assinatura, em 1992, do Acordo Geral de Paz, o qual, por seu turno, permitiria, dois anos mais tarde, a realização das primeiras eleições multipartidárias em Moçambique.

Desde então, o país e a sociedade moçambicana conheceram profundas transformações. Moçambique é hoje um país cujo desenvolvimento económico e social se afirma num quadro de eleições regulares, de aumento da participação dos cidadãos na vida pública e de consolidação do sistema democrático. Podemos dizer, com segurança, que a democracia é hoje um valor enraizado na sociedade moçambicana e um activo colocado ao serviço do desenvolvimento e do progresso do país.

Não poderia encontrar melhor local para prestar a minha sincera homenagem à clarividência e coragem dos dirigentes moçambicanos, de todos os quadrantes políticos, muitos deles hoje aqui presentes, que compreenderam que a única via para atingir o ideal de «liberdade, unidade, justiça e progresso», inscrito no

seu texto fundamental, seria através da paz, da democracia e da reconciliação nacional.

Mais do que nunca, é hoje reconhecido o mérito da Democracia e do quadro de valores em que ela assenta, enquanto factores de um desenvolvimento económico justo e socialmente equitativo.

A prioridade ao combate à pobreza e à exclusão, a ênfase colocada na valorização do capital humano do país e na melhoria das condições de acesso à educação e à saúde de todos os cidadãos são, sem dúvida, tributárias do clima de paz e de estabilidade democrática que o povo moçambicano soube conquistar.

Os sucessos alcançados não nos devem, contudo, fazer perder de vista que a construção da democracia, em qualquer país e em qualquer sociedade, é um desafio permanente e um projecto em constante evolução. Todos os actores e organismos do Estado têm um papel a desempenhar no aperfeiçoamento da qualidade democrática e a Assembleia da República assume, nesta perspectiva, um papel fundamental. O Parlamento, enquanto órgão fiscalizador da acção dos executivos, desempenha uma função imprescindível no que toca à promoção do Estado de direito e à preservação do equilíbrio de poderes que caracteriza o sistema democrático.

Sei que Moçambique irá dar início, dentro de algum tempo, a um período eleitoral, que incluirá a realização, pela primeira vez, de eleições para as Assembleias Provinciais. Será, estou certo, mais uma etapa marcante na sua vida democrática, cujo sucesso poderá contar com o contributo que representa a experiência adquirida pelos diferentes órgãos de soberania, entre os quais esta douta Assembleia, os partidos políticos, as instituições que têm a seu cargo a administração eleitoral e a própria sociedade civil, no seu conjunto, que se vem habituando ao regular exercício do seu direito de expressão eleitoral.

Senhor Presidente

Ilustres Deputados

Minhas Senhoras e meus Senhores

Portugal e Moçambique conhecem-se bem. Os laços que nos unem são profundos e duradouros. Temos uma longa História comum, um excelente relacionamento político, interesses e objectivos convergentes e utilizamos a mesma língua

para nos relacionarmos com o mundo que nos rodeia. Partilhamos, além disso, o mesmo respeito pela dignidade da pessoa humana, pelos valores da liberdade, da paz e da democracia, pelo direito ao progresso e ao desenvolvimento, e um profundo sentido de entreatura e solidariedade. Valores que definem quem somos e que potenciam a relação de futuro que queremos construir.

Quando a tristeza bate à porta dos Moçambicanos, os Portugueses sentem-na de uma forma particular, própria de povos irmãos. Ainda recentemente, Portugal seguiu com profunda angústia as consequências das cheias que afectaram em especial a zona centro de Moçambique, tendo-se prontificado, desde o primeiro momento, para auxiliar as autoridades moçambicanas a fazer face a esta calamidade. Quero assegurar-vos que sempre faremos tudo o que pudermos para minimizar o sofrimento do povo moçambicano e para vos ajudar a ultrapassar as adversidades que o futuro possa reservar.

Acredito, firmemente, no interesse estratégico que reveste, para os nossos dois países, uma parceria reforçada, baseada no respeito mútuo e em valores e interesses comuns. Sem prejuízo daquilo que foi alcançado, acredito que podemos fazer mais e melhor, em conjunto.

Pretendo, com esta visita, a primeira como Presidente da República, conhecer e dar a conhecer melhor a realidade de Portugal e de Moçambique, contribuir para identificar os sectores em que ambos os países poderão tirar maior partido das suas complementaridades e pôr Portugueses e Moçambicanos a discutir formas de reforçar a sua cooperação bilateral e a concertação a nível internacional, na defesa dos interesses que partilhamos.

O actual contexto interno de Portugal e de Moçambique, bem como o estágio de desenvolvimento do nosso relacionamento político bilateral não poderiam ser mais favoráveis ao aprofundamento da nossa cooperação.

Moçambique tem mostrado estar atento e preparado para responder aos desafios a que tem que fazer face, no mundo globalizado em que vivemos. O ritmo de crescimento dos últimos dez anos e os progressos alcançados no que toca aos índices de desenvolvimento social, fruto de um ambicioso plano de reformas políticas e macroeconómicas e do esforço de todos os moçambicanos, fazem de Moçambique um reconhecido exemplo. A estes resultados soma-se um protagonismo e uma influência crescentes na cena internacional, de que é exemplo a sua

integração na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a assunção de responsabilidades acrescidas no seio de organizações multilaterais de referência, como a União Africana e as Nações Unidas.

Portugal, por seu lado, também tem conhecido um período de aceleradas mudanças. No campo político, o aprofundamento da sua participação na União Europeia tem proporcionado novas oportunidades e um campo mais alargado para afirmar a vocação africana da sua política externa. No quadro europeu, como no quadro internacional, Portugal nunca deixou de suscitar as preocupações africanas, assumindo-se, com orgulho, como um interlocutor privilegiado de África na Europa. Não nos deve por isso surpreender que cimeiras entre a Europa e África se tenham realizado no decurso das duas últimas Presidências portuguesas da União Europeia, em 2000 e em 2007.

A II Cimeira União Europeia-África, que teve lugar em Lisboa, em Dezembro passado, constituiu o corolário de um intenso esforço político-diplomático que Portugal considerou indispensável levar a cabo para promover uma maior aproximação entre os dois continentes. No entanto, sem a contribuição empenhada dos nossos parceiros africanos e, em particular, dos que, como Moçambique, partilham as nossas convicções, não teria sido possível levar esse objectivo a bom porto.

A adopção de uma Estratégia Conjunta, pela primeira vez elaborada em efectiva parceria, e que reflecte, em pé de igualdade, as preocupações e as prioridades da Europa e de África face aos desafios que têm pela frente, constitui uma inquestionável mudança qualitativa no relacionamento entre os nossos continentes e uma base sólida para enquadrar a nossa cooperação futura.

Não tenhamos dúvidas a esse respeito: a Europa e África necessitam uma da outra e o aprofundamento da sua parceria estratégica será, cada vez mais, um vector indispensável da promoção de uma ordem internacional mais justa e estável e de um desenvolvimento mais equitativo e sustentável, à escala mundial.

A concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o combate à imigração ilegal e às alterações climáticas, a cooperação em matéria de energia, ciência e sociedade da informação, são algumas das áreas que a Europa e África querem abordar em conjunto. São, também, sectores que consideramos prioritários na nossa cooperação bilateral com Moçambique. Portugal e os seus agentes económicos estão atentos a esta realidade, apostando na internacio-

nalização das suas parcerias, no desenvolvimento científico e tecnológico e na inovação, como forma de responderem aos desafios da concorrência global dos nossos dias. África, e em particular a África lusófona, tem sido, neste contexto, um destino prioritário para um número crescente de empresas e investimentos portugueses.

Acompanha-me nesta visita uma ampla delegação empresarial, constituída por decisores de topo, e representativa de alguns dos sectores mais dinâmicos da economia portuguesa. A sua presença e motivação dão-nos razões para crer que estamos perante uma nova dinâmica no que toca ao volume das trocas comerciais e aos fluxos de investimento entre os nossos dois países. Uma nova dinâmica consentânea com o empenho político e o espírito de amizade e cooperação de que deram exemplo as negociações do acordo de reversão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa para o Estado moçambicano, um marco histórico no relacionamento entre os nossos dois países.

Os Acordos assinados durante esta minha Visita, a nível oficial e empresarial, são sinal claro de uma vontade partilhada no sentido do reforço das nossas relações, em todos os domínios.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Esta manhã, terei ainda a oportunidade de participar na sessão de abertura de um Colóquio subordinado ao tema «Português, Língua Global», oportunamente organizado, em parceria, pela Universidade Eduardo Mondlane, pela Universidade Pedagógica e pelo Instituto Camões. Colóquio que contará com a participação de personalidades de diversas áreas, designadamente da literatura, música, cinema, investigação e ensino, oriundas não apenas de Portugal e de Moçambique, mas também de outros espaços da lusofonia.

Trata-se de uma iniciativa de importância estratégica, não só pela riqueza dos temas escolhidos e pela qualidade dos intervenientes e das instituições envolvidas, mas, sobretudo, porque traduz o sentimento de uma responsabilidade partilhada no que toca a defender e promover a língua portuguesa na esfera internacional.

A nossa língua é hoje um património comum a oito Estados soberanos e a mais de 220 milhões de pessoas espalhadas por quatro continentes. Para além da

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o português é falado em diversas organizações internacionais como a União Europeia, a União Africana, a Comunidade Ibero-Americana das Nações, o Mercosul, a União Latina ou a UNESCO, constituindo, por isso, um poderoso instrumento de afirmação dos nossos valores, dos nossos interesses e da nossa forma de abordarmos o mundo.

Quero aproveitar esta oportunidade para prestar homenagem a Moçambique e ao povo moçambicano pelo muito que têm feito, através do cinema, da literatura, da música ou da tradição oral, para o enriquecimento e vitalidade da língua portuguesa. Nunca devemos esquecer que esta realidade ocorre num quadro particular, em que o estatuto da língua portuguesa vai de par com a dignidade própria das restantes línguas em que Moçambique se exprime.

Por entendermos a valorização da língua portuguesa como um interesse estratégico vital para todos nós, posso confirmar que será essa uma das prioridades da Presidência Portuguesa da CPLP, que assumiremos a partir do segundo semestre de 2008. O desafio que lanço, desde já, é que reflectamos, em conjunto, sobre o caminho a seguir para afirmarmos cada vez mais a nossa língua no contexto internacional, fazendo dela um trunfo face aos desafios que nos traz o mundo globalizado dos nossos dias, desafios a que todos temos que responder.

Senhor Presidente

Ilustres Deputados

Minhas Senhoras e meus Senhores

Não é segredo para ninguém que Portugal tem um Presidente que traz Moçambique no coração, um Presidente profundamente empenhado numa relação mais estreita entre dois países irmãos, que se estimam e respeitam, porque está firmemente convencido que é esse o caminho que nos permitirá estar à altura de tudo quanto o passado nos legou e da esperança com que devemos encarar os desafios que o futuro nos propõe.

Um Presidente que vos agradece, mais uma vez, a honra que constitui esta oportunidade de partilhar algumas reflexões com os representantes do Povo Moçambicano, nesta Casa de uma Democracia tão duramente conquistada.

Muito obrigado.

Sessão de Abertura do Colóquio “Português, Língua Global”

Maputo, 25 de Março de 2008

Felicito calorosamente os Magníficos Reitores da Universidade Eduardo Mondlane e da Universidade Pedagógica, bem como o Instituto Camões, pela organização conjunta deste Colóquio. Quero ainda saudar todos os participantes neste encontro. Estou certo de que a relevância do tema em discussão, a qualidade e diversidade dos oradores e o objectivo comum que a todos aqui juntou são uma garantia de êxito desta grande iniciativa cultural.

A realização de um encontro entre escritores, intelectuais e artistas dos países de língua oficial portuguesa, para debater o alcance e a projecção deste elo que nos une, resulta de um imperativo de cidadania. É, por isso, com particular satisfação que estou aqui, hoje, a inaugurar este Colóquio, no âmbito da minha Visita de Estado a Moçambique.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Nos nossos dias, reconhece-se que as fontes de riqueza de um país não são apenas os seus recursos naturais ou a sua capacidade produtiva. De facto, o desenvolvimento assenta em muitos outros factores, cuja imaterialidade tem, no entanto, dificultado a percepção da sua real importância. Neste contexto, a língua merece especial destaque, não só enquanto elemento de comunicação, mas também como veículo de progresso.

Pelo facto de ser uma língua comum a diferentes países e culturas, a língua portuguesa tem um valor intrínseco acrescido. É um elemento de união, mas também um espelho da diversidade cultural dos distintos percursos históricos no nosso nascimento e crescimento, enquanto nações soberanas e independentes.

Por livre escolha dos povos, o português é hoje a língua oficial de vários Estados africanos, assim como de Timor-Leste. Com estes países, e com Portugal e o Brasil, fomos capazes de criar um vasto espaço, onde dialogamos com Camões ou Pessoa, com Craveirinha e Pepetela, com Drummond de Andrade, Baltazar

Lopes ou Alda Espírito Santo. A estes poderíamos acrescentar muitas e muitas dezenas de novos escritores e poetas, de artistas plásticos e pintores, que afirmam a língua portuguesa nos vários quadrantes da cultura, enriquecendo a sua matriz com as tonalidades próprias da sua diversidade cultural e territorial.

Com mais de 220 milhões de falantes nativos, o Português é a quinta língua mais falada no mundo e a terceira mais falada no mundo ocidental, além de possuir estatuto oficial, desde logo na União Europeia, no Mercosul e na União Africana. É ainda largamente falado nas numerosas comunidades de emigrantes espalhadas em todo o mundo. Existem hoje dezenas de línguas crioulas de base portuguesa.

Perante um tão vasto mundo e um património tão grandioso, é muito grande a nossa responsabilidade como agentes políticos, económicos, sociais e culturais. A salvaguarda da língua portuguesa constitui uma obrigação colectiva. O facto de uma língua ser partilhada por muitos milhões de pessoas, à escala planetária, é algo que todos devemos aproveitar. Desde logo, por um dever de memória e de fidelidade às raízes. Mas também como forma de afirmarmos a nossa presença e a nossa capacidade estratégica de intervenção à escala internacional.

O conceito de «língua global» significa que um determinado idioma ocupa uma posição privilegiada num grande número de países e que essa posição pode determinar que muitos outros lhe atribuam um lugar de relevo, fomentando o seu ensino como língua estrangeira. Quanto melhor cultivarmos o uso da nossa língua, mais respeitados seremos no mundo e maior será o reconhecimento do valor universal da lusofonia. No mundo globalizado dos nossos dias, a língua deve ser valorizada como uma vantagem competitiva, um traço distintivo que singulariza os que a utilizam e os que a conhecem, num tempo cada vez mais marcado pela uniformização e pela padronização das culturas.

É, assim, tempo de reflectirmos sobre a melhor estratégia para valorizar esta riqueza que possuímos, assumindo o potencial que a língua portuguesa representa para os povos que a utilizam como língua materna, como segunda língua, ou como primeira língua estrangeira.

Através da compreensão comum de um idioma, as distâncias encurtam-se, as fronteiras atenuam-se e as relações entre as pessoas tornam-se mais fluidas. A língua é, também, uma ferramenta de combate às desigualdades sociais, um

meio de comunicação nas relações comerciais e representa, ainda, a primeira condição para se conseguir uma via aberta para a mobilidade das pessoas. Dar-lhe impulso e dinâmica é uma responsabilidade de todos os países que têm interesse numa maior projecção da língua comum. Devem, por isso, procurar que tenha presença em todos os meios que hoje reflectem a interacção e o conhecimento, incluindo o meio digital.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Todos sabemos que a língua portuguesa tem belas palavras. Mas, por mais belas que sejam, é tempo de passarmos das palavras aos actos. Para a defesa da palavra, a palavra não basta. São precisas realizações concretas, iniciativas palpáveis, para que, no plano interno de cada um dos países em que é língua materna ou língua oficial, se promova eficazmente o conhecimento e o domínio correcto do português falado e escrito.

Um dos pontos altos da Visita que efectuei a Moçambique em 1989, na qualidade de Primeiro-Ministro, foi a entrega de uma biblioteca jurídica ao Ministro da Justiça e de algumas dezenas de milhares de livros ao então Ministro da Cultura de Moçambique e meu bom amigo aqui presente, Luís Bernardo Honwana, no âmbito do projecto de criação de um Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa. Fundo esse que é hoje gerido, com um profissionalismo a que quero prestar homenagem, pelo Magnífico Reitor da Universidade Politécnica, Professor Doutor Lourenço da Costa Rosário. É com enorme satisfação que constato o contributo, para o acesso à informação, ciência e cultura veiculadas em língua portuguesa, que este projecto tem proporcionado ao grande público.

Foi uma iniciativa concreta que a CPLP estendeu a todos os países de expressão portuguesa. Como disse, a língua faz-se de palavras, mas defende-se com actos concretos.

Actos concretos que necessitam, muitas vezes, de uma concertação entre Estados que partilham um interesse comum. É o caso da utilização da nossa língua nas organizações internacionais a que pertencemos. Temos aqui um desafio que corresponde a um interesse estratégico conjunto e cujo resultado depende de acções concretas que só terão sucesso se a nossa actuação for concertada. Abracemo-lo, pois, com entusiasmo e persistência.

A realização deste encontro é, ela própria, um desses momentos de concretização da palavra. Por isso, saúdo mais uma vez esta iniciativa e desejo-vos um dia de trabalho produtivo.

Muito obrigado.

Cerimónia de Atribuição do Prémio Norte-Sul 2008 do Conselho da Europa

Assembleia da República, 1 de Abril de 2008

É com uma satisfação muito especial que participo nesta cerimónia de entrega do Prémio Norte-Sul, do Conselho da Europa, associando-me, deste modo, à decisão de homenagear os notáveis contributos de Kofi Annan e de Simone Veil em favor da defesa dos direitos do Homem.

As últimas décadas foram marcadas por uma crescente afirmação do valor da protecção dos direitos humanos, configurada na consciência do valor da vida humana, no repúdio das violações dos mais básicos direitos do Homem, na busca de políticas económicas e sociais que respeitem e promovam a dignidade dos indivíduos e o bem-estar das comunidades. Para tal contribuíram Governos e sociedade civil, mas também Organizações Internacionais, como o Conselho da Europa, a cujo papel, ao longo dos últimos 60 anos, quero prestar o meu tributo.

No entanto, o caminho percorrido não nos deve fazer esquecer que a promoção de uma sociedade mais justa e mais livre é um desígnio que continua a exigir de todos nós uma acção persistente e empenhada. A desigualdade, a injustiça, a pobreza e a perseguição pelos mais variados motivos, males que ainda hoje grassam em todas as regiões do Globo, obrigam a que reforçemos a defesa dos direitos humanos, da liberdade e da democracia, e a que nos mobilizemos na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, em que todos os cidadãos possam viver de forma digna e em paz.

Minhas Senhoras e meus Senhores

É da mais elementar justiça reconhecer o valioso contributo do Centro Europeu para a Interdependência e a Solidariedade Mundiais, o Centro Norte-Sul, para o conhecimento dos actuais problemas da interdependência global e para a promoção de políticas assentes num relacionamento mais estreito e solidário entre o Norte e o Sul. Transcorridos vinte anos desde o Apelo de Madrid, que

levou à criação, em 1989, do Centro Norte-Sul, estas são preocupações que se mantêm plenamente relevantes, como se encarrega de nos lembrar, a cada dia, a realidade internacional.

De facto, a crescente interdependência global coloca-nos perante desafios que exigem, também eles, respostas concertadas a um nível cada vez mais abrangente. Sabemos bem, no entanto, que respostas concertadas dificilmente serão possíveis se não lhes estiver subjacente o respeito pelo Outro e a solidariedade perante aqueles menos preparados para tirar partido das oportunidades que a globalização proporciona. É pela afirmação e partilha destes valores que se forja um padrão de desenvolvimento mais equilibrado e sustentável a nível mundial. É nele que assenta, em larga medida, a edificação de sociedades mais justas e mais solidárias. Trata-se de um desígnio que a todos congrega e para o qual todos somos chamados a contribuir.

Os dois laureados do Prémio Norte-Sul deste ano cedo compreenderam e aceitaram as suas responsabilidades. A sua acção constitui um exemplo para todos nós e reforça a nossa esperança num mundo melhor e mais justo, assente na permanente valorização do Homem.

A vida da Senhora Simone Veil é um notável exemplo do empenho na promoção dos direitos humanos, em particular dos direitos da mulher, das crianças, dos idosos e dos imigrantes. Da adversidade e do sofrimento, Simone Veil soube retirar a força e a convicção necessárias a quem dedica uma vida inteira à causa pública, na defesa de uma sociedade mais justa e mais atenta aos seus elementos mais frágeis. Esta contínua e perseverante militância pela dignidade humana, presente em todas as suas acções, constitui fonte de inspiração e merece todo o nosso reconhecimento.

Prémio Nobel da Paz e com uma vida dedicada às grandes causas das Nações Unidas, de que foi um notável Secretário-Geral, Kofi Annan é bem o símbolo da determinação na permanente busca da paz e do bem-estar da Humanidade. Permitam-me que releve o seu papel na luta contra a SIDA, o seu inesgotável empenho na definição e prossecução dos Objectivos do Milénio, a sua capacidade de intervenção e conciliação, fundamental para a resolução de variados conflitos internacionais, como aquele que afligiu, recentemente, o Quénia. Nos encontros que mantivemos, eu próprio tive o privilégio de beneficiar do seu parecer, sem-

pre conhecedor, lúcido e inteligente, sobre as questões que integram a agenda internacional dos nossos dias.

Concluo, agradecendo ao Centro Norte-Sul a oportunidade que nos dá, com a concessão deste Prémio, de distinguir estas duas grandes figuras do nosso tempo e, através delas, de sublinhar a grandeza dos ideais pelos quais orientaram as suas vidas e o valor do seu exemplo.

Banquete Oficial em Honra de Suas Majestades os Reis da Suécia

Palácio da Ajuda, 5 de Maio de 2008

É com grande prazer que acolhemos Vossas Majestades nesta Visita de Estado a Portugal.

O estabelecimento de relações diplomáticas e a celebração do Acordo de Paz entre os nossos dois países, em 1641, constitui o marco a partir do qual o nosso relacionamento se institucionalizou. Foi um ano importante para Portugal, envolvido que estava no combate pela manutenção e pelo reconhecimento internacional de uma independência que acabara de restaurar. Um ano em que a contabilidade dos apoios, das amizades e das alianças se fazia sob o prisma da sobrevivência de um projecto nacional. E, nesse ano difícil e decisivo, a Suécia esteve connosco. Como voltaria a estar, quando foi necessário afirmar e consolidar o regime democrático resultante da Revolução de Abril, em 1974.

Entre uma data e outra, a História do nosso relacionamento foi feita de contactos diplomáticos, comerciais e culturais que, embora de intensidade nem sempre constante, nos deixaram um legado de amizade e proximidade que cumpre, hoje, sublinhar. É o caso do acervo literário, de que são exemplo as obras do Embaixador António de Castro Feijó e a compilação de cartas do Conselheiro de Legação Carls Israel Ruders, e também – não resisto a referi-lo – algumas peculiaridades gastronómicas. Deve-se, afinal, ao nosso Embaixador Soto Maior, representante, em Estocolmo, da Coroa Portuguesa no longo período de 1856 a 1894, a receita de «Lúcio-perca à *la Soto Maior*», ainda hoje presente nos livros de culinária do país de Vossas Majestades.

Portugal e a Suécia estão apostados em fazer deste seu legado histórico a base de uma relação voltada para o futuro, um objectivo para que muito contribui a troca de visitas ao mais alto nível, como a que Vossas Majestades agora efectuam, ou aquela com que nos honraram, em 1986, e de que guardo, pessoalmente, a mais grata memória.

Permitam-me uma referência a algo que é particularmente caro aos Portugueses: os laços que unem Sua Majestade a Rainha Sílvia a esse país que nos está tão próximo, o Brasil, e que fazem com que possamos incluir Vossa Majestade entre os mais de 200 milhões de pessoas que connosco partilham, nos cinco continentes, dessa língua que Pessoa considerava a sua Pátria, como matriz que une todos quantos, como Vossa Majestade, nela se exprimem.

Majestades

A relação entre Portugal e a Suécia está assente em bases sólidas, feitas de afinidades e interesses comuns.

A Suécia apresenta um dos mais elevados graus de desenvolvimento económico e social, a nível mundial. A coragem com que o seu povo enfrentou as adversidades do final do século passado, transformando-as numa oportunidade de desenvolvimento e modernização, é uma fonte de inspiração para todos nós. Como resultado de profundas e exigentes reformas estruturais, a Suécia é hoje, de novo, uma economia saudável e dinâmica, com taxas de crescimento acima da média europeia.

Portugal é hoje um país envolvido numa profunda alteração do seu paradigma de desenvolvimento, que lhe impõe a necessidade de uma aposta decisiva na qualificação das pessoas, na inovação tecnológica, no desenvolvimento sustentável. Trata-se de um rumo que obriga a reformas de grande alcance, que a estabilidade política favorece.

Chegou, pois, o momento de intensificarmos e diversificarmos o nosso relacionamento económico e comercial, tirando partido das oportunidades. É esse o sentido do seminário empresarial sobre energias renováveis, incluído no programa da Visita de Vossas Majestades.

O turismo é outra área a merecer uma atenção prioritária, não só pelas suas óbvias vantagens económicas, como pelo seu contributo para a aproximação entre os povos, potenciadora de uma maior cooperação em todos os domínios de actividade.

Majestades

A excelência do nosso relacionamento bilateral reflecte-se, também, numa comu-

nhão de valores que conduz a uma frequente confluência de posições nas Nações Unidas, a um mesmo empenho nas missões de paz e segurança, à prioridade no auxílio ao desenvolvimento, ao apego, em suma, à edificação de um mundo mais justo e mais pacífico. Esta identidade de propósitos recomenda que procuremos formas de adensar a nossa cooperação onde a nossa experiência possa constituir uma mais-valia, designadamente em África, um Continente que merece, por parte dos nossos dois países, uma atenção muito especial.

No quadro da União Europeia, o nosso relacionamento é marcado pela excelência, sendo múltiplos os temas em que se verifica uma identidade de pontos de vista. Gostaria, neste contexto, de sublinhar o apoio do meu país às prioridades estabelecidas pela Suécia para a sua Presidência da União Europeia, em 2009. Uma Presidência exigente, que terá pela frente os desafios ligados – assim o esperamos – à implementação do Tratado de Lisboa e que, em larga medida, contribuirá para a definição e consolidação do modelo de funcionamento da União Europeia do futuro.

Majestades

São, pois, inúmeras as oportunidades que a nossa pertença comum à União Europeia e o empenho na consolidação da nossa relação nos oferecem. O verdadeiro desafio está em saber aproveitá-las, contribuindo, assim, para o desenvolvimento e o bem-estar dos nossos povos.

Fazendo votos para que a Visita de Estado que Vossas Majestades hoje iniciaram contribua de forma significativa para um estreitamento dos laços que unem Portugal e a Suécia, peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde de Suas Majestades o Rei Gustavo e a Rainha Sílvia, do Povo amigo da Suécia, e à prosperidade das relações entre os nossos dois países.

Banquete Oficial em Honra de Suas Majestades os Reis da Noruega

Palácio da Ajuda, 27 de Maio de 2008

É com grande prazer que acolhemos Vossas Majestades nesta primeira Visita de Estado que realizam a Portugal, uma Visita que vemos como um importantíssimo contributo para o reforço dos laços que unem os nossos dois países.

Portugal foi, em 1905, um dos primeiros países a reconhecer a jovem Nação norueguesa. Logo no ano seguinte, o nosso primeiro Embaixador apresentava credenciais, como Chefe da Legação, na então Kristiania, hoje Oslo.

Desde então, Portugal e a Noruega, ultrapassando a distância geográfica que os separa, têm sabido construir pontes de entendimento e cooperação nos mais variados domínios.

O empenho responsável de ambos os países no seio da Organização das Nações Unidas, o seu papel activo na Organização do Tratado do Atlântico Norte, da qual são fundadores, e a pertença ao Espaço Económico Europeu são factores que muito contribuíram para o excelente nível de relacionamento político de que desfrutamos e que se reflecte numa frequente comunhão de posições e troca de apoios, na cena internacional.

Hoje, o desafio é, para ambos os países, garantir que esse nível de relacionamento político se traduza num aprofundamento das nossas relações nos domínios económico, empresarial, científico e cultural. As várias parcerias que já existem em áreas tão diversas como a investigação científica, a protecção do ambiente e da vida marinha, ou a requalificação do património são o exemplo daquilo de que somos capazes de fazer, em conjunto, tirando partido das sinergias que a comunhão de interesses proporciona.

A Noruega é um país moderno, com uma economia sólida e dinâmica e um dos mais elevados níveis de desenvolvimento económico e social do mundo. Um país dotado de importantes recursos, que vem gerindo de forma exemplar, e que procura activamente a diversificação da sua economia.

Portugal, respondendo ao repto da globalização, está empenhado na qualificação dos seus cidadãos, na inovação e no desenvolvimento sustentável. A qualidade e o grau de sofisticação tecnológica daquilo que muitas das nossas empresas hoje produzem têm conduzido a uma alteração sensível da estrutura das nossas principais exportações e justifica, a meu ver, uma maior visibilidade e penetração dos produtos portugueses no mercado norueguês. Por outro lado, Portugal privilegia áreas de desenvolvimento, como o turismo, as energias renováveis, ou as actividades ligadas ao mar, que fazem dele um pólo de investimento atraente para um país como a Noruega.

Finalmente, a História legou-nos uma rede de contactos e de conhecimentos nos cinco continentes, que fazem das empresas portuguesas parceiros de investimento atractivos em mercados terceiros.

A dimensão e diversidade da delegação empresarial que acompanha Vossas Majestades é exemplo eloquente de que os empresários noruegueses estão atentos e compreendem o que acabo de dizer. Estou certo de que os contactos que manterão com as empresas e empresários portugueses permitirão identificar novas oportunidades de negócio e de investimento e, deste modo, contribuir para esse salto qualitativo que ambos pretendemos que venha a marcar o futuro das nossas relações económicas e comerciais.

Majestades

O conhecimento mútuo da cultura e da História das nossas duas Nações é um factor facilitador da maior importância quando se trata de estimular a nossa cooperação. Nessa perspectiva, quero saudar a decisão de incluir no programa de Vossas Majestades um seminário literário, que terá lugar amanhã, e que contará com a participação de individualidades culturais de Portugal e da Noruega.

Também o turismo, para além das vantagens económicas, é, por excelência, outro meio de aproximação e de melhor entendimento entre os povos. Devemos, pois, pugnar pela consolidação da tendência positiva que hoje se verifica nos fluxos turísticos entre os nossos dois países.

Portugal e a Noruega são duas nações próximas, no que toca à relação que mantêm com o Mar. Para lá do seu peso na definição do que somos, o Mar é uma fonte de enormes oportunidades, no quadro de um desenvolvimento sustentável.

A política marítima e a preservação do ambiente são dois domínios onde, mais uma vez, tudo aponta para as vantagens de uma cooperação mais estreita entre nós. Faço votos para que o Seminário dedicado às questões das pescas e da preservação do meio marinho, bem como os contactos políticos que terão lugar no decurso desta Visita, constituam um contributo nesse sentido.

Majestades

Em 1472, saía de Bergen uma expedição marítima promovida pelos Reis Afonso V e Cristiano I. Compunham-na três navios. A bordo seguiam dois Almirantes de Cristiano I e, pelo menos, dois nobres portugueses, João Vaz Corte-Real e Álvaro Martins Homem. O piloto principal era um norueguês, de seu nome Jon Sklop. Tinham por missão navegar para além da Gronelândia, em busca de novas terras e de uma rota noroeste para a Ásia. A História diz-nos que, ainda nesse ano, fizeram escala na Gronelândia e terão chegado à Península do Labrador e ao que passaria a ser chamado de Terra Nova.

Faço votos para que, como juntos chegámos a essa Terra Nova que, através do bacalhau, marca ainda hoje, tão fortemente, a mesa dos Portugueses, e que tanto nos liga à Noruega, juntos saibamos também chegar à Terra Nova que representam as oportunidades que se abrem ao fortalecimento da nossa cooperação.

Peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde de Suas Majestades o Rei Harald e a Rainha Sonja, ao Povo amigo da Noruega e à prosperidade das relações entre os nossos dois países.

Muito obrigado.

Banquete Oficial em Honra do Presidente da República da Ucrânia

Palácio da Ajuda, 23 de Junho de 2008

É com grande prazer que acolho Vossa Excelência nesta sua primeira Visita Oficial a Portugal, que vejo como um importantíssimo contributo para o reforço do relacionamento entre os nossos dois países.

Portugal foi um dos primeiros países a reconhecer a Ucrânia, na sequência do referendo em que o povo ucraniano afirmou a sua vontade de se constituir num Estado independente e democrático.

Em Janeiro de 1992, exercia eu as funções de Primeiro-Ministro, Portugal estabeleceu relações diplomáticas com a Ucrânia, um momento de que guardo grata memória e que marcou a primeira Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia.

O caminho da Democracia é feito de perseverança e determinação. Disso é exemplo eloquente o papel de Vossa Excelência na edificação e consolidação de uma Ucrânia democrática. A coragem e a capacidade de liderança de que deu provas devem servir de inspiração a todos os que pugnam pelos valores da democracia, do Estado de direito e dos Direitos Humanos.

Senhor Presidente

A assinatura, por ocasião da Visita de Vossa Excelência, do Memorando sobre as Relações entre os nossos dois países, bem como de Acordos de Cooperação nos domínios da defesa e do combate à criminalidade organizada, reflecte o interesse e o dinamismo com que Portugal e a Ucrânia encaram o seu relacionamento.

A Ucrânia é um país com importância estratégica numa região de enorme potencial e tem experimentado, nos últimos anos, assinaláveis taxas de crescimento económico. A sua recente adesão à Organização Mundial do Comércio constitui o reconhecimento das ambiciosas reformas que têm vindo a ser desenvolvidas, tendo em vista uma economia mais aberta e competitiva, no respeito pelas regras internacionais.

Portugal vive, por seu turno, um processo de ajustamento a um novo paradigma de desenvolvimento, assente na qualificação dos seus cidadãos, na excelência do que produz, numa aposta em sectores tecnologicamente avançados, na diversificação de mercados e na internacionalização das suas empresas.

Faço votos para que o Seminário Económico que terá lugar amanhã, no quadro da Visita de Vossa Excelência, Senhor Presidente, permita identificar novas oportunidades de negócio e de investimento, bem como novos domínios de parceria entre os nossos dois países.

Nesse contexto, permito-me sublinhar, Senhor Presidente, a reconhecida qualidade das empresas portuguesas em áreas como os transportes e as obras públicas, as tecnologias de informação, as energias renováveis ou a distribuição alimentar.

A experiência de Portugal e das nossas empresas na realização do Campeonato Europeu de Futebol, em 2004, constitui um valor que me permito igualmente evidenciar, quando a Ucrânia se prepara para, em conjunto com a Polónia, organizar a edição de 2012.

A ratificação do Acordo de Cooperação na área do Turismo e o Acordo sobre Transportes Aéreos vêm, por seu lado, facilitar os contactos entre portugueses e ucranianos, favorecendo a consolidação de afinidades e um melhor conhecimento mútuo da realidade social e do rico património paisagístico e cultural dos dois países.

Senhor Presidente

Quero prestar uma homenagem de gratidão ao contributo que os ucranianos que escolheram Portugal para residir e trabalhar vêm dando para o progresso social, económico e cultural do meu país. Sem esquecerem as suas raízes, a sua cultura e os seus costumes, souberam dar provas de uma notável capacidade de integração, constituindo uma inegável mais-valia e um elo de ligação entre os nossos países.

A Ucrânia sabe que tem, em Portugal, um país amigo. Disso mesmo temos dado prova, no quadro da União Europeia, designadamente por ocasião das nossas Presidências de 2000 e de 2007, bem como no âmbito da NATO, desde logo na recente Cimeira de Bucareste.

O processo de reformas em curso para a consolidação do Estado de direito, da democracia, da estabilidade das instituições políticas e da boa convivência com os países vizinhos, iniciado por Vossa Excelência, constitui um exemplo na história das transições democráticas. A Ucrânia e o povo ucraniano sabem que contam com Portugal para a consolidação desse desiderato, um percurso longo e, por vezes, difícil, mas essencial ao seu desenvolvimento económico e social.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde do Presidente Victor Yushchenko, da Senhora Yushchenko, à prosperidade do Povo amigo da Ucrânia e ao reforço das relações de amizade e de cooperação entre os nossos dois países.

Banquete Oficial em Honra do Presidente da República de Cabo Verde

Palácio de Queluz, 21 de Julho de 2008

É para mim um motivo de grande satisfação recebê-lo, Senhor Presidente, bem como à sua Esposa e à delegação que os acompanha, nesta Visita Oficial a Portugal. Uma Visita que muito nos honra e que assume um particular significado para todos os portugueses.

Trata-se, desde logo, da visita de um amigo que nos conhece e que conhecemos bem, e que acolhemos com a confiança, o respeito e a estima que se reservam aos que nos são mais próximos.

Mas é também a visita do Chefe de Estado de um país ao qual nos ligam laços de profunda e fraternal amizade. Uma amizade alicerçada na cumplicidade que nasce de uma língua comum e de um vasto património de afectos, e que se afirma na partilha de objectivos e de interesses.

Senhor Presidente

A excelência do nosso relacionamento está bem patente na intensidade do nosso diálogo político, nos resultados alcançados em diversas áreas da nossa cooperação bilateral, na nossa pertença comum à CPLP e na presença de uma importante comunidade cabo-verdiana em Portugal.

Portugal orgulha-se de ser um dos principais parceiros de cooperação de Cabo Verde. A estratégia definida em conjunto pelos dois países, para o próximo quadriénio, prevê uma acção reforçada em áreas estruturantes para Cabo Verde. Estaremos, assim, a contribuir para a consolidação dos extraordinários avanços alcançados por Cabo Verde no que toca às suas prioridades de desenvolvimento e às metas traçadas no quadro dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A visita de Vossa Excelência a Portugal acontece na véspera da realização, em Lisboa, da VII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que terá como tema «A Língua Portuguesa: património comum, futuro global». A promoção e valorização da língua portuguesa como activo fundamental para a prossecução

dos nossos interesses num mundo globalizado exige determinação e persistência. Estou certo de que, em conjunto com os nossos parceiros da CPLP, sabermos identificar a melhor forma de alcançar este objectivo.

A qualidade e intensidade das nossas relações manifesta-se também na presença de uma numerosa comunidade cabo-verdiana em Portugal, cujo contributo para o desenvolvimento do nosso país, bem como nas artes, na cultura, na música e noutros sectores da sociedade, quero aqui sublinhar e homenagear.

Não ignoramos, até pela experiência da diáspora portuguesa, as dificuldades que as comunidades imigrantes por vezes experimentam. Quero, contudo, assegurar-lhe, Senhor Presidente, que Portugal tudo continuará a fazer para garantir o pleno exercício de uma cidadania activa a todos os cidadãos cabo-verdianos que residam legalmente em Portugal.

Senhor Presidente

No encontro que mantivemos esta manhã, tivemos oportunidade de abordar os desafios e oportunidades da nova fase de desenvolvimento que Cabo Verde actualmente atravessa. Uma nova fase marcada por importantes progressos no plano do seu relacionamento externo e da sua inserção nos mercados mundiais.

A aprovação de uma «parceria especial» com a União Europeia, no decurso da Presidência portuguesa, em 2007, constituiu o reconhecimento da seriedade e do rigor que Cabo Verde colocou na concretização desta opção estratégica do país, mas também da forma como encara os desafios do seu desenvolvimento.

Do mesmo modo, a adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio, em Dezembro de 2007, e a promoção de Cabo Verde à categoria de País de Rendimento Médio, no início de 2008, espelham bem os progressos que o país vem realizando.

Quero felicitar as autoridades cabo-verdianas e o povo de Cabo Verde por estes êxitos. Poderão Vossa Excelência e o povo cabo-verdiano continuar a contar com o firme apoio de Portugal, com a nossa amizade e empenho para prosseguirem no rumo que traçaram.

Senhor Presidente

A prioridade que vem sendo atribuída por Cabo Verde ao crescimento econó-

mico, aliada ao combate à pobreza e à exclusão, fazem com que o país seja hoje apontado como um exemplo de boa utilização dos recursos públicos.

A estabilidade política, social e económica é, de resto, factor determinante para fazer de Cabo Verde um destino atractivo para o investimento estrangeiro.

Portugal e os seus agentes económicos estão atentos a esta realidade. O nosso país é já hoje o principal parceiro comercial de Cabo Verde. As nossas empresas conhecem o país e acreditam nas suas potencialidades. O reforço da sua presença na economia cabo-verdiana constituirá um contributo para o crescimento e diversificação económica, para a criação de emprego e para a melhoria das condições de vida das populações.

Estou seguro de que saberemos, em conjunto, tirar partido dos laços históricos, humanos e culturais que nos aproximam, bem como da nossa convergência de interesses, para consolidar a nossa cooperação empresarial no sector do turismo e das infra-estruturas, mas também no domínio da inovação, do desenvolvimento científico e tecnológico ou das energias renováveis.

Senhor Presidente

Vivem-se hoje tempos de incerteza quanto à evolução da economia mundial. Factores como a crise alimentar e o aumento dos preços dos combustíveis colocam-nos, a todos, importantes desafios civilizacionais.

Neste quadro, a nossa capacidade de vencer os desafios da competitividade global passa, cada vez mais, pelo desenvolvimento e consolidação de parcerias com países e espaços de integração com os quais possuímos fortes complementaridades. É este o caso da parceria entre Portugal e Cabo Verde.

Peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde e bem-estar do Presidente Pedro Pires e da Senhora Dona Adélcia Barreto Pires, à prosperidade do Povo Cabo-Verdiano e ao futuro dos laços de fraternal amizade que unem Portugal e o «*Paraíso do Atlântico*», de que fala Manuel de Novas e que canta a voz universal de Cesária Évora.

Seminário “Relações Económicas Polónia-Portugal”

Varsóvia, 2 de Setembro de 2008

Gostaria de começar por dirigir um particular agradecimento ao Presidente Lech Kaczynski pela sua presença, que muito nos honra, neste Seminário Económico. Quero também felicitar as agências polaca e portuguesa de investimento e comércio externo pela organização desta excelente iniciativa, que contou com os contributos da Câmara do Comércio Polónia-Portugal e do debate entre os Senhores Empresários. Saúdo e agradeço a presença de todos os participantes.

Devo confessar que sinto uma admiração muito especial pela Polónia e pela Nação polaca. Impressiona-me o fortíssimo apego à sua identidade e independência, que resistiu e perdurou através das maiores atribulações da sua história multissecular.

Tenho bem presente o contributo da Polónia para o reencontro da Europa Central e Oriental com a liberdade e a democracia, e o papel activo que cedo veio a desempenhar nas instituições multilaterais e na construção europeia. E tenho acompanhado, com grande interesse, a gestão bem sucedida do profundo processo de transformação política, institucional e económica do país, que culminou, de algum modo, na sua adesão à União Europeia, em 2004, e que se tem reflectido num desempenho económico notável e numa forte capacidade de captação de IDE.

A Polónia tornou-se, entretanto, o principal parceiro económico de Portugal na Europa Central e de Leste. É o 4º maior mercado de destino do investimento português no exterior. Conta com uma presença já significativa de empresas de capitais portugueses, com vários exemplos particularmente bem sucedidos. Mas julgo que ainda nos situamos aquém das nossas potencialidades, tanto mais que a dimensão e profundidade do relacionamento comercial entre os nossos dois países, apesar de relativamente dinâmica, mostra haver, ainda, muito por explorar.

Sem levarmos adiante um processo de descoberta mútua, dificilmente poderemos tirar pleno partido da nossa pertença comum a esse grande espaço de liberdade de circulação de bens, serviços, pessoas e capitais que é o mercado único europeu.

Torna-se importante, nessa perspectiva, mobilizar de forma mais articulada as vontades dos agentes económicos, políticos e culturais. Mas importa, fundamentalmente, proporcionar as condições para que as oportunidades de cooperação bilateral sejam mais divulgadas, a comunicação se estabeleça e os negócios possam materializar-se. Por isso mesmo, não posso deixar de sublinhar a oportunidade que este Seminário e os Encontros Empresariais representam para o reforço dos laços económicos entre os nossos dois países. Desde logo, ao proporcionarem um estreitamento dos contactos entre empresários e altos responsáveis portugueses e polacos. E, mais ainda, ao contribuírem para um melhor conhecimento do que se faz actualmente na Polónia e em Portugal, países muito próximos na sua condição de parceiros comunitários, mas, também, economias em rápida mutação e que, geograficamente, ocupam fronteiras opostas do espaço da União Europeia.

Portugal, que aderiu, na década de 80, a uma Comunidade de dez Estados-membros, e se tornou um dos países fundadores da área do Euro, conhece bem os desafios da integração europeia. E todos sabemos que a crescente globalização a que temos assistido nas últimas décadas traz consigo desafios e oportunidades numa escala sem precedentes.

Para poder responder a esses desafios, Portugal tem vindo a experimentar grandes mudanças e a realizar um importante conjunto de reformas, não só na esfera económica como em muitas outras áreas. A estrutura da economia portuguesa está a mudar rapidamente, o que é bem visível na estrutura das exportações, que se afasta cada vez mais do padrão de especialização que durante muito tempo as caracterizava, e no próprio posicionamento das exportações tradicionais ao longo da cadeia de valor.

Tem surgido uma nova geração de empresas e de empresários, muitos deles com vocação global, em áreas de forte conteúdo científico e tecnológico – aplicações de *software*, tecnologias de informação, robótica e comunicação, biotecnologias, energias renováveis. Algumas dessas empresas integram a comitiva empresa-

rial que me acompanha nesta Visita de Estado à Polónia, e que é representativa, ao mais alto nível, de vários dos sectores mais dinâmicos da economia portuguesa e de uma classe empresarial crescentemente orientada para a inovação e para a internacionalização.

Empresas cuja capacidade, conhecimento, prestígio e experiência internacional as colocam em boa posição para ir ao encontro de muitas das necessidades de investimento e de cooperação associadas à actual fase de desenvolvimento da economia polaca, como creio ser o caso das infra-estruturas de transportes e comunicações, do equipamento habitacional, do sector energético, da indústria automóvel e das Tecnologias de Informação e Comunicação.

A propósito deste último sector, devo referir que trouxemos uma significativa mostra do desenvolvimento e inovação hoje produzidos no nosso país – «Portugal – Global Technology» –, mostra essa que inauguraremos de seguida no Palácio da Cultura e Ciência, aqui bem perto, e que permanecerá aberta ao público durante a próxima semana. Convido todos a visitá-la!

São empresas que ilustram bem o Portugal deste século, um país moderno e acolhedor, com uma vasta herança cultural, excelentes infra-estruturas e um sistema financeiro altamente desenvolvido. Uma economia aberta e favorável ao investimento exterior e às novas tecnologias e que apresenta, não obstante a sua pequena dimensão, múltiplos centros de excelência tecnológica e científica e de criatividade empresarial.

Portugal e as empresas portuguesas têm muito a oferecer à Polónia. E a Polónia tem, seguramente, muito a oferecer a Portugal. Podem e devem, em conjunto, fazer muito mais do que até agora.

É com essa convicção que irei terminar. Mas não sem antes vos transmitir uma fundada expectativa de que os trabalhos deste Seminário dêem um contributo determinante para que os empresários polacos e portugueses possam identificar e explorar interesses e oportunidades. No terreno, em concreto, em benefício mútuo.

Mais do que de boas intenções ou de bonitas palavras, o tempo é de acção.

Muito obrigado. *Dziękuję*.

Banquete Oferecido pelo Presidente da República da Polónia

Varsóvia, 2 de Setembro de 2008

Quero agradecer, muito sensibilizado, as amáveis palavras que Vossa Excelência, Senhor Presidente, acaba de proferir e o acolhimento que me tem sido dispensado, bem como a minha Mulher e a toda a delegação que nos acompanha. Foi com grande prazer que aceitei o convite que Vossa Excelência me dirigiu para visitar a Polónia, um país parceiro e amigo. Um país que soube enfrentar os desafios da consolidação democrática, do desenvolvimento económico e social e assumiu o seu lugar na União Europeia e na Aliança Atlântica, para o que muito contribuiu a acção de Vossa Excelência.

Um país a que Portugal se encontra ligado por laços políticos, económicos e comerciais que remontam ao início da nossa epopeia marítima. Laços de que falaram nomes grandes dos nossos dois países como Glogow, Miechow, Copérnico, ou Damião de Góis.

Portugal esteve ao lado da Polónia na Insurreição de 1863-64, na proclamação da independência, em 1918, liderada pelo Marechal Pilsudski – que viveu, aliás, algum tempo na Ilha da Madeira – ou no apoio à sua luta pela liberdade e à integração euro-atlântica, na certeza de que não há, nunca haverá Europa sem a Polónia.

Mais recentemente, adoptaria como seu João Paulo II, esse Papa cuja ligação a Portugal, aos Portugueses e a Fátima constituem, para nós, um motivo de orgulho e de alegria. João Paulo II marcou os nossos corações, mas também o nosso tempo. A Europa do presente não seria a mesma sem o seu histórico apelo ao *fim das fronteiras*, como o sucesso da Europa do futuro depende da nossa capacidade de *não termos medo*, como ele nos pediu.

Senhor Presidente

Esta proximidade muito contribuiu para o excelente relacionamento político de que desfrutaram os nossos dois países. Um relacionamento ao qual a pertença

comum à União Europeia e à NATO trouxe novas oportunidades de desenvolvimento. O nosso apego a uma verdadeira integração europeia está bem espelhado em iniciativas como a que recentemente permitiu abrir o espaço Schengen aos novos Estados-membros da União Europeia, na forma como exercemos as nossas presidências do Conselho da União Europeia, no nosso empenho na Política de Coesão Social, no desenvolvimento da Estratégia de Lisboa e na celebração do Tratado de Lisboa.

Vivemos numa época – e os últimos acontecimentos são bem um sinal disso – que exige uma Europa mais forte, mais ágil e mais coesa, mais capaz de afirmar a sua voz na cena internacional e de responder aos anseios dos seus cidadãos. É isto que visa o Tratado de Lisboa, o qual reflecte um esforço de compromisso entre 27 Estados soberanos. Quero, aliás, aproveitar esta ocasião para sublinhar e agradecer o papel de Vossa Excelência, Senhor Presidente, para que tivesse sido possível alcançar este resultado.

Estou certo de que partilhamos os mesmos ideais e valores europeus, que os nossos objectivos são semelhantes. O apoio maciço da população polaca ao projecto de integração europeia, de que todas as sondagens dão conta, é revelador de uma Nação confiante, que pretende contribuir de forma activa e dinâmica para o projecto europeu. Aliás, para quem conhece a História da Polónia e visita este país, é fácil perceber o seu apego à soberania, que tanto lhe tem custado, mas também o valor da reconciliação que a União Europeia simboliza.

Senhor Presidente

Portugal está envolvido na reformulação do seu paradigma de desenvolvimento, apostando na qualificação humana, na inovação e no desenvolvimento sustentável, como resulta da Exposição que hoje inaugurámos. Os laços privilegiados que mantém nos cinco continentes, designadamente com os países que falam português, fazem dele um parceiro natural para a penetração nesses mercados.

Por seu lado, a Polónia é um país estável, com notáveis taxas de crescimento. A sua localização geográfica, a qualificação dos seus recursos humanos, a dimensão do seu mercado e a vocação para servir como plataforma para mercados geograficamente próximos, são atributos inestimáveis.

Urge, pois, intensificar a nossa relação económica e comercial, respondendo, com dinamismo e capacidade de iniciativa, aos desafios e oportunidades.

Acompanha-me uma importante delegação de empresários portugueses. Muitos deles já têm negócios na Polónia, pretendendo consolidar a sua aposta de sucesso neste país. Outros procuram oportunidades para nele investirem, ou para darem a conhecer os seus produtos e os seus serviços. Estou certo de que os contactos com os empresários e autoridades polacos permitirão identificar novas oportunidades de investimento e de trocas comerciais.

Mas o sucesso da cooperação entre dois países passa, igualmente, pelo conhecimento mútuo das respectivas realidades geográficas, humanas e culturais. Registo, a esse título, com satisfação, o aumento dos fluxos turísticos bilaterais, a criação da Cátedra de Português, na Universidade de Cracóvia, a que irei associar-me, e do curso de línguas eslavas, na Universidade de Lisboa.

Senhor Presidente

Esta minha visita à Polónia é o momento para celebrar o que nos aproxima e a crença no futuro das nossas relações. É nesse espírito que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde do Presidente Lech Kaczynski e de sua Mulher, ao Povo amigo da Polónia e à prosperidade das relações entre os nossos dois países.

Seminário Diplomático “Europa Central e de Leste”

Varsóvia, 3 de Setembro de 2008

Quero começar por felicitar o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros pela organização deste Seminário, à margem da minha Visita de Estado à Polónia, bem como por saudar a presença dos Senhores Embaixadores e dos Senhores Conselheiros Económicos.

Na minha última intervenção no Dia de Portugal, sublinhei o valor estratégico daquilo a que chamei o «Universalismo português», um activo inestimável nos dias de hoje.

A capacidade de interlocução e de mediação de que temos sabido dar provas e o legado de conhecimento e de simpatia que a História nos deixou nos cinco continentes são factores que, em conjunto, representam um potencial para a projecção dos nossos interesses económicos e culturais que não nos podemos dar ao luxo de desperdiçar. No mundo altamente competitivo que é o de hoje, esta é uma das nossas mais importantes vantagens comparativas.

É vital que assumamos em pleno a nossa vocação de país aberto ao mundo, capaz de, mais uma vez, tirar partido da globalização e das oportunidades que a mesma nos oferece.

Todos conhecemos a actual situação económica do País e as nossas debilidades estruturais. O crescente grau de endividamento da economia portuguesa, associado ao aumento dos custos de financiamento da dívida externa, traduz-se num encargo anual líquido que deverá, já este ano, ultrapassar cinco por cento do PIB. Sem uma aposta – vital e decisiva – na produção de bens transaccionáveis e no aumento das nossas exportações, o desequilíbrio externo tende a assumir uma dinâmica insustentável, comprometendo, no mínimo, a recuperação de uma trajectória de convergência com a União Europeia.

Neste contexto, torna-se ainda mais premente apoiar os projectos dos nossos empresários que apostam em competir onde quer que se lhes deparem oportunidades nas respectivas áreas de negócios, aproveitar a agenda de contactos

que a nossa diáspora oferece, dar a conhecer as iniciativas de sucesso que têm contribuído para valorizar a imagem do nosso país no exterior.

Todos estamos conscientes da necessidade de internacionalização das nossas empresas, assim como da captação de investimento externo, para robustecer o nosso sector produtivo.

O sucesso que caracterizou as três Presidências portuguesas (do Conselho) da União Europeia deve ser lembrado em prol da promoção dos nossos interesses. Creio que, nesta região, o contributo português para a abertura do espaço Schengen aos novos Estados da União Europeia constitui um exemplo bem marcante de uma iniciativa que, hoje, nos permite tirar dividendos e que urge não deixar cair no esquecimento.

A nossa projecção externa depende, também, da nossa capacidade de promover a língua portuguesa. É sabido que a afirmação de uma língua contribui decisivamente para a defesa dos interesses e valores de quem nela se exprime. O interesse pela língua portuguesa, que sei existir na maior parte dos países desta região, deve merecer, da nossa parte, um reiterado esforço de promoção.

É também essencial que nos empenhemos na inserção das nossas Universidades e dos nossos Centros de Investigação nas redes internacionais de conhecimento e tecnologia. É reputada, na grande maioria dos países desta região, a qualidade e formação dos seus recursos humanos. A cooperação nas áreas de formação e de investigação científica e tecnológica pode também repercutir-se positivamente na imagem do nosso país e no aprofundamento das relações bilaterais.

Em suma, é fundamental que rentabilizemos o capital de simpatia de que desfrutamos, o interesse que a nossa cultura suscita e a imagem favorável de Portugal, para apoiar os esforços de internacionalização dos nossos empresários, para promover as nossas exportações, a captação de investimento estrangeiro e o reforço dos fluxos turísticos para o nosso país, para disseminar a nossa língua e a nossa cultura.

Estou consciente de que os Senhores Embaixadores, e todos aqueles que convosco colaboram, começando pelos Conselheiros Económicos, são a face visível deste esforço, nas diferentes capitais. Sei, também, como é importante o investimento na nossa rede diplomática e consular, dotando-a de capacidades que lhe permitam corresponder cabalmente ao que dela se espera, enquanto activo

fundamental para a promoção dos nossos interesses políticos, económicos e culturais, no apoio às nossas empresas e aos nossos cidadãos. Trata-se de um investimento que, atentos os recursos envolvidos, estará muito longe de outras despesas públicas porventura menos capazes de gerar o retorno de que o País tanto necessita.

Vejo esta iniciativa do Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, semelhante à que já promoveu relativamente aos países da África Austral, como estando na linha das preocupações que acabo de exprimir, reflectindo a intenção de investir numa Política Externa ambiciosa e eficaz que, com os meios necessários e com o empenho e determinação de todos, contribua para a projecção dos interesses de Portugal e para o seu desenvolvimento económico.

Congratulo-me, por isso, pela organização deste Seminário. Estou certo de que ele contribuirá para a promoção e defesa dos nossos interesses nesta região da Europa.

Banquete Oferecido pelo Presidente da República Eslovaca

Bratislava, 4 de Setembro de 2008

Agradeço, muito sensibilizado, as palavras que Vossa Excelência, Senhor Presidente, me acaba de dirigir, bem como a forma calorosa como temos sido recebidos, eu próprio, minha Mulher e a delegação que nos acompanha.

Há quinze anos, no seguimento de um processo exemplar, a Eslováquia juntou-se ao concerto das nações soberanas, como exemplar tem sido o caminho percorrido desde então.

No domínio interno, a Eslováquia consolidou as instituições democráticas e as bases de uma economia de mercado aberta e dinâmica, capaz de produzir índices de crescimento económico sem paralelo em qualquer outro país europeu. Na frente externa, cumpriu o objectivo da adesão à União Europeia e à NATO, com um grau de sucesso que suscita a admiração de todos os seus parceiros e de que a sua próxima adesão ao Euro, em Janeiro de 2009, constitui um sinal emblemático.

Excelência

Sempre entendemos que a União Europeia não faria sentido sem a plena integração dos seus membros do Centro e do Leste. Por isso mesmo, fomos, desde o início, defensores empenhados do processo de alargamento.

Defendemos um projecto europeu assente nos valores da democracia, da justiça e da equidade, que seja um garante da paz, da estabilidade e do desenvolvimento social e económico. Um projecto em que os nossos cidadãos se revejam, que sirva os seus interesses, que responda com eficácia às suas preocupações e anseios, que lhes permita tirar partido das novas oportunidades. Um projecto que se constitua numa real mais-valia face à defesa isolada dos interesses nacionais de cada Estado-membro e que permita à União falar a uma só voz quando esse é o caminho para obter os melhores resultados. Um projecto que permita à Europa assumir, com confiança, a sua inserção num mundo globalizado.

Foram estes os princípios pelos quais Portugal norteou o exercício das suas Presidências. Foram eles a ditar a nossa defesa de um espaço Schengen alargado, promotor do sentimento de pertença à União; de uma Política de Coesão, que salvaguarde a equidade na construção do Mercado Único; de uma Estratégia de Lisboa, que dote a Europa dos meios necessários para fazer face aos desafios do nosso tempo; de uma Política Externa e de Segurança Comum que garanta credibilidade à posição da União na cena internacional.

Vemos o Tratado de Lisboa como um contributo essencial para assegurar estes objectivos, permitindo que a União se concentre nas questões concretas de que depende o futuro dos seus cidadãos.

Senhor Presidente

As relações políticas entre Portugal e a Eslováquia são excelentes, facilitadas por uma comunhão de valores e de interesses. Os dois países são, hoje, parceiros na NATO e na União Europeia, onde assumem, frequentemente, posições comuns, e possuem já um significativo historial de apoios mútuos às candidaturas respectivas nas Organizações Internacionais. Os Acordos bilaterais abrangem as mais variadas áreas.

Dispomos, assim, das bases para que a excelência do nosso relacionamento político se reflecta num número cada vez mais alargado de sectores, desde logo nas nossas relações económicas e comerciais.

Portugal está empenhado num paradigma de desenvolvimento assente na inovação tecnológica, na qualificação dos recursos humanos, no desenvolvimento sustentável. Dispomos de uma economia crescentemente internacionalizada, com excelentes pontes de contacto nos cinco continentes, fruto de um legado histórico de projecção universal, que nos deixou também a terceira língua europeia mais falada no Mundo, património de mais de 250 milhões de pessoas.

A Eslováquia, por seu turno, é um caso de sucesso na transição para a economia de mercado, constituindo um atractivo pólo de investimento. O seu rápido desenvolvimento económico e social faz antever uma evolução equivalente dos seus padrões de consumo, abrindo campo a um incremento das trocas comerciais. Os progressos registados no seu aparelho produtivo deixam adivinhar uma necessidade de diversificação de mercados para as suas empresas, que a constituição

de parcerias facilita. Finalmente, a posição geográfica e a capacidade de interlocução junto dos seus vizinhos fazem da Eslováquia uma plataforma natural para a penetração em mercados próximos.

A importante delegação empresarial que me acompanha e o programa de contactos que aqui manterá reflecte o interesse do meu país, dos empresários portugueses, em explorar oportunidades para incrementar os fluxos de investimento, o volume das trocas comerciais e a constituição de parcerias, tendo em vista uma actuação conjunta em mercados terceiros.

O sucesso das empresas portuguesas que operam no mercado eslovaco constituirá, certamente, um estímulo e um exemplo.

Urge, ainda, estimular a cooperação entre instituições científicas e académicas, bem como os fluxos turísticos entre os nossos dois países, neste caso tirando partido da riqueza do património histórico e cultural e das evidentes complementaridades que existem.

Senhor Presidente

A dimensão cultural é uma vertente indispensável na aproximação entre os povos. O programa da minha Visita inclui o lançamento do primeiro dicionário das línguas eslovaca e portuguesa, bem como a inauguração de uma Exposição de Arte Contemporânea que revela novas tendências e artistas portugueses, e um Concerto de Fado da cantora Mariza, que nos acompanha. Espero que estas iniciativas permitam aproximar os nossos povos e estimular a vontade de levar mais longe o conhecimento e a cooperação.

Certo de que saberemos estar à altura das oportunidades que se abrem ao reforço dos laços que nos unem, peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde e felicidade pessoal do Presidente Ivan Gasparovic e de sua Mulher, ao Povo amigo da Eslováquia e ao futuro das relações entre os nossos dois países.

63ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas “Responsabilidade Partilhada, Destino Comum”

Nova Iorque, 24 de Setembro de 2008

Garantir a paz e a segurança internacional, bem como o desenvolvimento sustentável dos nossos povos, é a nossa responsabilidade partilhada. A forma como o fizermos determinará o nosso destino comum. A relevância destes propósitos e a centralidade das Nações Unidas na sua prossecução nunca foram tão evidentes. Mas as Nações Unidas serão aquilo que, enquanto Estados-membros soberanos e iguais, quisermos que elas sejam.

Vivemos uma época de aceleração histórica. Um tempo de grandes oportunidades, mas também de desafios à escala global.

Desafios globais implicam uma responsabilidade colectiva. As Nações Unidas são o fórum em que essa responsabilidade colectiva melhor se corporiza. Também por isso, subscrevo a intervenção do Presidente da República Francesa, enquanto Presidente do Conselho da União Europeia. Num mundo globalizado e interdependente, só instituições multilaterais fortes poderão promover os valores fundamentais da paz, da democracia, dos Direitos Humanos e do desenvolvimento sustentável.

Portugal está empenhado em apoiar um multilateralismo efectivo, tendo por base umas Nações Unidas coesas e eficientes.

Para que as nossas palavras não se reduzam a vã retórica, temos de ser coerentes e pôr em prática os valores e os princípios que defendemos. A nossa actuação deve assentar em pressupostos muito claros.

Primeiro, devemos pugnar para que as Nações Unidas disponham dos meios necessários para cumprirem a sua missão; e contribuirmos para a clareza dos mandatos que lhe são confiados.

Segundo, devemos assegurar uma maior representatividade nos órgãos das Nações Unidas e tornar a sua actuação mais transparente. Será razoável continuarmos a ter um Conselho de Segurança sem uma reforma dos seus métodos de trabalho, em que países como o Brasil e a Índia não têm um lugar permanente,

e em que África não tem representação com esse estatuto? Seguramente que não, desde logo nestes casos, sem prejuízo da nossa abertura perante soluções eventualmente mais abrangentes.

Terceiro, devemos garantir o cumprimento das declarações sobre Direitos Humanos que subscrevemos. Esta é uma Organização que deve ter bem presente que os destinatários últimos das suas acções não são os Estados, mas os cidadãos e os povos que os integram.

Senhor Presidente

Portugal tem-se empenhado neste esforço conjunto. Desde logo, através da participação em Operações de Paz. Permitam-me que recorde os largos milhares de portugueses que participaram em mais de vinte missões lideradas pelas Nações Unidas e os que integram, actualmente, missões em Timor-Leste, no Líbano, no Kosovo, no Afeganistão, no Chade e na República Centro-Africana.

No ano em que comemoramos o 60º aniversário das Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas, gostaria de prestar homenagem a todos os capacetes azuis. Em particular, à memória daqueles, incluindo portugueses, que deram a vida pelos ideais da Carta das Nações Unidas.

África deve continuar a merecer uma atenção prioritária.

Foi essa convicção que nos levou, com os nossos parceiros africanos, à concretização das Cimeiras do Cairo e de Lisboa entre a União Europeia e África, pontos de partida no aprofundamento do diálogo entre os dois continentes. A comunhão de princípios, os compromissos assumidos e a Estratégia Conjunta UE-África ilustram uma renovada parceria, assente na cooperação em matérias como a paz e a segurança, o desenvolvimento, a boa governação e os Direitos Humanos, o comércio e a integração regional.

A paz, o desenvolvimento sustentável, o acesso à educação e à saúde e a integração das economias africanas nos mercados internacionais são objectivos essenciais para a edificação de uma ordem internacional mais justa, pacífica e equilibrada. Há, por isso, que apoiar os esforços que os Estados africanos realizarem em nome destes objectivos.

Neste contexto, permitam-me que saúdo o povo angolano pelo civismo com que decorreu o recente processo eleitoral naquele país. As eleições legislativas tive-

ram um significado profundo para a consolidação da democracia em Angola, com importantes repercussões políticas regionais.

Saúdo, igualmente, o acordo político no Zimbabué, que desejamos marque uma nova etapa de reconciliação nacional e desenvolvimento político e económico. Quero também felicitar a Guiné-Bissau, que hoje comemora a sua independência. Como co-presidente do Grupo Internacional de Contacto para a Guiné-Bissau, Portugal está empenhado em contribuir para a estabilização de um país que muito pode beneficiar com o trabalho da Comissão para a Consolidação da Paz. A Guiné-Bissau é um dos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que lhe tem prestado um forte apoio político. Esta Comunidade tem assumido crescentes responsabilidades como parceiro operacional das organizações regionais em que se integram os seus Estados-membros, como a União Europeia e a União Africana, ou de organizações globais, como as Nações Unidas.

A recente Cimeira de Lisboa, na qual Portugal assumiu a Presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, confirmou a determinação dos seus membros na promoção da paz, da democracia, dos Direitos Humanos e do desenvolvimento. Permitiu, ainda, a definição de uma estratégia comum de afirmação internacional desse bem que partilhamos – a língua portuguesa, o quinto idioma mais falado no mundo, ligando Estados e povos nos cinco continentes. Uma afirmação que deverá conduzir a que o português se constitua, cada vez mais, como língua oficial ou de trabalho de organizações internacionais.

Portugal assumiu recentemente a presidência da Comunidade das Democracias e caber-nos-á, em breve, a presidência da Cimeira Ibero-Americana, verdadeira referência da cooperação política, assente na comunhão cultural e de valores. São mandatos que muito nos honram e que pretendemos exercer com determinação e confiança.

Portugal acredita que a vocação natural da Aliança das Civilizações para aproximar povos, culturas e religiões é instrumental para um mundo onde o diálogo prevaleça sobre o conflito e onde a tolerância, o respeito pela diversidade cultural e pela identidade própria, e a compreensão mútua superem as tensões acumuladas. Damos, por isso, o nosso firme apoio ao Plano de Acção do Alto-Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Senhor Presidente

Passaram sete anos desde que Nova Iorque foi vítima de um dos mais infames actos que o Mundo testemunhou na nossa era. Embora, desde então, muito se tenha feito, o terrorismo continua a ser uma ameaça. A implementação da Estratégia Global é fundamental para o sucesso no combate contra este «inimigo comum». Neste desígnio, é crucial o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, cuja promoção contribui para prevenir o terrorismo.

Outro «inimigo comum», mais lento mas igualmente destrutivo, é o da fome e da pobreza extrema. Também neste domínio, muito se tem dito e algo se tem feito. Mas muito mais é necessário. Reiteramos o nosso firme apoio aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Contribuindo no limite das suas possibilidades, Portugal destina a maior parte da ajuda ao desenvolvimento a África, onde os níveis de pobreza são mais marcantes.

É com apreço que registamos a criação da Equipa de Trabalho de Alto Nível sobre a Crise Global de Segurança Alimentar. A luta contra a fome e a pobreza exige uma parceria global reforçada, cabendo um papel central às Nações Unidas e às Instituições de Bretton Woods.

Garantir um desenvolvimento sustentável exige que enfrentemos juntos os desafios colocados pelas alterações climáticas. Não actuar agora implicará um legado irreversível para as gerações vindouras, como atesta o último Relatório de Progresso publicado pelo Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPPC), muito justamente galardoado com o Prémio Nobel da Paz. Nesta acção conjunta, urge apoiar os mais vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas, como os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e os Países Menos Avançados. Os oceanos, mares, ilhas e zonas costeiras, cruciais para a vida humana e a prosperidade económica, merecem a nossa maior atenção.

Importa, pois, congregarmos esforços no sentido de concluir, em Copenhaga, em Dezembro do próximo ano, as negociações de um Acordo global e transparente sobre o futuro regime climático pós-2012.

Senhor Presidente

O desenvolvimento económico não é um fim em si mesmo. É um meio na via do progresso da Humanidade e da afirmação dos Direitos Humanos.

Portugal tem sido o impulsionador do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, que esta Assembleia será chamada a adoptar. É nosso entender que o Protocolo constitui um marco na promoção da democracia, permitindo-nos celebrar condignamente o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Tenhamos sempre presente que a dignidade da pessoa humana não é negociável.

Permitam-me que refira a situação humanitária dos refugiados. Portugal reconhece o notável trabalho desenvolvido pelo Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados. Impõe-se, neste caso, um continuado esforço colectivo, esforço a que o meu país procurou responder triplicando a sua quota de acolhimento de refugiados.

Senhor Presidente

Nós somos as Nações Unidas. Está nas nossas mãos o seu destino. O sucesso desta Organização está estreitamente ligado à sua capacidade de regeneração, ao reforço da sua democraticidade, representatividade e eficácia. Quero, por isso, saudar o consenso verificado nesta Assembleia-Geral sobre o processo de reforma do Conselho de Segurança, permitindo que as negociações intergovernamentais se iniciem em breve. É um resultado a que Portugal tem a honra de ter estado ligado de forma directa.

Em devido tempo, no ano 2000, Portugal apresentou a sua candidatura a membro não permanente do Conselho de Segurança para o biénio 2011-2012.

A nossa candidatura deverá ser lida à luz dos princípios e valores das Nações Unidas, que há muito defendemos e que a Constituição Portuguesa consagra.

Candidatamo-nos «*ao serviço da paz e da estabilidade, do desenvolvimento sustentável e dos Direitos Humanos*» e porque acreditamos no papel central desta Organização na prossecução destes objectivos.

Candidatamo-nos em nome da representação equitativa dos Estados, designadamente dos que constituem a maioria dos que integram esta Casa, porque acreditamos que é essa a melhor forma de garantir o sentido de justiça que é essencial para que as decisões sejam aceites por todos.

Obrigado.

Banquete Oficial em Honra do Presidente de Malta

Palácio da Ajuda, 12 de Novembro de 2008

É com grande prazer que acolhemos Vossa Excelência, Senhor Presidente, sua Mulher e a comitiva que o acompanha nesta primeira Visita Oficial de um Chefe de Estado de Malta a Portugal, fazendo votos para que a mesma contribua para a consolidação das excelentes relações que unem os nossos dois países.

Portugal recebe, hoje, na pessoa de Vossa Excelência, o europeísta convicto a quem muito fica a dever o sucesso do processo de integração de Malta na União Europeia. Eu próprio pude testemunhar, ao tempo em que ambos exercíamos as funções de Primeiro-Ministro, a notável acção de Vossa Excelência em favor desse objectivo.

Senhor Presidente

Os laços entre Portugal e Malta confundem-se com a História da Europa. Três portugueses assumiram, em períodos diferentes, os altos destinos da Ordem Soberana e Militar de Malta. Se a regência do Grão-Mestre Luiz de Vasconcelos, por ter sido relativamente curta, é menos conhecida, já os Grão-Mestres António Manoel de Vilhena e Manuel Pinto da Fonseca foram dos mais proeminentes Regentes de Malta, sendo lembrados por um legado que faz parte, até hoje, do património cultural e da vivência quotidiana dos malteses.

Portugal estaria de novo presente, na História de Malta, ao tempo da heróica Insurreição Popular, em 1798, quando navios da Armada Portuguesa, comandados pelo Vice-Almirante Marquês de Nisa, asseguraram, durante 15 meses, o bloqueio do acesso das poderosas forças navais francesas a Malta e o apoio, no solo, às forças insurrectas. A gratidão por este gesto está bem documentada numa carta do *Congresso Nazionale Maltês* que, em 1799, à partida do Marquês de Nisa, enaltece o apoio prestado pelos militares portugueses, instrumental para a preservação dos interesses e da vontade do povo de Malta.

O descerramento, por Vossa Excelência, no passado mês de Setembro, da placa evocativa da memória do Almirante Marquês de Nisa, por ocasião das comemorações dos 300 anos da chegada da frota portuguesa a Malta, foi um gesto que muito nos sensibilizou.

Excelência

Hoje somos, de novo, parceiros, no quadro desse magnífico projecto de reconciliação, progresso e desenvolvimento que é a União Europeia. O passado deixou-nos uma afinidade que nos cabe reafirmar no presente, em nome do futuro que queremos para o nosso relacionamento.

Malta é hoje um membro da Zona Euro, uma economia dinâmica, com assinaláveis taxas de crescimento, um destino de investimento rentável, uma valiosa plataforma política, económica e empresarial numa região de grande importância geoestratégica.

Portugal está envolvido numa profunda alteração do seu modelo de desenvolvimento, assente na qualificação dos seus cidadãos, na inovação tecnológica, no desenvolvimento sustentável. Dispõe, por outro lado, fruto da riqueza do seu legado histórico, de um notável capital de relacionamento e de conhecimento nos cinco continentes, em particular nos países de língua oficial portuguesa, algo que constitui um aspecto particularmente atraente para países cujos empresários pretendam internacionalizar as suas actividades.

Há, assim, que fomentar a cooperação entre os nossos agentes económicos, designadamente em áreas de interesse mútuo, como as energias renováveis, as Tecnologias de Informação, a construção de infra-estruturas ou a produção farmacêutica. Faço votos para que o Seminário que hoje se iniciou e que conta com a presença de empresários dos nossos dois países permita identificar oportunidades e estabelecer parcerias entre as nossas empresas.

O conhecimento mútuo dos povos é condição essencial para o desenvolvimento de uma relação mais estreita e solidária entre os países. Desde logo, através do incremento dos fluxos turísticos entre os nossos dois países, permitindo somar as vantagens económicas ao melhor conhecimento das nossas respectivas realidades culturais.

Tenho acompanhado as iniciativas culturais levadas a cabo pela Embaixada de

Portugal em Malta e quero agradecer o caloroso aplauso que têm merecido por parte de Vossa Excelência e de toda a sociedade maltesa. Esta resposta é um sinal inequívoco do potencial que encerra a dimensão cultural do nosso relacionamento.

Senhor Presidente

Os dias que temos vivido constituem, pelas más razões, é verdade, a melhor resposta a quantos pudessem pôr em dúvida de que precisamos de mais e melhor Europa.

Portugal e Malta partilham a crença numa Europa forte e coesa, que se constitua numa real mais-valia face aos desafios do nosso tempo. O Tratado de Lisboa, que os nossos dois países já ratificaram, é um instrumento essencial para a prossecução desse objectivo. Face à sua óbvia necessidade, há que assegurar a sua entrada em vigor, tão cedo quanto possível.

Senhor Presidente

Esta Visita Oficial de Vossa Excelência a Portugal constituirá, estou certo, um importante marco no nosso relacionamento, não apenas pela relevância histórica que resulta de ser a primeira de um Chefe de Estado de Malta, mas também pelas novas vias de cooperação bilateral que permitirá inaugurar.

É nessa convicção que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde e prosperidade do Presidente Edward Fenech-Adami, da Senhora Mary Fenech-Adami e do Povo amigo de Malta, bem como à amizade entre os nossos dois países e ao futuro das nossas relações.

Muito obrigado.

Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático

Palácio de Queluz, 12 de Janeiro de 2009

Quero começar por agradecer as palavras e os votos que me dirigiu Sua Exa. Reverendíssima o Senhor Núncio Apostólico da Santa Sé, em nome do Corpo Diplomático acreditado em Portugal.

Também eu desejo a todos vós e às vossas famílias um feliz Ano de 2009 e peço-lhes que transmitam aos vossos Chefes de Estado os meus sinceros votos de paz e de prosperidade.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Este é um tempo de desafios, a que não será possível dar resposta eficaz sem uma acção concertada a nível internacional. Uma concertação que exige instituições multilaterais representativas e respeitadas, capazes de garantir e fazer respeitar compromissos colectivamente assumidos.

O ano que passou pôs em evidência as insuficiências e fragilidades das actuais estruturas internacionais de coordenação, decisão e supervisão política, económica e financeira. As mudanças ao nível da nossa governação colectiva são, por isso, inadiáveis.

Desde logo, há que reformar as Nações Unidas. O ano que passou marcou o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que assinalámos com a adopção do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais, de que Portugal foi um dos promotores e que conferiu aos direitos económicos, sociais e culturais a mesma dignidade dos direitos cívicos e políticos. Este importante progresso deverá inspirar-nos na construção de um sistema internacional centrado no respeito pelos valores inalienáveis do ser humano.

Há que assumir as consequências que resultam da constatação de que, sem uma representatividade mais próxima da realidade e dos equilíbrios de hoje, as Nações Unidas tenderão a ver a sua legitimidade crescentemente posta em causa.

Portugal está e continuará empenhado em contribuir para o reforço do multilateralismo efectivo. Entendemos, no entanto, que dificilmente poderemos abordar os grandes problemas que afectam o Mundo sem que biliões de cidadãos tenham voz nas estruturas de governação global.

Não é aceitável que o Continente Africano, a América Latina e outros países emergentes continuem a não estar representados entre os membros permanentes do Conselho de Segurança. Como o momento presente o demonstra, é imperioso que as estruturas multilaterais se adaptem à emergência de novos centros de liderança internacional tornando-se mais representativas, coesas e eficientes.

A candidatura de Portugal a membro não-permanente do Conselho de Segurança para o biénio 2011-12 deverá ser lida à luz dos princípios e valores das Nações Unidas, que há muito defendemos e que a Constituição Portuguesa consagra. Candidatamo-nos, igualmente, em nome da representação equitativa de todos os Estados no Conselho de Segurança, porque acreditamos que é essa a melhor forma de garantir o sentido de justiça que é essencial para que as decisões sejam aceites por todos.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Ninguém pode, com segurança, prever a duração da crise económica e financeira que o Mundo atravessa, nem o âmbito das suas implicações geoestratégicas.

Porém, a crise encerra também uma oportunidade para levar a cabo a necessária revisão da arquitectura financeira internacional, adaptando-a à realidade dos nossos dias. Uma nova arquitectura financeira mais representativa, assente numa regulação mais eficaz e transparente e numa supervisão melhor apetrechada para proteger os interesses dos consumidores, aforradores e investidores, mais próximas dos interesses da economia real do que dos da especulação financeira.

No presente contexto, os nossos cidadãos precisam de sinais de confiança. O maior erro em que poderíamos incorrer seria responder-lhes com a procura de soluções isoladas, ou com a cedência a tentações proteccionistas. Um claro sinal de confiança seria a rápida conclusão do ciclo de negociações de Doha. O possível impacto da crise económico-financeira nos países mais carenciados

merece uma especial preocupação. Seria inaceitável que, com o pretexto da crise, economias capazes de mobilizar enormes recursos para estabilizar o sistema financeiro, se afastassem do cumprimento dos compromissos assumidos em matéria de Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Construir um mundo livre de privações, de pobreza e de pandemias é não só um imperativo moral e civilizacional, mas um instrumento indispensável para promover a paz e a estabilidade.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Esta crise não nos pode fazer esquecer as outras ameaças que impendem sobre o nosso planeta e que nos impõem uma acção internacional concertada, determinada e responsável. É o caso, desde logo, das alterações climáticas, da poluição e da devastação dos nossos recursos naturais.

Não temos o direito de hipotecar o futuro. É necessário um novo modelo de desenvolvimento alicerçado numa redução do carbono e numa aposta decisiva nas tecnologias limpas, nas energias renováveis e na eficiência energética. Portugal revê-se inteiramente nas decisões da União Europeia nesta matéria. Para ser escutada, a Europa deve ser capaz de dar o exemplo.

Outro desafio crucial do nosso tempo é a luta contra o terrorismo e o extremismo que o alimenta. As suas manifestações não conhecem fronteiras, não respeitam valores, povos ou religiões e constituem um sério obstáculo à construção de um mundo mais justo. Mais uma vez, só uma cooperação reforçada, uma partilha de informações mais eficiente e instituições multilaterais mais fortes e eficazes poderão ajudar-nos a vencer esta batalha.

Mas o combate ao extremismo implica, também, a aposta no diálogo entre povos e civilizações, na diplomacia preventiva e na resolução de conflitos. Neste contexto, não posso deixar de exprimir a minha forte preocupação com a situação que se vive na Faixa de Gaza e com as suas graves implicações humanitárias. É absolutamente necessário, neste momento, que o conflito dê lugar a um cessar-fogo permanente, que permita prestar auxílio aos que dele carecem e criar condições para um diálogo político frutuoso. É fundamental que as partes tenham a coragem de tomar as decisões capazes de garantir, a israelitas e palestinianos, o futuro de paz e de desenvolvimento económico e social a que têm direito.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Portugal entende que o Mundo precisa, mais do que nunca, de uma União Europeia capaz de assumir um papel de liderança na abordagem dos grandes desafios do século XXI.

A União Europeia pode e deve reforçar a sua influência na condução da agenda global. Para tal necessita de estar na vanguarda da inovação científica e tecnológica, da defesa dos Direitos Humanos, da protecção ambiental, da agenda do desenvolvimento, da promoção do diálogo entre povos e civilizações, da diplomacia preventiva, da luta contra o terrorismo e da defesa do primado do direito internacional.

Este será um ano crucial para a União Europeia. Um ano de renovação das suas Instituições, desde logo por via das eleições para o Parlamento Europeu. Um ano em que espero, sinceramente, seja possível o consenso em torno do Tratado de Lisboa, reforçando dessa forma a capacidade europeia para corresponder aos anseios dos seus cidadãos e ao que dela espera o resto do mundo.

Se há algo que a presente crise internacional demonstrou foi a vantagem da integração europeia e a importância para o mundo de poder contar com a voz, o peso colectivo e a liderança da Europa num momento difícil. Estou seguro de que a Presidência checa da União Europeia e, depois, a Presidência sueca saberão dar continuidade ao reforço do projecto europeu.

Minhas Senhoras e meus Senhores

2009 será um ano em que a diplomacia portuguesa irá estar especialmente envolvida no exercício da Presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que tem como prioridade a promoção e afirmação internacional da Língua Portuguesa.

É sabido que esta vem constituindo uma prioridade do meu mandato. Uma prioridade assumida pelos Chefes de Estado e de Governo dos oito países que integram a CPLP e confirmada num encontro que promovi à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas, através do compromisso de trabalhar em conjunto para ver reconhecido à língua portuguesa – a quinta língua mundial em número de falantes nativos e a terceira língua mais internacional da UE – o estatuto de língua oficial das Nações Unidas, que de há muito justifica.

Permitam-me uma saudação muito particular a três Estados da CPLP – Angola, Guiné-Bissau e Moçambique –, que, no ano que terminou, viram consolidados os seus sistemas democráticos, através da realização de eleições cuja condução mereceu uma avaliação globalmente muito positiva, por parte da comunidade internacional.

Em 2009, Portugal continuará a assegurar o exercício da Presidência da Comunidade das Democracias, envidando todos os esforços para que os valores da democracia e dos Direitos Humanos possam ser, cada vez mais, valores universalmente partilhados.

Portugal acolherá, ainda, no final do ano, a XIX Cimeira Ibero-Americana, que terá como tema a inovação e as novas tecnologias. Estou seguro de que a Cimeira do Estoril será mais uma importante etapa no aprofundamento do diálogo político e da cooperação entre a comunidade de povos ibero-americanos.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Acredito que agindo de forma colectiva e responsável poderemos ultrapassar as incertezas do presente e fazer de 2009 um marco na edificação dos alicerces de uma nova era de prosperidade global. É este o meu desejo para 2009.

A todos vós e às vossas famílias, os meus votos de um excelente ano de 2009.

Cerimónia de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Berlim

Berlim, 3 de Março de 2009

Agradeço as palavras de Vossa Excelência, Senhor Burgomestre. Interpreto-as como um sinal de reconhecimento que se dirige a todo o Povo português.

Não escondo que é com emoção que regresso a Berlim.

Berlim é uma cidade que nos emociona pela grandeza da sua História, pela imponência da sua arquitectura, pelo modo extraordinário como soube vencer as adversidades do passado. Admiro, acima de tudo, a força e o carácter do seu povo. Os berlinenses sempre se destacaram ao longo da História da Europa.

Há precisamente vinte anos, mostraram ao Mundo que não existem muros capazes de separar os homens, mas que existem homens capazes de derrubar muros, quando estes procuram amordaçar a liberdade, dividir famílias, amigos e pessoas, separar ideias, projectos de vida, caminhos que se percorreram em comum.

No tempo difícil em que vivemos, seria bom que nos lembrássemos deste exemplo. O povo de Berlim nunca se deixou vencer pelo desânimo. Mesmo nos piores momentos, cultivou sempre a alegria de viver e o espírito cosmopolita que fazem da capital da Alemanha uma cidade única e tão singular.

Separados por um muro sem sentido, os cidadãos de Berlim nunca deixaram de acreditar que um dia todos viveriam em liberdade e em democracia.

Há precisamente vinte anos, todos fomos berlinenses, para usar as palavras imortais que o Presidente Kennedy aqui proferiu, num dos momentos mais difíceis da História recente desta cidade.

Em 1989, todos nos sentimos a derrubar o Muro, todos estivemos com aqueles que estendiam as mãos aos que estavam do outro lado. Nesses dias memoráveis, festejámos a queda de um muro que também nos agredia, porque agredia o que de mais profundo e essencial existe no ser humano, a liberdade, o desejo da partilha e da comunhão com os outros.

Tenho bem presente esse momento único que marcou a vida de todos quantos tiveram o privilégio de o testemunhar, directamente ou através de imagens que são autênticas páginas de verdadeira História.

No que me diz respeito, recordo a emoção que senti ao aperceber-me de que a cidade dividida, que antes visitara, não mais existia e do que isso representava para o Mundo e, em particular, para a Europa. Porque, com a queda do Muro, mudava o Mundo e nascia uma nova Europa. Uma Europa que queremos que seja exemplo do espírito de Berlim, uma Europa que se abra aos outros, que não tenha medo, nem se resigne, que se afirme pelos seus valores e pela sua capacidade de vencer as adversidades.

Estive no Conselho Europeu em que, pela primeira vez, foram avaliadas as consequências do que acabara de acontecer. Foram momentos únicos que jamais poderei esquecer.

Berlim pode orgulhar-se deste passado recente, como pode orgulhar-se do contributo que, ao longo dos séculos, deu para as artes, as ciências, as humanidades.

Mas Berlim pode também olhar o futuro com confiança, porque em cada paragem desta cidade, nos seus novos edifícios de surpreendente modernidade, nos seus centros de investigação, no arrojo dos movimentos artísticos que aqui nascem e que daqui irradiam somos capazes de ver quanto vale a força indomável de um povo. Berlim soube erguer-se e superar um passado que ninguém quer ver repetido.

O grande símbolo de Berlim não é mais o Muro que dividia, mas as Portas que se abrem para que os homens convivam entre si. Portas que nos lembram que, em Berlim, todos somos cidadãos da esperança.

Muito obrigado.

Banquete Oferecido pelo Presidente da República Federal da Alemanha

Berlim, 3 de Março de 2009

Quero agradecer, muito sensibilizado, as palavras de Vossa Excelência, Senhor Presidente, bem como o caloroso acolhimento que nos tem sido dispensado, a mim, à minha Mulher e à delegação que nos acompanha.

Esta Visita tem lugar vinte anos após a queda do Muro que dividia esta cidade e, também, o nosso continente. Para os Portugueses, era, mais uma vez, a vitória da Liberdade e a Democracia que se afirmava. E o país que derrubava o Muro era o mesmo a quem Portugal devia um apoio determinante na sua própria caminhada rumo à Liberdade e à Democracia plena.

Estive em Berlim, como Primeiro-Ministro, quando a queda do Muro parecia um sonho distante. Participei no primeiro Conselho Europeu em que se avaliaram as consequências do que ocorrera. Será, por isso, fácil de compreender a emoção com que retorno a esta cidade, símbolo de todas as esperanças, num momento em que somos chamados a batalhas difíceis, que exigem de nós o exemplo dos que não se resignaram às adversidades.

Senhor Presidente

As adversidades de hoje provam as vantagens do projecto europeu e exigem mais e melhor Europa.

O nosso empenho comum na construção de uma União Europeia mais forte e coesa ficou bem patente na articulação de que demos prova durante o exercício das Presidências portuguesa e alemã, em 2007, que tantos resultados positivos permitiram alcançar.

A presente crise económica e financeira constitui um teste para a União Europeia. Vencê-lo pressupõe actuar de forma concertada, preservando as conquistas do Mercado Único, recusando tentações proteccionistas, reforçando os mecanismos da coesão económica e social e apostando numa visão de futuro. Só assim garantiremos a confiança dos nossos cidadãos, sem a qual nenhuma recuperação será possível.

Uma visão de futuro implica enfrentar a crise sem esquecer os desafios do envelhecimento demográfico, das alterações climáticas, das insuficiências do nosso regime energético, da competitividade das nossas empresas, da formação dos nossos quadros, da investigação científica e tecnológica.

Uma visão de futuro implica, ainda, sermos capazes de dar resposta às situações de pobreza. Por razões humanitárias, por razões de equidade, mas, também, por interesse político. A miséria e o desespero são factores de conflito e de instabilidade e inimigos da segurança e do desenvolvimento económico e social.

Gostaria, a propósito, de prestar uma particular homenagem à Iniciativa para África, do Presidente Köhler. África é um continente de que Portugal se sente particularmente próximo e onde se encontram cinco dos oito membros da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

Só apostando numa visão de futuro poderemos concluir que, passada a tempestade, emergiu uma Europa ainda mais forte e credível perante os seus próprios cidadãos e na cena internacional, uma Europa que terá sabido aprender com as dificuldades e apetrechar-se para melhor tirar partido das oportunidades.

A superação do actual impasse institucional torna-se, nessa perspectiva, ainda mais premente. É imperioso que se ultrapassem rapidamente os obstáculos que se opõem à rápida entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Senhor Presidente

Portugal e a Alemanha conhecem-se bem. A história do nosso relacionamento é rica e multissecular. A conquista de Lisboa fez-se com a ajuda de alemães; foram portuguesas duas imperatrizes da Alemanha, como foi alemão um dos nossos *soberanos*. Era particularmente vasto o comércio de artigos e de ideias, ao tempo dos nossos Descobrimentos. Durante os conflitos que assolaram a Europa durante o último século, muitos foram os alemães que se acolheram em Portugal, alguns deles ali permanecendo e contribuindo para o reforço dos laços entre os dois países.

Hoje, somos aliados e parceiros. A Alemanha é o segundo maior cliente e fornecedor de Portugal. Alguns dos maiores investimentos estrangeiros em Portugal têm a chancela alemã. Os estudos efectuados confirmam a avaliação extremamente positiva que os empresários alemães fazem do nosso mercado.

Somos, hoje, um país que investe no estrangeiro, incluindo na Alemanha, que aposta na formação, que cria, inventa e dissemina novas tecnologias. Um país a quem a História deixou um legado de relações com outros países e povos que faz de nós um parceiro natural para a penetração em diferentes mercados.

Senhor Presidente

A dinâmica das relações entre as Nações alimenta-se, em larga medida, dos contactos entre os seus povos.

Amanhã, terei oportunidade de participar em dois eventos que assinalam uma nova campanha de promoção turística de Portugal, a nível mundial. A Alemanha é já o quarto maior país de origem dos turistas que nos visitam, mas esta situação pode ainda ser melhorada. Vamos trabalhar nesse sentido.

A dimensão cultural é outra vertente de inegável valor na aproximação entre os povos. Portugal traz a Berlim duas exposições, respectivamente sobre a obra cinematográfica do realizador Manoel de Oliveira, que o Festival de Berlim acaba de homenagear, e sobre a arquitectura contemporânea portuguesa espalhada pelo Mundo, que tantos prémios e reconhecimento tem merecido.

Portugal conta, na vasta Comunidade de portugueses residentes na Alemanha, com um inestimável promotor das relações entre os nossos dois países. Trata-se de uma comunidade bem integrada, que contribui para o desenvolvimento deste país, sem deixar de manter vivas as tradições e a cultura da sua terra de origem.

Senhor Presidente

Estou certo de que os nossos dois países saberão continuar a valorizar a longa amizade que nos une e a alimentá-la através de realizações concretas, no presente e no futuro. É nesse espírito que peço que se juntem a mim num brinde à saúde do Presidente Horst Köhler e de sua Mulher, ao Povo amigo da Alemanha e à prosperidade das relações entre os nossos dois países.

Seminário Económico e Encontros Empresariais Alemanha-Portugal

Berlim, 4 de Março de 2009

Gostaria de começar por agradecer a presença do Senhor Ministro da Economia da Alemanha e do Senhor Chefe da Presidência Federal. Trata-se de um gesto que reflecte a importância que as autoridades alemãs atribuem às actividades empresariais associadas a esta minha Visita de Estado, bem expressa, igualmente, nas palavras ontem proferidas pelo Presidente Köhler, na conferência de imprensa conjunta que realizámos.

Quero felicitar a DIHK – *Deutscher Industrie und Handelskammertag* e a AICEP pela organização deste Seminário. Saúdo e agradeço, igualmente, a presença dos representantes das Associações Empresariais, da Câmara de Comércio Luso-Alemã e de todas as empresas participantes.

Vivemos uma crise global, com efeitos sobre o sistema financeiro, a actividade económica e o próprio tecido social, cuja extensão não é clara e cujas consequências plenas são, ainda, imprevisíveis.

Face à crise, os decisores políticos e os agentes económicos enfrentam um desafio particularmente exigente: mitigar, no imediato, os seus efeitos, mas sem perder de vista a herança que daí irá emergir.

Apesar da sua origem localizada, esta crise dificilmente poderia deixar de assumir uma dimensão global.

Em primeiro lugar, porque teve o seu epicentro no sistema financeiro dos Estados Unidos da América, a maior economia do mundo, e porque o sistema financeiro desempenha um papel vital no funcionamento das economias de mercado.

Em segundo lugar, porque ocorre na era da globalização, ou seja, numa era de reconhecida interdependência económica entre os países.

A interdependência, que ajudou a potenciar os efeitos da crise a nível global, tem de ser percebida como parte da solução, e não como parte do problema. As estratégias de recuperação e as reformas que será necessário introduzir no

funcionamento dos mercados deverão rejeitar novas formas de protecção, que a História ensinou trazerem consequências bem mais nefastas do que as crises originais.

Restringir, de forma explícita ou implícita, o grau de abertura das economias nacionais seria uma resposta tão contraproducente, em termos económicos, como perigosa, em termos políticos. Exige-se, por isso, que se assumam sem reservas as vantagens de uma resposta às actuais dificuldades baseada numa estreita coordenação de políticas e na concertação entre países.

Os Estados-membros da União Europeia encontram-se, nesta perspectiva, numa posição institucionalmente vantajosa. No entanto, as pressões a que a actual crise veio submeter os decisores políticos nacionais começam a dar origem a manifestações de nacionalismo económico e financeiro que pareceriam impensáveis até há bem pouco tempo.

São manifestações a combater, porque perigosamente nefastas. Representam um risco para o funcionamento do Mercado Interno e, por essa via, para o futuro do modelo de integração e afirmação da Europa.

Os efeitos das ondas de choque da crise que abalou o sistema financeiro mundial continuam a fazer-se sentir nos mercados, pelo que uma das prioridades dos governos, e dos decisores em geral, deverá ser minimizar as consequências da escassez de crédito e restaurar a confiança nos mercados financeiros. Mas não podemos, como já referi, dar-nos ao luxo de perder de vista os desafios e metas de médio prazo, dos quais destacaria não apenas a reformulação da arquitectura e governação do sistema financeiro internacional, mas, sobretudo, as questões do combate às desigualdades sociais e ao terrorismo, da criação de emprego e do crescimento sustentável. Se o não fizermos, estaremos a abrir a porta a novas crises, porventura de carácter ainda mais grave para a solidez e estabilidade das relações internacionais.

A Alemanha, que comemora o 20º ano da sua reunificação, tem sido um exemplo de superação de múltiplas dificuldades e tensões, pela perseverança do seu povo e pela clarividência de muitos dos seus dirigentes. O resultado é um país com uma economia forte, uma notável competitividade à escala global e uma equidade social digna de registo.

Um país que tem sabido manter-se na vanguarda da indústria transformadora mundial, com tecnologia inovadora e produtos de reconhecida qualidade, posicionando-se como motor da economia europeia e servindo de exemplo das vantagens de uma integração plena na economia mundial, nomeadamente através do seu sector exportador.

Nas relações comerciais entre os nossos dois países, a Alemanha ocupa o segundo lugar, quer como cliente, quer como fornecedor. Ainda mais importante, talvez, é constatar que, nos fluxos comerciais entre Portugal e a Alemanha, existe uma interessante concentração de produtos com média e alta intensidade tecnológica, verificando-se um gradual aumento da representatividade dos produtos de maior valor acrescentado nas exportações portuguesas com destino ao mercado alemão.

Uma pequena economia aberta como a portuguesa depende muito da ambição das suas empresas para produzirem bens e serviços transaccionáveis, de procura dinâmica, diferenciados e com capacidade de penetração qualificada, mas depende, também, da qualidade das parcerias que as empresas conseguem estabelecer. Devem ser parcerias que integrem sistemas produtivos de dimensão internacional, exigentes na incorporação de factores com elevada intensidade tecnológica, recursos qualificados, conhecimento e inovação. Neste particular, a Alemanha tem-se afirmado como um parceiro de excelência para a estrutura produtiva portuguesa.

A Alemanha regista, igualmente, uma posição internacional de relevo no domínio do investimento externo. No que diz respeito a Portugal, a Alemanha ocupa um papel importante não apenas pelos montantes investidos (ocupando o primeiro lugar, há quatro anos consecutivos), mas, sobretudo, pelos efeitos qualitativos dos seus investimentos na nossa estrutura produtiva. É um cenário que queremos consolidar e reforçar.

Portugal, como terá ficado bem patente nas apresentações e experiências já referidas neste Seminário, tem boas respostas para os investidores estrangeiros que o procurem. Ao nível técnico, na investigação e na utilização de novas tecnologias, no processamento de informação, na qualificação de recursos humanos jovens. A relação competitividade/preço na produção é, por outro lado, bastante atractiva.

Penso que ainda há espaço para ampliarmos o nosso relacionamento comercial e de investimento. Nesse sentido, não posso deixar de sublinhar a oportunidade que este Seminário e os Encontros Empresariais representam, ao proporcionarem um aprofundamento dos contactos entre empresários e altos responsáveis portugueses e alemães. E, mais ainda, ao contribuírem para um melhor conhecimento do que se faz actualmente na Alemanha e em Portugal.

A comitiva que me acompanha é representativa, ao mais alto nível, de uma classe empresarial crescentemente orientada para a qualidade, a inovação e a internacionalização.

No que se refere ao sector do Turismo, a Alemanha é um mercado emissor muito relevante para Portugal, tanto ao nível dos fluxos turísticos, como em termos de investimento. Os visitantes alemães sentem-se bem no nosso país. São os turistas alemães os que mais percorrem o território nacional por motivos de simples fruição cultural ou paisagística.

Acompanham-me nesta Visita os dirigentes das principais empresas turísticas nacionais, assim como os responsáveis do Turismo de Portugal, e foi organizada uma pequena mostra da nossa oferta. Convido, a propósito, todos os presentes a visitarem o Centro Comercial Alexa – propriedade de um grupo português –, onde, a partir desta tarde, terá lugar um programa de animação artística e cultural e serão promovidos produtos e serviços portugueses relacionados com o turismo. O sector turístico português contará com uma participação importante na próxima Feira Internacional de Turismo, a maior do Mundo, que se realiza, dentro de poucos dias, em Berlim.

Termino com uma palavra de confiança, fundada na expectativa de que os trabalhos deste Seminário tenham contribuído para que os empresários alemães e portugueses identifiquem novas áreas de cooperação e tirem partido das oportunidades de negócio ainda por explorar.

Muito obrigado.

Encontro com a Comunidade Portuguesa Residente na Alemanha

Osnabrück, 6 de Março de 2009

É com uma particular emoção que eu, a minha Mulher e a comitiva que nos acompanha estamos hoje aqui, em Osnabrück, entre compatriotas, com a Comunidade Portuguesa residente na Alemanha.

Permitam-me que comece por destacar a presença, entre nós, do Presidente do Parlamento Europeu, o meu amigo Hans-Gert Pöttering, a quem devo as primeiras sugestões para que visitasse esta cidade. Tinha ele toda a razão, porque os momentos que aqui vivemos jamais os esqueceremos. Momentos para os quais ele próprio muito contribuiu, mas que ficamos igualmente a dever à magnífica hospitalidade com que fomos recebidos pelo Senhor Burgomestre e pelas autoridades de Osnabrück.

Aproveito a oportunidade para, de forma pública, agradecer a todos. O tratamento que quiseram dar ao Chefe de Estado de Portugal reflecte bem o apreço e a admiração que têm pelos portugueses residentes na Alemanha e, por isso, ao agradecer-lhes, é também a vós, aos portugueses da Alemanha, que agradeço. Tenho querido celebrar os aniversários da minha tomada de posse como Presidente da República Portuguesa na companhia dos portugueses residentes no estrangeiro. Foi assim, nos dois primeiros anos, no Luxemburgo e no Brasil. Este ano, ainda que com três dias de antecipação, quis celebrar o terceiro aniversário com os portugueses da Alemanha.

Pretendo, com este gesto, assinalar o respeito e a admiração que me merecem os portugueses e os luso-descendentes que vivem no exterior. Pretendo, ainda, sublinhar perante todos os nossos compatriotas a importância do contributo dos portugueses que vivem no estrangeiro para aquilo que nos define como Povo. Portugal somos todos nós que o amamos e que lhe damos o melhor de que somos capazes. E é difícil encontrar melhores exemplos de amor à nossa Pátria e de dedicação ao nosso País do que entre os portugueses que vivem e trabalham além-fronteiras.

Nas minhas deslocações ao estrangeiro, tenho tido a oportunidade de constatar como as Comunidades Portuguesas se encontram plenamente integradas nas respectivas sociedades de acolhimento. A Comunidade Portuguesa residente na Alemanha não é excepção e constitui um exemplo para todos.

Neste grande país que é a Alemanha, tal como, aliás, por todo o Mundo, encontramos inúmeros casos de sucesso, de portugueses que aqui se afirmam e se destacam nos mais variados domínios, desde a vida empresarial ao mundo académico, da vida cultural à investigação científica, da participação cívica ao exercício de profissões liberais. Estes casos de sucesso constituem um estímulo e um motivo de orgulho para todos os Portugueses.

O sucesso da integração social depende também, em boa medida, do grau de participação na vida cívica dos países de residência. Quero, pois, deixar uma palavra de incentivo ao aprofundamento do envolvimento de todos vós nas sociedades que vos acolheram. Esse envolvimento contribuirá não só para uma melhor integração, mas também para a melhor defesa dos interesses das Comunidades Portuguesas.

Caros Concidadãos

O mundo vive hoje uma crise económica e financeira que a todos atinge, incluindo o nosso país. Estou ciente de que esta crise também afecta alguns portugueses e luso-descendentes que residem na Alemanha. A todos quero deixar um testemunho de solidariedade. Quero que saibam que acompanho de muito perto esta situação e que farei tudo o que estiver ao meu alcance para minorar os seus efeitos.

Nos encontros que mantive nesta minha Visita de Estado à Alemanha, ouvi, dos meus interlocutores, inúmeras palavras de apreço e consideração pela Comunidade Portuguesa aqui residente. E constatei, também, o empenho e a determinação das autoridades alemãs em vencer as dificuldades que aqui se vivem.

Quero, por isso, deixar-vos uma palavra de esperança, incentivar-vos a que não se resignem à adversidade do momento. Estou certo de que, através do empenho e da solidariedade de todos, saberemos ultrapassar este momento difícil e encontrar soluções que garantam o bem-estar e a prosperidade económica e social que todos desejamos.

Caros Concidadãos

Quero, hoje de novo, apelar ao que tenho designado por «espírito de portugalidade», esse espírito que nos une e que nos acompanha, para lá das fronteiras do nosso país, até ao mais recôndito lugar onde resida um português. Esse espírito que se mantém vivo na nossa Língua e na nossa Cultura.

Peço, por isso, que não percam jamais essa ligação à vossa terra de origem, à terra dos vossos pais e avós, e que continuem a cultivar o uso da língua de Camões e a rever-se nas realizações da cultura portuguesa, de que todos nos orgulhamos.

Portugal tem que se empenhar na promoção do ensino da Língua Portuguesa no estrangeiro. Este é um imperativo para com as nossas Comunidades, mas é também fundamental para a valorização do estatuto da Língua Portuguesa, para a valorização e projecção internacional do nosso país.

A Língua Portuguesa é falada por mais de 200 milhões de cidadãos, espalhados pelos cinco cantos do globo. É a terceira língua europeia mais falada no Mundo. Entendemos que é tempo de ver reconhecida a sua importância e o seu valor como língua mundial. Este objectivo de promoção internacional da Língua Portuguesa, que une Portugal aos outros países de expressão oficial portuguesa, não pode ser unicamente um esforço de Estados, exige o apoio e a acção de todos nós. Conto, pois, convosco para a concretização desta legítima aspiração de ver a Língua Portuguesa consagrada como uma língua verdadeiramente mundial. Usem-na, sempre que puderem, e estimulem outros a fazê-lo.

Caros Concidadãos

Portugal necessita, hoje mais do que nunca, da ajuda da sua Diáspora. Contamos com a vossa acção para projectar o nosso país, com a colaboração de todos para que possamos aumentar as exportações de produtos e serviços portugueses, para promover a nossa terra como um destino turístico de excelência.

Contamos, ainda, com o investimento de todos quantos se sintam capazes de o fazer. É bem sabido que o contributo dos nossos emigrantes sempre foi muito importante para a vida económica portuguesa. Neste momento difícil, ele assume uma importância determinante. O futuro de Portugal a todos nós diz respeito e sei que Portugal pode contar convosco.

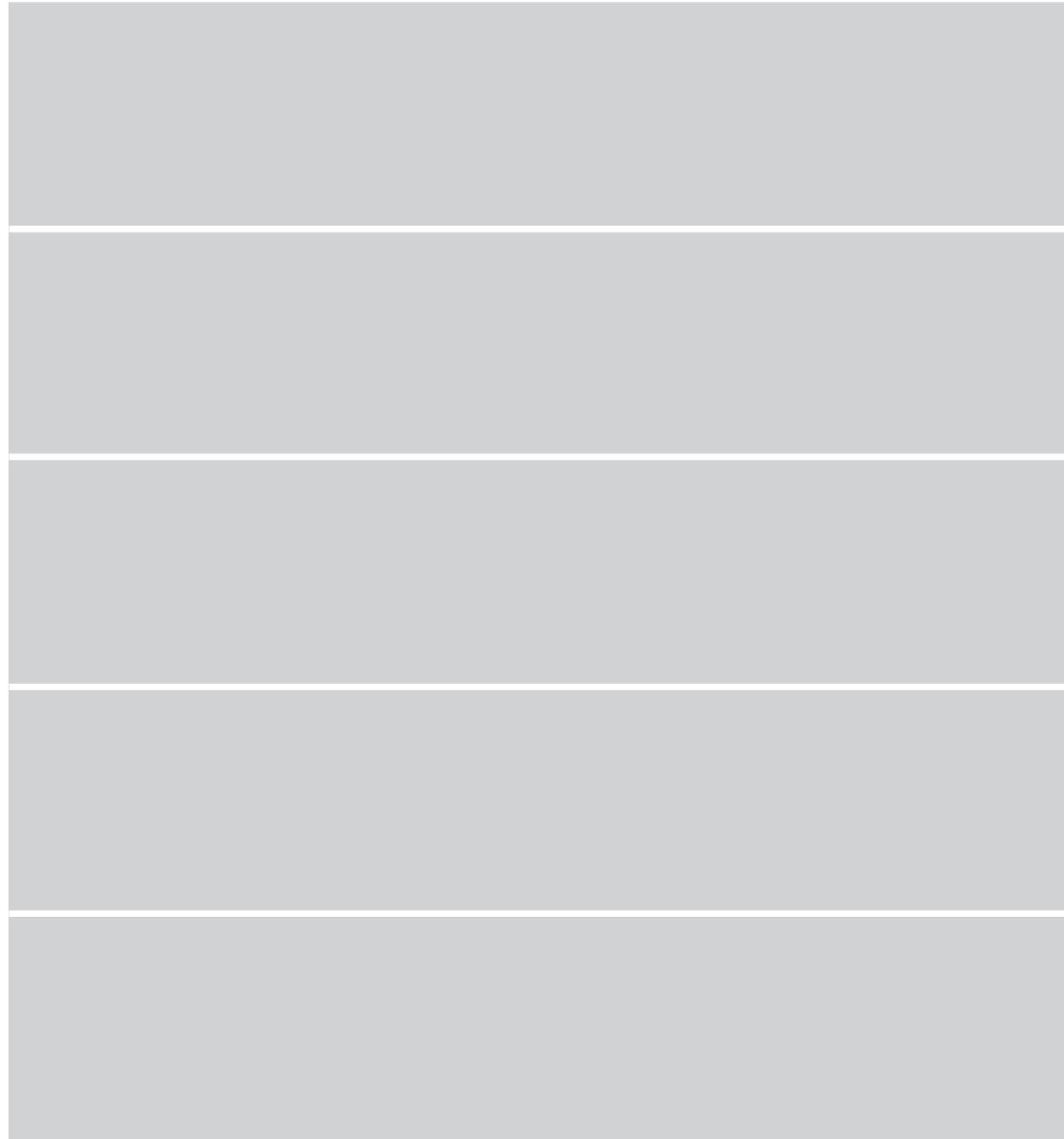
Mas não nos iludamos: um Portugal que se sente legitimado para pedir o apoio dos portugueses que vivem e trabalham no estrangeiro tem que estar à altura de responder às necessidades desses mesmos portugueses e de tudo fazer para promover a sua ligação ao País.

É meu firme propósito continuar a fazer o que estiver ao meu alcance para que os Portugueses residentes no estrangeiro e os luso-descendentes possam aumentar a sua participação cívica e política e reforçar os laços que os unem a Portugal. Peço a todos vós que continuem a promover Portugal, a nossa Língua e a nossa Cultura, apoiando a projecção internacional do nosso país e contribuindo para o seu crescimento e prosperidade.

A todos vós peço que não esqueçam nunca Portugal, a nossa terra, a vossa terra, essa terra onde tudo começou.



Anexos



Declaração por Ocasão da Ratificação do Tratado de Lisboa

Palácio de Belém, 9 de Maio de 2008

Acabo de proceder à ratificação do Tratado de Lisboa.

Faço-o no Dia da Europa, um dia para lembrar quanto os Europeus devem ao projecto de construção europeia, em termos de paz e de progresso económico e social.

O Tratado assinado em Lisboa, sob Presidência portuguesa, representa um passo em frente na construção de uma Europa mais unida e solidária.

O Tratado consagra os valores da dignidade humana, liberdade, democracia, Estado de direito, igualdade, Direitos do Homem.

Reforça a democraticidade e a transparência das instituições da União Europeia.

Aprofunda as novas políticas, nomeadamente nos domínios da energia, do ambiente, da política externa, da segurança e da defesa.

Estabelece a Carta dos Direitos Fundamentais.

Projecta a Europa no Mundo.

Agora, há que preparar a boa aplicação do Tratado, tornando a União Europeia mais eficaz. Desde logo, para responder aos desafios do nosso tempo, em particular aos problemas que os cidadãos enfrentam, como o desemprego, a insegurança, as alterações climáticas, a exclusão social. Mas também para reforçar a influência da Europa no mundo global. As actuais dificuldades económicas e sociais e a crise dos mercados financeiros exigem mais integração europeia.

O Tratado de Lisboa é uma grande oportunidade e um grande desafio à vontade política dos líderes europeus. O seu sucesso exige determinação política e convergência de esforços entre os líderes dos Estados-membros e das instituições europeias.

É também um desafio para Portugal, que deve preparar-se para tirar o melhor partido do Tratado, adaptando-se a uma nova arquitectura institucional de forma eficiente, para garantir influência efectiva no processo de decisão comunitária, para poder defender eficazmente os interesses do nosso país.

O sucesso do projecto europeu faz parte dos interesses fundamentais de Portugal. A União Europeia é uma âncora estratégica decisiva para garantir um futuro melhor para os Portugueses.

Por tudo isto, quis marcar, de forma especial, o acto de ratificação do Tratado de Lisboa.

Artigo de Opinião “Nelson Mandela, Um Gigante do Nosso Tempo”

Revista VISÃO, 3 de Julho de 2008

Nelson Mandela é um combatente indomável pela liberdade que, ao longo de décadas de cativo, nunca perdeu a esperança de viver num país onde todos os seres humanos fossem iguais, em dignidade e direitos.

Mandela é também um modelo de estadista, que se destacou no imenso Continente Africano pela integridade de carácter e pelo desapego ao poder. Sobretudo, pelo seu desapego ao poder pelo poder. Porque, para Nelson Mandela, o exercício do poder só faz sentido para servir os outros. E pelos outros, pelos seus irmãos que viveram sob um regime iníquo de segregação racial, Mandela empenhou-se, desde os seus tempos de estudante de Direito, na vida política sul-africana, o que lhe valeu ser condenado, em 1964, à pena de prisão perpétua. Mais de duas décadas depois, recusaria aceitar a oferta da liberdade condicional a troco da renúncia aos princípios por que combatera e em que nunca deixara de acreditar, mesmo nos momentos mais difíceis passados em Robben Island. Eis a prova de que nem vinte anos de cadeia são capazes de abalar as convicções firmes dos homens de causas.

Mandela seria libertado em 1990, por ordem do Presidente Frederik De Klerk, e, em 1993, ambos seriam galardoados com o Prémio Nobel da Paz. A partilha, entre Mandela e De Klerk, do Nobel da Paz, porventura o mais prestigioso prémio a que alguém pode aspirar, simbolizou o sonho de uma África do Sul unida e o desejo de que rapidamente fossem saradas as feridas dos tempos do *apartheid*, um pretérito imperfeito, pleno de ódio e discriminação.

Em princípios de Outubro de 1993, Nelson Mandela visitou Portugal, numa altura em que as negociações entre o Governo da África do Sul e o Congresso Nacional Africano tinham chegado a um ponto em que já era irreversível a transformação daquele país numa democracia multirracial. Encontrei-me com ele no Palácio de São Bento, a 6 de Outubro, e da serenidade das suas palavras e da moderação dos seus propósitos extraí a conclusão de que me encontrava perante um

homem a quem mais de vinte anos de cárcere não tinham deixado quaisquer ressentimentos nem desejos de vingança. Um homem que olhava para a frente, um visionário, que não procurava ajustar contas com o passado e com aqueles que o tinham mantido em cativeiro.

Escrevi na minha *Autobiografia Política*: «Só um homem com uma estatura moral e qualidades humanas extraordinárias podia perdoar o sofrimento por que passara e apresentar-se liberto de sentimentos de ódio, de recriminação ou de vingança e ter a lucidez de optar pela via da negociação para o desmantelamento do *apartheid*, recusando a violência.» Na altura, tinha 75 anos de vida, dos quais 27 passados na prisão. Percorrera um *longo caminho pela liberdade*, para usar as palavras que dão o título à sua autobiografia.

Aquela reunião com Mandela, em Lisboa, culminou um processo de negociações de Portugal com as autoridades sul-africanas, que envolveu também um encontro de trabalho que mantive com o Presidente Pieter W. Botha, em Outubro de 1988, no decurso do qual expressei a firme intenção de Portugal se manter alinhado com os seus parceiros europeus na condenação do *apartheid*. O encontro, como lembro na minha *Autobiografia Política*, «não correu nada bem». Como aí escrevi, «o Presidente Pieter Botha exibiu uma postura de dureza e inflexibilidade e o meu diálogo com ele foi muito difícil». Já antes, em 1987, reagira mal a uma carta que eu lhe enviara, manifestando satisfação pela libertação de Govan Mbeki e de outros presos políticos e incentivando-o a dar novos passos na via da reconciliação entre todos os sul-africanos. Tais passos vieram a ser dados, com coragem e determinação, pelo seu sucessor, Frederik De Klerk, que conheci pela primeira vez em 1989, também em São Bento. Visitou depois Portugal duas vezes, como Presidente da República, e com ele mantive relações cordiais, mesmo depois de deixar as funções de Primeiro-Ministro.

Ao evocar estes episódios, não pretendo regressar a um passado que deve ser passado. Mas, ao fim de algumas décadas de vida pública, julgo que devemos dar testemunho daqueles que connosco cruzaram e, sobretudo, daqueles que mais nos marcaram, como foi o caso de Nelson Mandela. E também devemos mostrar até que ponto a acção concertada dos Estados – neste caso, dos membros da União Europeia – pode ser um estímulo decisivo para a realização de transformações pacíficas no sentido da liberdade e da democracia. Orgulho-me

do pequeno contributo que possa ter dado para fazer da África do Sul uma nação livre e democrática.

A estatura moral de Nelson Mandela permaneceu intacta desde que assumiu funções como Presidente da África do Sul. Após ter liderado um difícil processo de transição para um novo regime, abandonou o poder com a mesma simplicidade de sempre. A simplicidade dos gigantes.

Comunicação ao País sobre o Estatuto Político-Administrativo dos Açores

Palácio de Belém, 31 de Julho de 2008

O Tribunal Constitucional pronunciou-se pela inconstitucionalidade de várias normas do decreto que aprovou a revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores. Nesse sentido, irei devolver, nos termos da lei, o respectivo diploma à Assembleia da República.

Devo, no entanto, comunicar aos Portugueses que outras normas me suscitam sérias reservas de natureza político-institucional.

Trata-se, acima de tudo, da norma relativa à dissolução da Assembleia Legislativa dos Açores que, inovando em relação ao Estatuto em vigor e em relação ao Estatuto da Madeira, restringe o exercício das competências políticas do Presidente da República, pondo em causa o equilíbrio e a configuração de poderes do nosso sistema político previstos na Constituição.

Em devido tempo, alertei vários dirigentes políticos para esta questão.

Nos termos da Constituição, a Assembleia Legislativa Regional pode ser dissolvida pelo Presidente da República, ouvidos o Conselho de Estado e os partidos nela representados.

O diploma em causa pretende agora consagrar o dever adicional de o Presidente da República ouvir também a Assembleia Legislativa, os seus grupos e representações parlamentares e o Presidente do Governo Regional.

Quer isto dizer que o Presidente da República estaria sujeito a mais deveres de audição e consulta no que toca à dissolução da Assembleia Regional dos Açores do que os previstos para a dissolução da Assembleia da República.

No caso da Assembleia da República, o Presidente da República, nos termos constitucionais, não precisa de ouvir a Assembleia da República nem o Primeiro-Ministro, mas no caso da Assembleia Legislativa dos Açores teria de ouvir a própria Assembleia Legislativa Regional e o Presidente do Governo Regional.

A audição autónoma do Presidente do Governo Regional é tanto mais incompreensível quanto ele tem assento no Conselho de Estado e é aí ouvido pelo Presidente da República.

O mesmo se pode dizer relativamente à audição autónoma da Assembleia Legislativa e dos seus grupos parlamentares porquanto, nos termos constitucionais, o Presidente da República já ouve os partidos nela representados.

Entendo que é perigoso para o princípio fundamental da separação e interdependência de poderes, que alicerça o nosso sistema político, aceitar o precedente, que poderia ser invocado no futuro, de, por lei ordinária, como é o caso do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, se vir a impor obrigações e limites às competências dos órgãos de soberania que não sejam expressamente autorizados pela Constituição da República.

Semelhante prática desfiguraria o equilíbrio de poderes, tal como este tem existido, e afectaria o normal funcionamento das instituições da República. É por isso que considero ser meu dever alertar os Portugueses.

Devo, igualmente, chamar a atenção para um outro ponto conexo com o anterior.

No passado dia 10 deste mês foi publicada uma Lei da Assembleia da República sobre o Estatuto do Representante da República nas Regiões Autónomas no qual se estipula, tal como consta da Constituição, que o Representante é nomeado e exonerado pelo Presidente da República, ouvido o Governo.

Sobre exactamente o mesmo assunto, o decreto da Assembleia da República que aprova o novo Estatuto dos Açores acrescenta a obrigação de o Presidente da República ouvir também a Assembleia Legislativa da Região.

Não se questiona a audição da Assembleia Regional na pessoa do seu Presidente. Foi isso que fiz, no início do meu mandato, quando nomeei os Representantes da República para os Açores e para a Madeira – prática que aliás segui quando desempenhei as funções de Primeiro-Ministro e que tenciono manter como Presidente da República.

Mas, se aquela audição tiver por objecto o próprio órgão colegial, podem emergir consequências negativas no processo de designação do Representante.

Por um lado, porque pode colocar o Presidente da República no centro de um debate parlamentar regional e, por outro, porque pode fragilizar politicamente

o Representante da República e dificultar a escolha de uma personalidade com perfil adequado.

Considero, ainda, que merecem reponderação outras normas inovadoras constantes do Estatuto.

Por um lado, «o procedimento de audição qualificada» que, pelas vinculações que cria para os órgãos de soberania envolvidos, restringe os seus poderes de decisão, ultrapassando em muito a regulamentação do simples direito de audição previsto na Constituição.

Por outro lado, a limitação dos poderes de revisão do Estatuto pela Assembleia da República às normas que tenham sido objecto da iniciativa da Assembleia Legislativa Açoriana implica restrições excessivas ao poder de iniciativa legislativa superveniente dos deputados do parlamento nacional.

Face à incerteza que caracteriza os tempos modernos, a possibilidade de petrificação de normas jurídicas constantes do Estatuto, ao ponto de eternizar a sua vigência, deve ser examinada com todo o cuidado.

A alteração do Estatuto Político-Administrativo dos Açores visa concretizar o modelo avançado de autonomia resultante da revisão constitucional de 2004. Mas é indispensável que essa alteração se harmonize com a separação de poderes e as competências dos órgãos de soberania consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Mensagem à Assembleia da República a propósito da devolução do diploma que altera o Regime Jurídico do Divórcio

Tendo recebido, para ser promulgado como lei, o Decreto nº 232/X, da Assembleia da República, que aprova o Regime Jurídico do Divórcio, decidi, nos termos do nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa, não promulgar o referido diploma e solicitar que o mesmo seja novamente apreciado, pelos seguintes fundamentos:

1. O Decreto nº 232/X introduz uma alteração muito profunda no regime jurídico do divórcio actualmente vigente em Portugal e contém um conjunto de disposições que poderão ter, no plano prático, consequências que, pela sua gravidade, justificam uma nova ponderação por parte dos Senhores Deputados à Assembleia da República.
2. Assim, tenho como altamente aconselhável, a todos os títulos, que sejam levados em linha de conta alguns dos efeitos a que o novo regime jurídico do divórcio pode conduzir, designadamente as suas implicações para uma indesejável desprotecção do cônjuge ou do ex-cônjuge que se encontre numa situação mais fraca – geralmente, a mulher –, bem como, indirectamente, dos filhos menores.
3. Partindo a lei do pressuposto de que existe actualmente uma tendência para uma maior igualdade entre cônjuges aos mais diversos níveis, importa, todavia, não abstrair por completo da consideração da realidade da vida matrimonial no Portugal contemporâneo, onde subsistem múltiplas situações em que um dos cônjuges – em regra, a mulher – se encontra numa posição mais débil, não devendo a lei, por acção ou por omissão, agravar essa fragilidade, bem como, por arrastamento, adensar a desprotecção que indirectamente atingirá os filhos menores.
4. Possuindo inteira liberdade para dispor sobre o regime do casamento, do divórcio e para modular os seus respectivos efeitos, considero que, para não agravar a desprotecção da parte mais fraca, o legislador deveria ponderar em que medida não seria preferível manter-se, ainda que como alternativa residual,

o regime do divórcio culposo, a que agora se põe termo de forma absoluta e definitiva.

5. Essa ponderação quanto à manutenção do divórcio por causas subjectivas, fundado na culpa de um dos cônjuges, parece tanto mais necessária quanto o legislador, como é natural e desejável, mantém o conjunto dos deveres conjugais previsto no artigo 1672º do Código Civil, embora não associando, estranhamente, qualquer sanção, no quadro do processo de divórcio, ao seu incumprimento intencional.

6. Na verdade, é no mínimo singular que um cônjuge que viole sistematicamente os deveres conjugais previstos na lei possa de forma unilateral e sem mais obter o divórcio e, sobretudo, possa retirar daí vantagens aos mais diversos níveis, incluindo patrimonial. Assim, por exemplo, numa situação de violência doméstica, em que o marido agride a mulher ao longo dos anos – uma realidade que não é rara em Portugal –, é possível aquele obter o divórcio independentemente da vontade da vítima de maus-tratos. Mais ainda: por força do crédito atribuído pela nova redacção do n.º 2 do artigo 1676º, o marido, apesar de ter praticado reiteradamente actos de violência conjugal, pode exigir do outro o pagamento de montantes financeiros. Se, por comum acordo do casal, apenas o marido contribuiu financeiramente para as despesas familiares, é possível que, após anos de faltas reiteradas aos deveres de respeito, de fidelidade ou de assistência, ele possua ainda direitos de crédito sobre a sua ex-mulher e que esta, dada a sua opção de vida, terá grandes dificuldades em satisfazer. O novo regime do divórcio não só é completamente alheio ao modelo matrimonial e familiar que escolheram como as contribuições em espécie que a mulher deu para a economia comum são de muito mais difícil contabilização e prova. A este propósito, sempre se coloca o problema de saber à luz de que critérios contabilizarão os nossos tribunais o valor monetário do trabalho desenvolvido por uma mulher no seio do lar. Este conjunto de efeitos a que, na prática, o novo regime poderá conduzir, não deixará, decerto, de suscitar a devida ponderação dos Senhores Deputados.

7. Noutro plano, são retiradas à parte mais frágil ou alvo da violação dos deveres conjugais algumas possibilidades que actualmente detém para salvaguardar o seu «poder negocial», designadamente a alegação da culpa do outro cônjuge ou a recusa no divórcio por mútuo consentimento. Doravante, à mulher vítima de

maus-tratos, por exemplo, só restará a via de, após o divórcio, intentar uma acção de responsabilidade contra o seu ex-marido, com todos os custos financeiros e até psicológicos daí inerentes. E, como é óbvio, nessa acção ter-se-á de provar a culpa do ex-cônjuge pelo que, em bom rigor, a culpa não desaparece de todo da vida conjugal: deixa de existir para efeitos de subsistência do vínculo matrimonial mas reemerge no momento do apuramento das responsabilidades, nos termos do disposto no novo artigo 1792º, mas sempre de um modo claramente desfavorável à parte mais frágil, à parte não culpada pela violação de deveres conjugais ou, enfim, à parte lesada pelo ex-cônjuge.

8. Por outro lado, o novo regime jurídico do divórcio poderá vir a projectar-se sobre a própria vivência conjugal na constância do matrimónio. Assim, por exemplo, um cônjuge economicamente mais débil poderá sujeitar-se a uma violação reiterada de deveres conjugais sob a ameaça de, se assim não proceder, o outro cônjuge requerer o divórcio unilateralmente. Em casos-limite, o novo regime, ao invés de promover a igualdade entre cônjuges, pode perpetuar situações de dependência pessoal e de submissão às mais graves violações aos deveres de respeito, de solidariedade, de coabitação, entre outros.

9. Como é do conhecimento dos Senhores Deputados, no regime actualmente vigente – mais precisamente, nos termos do artigo 1676º, n.º 2 do Código Civil – existe a presunção de que cada um dos cônjuges renuncia ao direito de exigir do outro qualquer compensação por todas as contribuições dadas no quadro da comunhão de vida que o casamento consagra. O novo regime do divórcio, introduzindo uma alteração de paradigma de grande alcance, vem pôr termo a essa presunção, o que implica que as contribuições dadas para os encargos da vida conjugal e familiar são susceptíveis de gerar direitos de crédito sobre o outro cônjuge – ficando todavia em aberto inúmeras questões, nomeadamente a de saber se o crédito de compensação agora criado é renunciável. Além de a vivência conjugal e familiar não estar suficientemente adaptada a uma realidade tão nova e distinta, podendo mesmo gerar-se situações de autêntica «imprevisão» ou absoluta «surpresa» no momento da extinção do casamento, o novo modelo de divórcio corresponde também, até certo ponto, a um novo modelo de casamento, no seio do qual são ou podem ser contabilizadas todas e quaisquer contribuições dadas para a vida em comum.

10. Mesmo a admitir-se a adopção deste novo modelo de casamento, não pode deixar de se salientar o paradoxo que emerge desta visão «contabilística» do matrimónio, uma vez que a filosofia global do casamento gizada pelo novo regime do divórcio corresponde a uma concepção do casamento como espaço de afecto. Sempre que um dos cônjuges entenda que desapareceu esse afecto, permite-se agora que unilateralmente ponha termo à relação conjugal, sem qualquer avaliação da culpa ou de eventuais violações de deveres conjugais. Ora, a par desta visão «afectiva» do casamento, pretende-se que a seu lado conviva uma outra, dir-se-ia «contabilística», em que cada um dos cônjuges é estimulado a manter uma «conta-corrente» das suas contribuições, e apenas a prática poderá dizer qual delas irá prevalecer. Existe uma forte probabilidade de aquela «visão contabilística» ser interiorizada pelos cônjuges, gerando-se situações de desconfiança algo desconformes à comunhão de vida que o casamento idealmente deve projectar.

11. É ainda possível afirmar, com algum grau de certeza, que o desaparecimento da culpa como causa de divórcio não fará diminuir a litigiosidade conjugal e pós-conjugal, existindo boas razões para crer que se irá processar exactamente o inverso, até pelo aumento dos focos de conflito que o legislador proporcionou, quer no que se refere aos aspectos patrimoniais, quer no que se refere às responsabilidades parentais e aos inúmeros conceitos indeterminados que as fundamentam (v.g., «orientações educativas mais relevantes»). Não é de excluir uma diminuição do número de divórcios por mútuo consentimento e um correlativo aumento dos divórcios não consensuais. O aumento da litigância em tribunal poderá levar a grandes demoras no ressarcimento dos danos, de novo em claro prejuízo da parte mais débil.

12. Por último, é também extremamente controverso, por aquilo que implica de restrição à autonomia privada e à liberdade contratual, o disposto no artigo 1790º, segundo o qual «em caso de divórcio nenhum dos cônjuges pode, na partilha, receber mais do que receberia se o casamento tivesse sido celebrado segundo o regime da comunhão de adquiridos». A circunstância de, mesmo contra a vontade manifestada por ambos os nubentes no momento do casamento, se impor agora na partilha um regime diverso daquele que foi escolhido (a saber, o da comunhão geral de bens), consubstancia, por assim dizer, uma «revoga-

ção retroactiva» de uma opção livre. E, mais do que isso, consubstancia uma limitação que sempre virá beneficiar um dos cônjuges em detrimento do outro, impondo no momento da partilha de bens um regime distinto daquele que foi estabelecido de comum acordo. Por exemplo, o cônjuge violador dos deveres conjugais que deu causa ao divórcio pode prevalecer-se desta disposição, reque-rendo unilateralmente o divórcio e conseguindo que na partilha o outro receba menos do que aquilo a que teria direito nos termos do regime de bens em que ambos escolheram casar.

Nestes termos, decidi, de acordo com o nº 1 do artigo 136º da Constituição da República Portuguesa, solicitar nova apreciação do Decreto nº 232/X, devolvendo-o para esse efeito à Assembleia da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

20 de Agosto de 2008

Mensagem à Assembleia da República a propósito da promulgação do diploma que altera o Regime Jurídico do Divórcio

Tendo promulgado, para ser publicado como lei, o Decreto da Assembleia da República n.º 245/X, que altera o regime jurídico do divórcio, entendi dirigir a essa Assembleia, no uso da faculdade prevista na alínea d) do artigo 133º da Constituição, a seguinte mensagem:

1. O Decreto n.º 245/X foi aprovado por uma expressiva maioria, na sequência da devolução, sem promulgação, à Assembleia da República do Decreto n.º 232/X, que aprovou a alteração ao regime jurídico do divórcio. Como então tive ocasião de afirmar, em mensagem enviada a essa Assembleia, são diversas e profundas as dúvidas suscitadas a propósito da adequação das opções acolhidas no regime aprovado.
2. Tais dúvidas não tiveram por base qualquer concepção ideológica sobre o casamento, mas tão-só a necessidade de proteger a parte mais fraca nos contextos matrimonial e pós-matrimonial, de acordo com uma análise realista da vida familiar e conjugal no nosso país.
3. O Decreto que agora entendi promulgar sofreu alterações relativamente à versão originariamente submetida a promulgação. Todavia, tais alterações adensaram em alguns pontos as dificuldades interpretativas de um texto já de si complexo.
4. Com efeito, a nova redacção do n.º 2 do artigo 1676º mantém a visão «contabilística» do casamento, agravando, por outro lado, as dúvidas quanto à interpretação do preceito, por recorrer a conceitos vagos e indeterminados, juridicamente pouco rigorosos, cuja concretização dificultará a actividade dos operadores judiciais, em particular dos magistrados, no momento de aplicação da lei.
5. É certo que a nova redacção, ao contrário da versão original, limita a aplicação da norma aos casos em que tenha havido renúncia excessiva à satisfação dos interesses próprios de um dos cônjuges em favor da vida em comum.

6. O que seja, todavia, a renúncia «de forma excessiva» à satisfação de interesses próprios não é inteiramente claro. Além do mais, resulta pouco compaginável com a comunhão de vida inerente ao casamento a ideia de que os interesses próprios dos cônjuges são contraditórios com os interesses comuns do casal e que a renúncia àqueles pode dar lugar a um direito de crédito. De facto, sendo o casamento um contrato livremente celebrado por pessoas adultas, no exercício voluntário da sua autonomia privada, e implicando o mesmo o cumprimento de um conjunto de deveres de natureza pessoal, a assunção de um compromisso deste teor envolve sempre a renúncia a interesses pessoais.

7. Torna-se igualmente problemático avaliar os «prejuízos patrimoniais importantes» e, mais gravemente ainda, o seu ressarcimento, até porque obrigará um dos ex-cônjuges ao pagamento de montantes necessariamente elevados («prejuízos patrimoniais importantes»), o que induzirá a conflitualidade pós-matrimonial. Para mais, tal pagamento pode ocorrer em benefício de um dos cônjuges que violou sistematicamente deveres conjugais – de fidelidade, de respeito ou outros – e que decide de forma unilateral pôr termo à vida em comum. A litigiosidade daqui resultante tenderá a projectar-se sobre terceiros, designadamente sobre os filhos menores do casal, o que se afigura tanto mais problemático quanto, do mesmo passo, foram alteradas as regras relativamente ao exercício das responsabilidades parentais.

8. Saliente-se ainda a profunda injustiça que emerge no caso de o casamento ter sido celebrado no regime da comunhão geral de bens, em que o cônjuge que não provocou o divórcio pode ser, na partilha, altamente prejudicado em termos patrimoniais devido à aplicação impositiva do regime da comunhão de adquiridos.

9. As alterações agora aprovadas não afastam as dúvidas quanto a múltiplos outros aspectos do novo regime, em particular a desprotecção da mulher e dos filhos menores, como tive ocasião de manifestar na mensagem enviada a essa Assembleia e que colheram eco em amplos sectores da sociedade.

10. Em particular, sublinhe-se o entendimento manifestado pelos próprios operadores judiciais, por especialistas em Direito da Família e por outras personalidades ou entidades, como a Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, cuja opinião nesta matéria não deveria ter sido ignorada.

11. Vale a pena recordar a afirmação, constante do parecer enviado pela Associação Portuguesa de Mulheres Juristas aos diversos grupos parlamentares, de que o novo regime jurídico do divórcio «assenta numa realidade social ficcionada» de «uma sociedade com igualdade de facto entre homens e mulheres» e não acautela «os direitos das mulheres vítimas de violência doméstica». Acrescenta a mesma Associação que «A experiência de outros países em que foram introduzidos regimes semelhantes ao ora constante do diploma em apreço revelou-se negativa para um largo conjunto da população feminina».

12. Acresce a estas dificuldades a expectativa de uma crescente litigiosidade em torno do divórcio, agora remetida para momento subsequente e para foro distinto, com os inerentes custos pessoais e financeiros suplementares a que terão de sujeitar-se os ex-cônjuges, designadamente os que se encontram numa posição mais fragilizada.

13. Um tal aumento de litigiosidade terá efeitos nefastos, não só no próprio funcionamento dos tribunais como, o que é mais grave, na estabilidade das famílias nos contextos matrimonial e pós-matrimonial e, inclusivamente, no desfecho dos processos de divórcio.

14. A tudo isto acrescerá a litigiosidade associada à aplicação das normas relativas ao regime de bens no momento da partilha, nomeadamente para os que casaram em comunhão de bens e agora são sujeitos inelutavelmente ao regime da comunhão de adquiridos, e, bem assim, ao exercício das responsabilidades parentais.

Não obstante a expressiva maioria reunida em torno da aprovação do novo regime, entendo, por imperativos de consciência e lealdade institucional, ser meu dever manifestar à Assembleia da República a minha profunda convicção quanto à conveniência da adopção de mecanismos de acompanhamento da aplicação do novo regime jurídico do divórcio.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

21 de Outubro de 2008

Mensagem à Assembleia da República a propósito da devolução do diploma que aprova a revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores

Tendo recebido, para ser promulgado como lei, o Decreto n.º 246/X da Assembleia da República, que aprova a terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, decidi, nos termos do artigo 136.º da Constituição da República Portuguesa, não promulgar aquele diploma, com os seguintes fundamentos:

1. Quero começar por afirmar que a não promulgação do diploma em apreço não reflecte qualquer juízo negativo sobre o modelo autonómico acolhido na Constituição da República Portuguesa e concretizado no presente Estatuto, agora expurgado de diversas inconstitucionalidades que antes o afectavam.
2. De facto, não só assumi o compromisso de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República, que consagra o modelo autonómico regional no quadro de um Estado unitário, como sempre valorizei as autonomias das regiões insulares, «uma das criações mais frutuosas da democracia portuguesa», para retomar as palavras que proferi ao discursar na Assembleia Legislativa dos Açores, em 8 de Outubro de 2007.
3. As minhas objecções de fundo são conhecidas dos Senhores Deputados e dos Portugueses. Em devido tempo, entendi ser meu dever assinalar ao País que seria «perigoso para o princípio fundamental da separação e interdependência de poderes, que alicerça o nosso sistema político, aceitar o precedente, que poderia ser invocado no futuro, de, por lei ordinária, como é o caso do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, se vir a impor obrigações e limites às competências dos órgãos de soberania que não sejam expressamente autorizados pela Constituição da República».
4. Ora, é justamente o que sucede com a obrigação, constante da redacção proposta para o artigo 114.º do Estatuto, de audição dos órgãos de governo regional, porquanto a norma constitucional específica sobre a dissolução e demissão dos órgãos de governo próprio, o artigo 234.º da Constituição, vincula o Presidente

da República a ouvir tão-só o Conselho de Estado e os partidos representados nas assembleias legislativas das regiões autónomas. É também, de resto, o que consta precisamente do artigo 69º, nº 1 do Estatuto, o que confirma a incongruência do referido artigo 114º do mesmo Estatuto.

5. Impor ao Presidente da República, através de lei ordinária, a audição de outras entidades, para além daquelas que a Constituição expressa e especificamente prevê, significaria criar um precedente grave e inadmissível no quadro de um são relacionamento dos órgãos de soberania entre si e destes com os órgãos regionais.

6. O que está em causa, naturalmente, não é uma questão de relevo da autonomia regional, mas sim uma questão de princípio e de salvaguarda dos fundamentos da República no que diz respeito à configuração do nosso sistema de governo. Deve referir-se, aliás, que, em trinta anos de autonomia, jamais a Assembleia Legislativa dos Açores foi dissolvida pelo Presidente da República, e, por outro lado, que os órgãos de governo próprio sempre foram ouvidos nos momentos decisivos da vida política regional.

7. Antes de qualquer apreciação de natureza jurídica sobre a matéria, admitir a possibilidade de impor tal vinculação ao Presidente da República seria admitir a violação de princípios fundamentais da arquitectura político-institucional do Estado português, mais precisamente, o princípio segundo o qual o exercício das competências dos órgãos de soberania, tal como se encontra desenhado na nossa Constituição, não é susceptível de alteração ou compressão por simples lei ordinária, a qual possui regras e procedimentos de emissão e de alteração distintos dos da Lei Fundamental da República.

8. Ao inovar nesta matéria, em relação a versões anteriores do Estatuto, o legislador, para além de criar um intolerável precedente, vai ao ponto de pretender interpretar a letra da Constituição, sem credencial para o efeito, através de fonte normativa inferior, ao indicar, expressamente, uma norma constitucional que entende ser aplicável ao exercício dos poderes presidenciais de dissolução do Parlamento Regional.

9. Considero que o funcionamento da democracia portuguesa e do nosso sistema de governo assenta numa regra essencial, que não pode ser posta em causa: o exercício dos poderes dos diversos órgãos de soberania é realizado no quadro da

Constituição, não podendo ficar à mercê da contingência fortuita da legislação ordinária.

10. Se acaso fosse admitido um desvio a este princípio fundamental, doravante seria legítimo condicionar por lei ordinária as competências presidenciais ou de qualquer outro órgão de soberania, com grave prejuízo para o normal funcionamento de todas as instituições da República.

11. As minhas objecções de princípio estendem-se também à norma do nº 2 do artigo 140º do Estatuto, através da qual a Assembleia da República decidiu limitar o poder de iniciativa legislativa dos seus Deputados e Grupos Parlamentares, no que respeita ao processo de revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

12. Decorre desta disposição que, em futura revisão do Estatuto, a Assembleia da República apenas poderá alterar, por iniciativa dos seus Deputados ou Grupos Parlamentares, as normas que a Assembleia Legislativa da Região pretenda que sejam alteradas e que, como tal, constem da sua proposta de revisão.

13. O Estatuto, sendo embora uma lei da República, passará a ter o seu objecto normativo fixado pelos deputados regionais, adquirindo um grau de rigidez que poderá dificultar o relacionamento entre os órgãos regionais e os órgãos de soberania.

14. De facto, através da norma do nº 2 do artigo 140º do Estatuto, a Assembleia da República procedeu a uma inexplicável autolimitação dos seus poderes, abdicando de uma competência que a Constituição lhe atribui e lhe impõe enquanto assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses.

15. O Estatuto Político-Administrativo dos Açores adquirirá, pois, um carácter de «hiper-rigidez» que poderá criar graves problemas para a coesão nacional. Sempre que esteja em curso um processo de revisão estatutária, os Deputados à Assembleia da República ficarão impedidos de introduzir alterações que entendam ser absolutamente necessárias para, por exemplo, enfrentar situações excepcionais ou para adaptar preceitos do Estatuto a mudanças de fundo entre tanto ocorridas na Constituição. À semelhança do que ocorre relativamente ao Presidente da República, trata-se de uma limitação de poderes de um órgão de soberania feita à margem da Constituição, o que é manifestamente inadmissível do ponto de vista do normal funcionamento das instituições da República.

Num tempo de grande incerteza, como o demonstra a actual crise financeira internacional, será prudente e razoável a Assembleia da República onerar de tal forma o poder de iniciativa secundária dos deputados que venham a ser eleitos no futuro?

16. Na ocasião oportuna, chamei a atenção dos Portugueses para a necessidade de preservar dois equilíbrios fundamentais da nossa República: o equilíbrio entre os diversos órgãos de soberania, por um lado; o equilíbrio entre os órgãos de soberania e os órgãos regionais, por outro. Ambos são imprescindíveis ao funcionamento da República Portuguesa como um sistema democrático, regido por normas constitucionais claras e incontornáveis, no contexto de um Estado unitário que acolhe no seu seio os sistemas autonómicos insulares.

17. O diploma em causa, ainda que expurgado de inconstitucionalidades de que enfermava, continua a possuir duas normas – as do artigo 114º e do artigo 140º, nº 2 – que colocam em sério risco aqueles equilíbrios político-institucionais, pelo que decidi não o promulgar, em cumprimento do meu mandato como Presidente da República Portuguesa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

27 de Outubro de 2008

Mensagem dirigida ao XI Congresso Nacional de Radiodifusão

Palácio de Belém, 14 de Novembro de 2008

Saúdo todos os participantes neste XI Congresso Nacional de Radiodifusão, bem como a entidade organizadora, a Associação Portuguesa de Radiodifusão. Apesar de não estar convosco em Vila Real, julgo que as palavras, sobretudo quando são ditas e são sentidas, podem superar a presença física e a imagem. Os profissionais da rádio, mais do que ninguém, conhecem a importância da palavra falada e, por isso, compreendem que vos possa saudar à distância, e de forma muito calorosa.

Nos nossos dias – e ao contrário do que muitos por vezes supunham –, a rádio não perdeu importância enquanto meio de comunicação. Pelo contrário: trabalhos recentes, que todos bem conhecem, concluem que os Portugueses confiam na informação veiculada pela rádio. No «Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social», a primeira grande investigação sobre a relação dos Portugueses com os *media*, a maioria dos inquiridos considerou a rádio como o meio informativo mais credível.

Tal não sucede por acaso. Além das naturais funções de lazer e de entretenimento, é inquestionável que a informação radiofónica possui uma elevada credibilidade. Temos, pois, de estar atentos a tudo o que percorre o espaço radioelétrico. A rádio tem um ritmo próprio, que favorece a reflexão e a profundidade na abordagem dos mais diversos temas. A rádio permite a criação de espaços de diálogo e de contraditório entre os cidadãos como, porventura, nenhum outro meio de comunicação de massas. A rádio permite chegar aos públicos mais variados e é um dos principais instrumentos de contacto de muitos portugueses com a realidade nacional e internacional.

A isenção e o pluralismo da comunicação social são valores essenciais da qualidade da nossa democracia. Tenho abordado esse tema em diversas intervenções e hoje a ele regresso, pois considero que a comunicação social tem também um papel a exercer nesta batalha pela qualidade da democracia.

Sem ceder à demagogia ou a populismos fáceis, temos de lançar um debate sereno e objectivo sobre este assunto, um debate para o qual os meios de comunicação terão de ser necessariamente convocados. Porque a democraticidade de um regime não passa apenas pelas instituições formais ou pelos agentes políticos. A democraticidade de um regime exige e pressupõe o pluralismo informativo, a independência dos meios de comunicação social, a imunidade dos jornalistas a pressões ilegítimas.

Da parte dos poderes públicos, existe um dever essencial: não interferir, directa ou indirectamente, no exercício livre da actividade jornalística. Da parte dos meios de comunicação e dos seus profissionais, exige-se uma atitude de responsabilidade e de firme defesa da sua independência e da sua liberdade.

A rádio tem sabido manter a isenção, a qualidade e o pluralismo. Por isso, merece a confiança dos Portugueses. E, também por isso, merece o meu maior e mais caloroso apreço.

Mensagem dirigida aos Militares e Agentes de Segurança em Missão no Estrangeiro

Palácio de Belém, 5 de Dezembro de 2008

Dirijo-me, hoje, a todos os portugueses envolvidos nas missões internacionais de paz no exterior do território nacional, em pontos tão distantes como o Afeganistão, Iraque, Kosovo, Líbano, Timor-Leste, ou no Mar Mediterrâneo.

É com um sentimento de profunda gratidão que vos falo, transmitindo o público reconhecimento do Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas pelo vosso desempenho ao serviço da Paz e dos Direitos Humanos.

Os recentes atentados em Bombaim são um trágico exemplo das razões que nos levam a dizer «presente» nos esforços da comunidade internacional para combater o terrorismo e a participar nas operações militares humanitárias e de apoio à paz.

As actuais ameaças à segurança e ao desenvolvimento dos povos não podem ser ignoradas. Exigem um combate firme, e constituem uma das principais motivações para a presença, em teatros de operações espalhados por todo o mundo, de militares das nossas Forças Armadas – da Marinha, do Exército e da Força Aérea – e também da Guarda Nacional Republicana, além de elementos da Polícia de Segurança Pública.

São complexas, e, muitas vezes, perigosas as missões que foram chamados a desempenhar. A vossa conduta digna, profissional e altruísta, e a vossa capacidade para estabelecer laços de amizade e proximidade com as populações são motivo de elogio generalizado.

Hoje, inauguramos no Palácio de Belém a árvore de Natal e a já tradicional exposição de presépios. Eu e a minha Mulher quisemos partilhar este momento com os vossos filhos e familiares próximos.

Queremos, com este gesto, expressar aos militares e agentes de segurança destacados no exterior o apreço do País pelos sacrifícios que fazem em nome de Portugal. Mas também queremos agradecer aos vossos filhos e familiares o importante apoio e alento que sempre vos dão.

E não esqueçamos a pesada responsabilidade que cabe àqueles que vos são próximos de assegurarem a estabilidade do núcleo familiar e de, no lado de cá, lutarem por um País mais próspero.

Aproveito esta ocasião para vos enviar os meus calorosos votos de um feliz Natal e de um bom Ano Novo.

A todos vós quero, em meu nome e no de todos os Portugueses, expressar profundo reconhecimento e apreço sincero pelo vosso contributo para o prestígio do nome de Portugal nos mais importantes palcos da cena internacional.

Declaração relativa à promulgação do Estatuto Político-Administrativo dos Açores

Palácio de Belém, 29 de Dezembro de 2008

A lei que aprovou a revisão do Estatuto dos Açores, que tinha sido por mim vetada, foi, no passado dia 19, confirmada pela Assembleia da República sem qualquer alteração.

Isto é, não foram acolhidas, pela maioria dos deputados, as duas objecções que por mim tinham sido suscitadas.

É muito importante que os Portugueses compreendam o que está em causa neste processo.

Este não é um problema do actual Presidente da República.

Não é tão-pouco uma questão de maior ou menor relevo da autonomia regional.

O que está em causa é o superior interesse do Estado português.

O Estatuto agora aprovado pela Assembleia da República introduz um precedente muito grave: restringe, por lei ordinária, o exercício das competências políticas do Presidente da República previstas na Constituição.

De acordo com uma norma introduzida no Estatuto, o Presidente da República passa a estar sujeito a mais exigências no que toca à dissolução da Assembleia Legislativa dos Açores do que para a dissolução da Assembleia da República.

Nos termos da Constituição, a Assembleia da República pode ser dissolvida pelo Presidente da República ouvidos os partidos nela representados e o Conselho de Estado.

Para dissolver a Assembleia Legislativa dos Açores, o Presidente da República terá que ouvir, para além dos partidos nela representados e o Conselho de Estado, o Governo Regional dos Açores e a própria Assembleia da Região.

Trata-se de uma solução absurda, como foi sublinhado por eminentes juristas. Mas o absurdo não se fica por aqui.

A situação agora criada não mais poderá ser corrigida pelos deputados.

Uma outra Assembleia da República que seja chamada, no futuro, a uma nova revisão do Estatuto vai estar impedida de corrigir o que agora se fez.

Isto porque foi acrescentada ao Estatuto uma disposição que proíbe a Assembleia da República de alterar as normas que não tenham sido objecto de proposta feita pelo parlamento dos Açores.

Quer isto dizer que a actual Assembleia da República aprovou uma disposição segundo a qual os deputados do parlamento nacional, que venham a ser eleitos no futuro, só poderão alterar aquelas normas que os deputados regionais pretendam que sejam alteradas.

Os poderes dos deputados à Assembleia da República, nesta matéria, foram hipotecados para sempre.

Como disse, não está em causa qualquer problema do actual Presidente da República.

A Assembleia Legislativa dos Açores, em 30 anos de autonomia, nunca foi dissolvida e não prevejo que surjam razões para o fazer no futuro.

O que está em causa é uma questão de princípio e de salvaguarda dos fundamentos essenciais que alicerçam o nosso sistema político.

E não se trata apenas de uma questão jurídico-constitucional. É muito mais do que isso.

Está também em causa uma questão de lealdade no relacionamento entre órgãos de soberania.

Será normal e correcto que um órgão de soberania imponha ao Presidente da República a forma como ele deve exercer os poderes que a Constituição lhe confere?

Será normal e correcto que a Assembleia da República imponha uma certa interpretação da Constituição para o exercício dos poderes presidenciais?

É por isso que o precedente agora aberto, de limitar o exercício dos poderes do Presidente da República por lei ordinária, abala o equilíbrio de poderes e afecta o normal funcionamento das instituições da República.

O exercício dos poderes do Presidente da República constantes da Constituição não pode ficar à mercê da contingência da legislação ordinária aprovada pelas maiorias existentes a cada momento.

Por que é que a Assembleia da República não alterou o Estatuto apesar de vozes, vindas dos mais variados quadrantes, terem apelado a que o fizesse, considerando que as objecções do Presidente da República tinham toda a razão de ser?

Principalmente, quando a atenção dos agentes políticos devia estar concentrada na resolução dos graves problemas que afectam a vida das pessoas?

Foram várias as vozes que apontaram razões meramente partidárias para a decisão da Assembleia da República. Pela análise dos comportamentos e das afirmações feitas ao longo do processo e pelas informações que em privado recolhi, restam poucas dúvidas quanto a isso.

A ser assim, a qualidade da nossa democracia sofreu um sério revés.

Nos termos da Constituição, se a Assembleia da República confirmar um diploma vetado pelo Presidente da República, este deverá promulgá-lo no prazo de oito dias.

Assim, promulguei hoje o Estatuto Político-Administrativo dos Açores.

Assumi o compromisso de cumprir a Constituição e eu cumpro aquilo que digo.

Mas nunca ninguém poderá alguma vez dizer que, confrontado com o grave precedente criado pelo Estatuto dos Açores, não fiz tudo o que estava ao meu alcance para defender os superiores interesses do Estado.

Nunca ninguém poderá dizer que não fiz tudo o que estava ao meu alcance para impedir que interesses partidários de ocasião se sobrepusessem aos superiores interesses nacionais.

Como Presidente da República, fiz, em consciência, o que devia fazer.

Mensagem à Assembleia da República a propósito da devolução do diploma que altera a Lei Eleitoral para a Assembleia da República

Tendo recebido, para ser promulgado como lei, o Decreto nº 261/X da Assembleia da República, que procede à décima quinta alteração à Lei nº 14/79, de 16 de Maio (Lei Eleitoral para a Assembleia da República), decidi, nos termos do artigo 136º da Constituição da República, não promulgar aquela lei orgânica, com os fundamentos seguintes:

1. Constituem imperativos nacionais fortalecer os laços dos Portugueses residentes no estrangeiro com o País e contribuir para um aumento da participação cívica e política de todos os cidadãos.
2. Tais imperativos correspondem a compromissos que desde sempre assumi perante os Portugueses de tudo fazer para garantir uma maior aproximação entre Portugal e as suas comunidades espalhadas pelo Mundo.
3. A exclusividade do voto presencial dos cidadãos residentes no estrangeiro, decorrente da revogação do Decreto-Lei nº 95-C/76, de 30 de Janeiro, constitui um elemento que irá promover a abstenção, tal como foi alertado, em devido tempo, por uma entidade independente como a Comissão Nacional de Eleições, através do seu porta-voz, e tem sido evidenciado em estudos de instituições internacionais de referência. Existe, aliás, um dado extremamente revelador: a participação dos eleitores residentes no estrangeiro em actos eleitorais é significativamente mais elevada, em cerca do dobro, nas eleições para a Assembleia da República, em que o voto por correspondência é permitido, do que nas eleições para a Presidência da República, em que o voto presencial é obrigatório.
4. Neste contexto, a alteração agora proposta só poderia admitir-se se, porventura, ocorresse uma de duas situações: verificar-se que, ao fim de mais de trinta anos de vigência, o regime a que agora se pretende pôr termo tinha dado azo à prática sistemática de fraudes ou ilícitos eleitorais; ou concluir-se que tal regime, que vigora desde 1976, é contrário aos princípios constitucionais.

5. A experiência de mais de três décadas não demonstra a ocorrência de situações de fraude nem foram verificados ilícitos eleitorais praticados através do voto por correspondência. Pelo contrário, os resultados obtidos nos círculos da emigração nunca foram contestados pelas diversas forças político-partidárias.

6. Por outro lado, a Constituição não impõe a presencialidade do voto nas eleições para a Assembleia da República, situando-se na linha de diversos países desenvolvidos que distinguem claramente os princípios da pessoalidade e da presencialidade do voto e admitem o voto por correspondência, podendo citar-se, entre muitos outros, a Alemanha, a Áustria, o Canadá, a Dinamarca, a Irlanda, a Noruega, o Luxemburgo, a Espanha, a Itália, o Reino Unido, a Suíça, a Bélgica, a Suécia, a Austrália, os Países Baixos ou a Nova Zelândia.

7. Não se vislumbram, pois, motivos para a alteração que agora se pretende realizar, a qual, não por acaso, foi objecto da firme oposição do Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas, que recentemente recebi em audiência, e que, em carta que me dirigiu, afirmou que «o voto presencial (...) irá afastar ainda mais a participação cívica e política da comunidade portuguesa, onerando grandemente esse desejo participativo dos nossos compatriotas».

8. No mesmo sentido, têm sido numerosos os apelos feitos por organizações representativas da diáspora e por cidadãos, a título individual, todos chamando a atenção para as dificuldades inerentes ao exercício do voto presencial, o qual obrigaria milhares de pessoas a percorrerem centenas ou milhares de quilómetros para exercerem um direito fundamental que é, no caso em apreço, também a manifestação de um laço cívico, político e afectivo com Portugal.

9. Importa, por outro lado, ter em conta que o decreto em apreço surge num contexto em que algumas medidas com incidência nas comunidades emigrantes têm suscitado profunda controvérsia, com destaque para a reestruturação da rede consular e para a redução do porte pago no envio de publicações periódicas, criando um sentimento negativo de afastamento dos Portugueses residentes no estrangeiro relativamente ao País.

10. Tendo em conta, justamente, a dimensão da nossa rede consular, torna-se forçoso concluir que esta é incapaz de satisfazer em pleno as necessidades das nossas comunidades no estrangeiro. Assim, não foi certamente por acaso que o Programa do Governo, no seu capítulo relativo à «Valorização das Comunidades

Portuguesas», alude ao recurso «às tecnologias da informação e comunicação em ordem a minorar a deslocação física dos utentes aos postos consulares». De igual modo, não é por acaso que o novo diploma admite que o voto se possa realizar noutros locais que não os postos e secções consulares, nomeadamente em instalações oficiais disponibilizadas pelas autoridades dos países de acolhimento e em sedes do movimento associativo português.

11. Sucede, porém, que têm sido recebidas informações oficiais que dão conta de que em alguns países – e, concretamente, em países de grandes dimensões com comunidades portuguesas numerosas –, as respectivas autoridades não permitem o exercício do direito de voto fora das instalações oficiais portuguesas. Relativamente a outros países, não existem dados que permitam garantir uma efectiva, adequada e atempada multiplicação dos locais de voto, num momento em que se aproxima o acto eleitoral.

12. Além disso, se o objectivo proposto é alcançar uma maior «fiabilidade, transparência e rigor» no processo de sufrágio, tal como se afirma na Exposição de Motivos do Projecto de Lei nº 562/X, não é seguro que o novo sistema permita alcançar tal desiderato, tanto mais que, como se prevê que a votação decorra durante três dias, colocam-se, entre outros, problemas como o da garantia da inviolabilidade das urnas situadas fora dos consulados, tal como foi sublinhado pelo Sindicato dos Trabalhadores Consulares, o que pode ameaçar a transparência eleitoral de uma forma até mais intensa do que o modelo de voto postal que actualmente vigora.

13. No caso em apreço, a obrigatoriedade do voto presencial não tem qualquer paralelo com a situação que ocorre nas eleições para o Presidente da República, pois nestas existe um círculo nacional único, ao passo que nas eleições legislativas se prevê a existência de dois círculos específicos para os cidadãos eleitores residentes no estrangeiro.

14. Não pode deixar de se assinalar que a Exposição de Motivos do citado Projecto de Lei nº 562/X salienta que só em situações excepcionais se deve afastar a regra da presencialidade do voto, porque «só o voto presencial atesta que é o próprio eleitor que faz a escolha do candidato, garante a não intervenção de vontade alheia no processo eleitoral e assegura o sigilo do voto». Importa notar, todavia, que o Programa do XVII Governo Constitucional, no capítulo relativo às «Insti-

tuições e Vida Democrática», defende uma «modernização do sistema político» que «prepare a introdução do recurso a meios electrónicos de voto».

15. Em síntese, num tempo em que, até com recurso às novas tecnologias, se torna cada vez mais necessário promover a participação política de todos os cidadãos, muito em especial dos jovens, tal como tenho salientado em diversas ocasiões, creio que só razões muito ponderosas ligadas à verificação sistemática de fraudes eleitorais – o que não é o caso – justificariam a alteração de um modelo que tem permitido o exercício do direito de voto por parte dos Portugueses residentes no estrangeiro.

16. Seria aconselhável que uma alteração deste alcance, numa matéria relacionada com procedimentos de sufrágio, fosse objecto de um consenso interpartidário alargado, tanto mais que a mesma é introduzida num ano em que irão ter lugar eleições legislativas.

17. Acresce que a aproximação do acto eleitoral limita consideravelmente o tempo disponível para a introdução de uma mudança desta natureza, sobretudo quando a mesma exige a multiplicação dos locais de voto em vários pontos dos cinco continentes e, em simultâneo, a garantia de que daí não existirá um risco para a fiabilidade do sufrágio.

18. A medida que agora se pretende introduzir afigura-se, pois, inoportuna, seja quanto ao seu conteúdo e efeitos no que se refere à participação política dos emigrantes e à sua ligação a Portugal, seja quanto ao momento em que ocorre. Assim, e pelas razões atrás anunciadas, entendi não promulgar o Decreto n.º 261/X, devolvendo-o para os devidos efeitos à Assembleia da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

3 de Fevereiro de 2009

Mensagem à Assembleia da República a propósito da devolução do diploma que aprova a Lei do pluralismo e da não concentração dos meios de comunicação social

Tendo recebido, para ser promulgado como lei, o Decreto n.º 265/X da Assembleia da República, que aprova a Lei do pluralismo e da não concentração dos meios de comunicação social, decidi, nos termos do artigo 136.º da Constituição da República, não promulgar aquele diploma, com os fundamentos seguintes:

1. A liberdade de imprensa representa um valor fundamental do Estado de direito democrático, em articulação com a liberdade de expressão e informação, a qual, nos termos do artigo 37.º da Constituição, compreende o direito de informar, de se informar e de ser informado.

Determina ainda a Constituição, no n.º 4 do seu artigo 38.º, que o Estado deve assegurar a liberdade e a independência dos órgãos de comunicação social e impedir a sua concentração, designadamente através de participações múltiplas ou cruzadas.

2. Neste sentido, não pode ser questionada a aprovação de medidas tendentes a garantir o pluralismo dos meios de comunicação social e a impedir que a sua concentração possa, no limite, representar uma ameaça para as liberdades de imprensa e de informação.

3. Esta matéria possui, aliás, uma tal relevância que se encontra em estudo nas instituições comunitárias, devendo citar-se, a este respeito, o documento «*Comission Staff Working Document – Media pluralism in the Member States of the European Union*» [SEC(2007)32], o qual refere expressamente que não foram ainda identificados os indicadores capazes de aferir, de forma objectiva e concreta, o pluralismo «real» dos meios de comunicação nos diversos Estados da União.

Nesse documento, a Comissão Europeia comprometeu-se a apresentar um estudo que identifique tais indicadores, encontrando-se a sua realização a cargo da Universidade de Lovaina e estando a sua conclusão prevista para meados do

corrente ano, segundo a informação oficial disponibilizada pela «*Task Force for Co-ordination of Media Affairs*».

4. Assim, é questionável, desde logo, que se haja pretendido introduzir uma alteração deste alcance e desta profundidade no sector da comunicação social num momento em que a União Europeia se encontra a estudar e debater esta problemática, não parecendo existir entre nós, ao contrário do que porventura sucederá noutros países, um défice de pluralismo da comunicação social que justifique a premência da emissão de um diploma desta natureza.

5. Não por acaso, o presente diploma evidencia a sua própria precariedade, salvaguardando, no n.º 3 do artigo 21.º, a aplicação das disposições de Direito Comunitário que, na sequência dos trabalhos e das discussões em curso, venham a ser emitidas.

6. A lei agora aprovada poderá, assim, vir, a breve trecho, revelar-se desconforme ao Direito Comunitário ou ficar aquém das medidas nele consignadas com vista a garantir, num domínio tão sensível como este, o pluralismo informativo e a transparência da titularidade dos meios de comunicação. Ora, não só deve existir estabilidade das disposições que regem esta actividade, como é altamente aconselhável, até por efeito da crescente internacionalização dos investimentos no sector, uma harmonização de regras no espaço europeu, não devendo contribuir-se desnecessariamente para a perda de competitividade dos grupos nacionais de comunicação social.

7. Além do mais, deve atender-se ao facto de, justamente em virtude da importância desta matéria para a salvaguarda do Estado de direito democrático, a Constituição impor, em norma específica, o artigo 168.º, n.º 6, alínea a), a aprovação por uma maioria muito ampla – dois terços dos Deputados – da lei respeitante à entidade de regulação da comunicação social. Daí que sobre esta entidade impenda um especial dever de rigor e independência no exercício da sua missão. Daí, também, que as matérias atinentes à liberdade de informação devam politicamente ser objecto de um consenso interpartidário e plural, o que não sucedeu no presente caso, justificando-se, assim, um esforço adicional para alcançar tal desiderato.

8. A articulação das normas dos artigos 20.º e 21.º da presente lei, sobre a averiguação dos riscos para o pluralismo e a independência, suscita um conjunto muito vasto de problemas.

9. Desde logo, a quantificação das percentagens referidas no artigo 20.º será feita através dos «instrumentos de aferição reconhecidos no meio». Ora, o uso deste conceito indeterminado, que o artigo 2.º do diploma não densifica, pode criar grande instabilidade no sector, porquanto não existe consenso em torno da fiabilidade de alguns meios de aferição actualmente utilizados.

Daí que uma medida deste género só devesse ser aplicada após se ter obtido um reconhecimento generalizado dos instrumentos de aferição que irão medir a circulação média por edição, na imprensa escrita, e as audiências, na rádio e na televisão. Caso contrário, a própria aplicação deste regime poderá levar as empresas com maior audiência a deixarem de reconhecer a fiabilidade de tais meios de aferição, o que criará graves problemas no sector e poderá ter efeitos contraproducentes até para alcançar o fim de uma maior transparência de mercado.

10. Emerge aqui, de facto, um paradoxo que deve ser salientado. O presente diploma, neste particular, tem o objectivo de aumentar o controlo das entidades públicas sobre as empresas; simplesmente, o instrumento a que recorre para efectuar tal controlo – no fundo, o alicerce de todo o edifício fiscalizador – é aquele que os privados reconheçam ou não como credível. Se acaso deixar de ser «reconhecido no meio» (artigo 20.º), o instrumento de aferição deixará de poder servir de padrão de referência – e, logo, de padrão de controlo. Desta paradoxal convergência entre um acréscimo de intervenção pública, quanto aos objectivos, e uma dependência do reconhecimento privado, quanto aos pressupostos, poderão emergir graves problemas para o futuro da comunicação social em Portugal.

11. Por outro lado ainda, a norma do artigo 21.º assume a sua própria precariedade, ao afirmar «sem prejuízo dos [indicadores de pluralismo e independência] que vierem a ser adoptados pelo direito comunitário», o que atesta, uma vez mais, o carácter inoportuno deste diploma.

12. Sempre se poderá questionar ainda o facto de o critério indiciário da «influência» de um dado meio de comunicação social ser, afinal, a sua receptividade por parte do público. Se é certo que a uma maior audiência corresponderá, em abstracto, uma maior «influência», não é menos certo que desta forma pode acabar por se sancionar aqueles que, pelo seu mérito e pela qualidade da sua oferta, conseguem captar maiores audiências.

13. O ponto é tanto mais delicado quanto o que se prevê, relativamente às empresas de maior sucesso, será, de algum modo, uma «inversão do ónus da prova», cabendo-lhes demonstrar que não têm o sucesso que os meios de aferição evidenciam – o que é, por um lado, absurdo numa lógica de mercado (no fundo, uma empresa irá demonstrar que não possui o êxito que lhe atribuem), como é lesivo para a própria fiabilidade dos meios de aferição. Assim, se uma empresa conseguir provar que os instrumentos de aferição não são fidedignos – uma hipótese que o artigo 21º expressamente prevê – toda a credibilidade e todo o funcionamento deste sistema de averiguações serão postos em causa.

14. Aqui reside, de facto, uma das debilidades estruturais do mecanismo de «averiguação dos poderes de influência»: todo o seu funcionamento assenta num instrumento de medição que não se especifica qual seja e, mais ainda, que depende da aceitação pelos próprios visados.

Na verdade, o presente diploma pretende aferir um elemento qualitativo, difuso e algo intangível (a «influência») através de padrões quantitativos que são aferidos por procedimentos técnicos que, nesta fase, ainda não possuem uma fiabilidade completa, necessitando de ser «reconhecidos pelo meio». De resto, em que consiste «o meio» e em que se materializa o «reconhecimento»?

Ao que acresce que as possibilidades de defesa concedidas às empresas visadas assentam igualmente em conceitos indeterminados («existência de expressão e confronto das diversas correntes de opinião», «mecanismos de salvaguarda da independência dos jornalistas e directores», «diversidade das orientações editoriais»), o que, no fundo, acabará por conferir à entidade reguladora um poder decisório de contornos difíceis de avaliar e até de escrutinar publicamente.

15. Tudo isto decorre de um pressuposto de base que deveria ser objecto de ponderação. O presente diploma, nos seus artigos 20º e 21º, parte de duas ideias essenciais: (1) a de que maior audiência é sinónimo de maior influência; (2) a de que a maior influência equivale necessariamente a um risco para o pluralismo e para a independência. Ora, nenhuma destas ideias se encontra demonstrada. Ainda que com escassa audiência, uma publicação pode ser extremamente «influyente». E o facto de ser «influyente» não significa menor independência – tal capacidade de influência pode decorrer justamente da sua marca de pluralidade e de independência em face do poder. Ao invés, a circunstância de uma dada

empresa ter uma grande aceitação por parte do público não significa necessariamente que ela seja menos independente – o sucesso que possui pode justamente conferir-lhe maior solidez e, logo, maior independência face ao poder político ou outros poderes.

16. Em síntese, o diploma em causa pretende alcançar um objectivo saudável – a independência dos meios de comunicação –, partindo de um pressuposto discutível: o de que a maior ou menor independência de um meio de comunicação se afere pelo nível de adesão que aquele suscita junto do público.

17. Deve ainda ser ponderada a restrição ao acesso a actividades de comunicação social por parte de entidades públicas, definida no artigo 13º do presente diploma, sem prejuízo de se reconhecer, como sempre sustentei, que as empresas desse sector devem, em regra, ser da titularidade de entidades privadas.

18. Importa ter presente que, nos termos da Constituição, não devem existir sectores de actividade económica vedados ao Estado e demais entidades públicas, estando a coexistência dos sectores de propriedade salvaguardada pelo artigo 82º da Lei Fundamental.

19. Ora, na actual conjuntura económica, e até para salvaguardar a própria independência dos meios de comunicação social, não é de excluir liminarmente a possibilidade de que, à semelhança do que ocorreu noutros sectores, o Estado ou outras entidades públicas tenham a necessidade imperiosa de intervir neste domínio da vida económica e empresarial.

20. Simplesmente, a restrição de acesso prevista no artigo 13º, nos termos em que está formulada, veda por inteiro essa possibilidade, como veda a possibilidade de o Estado e demais entidades públicas desenvolverem actividades num domínio da vida económica, o que pode pôr em causa a prossecução de interesses públicos de relevo, incluindo o próprio pluralismo e a independência dos meios de comunicação social.

Por estes motivos, decidi, nos termos do artigo 136º da Constituição da República, não promulgar o Decreto nº 265/X da Assembleia da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

2 de Março de 2009

Passos da Agenda



MARÇO 2008

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Congresso do Brasil, Arlindo Chinaglia.



Dias 24 a 26 • O Presidente da República e a Dr^a Maria Cavaco Silva realizam uma Visita de Estado a Moçambique.



24 a 26 de Março de 2008. Visita de Estado a Moçambique.



1 de Abril de 2008. Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa.



ABRIL 2008

Dia 01 • O Presidente da República participa na Cerimónia de Entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa a Simone Veil e a Kofi Annan, na Assembleia da República.

Dia 04 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – CGTP-IN.

Dia 08 • O Presidente da República preside à cerimónia de abertura da 10ª Edição do Fórum Gulbenkian de Saúde – «O Tempo da Vida».

Dia 09 • O Presidente da República preside à Sessão Solene Comemorativa dos 25 Anos do Tribunal Constitucional.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Comissão Organizadora do Congresso Ibérico do Poder Judicial.

Dia 11 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa.

- O Presidente da República recebe, em audiência, a Comissária Europeia para a Política de Defesa do Consumidor, Meglena Kuneva.

Dias 14 a 19 • Visita do Presidente da República à Região Autónoma da Madeira.

Dia 21 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Parlamento da Ucrânia, Alexandre Moroz.

- O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe, Patrice Trovoada.

Dia 25 • O Presidente da República participa, na Assembleia da República, na Cerimónia Comemorativa do XXXIV Aniversário do 25 de Abril.

Dia 26 • Visita do Presidente da República à Fundação Eugénio de Almeida.

- O Presidente da República preside à Sessão Comemorativa dos 25 Anos da OVIBEJA.

Dia 28 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Senado da Austrália, Alan Ferguson.

Dias 29 e 30 • Visita do Presidente da República à Áustria, por ocasião do Encontro Informal de Chefes de Estado.



14 a 19 de Abril de 2008. Visita à Região Autónoma da Madeira.





25 de Abril de 2008. Sessão Solene na Assembleia da República.



29 e 30 de Abril de 2008. Encontro Informal de Chefes de Estado, Áustria.



MAIO 2008

Dia 03 • O Presidente da República participa na Cerimónia Comemorativa do 97º Aniversário da Guarda Nacional Republicana.

Dias 05 e 06 • Visita de Estado a Portugal de Suas Majestades os Reis da Suécia.



5 e 6 de Maio de 2008. Visita de Estado dos Reis da Suécia.





8 de Maio de 2008. Museu do Oriente.

Dia 08 • O Presidente da República preside à inauguração do Museu do Oriente, em Lisboa.

Dia 09 • O Presidente da República assina o Decreto de Ratificação do Tratado de Lisboa, proferindo uma intervenção alusiva ao acto.



12 de Maio de 2008. Encontro «Os Jovens e a Política», Palácio de Belém.

Dia 12 • Encontro «Os Jovens e a Política», promovido pelo Presidente da República.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Embaixador dos Estados Unidos da América, Thomas F. Stephenson.

• O Presidente da República preside à Cerimónia Comemorativa dos 200 Anos da Ordem da Torre e Espada.

Dia 14 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Associação Nacional de Freguesias – ANAFRE.

Dia 15 • Deslocação do Presidente da República aos Concelhos do Cadaval e Caldas da Rainha.

Dia 16 • O Presidente da República recebe, em audiência, o ex-Presidente da República do Chile, Senador Eduardo Frei.



19 de Maio de 2008. 4ª Jornada do Roteiro para a Ciência, Almada.

Dia 18 • O Presidente da República assiste à Final da Taça de Portugal em Futebol.

Dias 19 e 20 • 4ª Jornada do Roteiro para a Ciência, dedicada às Tecnologias da Informação e Comunicação.



26 de Maio de 2008. Prémio Pessoa 2007.

Dia 26 • O Presidente da República participa na cerimónia de entrega do Prémio Pessoa 2007 à historiadora



27 de Maio de 2008. Visita de Estado dos Reis da Noruega.



20 de Maio de 2008. 4ª Jornada do Roteiro para a Ciência, Braga.

e investigadora Irene Pimentel.

Dias 27 e 28 • Visita de Estado a Portugal de Suas Majestades os Reis da Noruega.

Dia 30 • O Presidente da República participa no Congresso Internacional de Inovação Social.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Parlamento Europeu, Hans-Gert Pöttering.

Dia 31 • O Presidente da República preside à Sessão de Homenagem ao Doutor Francisco Lucas Pires, no 10º aniversário do seu falecimento.

JUNHO 2008

Dia 01 • O Presidente da República recebe a Selecção Nacional de Futebol que participa na fase final do Euro-2008.

Dia 02 • O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento do 5º Encontro Nacional de Inovação e à Assembleia Geral da COTEC Portugal.



2 de Junho de 2008. 5º Encontro Nacional de Inovação COTEC.

Dia 03 • O Presidente da República participa no Encontro com as Associações Juvenis das Escolas do Agrupamento Apelação, do Concelho de Loures.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Câmara



3 de Junho de 2008. Escola da Apelação.

dos Técnicos Oficiais de Contas.

• O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação do CDS-PP.

Dia 04 • O Presidente da República confere posse ao Secretário de Estado da Administração Pública, Dr. Gonçalo André Castilho dos Santos.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Parlamento da República de Chipre, Marios Garoyian.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, o ex-Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste, Dr. Mari Alkatiri.

Dia 06 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Ordem dos Médicos Dentistas.

• O Presidente da República participa na reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional, à qual preside.

Dias 09 e 10 • Cerimónias Comemorativas do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em Viana do Castelo, presididas pelo Presidente da República.

Dia 12 • O Presidente da República confere posse aos membros da Comissão Organizadora das Comemorações do Centenário da República.

Dia 13 • Visita do Presidente da República a Saragoça, por ocasião da Cerimónia Inaugural da EXPO 2008.

Dia 16 • O Presidente da República



9 e 10 de Junho de 2008. Comemorações do Dia de Portugal, Viana do Castelo.



recebe, em audiência, os membros da Assembleia Municipal de Portalegre.

Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Provedor de Justiça, Dr. Henrique do Nascimento Rodrigues.

Dia 18 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Associação Sindical dos Juizes Portugueses.

Dia 19 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Associação dos Professores de História.

Dia 20 • O Presidente da República visita o Centro de Acolhimento para Refugiados



13 de Junho de 2008. EXPO 2008, Saragoça.

e o seu Espaço «Criança», do Conselho Português para os Refugiados, situados na Bobadela, Loures.

• O Presidente da República oferece um almoço aos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia, por ocasião da Conferência de Líderes dos Parlamentos da UE, dos Países Candidatos e do Parlamento Europeu.



20 de Junho de 2008. Centro de Acolhimento para Refugiados, Bobadela.



20 de Junho de 2008. Museu dos Coches.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Dr. Luís Alberto Moreno.



22 de Junho de 2008. Mesquita de Lisboa.

Dia 22 • O Presidente da República participa nas Comemorações do 40º Aniversário da Comunidade Islâmica de Lisboa.

28 de Junho de 2008. Audiência Papal, Vaticano.



27 de Junho de 2008. Encontro COTEC Europa, Nápoles.

Dia 23 • Visita Oficial a Portugal do Presidente da Ucrânia e Senhora de Victor Yushchenko.

Dia 26 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Conselho Consultivo do Reino da Arábia Saudita, Sheikh Mohammad Bin Saleh Bin Humaid.

Dia 27 • O Presidente da República participa na Sessão de Encerramento do IV Encontro da COTEC Europa, em Nápoles.

Dia 28 • O Presidente da República e a Drª Maria Cavaco Silva são recebidos, em audiência, por Sua Santidade o Papa Bento XVI.



JULHO 2008

Dia 01 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Ordem dos Enfermeiros.

Dia 04 • Visita do Presidente da República aos concelhos de Alter do Chão e de Fronteira e ao Paço Ducal de Vila Viçosa.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro de Marrocos, Abbas el Fassi.

Dia 08 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção do Partido Social Democrata – PSD.

Dia 09 • O Presidente da República recebe a Selecção Olímpica Portuguesa participante nos Jogos Olímpicos de Pequim.

Dia 10 • O Presidente da República recebe em audiência, seguida de almoço, Sua Alteza o Aga Khan.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção do Sindicato dos

Magistrados do Ministério Público.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argentina, Jorge Taiana.

Dia 11 • O Presidente da República visita a Escola de Sargentos do Exército nas Caldas da Rainha.

Dia 14 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Conselho Económico e Social, Prof. Doutor Alfredo Bruto da Costa.

Dia 16 • Por ocasião do final da Sessão Legislativa, o Presidente da República recebe o Presidente, os Vice-Presidentes e os líderes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Dias 17 e 18 • Visita do Presidente da República à região dos Vales do Ave, Sousa e Tâmega e ao Concelho de Ponte de Lima.

11 de Julho de 2008. Escola de Sargentos do Exército, Caldas da Rainha.





18 de Julho de 2008. Visita ao Vale do Ave.

Dia 21 • Visita Oficial do Presidente da República de Cabo Verde.

Dia 22 • O Presidente da República recebe, em audiência, os partidos políticos representados na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com vista à marcação da data das eleições para a Assembleia Legislativa regional.

Dia 24 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da República Democrática de Timor-Leste, José Ramos-Horta.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da República

25 de Julho de 2008. Entrega do Prémio Camões.



Bolivariana da Venezuela, Hugo Chávez.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da República de Angola, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

Dia 25 • O Presidente da República participa nos trabalhos da VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em Lisboa.

• O Presidente da República participa na cerimónia de entrega do Prémio Camões ao escritor António Lobo Antunes.

Dia 30 • O Presidente da República condecora, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, o ex-Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Embaixador Luís Fonseca.

Dia 31 • O Presidente da República participa no Encontro *Star Tracking* – A Odisseia do Talento.

31 de Julho de 2008. Encontro *Star Tracking*, Lisboa.



AGOSTO 2008

Dia 27 • O Presidente da República inaugura a Unidade de Cuidados Continuados da Misericórdia de Odemira.

• O Presidente da República inaugura a Feira de Agosto, em Grândola.



27 de Agosto de 2008. Feira de Agosto, Grândola.



SETEMBRO 2008

Dias 02 a 04 • Visita de Estado do Presidente da República e Dr^a Maria Cavaco Silva à Polónia, deslocando-se a Varsóvia e a Cracóvia.

Dias 04 e 05 • Visita de Estado do Presidente da República e Dr^a Maria Cavaco Silva à Eslováquia.

Dia 09 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da

Fundação Aristides de Sousa Mendes.

• O Presidente da República participa na cerimónia de entrega do Prémio Champalimaud de Visão 2008.

Dia 12 • Deslocação do Presidente da República a Trás-os-Montes e ao Parque Natural do Douro Internacional.

Dia 15 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro



2 de Setembro de 2008. Visita de Estado à Polónia.



3 de Setembro de 2008. Concerto em Varsóvia.



2 de Setembro de 2008. Museu da Insurreição, Varsóvia.



4 de Setembro de 2008. Visita de Estado à Eslováquia.



5 de Setembro de 2008. Exposição «Café Portugal». Bratislava.



5 de Setembro de 2008. Centro Histórico de Bratislava.

de São Tomé e Príncipe, Joaquim Rafael Branco.

• O Presidente da República visita a Escola Secundária D. Dinis, em Lisboa.

Dia 16 • O Presidente da República preside à Sessão Comemorativa dos 175 Anos do Supremo Tribunal de Justiça.

Dia 18 • O Presidente da República efectua uma visita ao exercício militar «Felino 08», no Regimento de Infantaria 10, em Aveiro.

• O Presidente da República participa na cerimónia de entrega dos Prémios Gazeta 2007 do Clube dos Jornalistas.

Dias 22 a 25 • Visita a Nova Iorque, por ocasião da Abertura da 63ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

Dia 29 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Vice-Presidente da Comissão Europeia, António Tajani.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – CGTP-IN.

Dia 30 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.



22 de Setembro de 2008. Encontro com o Secretário-Geral da ONU.



12 de Setembro de 2008. Parque Natural do Douro Internacional.



25 de Setembro de 2008. Bolsa de Nova Iorque.

OUTUBRO 2008

Dia 01 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção do Partido Social Democrata – PSD.

Dias 03 e 04 • 1ª Jornada do Roteiro para a Juventude, dedicada ao tema «Autonomia dos Jovens e Associativismo».

Dia 05 • Cerimónias comemorativas do Dia da Implantação da República.

Dia 08 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação do CDS-PP.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Grupo de Líderes Empresariais do Brasil – LIDE.

Dia 11 • Deslocação aos Concelhos de Albergaria-a-Velha, São João da Madeira

e Ansião e inauguração do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota.

Dia 17 • O Presidente da República inaugura a exposição «Portadores da Luz» da Missão Paralímpica Portuguesa Pequim 2008 e assiste à Cerimónia de Assinatura de Protocolo EPIS do Concelho de Odivelas.

Dia 26 • O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento do 40º Congresso Nacional da Liga dos Bombeiros Portugueses.

• O Presidente da República inaugura a Biblioteca Municipal José Cardoso Pires, em Vila de Rei.

Dia 27 • O Presidente da República



4 de Outubro de 2008. 1ª Jornada do Roteiro para a Juventude, Porto.



5 de Outubro de 2008. Comemorações da Proclamação da República.



4 de Outubro de 2008. Exposição no Palácio de Belém.



11 de Outubro de 2008. Centro de Negócios de Ansião.

preside à Sessão de Abertura da Conferência Internacional «Os Desafios do Movimento Sindical», por ocasião da comemoração do 30º Aniversário da União Geral de Trabalhadores.

Dia 28 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação do Conselho das Câmaras Portuguesas de Comércio no Brasil.



26 de Outubro de 2008. Biblioteca Municipal José Cardoso Pires, Vila de Rei.



11 de Outubro de 2008. Centro Escolar de Albergaria-a-Velha.



26 de Outubro de 2008. 40º Congresso Nacional da Liga dos Bombeiros Portugueses.

NOVEMBRO 2008

Dia 03 • O Presidente da República confere posse à Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Dr^a Maria Teresa Gonçalves Ribeiro.

Dia 04 • O Presidente da República condecora com a Grã-Cruz da Ordem de Santiago da Espada o Prof. Doutor Daniel Serrão, o Dr. Jorge Biscaia e o Prof. Doutor Walter Osswald, e homenageia o Prof. Doutor Luís Archer, já agraciado com idêntica distinção.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Associação Empresarial de Portugal.

Dia 06 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Assembleia Nacional da Sérvia, Prof^a Dr^a Slavica Djukic-Dejanovic.

Dia 11 • O Presidente da República preside à Sessão de Abertura da 18ª Edição do Congresso das Comunicações, subordinada ao tema «TIC e Alterações Climáticas», promovido pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações.

Dia 12 • Visita Oficial do Presidente da República de Malta a Portugal.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Dr^a Graça Machel.



4 de Novembro de 2008. Homenagem aos Pioneiros da Bioética em Portugal.

11 de Novembro de 2008. Congresso das Comunicações.



Dia 14 • O Presidente da República participa na Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo da Escola Naval e no Encerramento das Jornadas do Mar 2008.

Dia 17 • O Presidente da República preside à inauguração do Entrepósito Logístico Carregado II, do Grupo Luís Simões.

Dia 19 • O Presidente da República está presente na inauguração da «Arte Lisboa».

Dia 20 • O Presidente da República participa na Sessão de Encerramento do II Encontro da Rede PME Inovação da COTEC Portugal.

Dia 21 • O Presidente da República participa na reunião do III Conselho para a Globalização da COTEC Portugal.

• O Presidente da República recebe o Presidente da Federação da Rússia para um encontro e um jantar, em que participam o Primeiro-Ministro e o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Dia 22 • O Presidente da República assiste ao bailado *Quebra-Nozes*, de Tchaikovski, e condecora um dos fundadores da Companhia Nacional de Bailado, o coreógrafo Armando Jorge.

Dia 24 • O Presidente da República inaugura o núcleo-sede do Museu de

19 de Novembro de 2008. Inauguração da «Arte Lisboa».



20 de Novembro de 2008. Encontro da Rede PME Inovação.



24 de Novembro de 2008. Castelo de Sines.



Sines e Casa de Vasco da Gama.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Congresso de Deputados de Espanha, José Bono.

Dia 25 • O Presidente da República inaugura, em Lisboa, a sede da União das Misericórdias Portuguesas.

Dia 26 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste, Xanana Gusmão.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Junta da Estremadura de Espanha, Guillermo Fernández Vara.

Dia 27 • O Presidente da República inaugura, na Guarda, a Biblioteca Eduardo Lourenço e preside à Sessão Solene do Dia da Cidade.

• O Presidente da República inaugura a Biblioteca Municipal de Meda.

Dia 28 - Visita ao Concelho de Torres Novas.

25 de Novembro de 2008. União das Misericórdias Portuguesas, Lisboa.



27 de Novembro de 2008. Biblioteca Eduardo Lourenço, Guarda.



DEZEMBRO 2008

Dia 03 • Visita ao Concelho de Marco de Canaveses.

• Visita à EFACEC – Fábrica de Transformadores e Fábrica de Geradores Eléctricos para parques eólicos, em Matosinhos.

• Visita ao Parque de Ciência e Tecnologia da Maia.

• O Presidente da República e a Dr^a Maria Cavaco Silva visitam a Feitoria Inglesa, no Porto.

Dia 04 • O Presidente da República recebe os membros da direcção da CAP – Confederação de Agricultores Portugueses.

• O Presidente da República participa na reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional, à qual preside.

Dia 05 • O Presidente da República e a Dr^a Maria Cavaco Silva inauguram a Árvore de Natal e a Exposição de Presépios do Palácio de Belém, com a presença dos filhos de militares e agentes de segurança destacados em missões no estrangeiro.

Dia 09 • O Presidente da República recebe uma delegação da CNA – Confederação Nacional da Agricultura.

Dia 12 • O Presidente da República inaugura as novas instalações da *Critical Software*, em Coimbra.

• O Presidente da República inaugura

a Unidade de Cuidados Continuados da Misericórdia de Vouzela.

• O Presidente da República inaugura a Fábrica de Painéis Fotovoltaicos *Solar Plus*, em Oliveira do Bairro.

Dia 13 • O Presidente da República presta homenagem ao cineasta Manoel de Oliveira, por ocasião do seu 100^o aniversário, agraciando-o com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

Dia 15 • O Presidente da República oferece um almoço constitutivo do Grupo de Embaixadores Falantes da Língua Portuguesa.

• O Presidente da República está presente na cerimónia de entrega dos Prémios Literários do PEN Clube, na Sociedade Portuguesa de Autores.

Dia 18 • O Presidente da República recebe o Presidente, os Vice-Presidentes e os Líderes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, que lhe apresentam cumprimentos de Boas-Festas.

• O Presidente da República recebe o Primeiro-Ministro e os membros do Governo, que lhe apresentam cumprimentos de Boas-Festas.

Dia 19 • O Presidente da República visita a Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Dia 20 • O Presidente da República reúne-se, no Palácio de Belém, com dirigentes, técnicos e utentes de casas de abrigo para vítimas de violência doméstica, provenientes de todo o país.

Dia 22 • O Presidente da República recebe o Ministro da Justiça para apreciação anual dos processos de indulto.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Conselho Directivo da Ordem dos Médicos Veterinários.

Dia 30 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro das Relações Exteriores da República de Angola, Dr. Assunção Anjos.

3 de Dezembro de 2008. Paços do Conselho, Marco de Canaveses.



3 de Dezembro de 2008. Visita à EFACEC.



19 de Dezembro de 2008. Associação dos Deficientes das Forças Armadas.



3 de Dezembro de 2008. Parque de Ciência e Tecnologia da Maia.



5 de Dezembro de 2008. Exposição de Presépios, Palácio de Belém.





12 de Dezembro de 2008. Fábrica de Painéis Fotovoltaicos, Oliveira do Bairro.

JANEIRO 2009

Dia 05 • O Presidente da República recebe o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Celso Amorim.

• O Presidente da República recebe o Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires.

• O Presidente da República oferece uma recepção ao Corpo Diplomático Português, por ocasião do Seminário Diplomático.

Dia 07 • O Presidente da República recebe os membros do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas.

Dia 12 • O Presidente da República recebe os cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático acreditado em Portugal.

Dia 14 • O Presidente da República visita o Instituto Português do Sangue.

Dia 16 • O Presidente da República recebe, em audiência, a nova direcção do Conselho Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Dia 19 • O Presidente da República oferece um almoço em honra do Grupo de Embaixadores Ibero-americanos.

Dia 21 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro das Relações Exteriores da República Popular da China, Yang Jiechi.

Dia 27 • O Presidente da República preside, no Supremo Tribunal de Justiça, à Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial.

Dia 30 • O Presidente da República preside, em Fátima, à abertura do 4º Congresso da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.



27 de Janeiro de 2009. Abertura do Ano Judicial.



30 de Janeiro de 2009. Congresso da CNIS, Fátima.

FEVEREIRO 2009

Dia 02 • O Presidente da República preside à Sessão Solene de Entrega do Prémio Literário Fernando Namora ao escritor Mário Cláudio.

Dia 04 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República.

Dia 06 • Deslocação do Presidente da República aos Concelhos de Castelo de Paiva e Anadia.

Dia 09 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Assembleia Legislativa da

Região Autónoma da Madeira, Dr. Miguel Mendonça.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Governador do Banco de Portugal, Dr. Vítor Constâncio.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação do CDS-PP.

Dia 12 • O Presidente da República inaugura, na Fundação Calouste Gulbenkian, a exposição intitulada «A Evolução de Darwin».

Dias 13 e 14 • 2ª Jornada do Roteiro para a Juventude – «Autonomia, Associativismo Juvenil: Arte e Cultura».

Dia 16 • O Presidente da República recebe,



12 de Fevereiro de 2009. Exposição "A Evolução de Darwin".



13 de Fevereiro de 2009. 2ª Jornada do Roteiro para a Juventude, Quinta do Conde, Sesimbra.



14 de Fevereiro de 2009. 2ª Jornada do Roteiro para a Juventude, Barcarena.



17 de Fevereiro de 2009. Homenagem a Gago Coutinho.



13 de Fevereiro de 2009. 2ª Jornada do Roteiro para a Juventude, Tramagal.



em audiência, o Presidente da Comissão Europeia, Dr. José Manuel Durão Barroso.

Dia 17 • O Presidente da República preside à Sessão Solene Comemorativa dos 140 Anos do Nascimento do Almirante Gago Coutinho.

Dia 18 • O Presidente da República encontra-se com os Embaixadores dos países asiáticos acreditados em Lisboa.

Dia 19 • O Presidente da República está presente na Sessão de Abertura do III Congresso da Comunidade Médica de Língua Portuguesa.

Dia 25 • O Presidente da República recebe, em audiência, a direcção da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – CGTP-IN.

Dia 27 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Carlos César.



MARÇO 2009

Dias 03 a 06 • O Presidente da República e a Drª Maria Cavaco Silva realizam uma Visita de Estado à República Federal da Alemanha, deslocando-se a Berlim, Munique e Osnabrück.

3 a 6 de Março de 2009. Visita de Estado à Alemanha.





Coordenação
Casa Civil da Presidência da República

Fotografias
Luís Filipe Catarino
e Gonçalo Santos (fotos das páginas 360 e 361)

Design gráfico
Teresa Olazabal Cabral
Tipo de Letra: MayeurText e Flama de Mário Feliciano

Acompanhamento de edição
am edições / antónio alves martins

*Da presente edição
fez-se uma tiragem de 3.000 exemplares
em papel Munken Lynx certificado pelo
"Forest Stewardship Council",
(papel produzido por métodos
respeitadores do ambiente)*

*Acabou de imprimir-se em Abril de 2009
nas Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*

ISBN
978-972-27-1802-8

Depósito Legal
291456/09